

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A IMPRENSA EM PAUTA:
Entre as contendas e paixões partidárias dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e
***Constituição* na segunda metade do século XIX**

Ana Carla Sabino Fernandes

Fortaleza, Junho de 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A IMPRENSA EM PAUTA:
Entre as contendas e paixões partidárias dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e
Constituição na segunda metade do século XIX**

Ana Carla Sabino Fernandes

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do
Ceará, para a obtenção do grau de
mestre em História Social sob a
orientação da Profa. Dra. Ivone
Cordeiro Barbosa.

Fortaleza, Junho de 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A IMPRENSA EM PAUTA:
Entre as contendas e paixões partidárias dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e
Constituição na segunda metade do século XIX**

Ana Carla Sabino Fernandes

Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, pelo orientador e membros da banca examinadora, composta pelos professores:

Fortaleza, Junho de 2004

FICHA CATALOGRÁFICA

F398i Fernandes, Ana Carla Sabino.

A Imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição* na segunda metade do século XIX/ Ana Carla Sabino Fernandes. -Fortaleza, 2004.

206p.

Orientador: Ivone Cordeiro Barbosa

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará

1.Imprensa - Ceará –Século XIX 2. Jornalismo Partidário 3. Eleições

I. Barbosa, Ivone Cordeiro. II. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História. III.Título.

Para minha filha, Alice.

AGRADECIMENTOS

Queria agradecer o carinho e a atenção de alguns familiares e amigos que mesmo sem compreender muito bem os “porquês” dessa dissertação, questão que ainda me parece difícil de responder, colocaram-se à disposição, oferecendo inúmeras possibilidades para que eu desenvolve-se esse trabalho.

Assim sou grata:

À minha mãe, Maria do Socorro, por ter dividido comigo o sentimento de culpa pelas minhas ausências nos cuidados com Alice, Edson e com a nossa casa, e por ter, conseqüentemente, permitido que eu ficasse “tranqüila” para passar dias, semanas, em função do mestrado.

À Alice, minha filha, esperando que daqui a bem poucos anos possa ler esse trabalho e que de algum modo se identifique, por que foi certamente por ela, pensando no seu sorriso que o fiz.

Ao companheirismo do meu querido Edson.

À dona Herlene e ao Professor Edson, sogros sábios e amigos.

Ao meu pai, Francisco Carlos, e a Ivanilde (Dida) por terem me acolhido na sua casa, nos momentos em que precisei de muita concentração e do aconchego de minhas irmãs.

Por falar em irmãs, quero deixar registrado o empenho de Natália, que passou algumas manhãs e tardes pesquisando para mim na *Academia Cearense de Letras*, no *Arquivo Público do Estado do Ceará* e na *Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Ce*, bem como seus cuidados quase maternos com Alice. A rosa Rosane, e ao seu esposo Ivanci que me deram o prazer de ser tia da linda Ana Cecília, acontecimento que me fez parar e pensar que paralelo à história que eu estava escrevendo, já estava sendo impresso um novo capítulo da história da minha família.

Nilinha, minha irmã caçula, queria que soubesse que não respondo as suas insistentes dúvidas quanto ao exercício da minha profissão, porque quero em

nome do meu bel-prazer, que elas permaneçam sombreadas pela sua ingenuidade. Te adoro!

À sabedoria e a fé contagiante de meus avós, Francisco Antônio Fernandes, Maria Nila Oriá e José Herlon Sabino e Maria Zélia Ximenes.

Nossa Senhora de Fátima, obrigada.

Aos tantos tios, tias, primos e primas, em especial ao tio José Ricardo Oriá por ter disponibilizado sua biblioteca e por terem sido os livros nosso principal canal de comunicação durante momentos cruciais da minha trajetória de historiadora.

À professora de história Dayse Bessa, uma das boas lembranças dos tempos de colégio, por ter me ensinado a gostar dessa disciplina.

Aos colegas da graduação, Valdo, Armanda, Emanuela, Jane, Oséias, Felipe, Juscelino, Iran, Eduardo, Ronaldo, Glauco, João Batista Neto, Kelly e ao Alênio por seus desabaços tão generosos ao meu respeito (lembra do episódio do jornal *A República* na aula de Ceará II do professor Sebastião Rogério, Tião). Aos professores Pedro Airton, Gisafran, Meize Regina, Gledson, Aloísio, Pinheiro, Simone de Sousa e ao espirituoso Tião, esperando que esse trabalho corresponda com as expectativas históricas suscitadas por todos nós dentro e fora da sala de aula.

Nesse percurso guardo muitas saudades do Daniel, dos seus infalíveis planos “A, B, C”, melhor, dos minúsculos roteiros, feitos de última hora para apresentação dos nossos seminários e da sua paciência com os meus “excessos de preciosismos”, como disse o Professor Assis Oliveira, na disciplina de Introdução aos Estudos Históricos.

Ao *Programa Especial de Treinamento (PET)*, pelos tantos textos e filmes discutidos, fundamentais na elaboração do projeto de pesquisa dessa dissertação, sob a tutoria do professor Eurípedes Funes, do professor Frederico de Castro Neves (Fred), mestres queridos, e da participação dos colegas: Eduardo Lúcio, Gleudson, Manoel Carlos, Rubens, Josiane, Tyrone, Américo, Régia, Vânia, Edmilson, Felipe, Viviane, Daniel, Márcia Juliana, Gustavo, Carol, Silviana, Edson, Eudes e Weyne.

Aos coordenadores do mestrado, Eurípedes Funes, Ivone Cordeiro, responsáveis pela viabilização desse trabalho, ao acompanhamento dos professores Antônio Pádua Santiago, Franck Ribard, Gisafran Jucá, Frederico de Castro Neves, João Alfredo Montenegro, Almir Leal e, especialmente, Adelaide Gonçalves.

À turma da pós-graduação: Iza, Luís, Ana Glória, Deocleciana, Rosilene, Henrique, Mirtes, Benedito, Gleudson, Antônio, Gustava e Ivaneide.

Aos colegas de outras turmas e de outros espaços, Daniela Medina e Tanísio, pela ajuda na elaboração do mapa para a visualização dos endereços de algumas das tipografias cearenses no final do século XIX.

Ao CNPQ pela bolsa.

Ao professor Dias, pela leitura e correção criteriosa desse texto.

À minha orientadora, coordenadora e professora Ivone Cordeiro, por ter me transmitido segurança acadêmica, e principalmente auto-confiança (desculpe se abusei disso), durante todo o curso da graduação e do mestrado.

Também sou muito grata à colaboração e gentileza de Elineuza, Augusto, Virgínia e Moreira do *NUDOC* (Núcleo de Documentação Cultural da UFC- Dept^o de História); Fátima, da coordenação do curso de história da UFC; a competência de Regina Jucá, secretária da pós-graduação em História e ao carisma zeloso de Constantino e Conceição.

E por outros lugares onde andei, destaco a presteza e o compromisso com o saber/fazer do historiador de pessoas como: Madalena, da *Academia Cearense de Letras*; Gertrudes, Elmadan, Gerônimo e Ranílson da *Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Ce*; à genialidade e educação de Beethoven e ao Professor André, do *Arquivo Público do Estado do Ceará*, que sabe como ninguém ler as entrelinhas dos documentos dessa instituição.

Aos alunos das turmas CH e DH do Programa Magister/UFC, e aos alunos dos cursos de Pedagogia e Pós-graduação, oferecidos pela Universidade do Vale do Acaraú- UVA/Ce-, nas cidades cearenses de Barbalha, Icó, Pereiro e Redenção, pela oportunidade ímpar de por em exercício, o uso do jornal como

fonte e objeto no processo ensino/aprendizagem de história, através de inúmeras práticas pedagógicas.

“(...) As horas passavam vertiginosas. A claridade larga do sol penetrava no quarto pela janela aberta, como uma visita sem cerimônia, anunciando um dia seco e esplêndido.

Já lá fora, na rua, recomeçava a labuta quotidiana. Um barbeiro, que morava defronte, amolava as navalhas assobiando um trecho de fandango, com as pernas cruzadas, de frente para a rua. Passavam burricos com cargas de água, procurando as coxias. Meninos apregoavam o Cearense.(...)”

Imediatamente surgiu o Zuza lépido, esfregando as mãos, como se saísse de um banho de perfumes. (...)

-Oh! homem, inventaram por aí que eu deflorei a Maria do Carmo. Não leste o Pedro II e o Cearense?

-E tens culpa no cartório?

-Não, c’os diabos, mas isso é um horror! Ninguém pode mais gracejar, ninguém tem mais o direito de chegar-se a uma rapariga honesta sem intenções malévolas. Cada vez me convenço mais de que isso é terra selvagem, seu José Pereira! Isto é um país de bárbaros. Vocês da imprensa devem civilizar este povo, devem ensinar a esta gente a pensar e a ter juízo...”

(CAMINHA, Adolfo. 1867-1897. *A Normalista*. Fortaleza: ABC Editora, 2001, p. 148-150).

RESUMO

Este trabalho analisa questões em torno do uso da imprensa, do jornal, como ponto de pauta da política partidária cearense, na segunda metade do século XIX, encaminhadas pelos jornalistas, tipógrafos, impressores e (e)leitores (em especial, leitores correligionários qualificados como eleitores, segundo reforma eleitoral de 1881) do órgão liberal *Cearense* (1846-1891) e dos periódicos *Pedro II* (1840-1889) e *Constituição* (1863-1889), ambos conservadores. A arena jornalística composta por esses sujeitos colocou, em discussão, a intensidade do ideal partidário associado ao jornalístico, principalmente nas campanhas eleitorais para presidente da província, nos momentos em que: os tipógrafos repensaram o seu papel político e intelectual, diante da iminência de serem excluídos de votar e, assim, usaram os jornais para os quais trabalhavam como estratégia de reivindicação, e quando os (e)leitores não confessavam claramente suas paixões partidárias ou de outra ordem. Para tanto, foram utilizados como fontes principais os jornais já citados, artigos das revistas do *Instituto do Ceará*, da *Academia Cearense de Letras* e do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, além de Almanques, documentos diversos pertencentes ao acervo do *Arquivo Público do Estado do Ceará* e da *Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Ce*, obras raras da historiografia cearense, entre outros materiais documentais e bibliográficos de referência teórica e metodológica.

Palavras-chave: Ceará, Século XIX, Imprensa, Jornalismo Partidário, Eleições.

ABSTRACT

This work analyses questions concerning the use of the press, such as newspapers as a starting point about the politics of the political parties of Ceará, in the second half of the 19th Century. It was led by journalists and press people as well as readers (specially readers qualified as voters, as the voter's reforms of 1881) of the liberal organ of *Cearense* (1846-1891) and of the papers *Pedro II* (1840-1881) and the *Constituição* (1863-1889), both conservative. The journalistic arena formed by these people was set in discussions the intensity of the ideals of the political parties associated to the press, specially in the province in those moments that the press people rethink their political roles as intellectual, because of the imminence of being excluded from voting, and thus, they used the newspapers to which they worked as a strategy of claiming, and when the voters did not confess clearly their political ideals or of any other orders. It was used therefore the newspapers from this area, and articles of newspapers of the Ceará's Institute and from the Lyrics Academy from Ceará and from the Historic and Geographic Institute from Brazil, besides comics, and diverse documents that belongs to the files of the Public Files from Ceará and from the Public Library Governador Menezes Pimentel/Ce, as well as rarities from the history of Ceará, as well as other documents and bibliography of theoretic and methodologic references.

Key Word: Ceará, 19th century, the press, journalism of political parties, elections.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO- O JORNAL, O LEITOR E O HISTORIADOR: O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA.....	15
---	-----------

PARTE I

“UM ESTUDO CRITERIOSO E DESAPAIXONADO” DO JORNALISMO

CEARENSE LIBERAL E CONSERVADOR

1.1- “O desejo de estima e de boa opinião”. Cearense	36
1.2- “Eu sei o que não sei”. Pedro II	71
1.3- “Falle-se a verdade”. Constituição	84

PARTE II

A ARENA JORNALÍSTICA EM TEMPO DE ELEIÇÃO

2.1- As pugnas dos “pugiles dos ergastulos”: a propaganda política eleitoral dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição	108
2.2- Paixões correspondidas: dos (e)leitores para a imprensa partidária...	129
2.3- “Os filhos de Guttemberg” e o direito ao voto.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
BIBLIOGRAFIA.....	179
FONTES.....	188
ANEXOS.....	192

INTRODUÇÃO

O JORNAL, O LEITOR E O HISTORIADOR: O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

“No que concerne ao jornal-documento, modificou-se a forma de abordá-lo; de documento-verdade cumpre agora tratá-lo à luz da problemática histórica: questionando-o. Nesse ponto, Capelato (como Michel Foucault) intensifica a reflexão sobre documento: resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver esquecido ou manipulado. Esse produto resulta de relações de forças conflitantes, e do empenho de seus produtores para impor ao futuro- voluntária ou involuntariamente- determinada imagem de sociedade”.

(GONÇALVES, Adelaide e BRUNO, Allyson (orgs). *O Trabalhador Graphico*. Fortaleza: Editora UFC, 2002, p.9.)

INTRODUÇÃO

A introdução é, antes de tudo, a história de doce angústia: a minha relação com os jornais, como “leitora comum”, preocupada em exercer o hábito de ler/escrever/ver/ouvir/falar/agir, para informar e ficar informada, e como historiadora, encantada e instigada, com a atuação jornalística de grupos burgueses cearenses do passado (século XIX), atrelados à política partidária, liberal e conservadora, que, para compor seus ideais, teatralizaram a imprensa.

A metáfora palco e jornal, nesse contexto, pode ser compreendida do seguinte modo: as pautas estipuladas e impostas pelos diretores, jornalistas, colaboradores, donos de tipografias e anunciantes dos jornais eram o roteiro com o qual estes personagens apresentam contendas e paixões partidárias, a peça teatral. As disposições dessas pautas, em certas colunas e páginas, representavam a montagem do cenário para o ato de comunicar. E os tipógrafos, impressores e jornaleiros eram envolvidos no espetáculo como atores/figurantes, operadores de som e luz.

E, visando “atender” aos anseios dos “espectadores”, o público (e)leitor (leitores correligionários, qualificados como eleitores, segundo a reforma eleitoral de 1881, público-alvo dos jornalistas), os redatores resguardavam-se, no distanciamento propiciado pela cultura impressa, conforme os padrões eurocêntricos do alemão Gutemberg (1404-1468), o “inventor” da imprensa.

Desse modo, os textos sobre *A Imprensa no Ceará*, produzidos pelo intelectual cearense Perdigão de Oliveira, estudioso da imprensa no século XIX, constituíram-se em apoio histórico, fundamental, que me permitiu compreender o funcionamento, as práticas e as disputas encenadas pelos articulistas do *Cearense* (1846-1891), liberal, *Pedro II* (1840-1889) e *Constituição* (1863-1889), conservadores, como paladinos da idéia de que, através da imprensa, é possível civilizar a política e a sociedade cearense, independente da opção partidária, pois

acreditavam não haver trincheiras entre as práticas discursivas, produzidas no jornal, e as do imaginário social:

“João Gensfleisch de Sorgeloch Guttenberg teve então um sonho que lhe agitou o espirito. (...) Uma voz dizia-lhe: ‘Escuta, João, tu és immortal; d’ora avante, a luz que tu creaste se diffundirá por todo o mundo; os povos que vivem a milhares de leguas distantes de ti, estranhos ás idéas do nosso paiz, lerão e comprehenderão todos os pensamentos, hoje males derramados e multiplicados com a reverberação do fogo, obra de teu genio! Escuta, João, és immortal, por que o teu descobrimento vai dar vida perpetua aos genios que morreriam á nascença se não fôras tu; e que, por gratidão, hão de proclamar successivamente a immortalidade daquelle que os immortalisou. Calou-se esta voz, deixando-me entregue ao delirio da gloria”.¹

Assim, em complicado relacionamento, foram meus passos iniciais, no primeiro semestre do curso de História da Universidade Federal do Ceará (1997), na cadeira de Introdução aos Estudos Históricos, com discussões em torno da construção do saber histórico, dos porquês, como, o quê, onde, quem, para quê, inerentes ao ofício do historiador.

Descobri que a História é o caminho viável, para buscar entendimento acerca da mistura de mistério, poder e verdade, que rondava, ronda ainda, os discursos dos jornalistas que eu lia, dos noticiários de televisão e rádio que acompanhava, e que tanto me fascinavam, sem que, para isto, eu tivesse que ser, propriamente, uma jornalista.

Contudo a oportunidade de por em prática essas inquietações veio com o ingresso no PET/História-UFC (Programa Especial de Treinamento), em 1998, em que tive a chance de participar de pesquisa coletiva dos *Arrolamentos da População da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio e de São José, capital da província cearense de 1887*², no Arquivo Público do Estado do Ceará.

¹ OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. A Imprensa no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typographia Studart, Tomo 11, p. 67, 1897. Ressalto que, a citação foi transcrita conforme texto original. A imprensa cearense, segundo Perdigão de Oliveira, refere-se, de forma singular, às relações de poder da elite, desconsiderando questões pertinentes ao processo de instituição, expansão e redefinição dos jornais, que dizem respeito a toda sociedade.

² Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Inscrição do Arrolamento da População da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio e de São José, Capital

O objetivo da pesquisa, a partir de dados, estatísticos/descritivos, apresentados pela documentação, como: nomes, número de habitantes, sexo, nacionalidades, profissões, instrução, estado civil, idade, tipos de habitação, especificação de edifícios particulares e públicos etc., era a elaboração de textos, problematizações referentes à cidade de Fortaleza, sociabilidades no final do século XIX, apoiados em ampla bibliografia teórica, metodológica e temática.

Paralelamente às anotações sobre as relações familiares dos fortalezenses do período, destacavam-se informações sobre jornaleiros, tipógrafos, tipografias e jornalistas, como o jornalista Antônio Bezerra de Menezes, os tipógrafos José Torres e João Torres, as tipografias dos jornais *Cearense* e *Gazeta do Norte* (1880-1892, órgão liberal) e os nomes de Manoel, Luiz e Francisco, que trabalhavam com “*venda de jornaes*”.

Assim, instigou-se meu gosto pela pesquisa, por documentos, pela história, pelo complexo jornalístico, por Fortaleza e seus moradores, possibilitando minha caminhada, em busca de melhor compreensão da imprensa fortalezense, fins do século XIX.

Procurei, por recomendação de Eurípedes Funes, tutor do PET/ História-UFC, em 1998, na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Ce, o Setor de Periódicos e Microfilmes, a fim de consultar os jornais deste período.

No Catálogo dos jornais microfilmados, constavam quase 100 jornais, editados em Fortaleza, no final do século XIX, com os mais variados títulos, finalidades, fundadores etc.,³ Lembro que, ao concluir o cálculo, uma mistura de sentimentos e sensações tomaram conta do meu corpo: medo, ansiedade, susto, desespero e muita vibração!

Resolvi, então, consultar uma bibliografia, que pudesse me auxiliar no processo de escolhas e definições.⁴ Os trabalhos de Maria Helena Rolim Capelato foram uma das primeiras indicações que tive por parte do professorado,

da Província do Ceará, 1887, Ala 19, Estante 413, Livros nº 355, 382, 383, 384 e 444. O resumo desse Arrolamento está nos anexos da dissertação, ANEXO 1.

³ CEARÁ, Biblioteca Gov. Menezes Pimentel. Departamento de Patrimônio Cultural. Núcleo de Microfilmagem. *Jornais Cearenses em Microformas, Catálogo Geral*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

especificamente, as obras: *Imprensa e História do Brasil e Os Arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista. 1920-1945*, por que pude compreender como os jornais paulistas – *O Estado de São Paulo, A Folha da Noite, A Folha da Manhã, A Platéia*, entre outros – emergiam como espaços de práticas de jornalistas, redatores, leitores e compositores, que registraram, comentaram e participaram da história do país.

A autora analisa os fundamentos do liberalismo, destacados pelas folhas paulistas, para a nação brasileira, a partir de meados do século XIX⁵, possibilitando-me visualizar a existência de um projeto liberal pretensioso e autoritário, para, e divulgado pela imprensa brasileira, pretendendo-se porta-voz da opinião e dos modos de agir de seu público leitor.

Com esta experiência inicial, destaquei, do Catálogo da Microfilmagem, os jornais cearenses, publicados em Fortaleza, ditos liberais, da segunda metade do século XIX: *Cearense, Jornal da Fortaleza (1868-1870)* e o *Gazeta do Norte* e, por influência das informações que havia sublinhado nos Arrolamentos de 1887, comecei a lê-los, a partir do ano de 1880.

Verifiquei que a pauta imprensa era um dos motes centrais, que antecederiam e permeavam a abordagem das constantes discussões sobre os mais diversos assuntos: saúde pública, política provincial e, enfaticamente, as eleições diretas a partir de 1881, entre outros temas, tendo, como principais interlocutores, os jornalistas cearenses conservadores, da redação do *Constituição* e do *Pedro II*, além do público leitor (correligionários), “versus” articulistas, leitores e eleitores do *Cearense*. À vista dessa disputa, assim se expressou um articulista do *Cearense*:

“A Constituição voltou à questão de resistência ao pagamento do imposto de transito estabelecido nas linhas urbanas da Côrte.

Não, para acrescentar novos argumentos contra a ilegalidade, arbitrio, vexame e iniquidade desse imposto, d’antes allegados mas para levantar nova apothose à revolta, que considera feita por toda

⁴ VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A Pesquisa em História*. 3ª Edição. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 29-38.

⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988; *Os Arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista. 1920-1945*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989; e *Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998, entre outras publicações.

população do Rio, tendo por si a adesão de homens notáveis de todos os partidos e de toda a imprensa.(...)

Estas ingenuas revelações do órgão conservador certo são para produzir um efeito previsto, mas não aqui, em pontos longínquos, entre indivíduos, cuja força de pensar orce pela insensatez.(...)

Isto, desculpe-nos a gazeta conservadora, nem é serio nem digno de discussão.

O Imperador, que a Constituição traz sempre à tela dos debates nada mais fez que declarar, que admitiria a ouvir sobre as reclamações uma comissão, nunca o povo em massa. O Jornal por isso mesmo deve ser o livro do povo, deve calcular, que cada uma de suas palavras pode formar opinião em espiritos mais affeitos a obrar que a pensar”.⁶

Observei que o debate, em torno da questão do “*imposto de transito estabelecido nas linhas urbanas da côrte*”, passava por uma necessidade de evidenciar os efeitos, o papel, o compromisso social, que a imprensa deveria ter junto ao “*povo*”.

O jornal *Cearense*, na intenção de sobressair como símbolo da política imperial civilizada, ordeira e missionária, além de se colocar contra a cobrança de impostos, denuncia a posição do periódico conservador, dizendo que os jornalistas do *Constituição*, ao apoiarem a medida, estariam se afastando da missão da imprensa, que deveriam ser a de bem defender os interesses do povo.

Os periodistas do *Constituição*, em contrapartida, reservavam-se para o direito de interpelar os do *Cearense*, que pregavam, nas lutas políticas pela imprensa, as doutrinas do partido conservador, idéias mal copiadas pelos liberais e obtidas a partir de mau juízo, em torno do que realmente propunham os conservadores.⁷ No entanto as crônicas do *Constituição*, referem-se aos artigos do *Cearense*, colocando-se na condição de vítima, prestando-se, somente, a desmentir as referências feitas por aquele órgão.

Tentando polemizar, o *Cearense* demonstrava indignação e afronta, dedicando suas falas, na maioria das vezes, ao jornal *Constituição*, principalmente, quando “sentia” que um candidato conservador sairia vitorioso nas

⁶ Jornal *Cearense*, 08/02/1880, (coluna *Cearense*). Colocarei na nota de rodapé referência acerca da coluna em que está inserida a citação extraída do jornal. Faço isso por acreditar que as colunas representam uma importante moldura para os textos e os assuntos que serão tratados pelos jornalistas, colaboradores, tipógrafos e (e)leitores. Na parte I da dissertação justificarei melhor essa problemática. Ressalto, ainda, que as citações dos jornais foram transcritas conforme texto original.

⁷ Jornal *Constituição*, 1865, 1866, 1876 e 1882, (Várias colunas).

eleições, como na de 1876, que elegeu o Des. Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, gestão de 10/01 a 24/11/1877.⁸

A busca pela distinção era marca do *Cearense*, pelas boas idéias, até mesmo aquelas vindas dos conservadores do *Pedro II*, os quais, segundo os liberais, não iriam saber o que fazer com elas.

Em 1868, por exemplo, no dia da posse do presidente da província, o conservador Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque (27/08/1868-24/04/1869), o *Pedro II* criticava o artigo de fundo, ou seja, o editorial do *Cearense*, que fazia deferência à incredulidade dos projetos do vice-presidente de Albuquerque, o Sr. Gonçalo Baptista, chamando-os de “*visagens comicas*”:

*“Visagens Comicas. (...) Bastam estas suas palavras: ‘o nome de S. Exc. Reboa hoje por todos os angulos da provincia como um grito de guerra e exterminio aos liberaes; como segura garantia de disturbios e violencias. Os amigos da S. Exc. jactam-se disto, e no meio de suas bachanaes entre estrepitosas libações saudam a carta branca e o nome do Sr. Gonçalo é proferido como a senha de desordens e tropelias’. Isto é o sublime da representação comica do Cearense; ou o frenesi da imaginação profundamente abalada pela perda inesperada da presa que tinha entre as mãos, como o tigre que rugue com fome no momento de escapar-lhe a victima das garras.”*⁹

No entanto, ao contrário, não havia grandes diferenças entre liberais e conservadores cearenses. Algumas distinções podem ser percebidas em situações em que liberais e conservadores apoiavam/elogiavam seus governos, embora criticados pelos próprios correligionários, que evidenciavam a fragilidade ideológica dos partidos no período imperial.

Prova disso é que, nos momentos de crise partidária ou perda do poder, os redatores do *Pedro II* e do *Constituição* argüiam, para si, a condição de liberais, e diziam que “*o partido conservador é o verdadeiro partido liberal do país*”¹⁰, na tentativa de desmascarar o que chamavam de hipócritas regras de comportamento exaltadas pelo *Cearense*, tanto nos discursos da imprensa como

⁸ GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 2^o edição. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1962, p.219.

⁹ *Jornal Pedro II*, 27/08/1868, (*Pedro II*).

¹⁰ *Jornal Constituição*, 27/08/1865, (*Constituição*).

na prática social, dizendo serem os jornalistas liberais reais filósofos, historiadores sem fatos e que o discurso do ser e dever-ser, na arena jornalística, era uma forma de fugir das discussões dos acontecimentos, debatendo, apenas, os projetos idealizados e bem arrumados nas colunas do jornal.¹¹

Assim, foram se configurando as fontes e objetos da pesquisa, do projeto de mestrado: A imprensa em pauta, nos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*, no final do século XIX. Para tanto, fez-se imprescindível maior apoio teórico e metodológico, para que eu pudesse historiar os saberes divulgados nesses periódicos, acerca da imprensa e das paixões partidárias.

Chartier¹², Darnton¹³ e demais inspiradores da história cultural, como Peter Burke¹⁴, Ginzburg¹⁵, Certeau¹⁶, foram os principais teóricos estudados. Cada um, de um modo específico, me auxiliou, no sentido de pensar a imprensa e os jornalistas como sujeitos cheios de vida, de “*corações e mentes*”¹⁷, com desejos múltiplos e facetados, capazes de reelaborar constantemente, estratégias de convencimento junto ao público letrado, seu maior aliado.¹⁸

A leitura da vasta produção historiográfica de Chartier abriu caminhos para análises mais sólidas, principalmente, a obra *Cultura Escrita, Literatura e História*, em primeiro lugar, por seus objetivos centrais: as sociabilidades intelectuais, a história da leitura, do livro, da edição e dos sujeitos do impresso, dos objetos

¹¹ Jornal *Pedro II*, 26/09/1868, (Várias colunas).

¹² Principalmente as obras: CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1988; *A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVII*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1994; (org). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996; *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre, ARTMED Editora, 2001; *A Aventura do Livro. Do leitor ao Navegador*. São Paulo, Ed. UNESP, 1998.

¹³ Em especial: DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos e outros Episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986; *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; *Edição e Sedição. O Universo da Literatura Clandestina no Século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992 e DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução Impressa. A Imprensa na França. 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.

¹⁴ BURKE, Peter. *A Arte da Conversação*. São Paulo: Ed. UNB/Estadual Paulista, 1995; *Variedade da História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁵ GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

¹⁶ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. Arte de Fazer*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1999; *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

¹⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. Op. Cit., p.13.

¹⁸ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. Arte de Fazer*. Op. Cit., p. 97-102.

tipográficos franceses, concernentes aos séculos XIV e XVIII e, paralelo a isso, o ofício de historiador. Em segundo lugar, por contemplar a análise da realidade social, cotidiana, das práticas e dos objetos culturais, sob três aspectos: Prática, Representação e Apropriação, propondo, em suma, uma “*história social das práticas culturais*”, que “*tem por principal objetivo identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma dada realidade social é construída, pensada, dada a ler*”.¹⁹

Enfim, por ter possibilitado dialogar com os discursos missionários da imprensa, no jornal liberal e nos conservadores cearenses, do final do século XIX, à medida que percebi que os feitos desses jornais, nas falas de seus sujeitos, estavam, intimamente, ligados à sua representação social e às apropriações que a sociedade, de forma explícita e implícita, fazia deles, como órgãos sugestivos de poder e verdade. E por ter permitido, trazer o estudo da imprensa cearense, para o campo da história social das práticas culturais, problematizar a sua “*evolução*” histórica, diante do pioneirismo de outras províncias brasileiras (o Ceará ocupa o sétimo lugar na lista de implantação da imprensa no Brasil, que começa a se formar a partir de 1808, por ter saído só em 1824), dos países europeus e euro-americanos, e refletir sobre a jurisprudência acerca dos trâmites para a constituição da lei de liberdade de imprensa.

Assim, o corpus documental da pesquisa constituiu-se de artigos das Revistas do *Instituto do Ceará*, do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, da *Academia Cearense de Letras*, de diversas Revistas de História e de Comunicação Social; Almanques; obras raras da Biblioteca Pública Menezes Pimentel/Ce e da Biblioteca de Humanidades da UFC; Documentos do Arquivo Público do Estado do Ceará, referentes à administração pública, na segunda metade do século XIX; além de bibliografia geral sobre teoria e metodologia da história; historiografia sobre imprensa cearense, imprensa brasileira em geral; Liberalismo e Conservadorismo no século XIX, especificamente, no caso do Ceará; sobre jornais liberais e conservadores, cultura letrada e Fortaleza em meados do século XIX, tais como os relatos preciosos de Studart, Perdigão de

¹⁹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Op. Cit., p.16 e 17.

Oliveira, Eusébio de Souza, Oswaldo de Araújo e mais recentemente, as pesquisas sobre imprensa proletária de Adelaide Gonçalves e Allyson Bruno.²⁰

Deste modo, elaborei duas questões como proposta de trabalho, submetidas à avaliação e, posteriormente, desenvolvidas no curso de mestrado em História Social, linha Cultura e Poder da UFC: 1ª) Compreender os significados da imprensa para os articulistas, tipógrafos, correspondentes, anunciantes, jornalheiros, (e)leitores, etc., do *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*, no final do século XIX, tendo, como linhas de discussão, as falas sobre liberdade de imprensa, missão da imprensa, opinião pública, liberalismo e conservadorismo cearense; 2ª) Analisar como esses significados interferiram nos modos de leitura e escrita, com relação à noção veiculada de imprensa, da sociedade cearense deste período, ou seja, as diferentes opiniões sobre a mesma, a partir de participações nesses jornais, da criação de outros gêneros jornalísticos e da produção de obras, artigos literários, almanaques, revistas etc., bem como da utilização da imprensa como suporte dos interesses partidários e do poder político provincial, entre os vários segmentos da sociedade cearense na época.

As reflexões desenvolvidas durante o curso da pós-graduação, acerca dos usos da literatura e do texto literário na produção historiográfica propiciaram-me estabelecer diálogo em torno do uso do jornal como fonte e objeto, assim como, ponderações sobre alguns tópicos centrais: cotidiano e cultura, usos da cultura nas políticas culturais, a cidade como texto, história e historiografia das cidades, cidade, espaço, cultura e sociabilidade, cidade e memória. Pude perceber os usos da cultura impressa, do jornal liberal e dos conservadores cearenses, em face da

²⁰ SOUZA, Eusébio de. *A Imprensa do Ceará dos Primeiros Dias aos Atuais*. Fortaleza: Gadelha, 1933.

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. *A Imprensa no Ceará*. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Studart, T.11, 12, 14, 21. Ano. 1897, 1898, 1900, 1907, respectivamente. E do mesmo autor: *Catálogo dos jornais, revistas e outras publicações periódicas do Ceará. 1824-1904*. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Guarany, Tomo 19, 1905;

Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Ceará. Fortaleza: Typ. Odorico Colás, 1870 e 1873/ *Almanaque do Ceará*. 1899. Pertence ao acervo da Academia Cearense de Letras;

ARAUJO, J. Oswaldo. *Imprensa do Passado*. 1868-1918; 1869-1919; 1870-1920, 1871-1921, 1873-1923 e 1874-1924. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Studart, Tomos 82, 83, 84, 85, 87 e 88; ano 1968, 1969, 1970, 1971, 1974 e 1983, respectivamente; GONÇALVES, Adelaide e BRUNO, Allyson. (orgs). *O Trabalhador Graphico*. Fortaleza: Editora UFC, 2000.

tentativa de seus sujeitos de vivenciar, entender e interagir, com as diversas práticas urbanas de Fortaleza, para, daí, começar a compreender as tramas, que perpassaram a relação entre vida urbana, periodismo e sociabilidade²¹, sendo possível visualizar tudo isso, com um índice analítico das fontes documentais e bibliográficas.

As discussões dos modelos e dos motes da produção historiográfica, no Ceará do século XIX, a partir de Tristão de Alencar Araripe, Guilherme Studart, Paulino Nogueira, João Brígido, Carlos Studart e Raimundo Girão, entre outros “jornalistas”, deram-me melhor subsídio, para dialogar com a historiografia cearense sobre imprensa²² e sobre as leituras, nos jornais, que tais escritores fizeram dos seus contemporâneos. Busquei identificar como o periódico liberal e os conservadores participavam da “trama da cidade”, indagando sobre suas trajetórias, no contexto histórico-cultural de Fortaleza do século XIX.

Foi significativo descobrir, por exemplo, que, nos registros contidos nos livros de leitores de 1878-1887 e de 1894-1896, da Biblioteca Pública do Estado do Ceará, fundada em 1868, cerca de 60% dos freqüentadores liam os jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*, e que havia circularidade entre os jornais cearenses e os de outras províncias, que até então eu desconhecia.²³

Contudo foi preciso ser, antes de tudo, um “*transeunte da cidade das letras*”, no que diz respeito à relação conflituosa entre jornalismo, literatura e prática social em meados do século XIX, pois, os publicistas desses jornais afirmavam que, somente os colegas profissionais poderiam reproduzir, de forma legível, para um público amplo, os acontecimentos sociais e políticos e fazê-los enveredar pelos caminhos da razão, dos compromissos ideológicos sinalizados nos editoriais. Ou seja, os que se dedicassem só à literatura ou se aventurassem

²¹ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta. Periodismo e Vida Urbana. 1890-1915*. São Paulo: EDUC, FAPESP, Arquivo Público de São Paulo, Imprensa Oficial de SP, 2000.

²² Por exemplo: CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas da Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política. (1873-1904)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

²³ (APEC)- Fundo: Interior e Justiça; Série: Arquivo Público, Biblioteca Pública e Museu Histórico do Ceará: Ala 20, Estante 444, nº 314, data/limite 1878-1887. Biblioteca Pública do Estado do Ceará, Livro de Leitores e Ala 20, Estante 444, nº 324, data/limite 1894-1896. Biblioteca Pública do Estado do Ceará, Livro de Leitores.

por estes meandros, nada mais conseguiriam que criar um universo artificial da cidade de Fortaleza ou da política cearense.²⁴

Desse modo, pretende-se fazer o mosaico da presença da intelectualidade cearense, nos artigos jornalísticos partidários e/ou nos contos literários envoltos no cotidiano da capital cearense. E da associação dos valores humanos, das ansiedades contidas de homens e mulheres, em rede de papéis, livros e prensas que, juntos, transformariam transpiração em inspiração e dinamizariam os escritos literários em artigos jornalísticos.

Liberal e Conservador foram termos circunstanciais mais que conceitos, que, muitas vezes, só nomeavam grupos distintos de pessoas, diante de disputa, como as eleições, em prol da posse de seus representantes, e de contendas que aconteciam, antecipadamente, nos bastidores das redações dos jornais e que, de forma bastante subjetiva, eram impressas e “publicizadas”, à vista do lema de que a melhor defesa dos ideais é o ataque aos princípios alheios.

Ou ainda, metafísica política *“não é para todos entenderem, e muito menos para inteligências curtas como a nossa”*, como disseram os publicistas do *Constituição*, defendendo a centralização do poder para o imperador, ao discordarem da teoria do articulista do *Cearnse*, de que a forma de governo do Brasil é da maioria e não de um só:

*“...ora, si a soberania consiste na reunião de todos estes poderes-legislativo, executivo, judiciario e moderador- e o imperador não foi excluido de nenhum, não podemos comprehender como o nosso governo é da maioria e não de um só...isto parece mais philosophico; por que nunca se viu a maioria exercer o poder”.*²⁵

Assim, a dissertação ficou intitulada: A Imprensa em Pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais *Cearnse*, *Pedro II* e *Constituição*, na segunda metade do século XIX e a problemática dividida em duas partes.

Tomando, como norte, uma afirmação do jornal *Cearnse*, de 04/10/1882, intitulo a primeira parte de: “Um estudo criterioso e desapaixonado” do jornalismo

²⁴ LINS, Álvaro. *Jornal de Crítica*. 1ª série. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941, p.229.

²⁵ *Jornal Constituição*, 24/05/1866, (*Constituição*).

cearense liberal e conservador, tendo, como desafio, questionar as atuações jornalísticas, no *Cearense*, de bacharéis afeiçoados ao partido liberal, como: Frederico Pamplona, Tristão Araripe, senador Thomaz Pompeu, Dr. Thomaz Pompeu Filho, Miguel Ayres, João Brígido, Paula Pessoa, João Câmara, José Pompeu, Rodrigues Junior, entre outros colaboradores, no momento em que esses autores propunham, aos futuros historiadores e aos (e)leitores, estudo desapaixonado do jornalismo cearense. Ou seja, problematizar a postura “imparcial” dos liberais, frente à oposição conservadora dos redatores do *Pedro II*: Miguel Fernandes, Gustavo Gurgulino de Souza, Torres Portugal, Luiz de Miranda, Paurilio Fernandes Bastos e Gonçalo de Lagos, e do *Constituição*: Domingos Jaguaribe, Justiniano de Serpa, Antônio Moreira de Souza, Gonçalo Souto, Manoel Soares, Paulino Nogueira, Antônio Pinto, Praxedes Theódulo, Frederico Borges, Martinho Rodrigues e Belarmino de Souza.

Desse modo, os itens 1.1- “O desejo de estima e de boa opinião” – Cearense; 1.2- “Eu sei o que não sei” – Pedro II e 1.3- “Falle-se a verdade” – Constituição são representações, sobre o que o jornalismo político cearense fazia de si mesmo, criadas através das experiências de intelectuais: bacharéis de Direito, profissionais liberais, políticos e críticos da sociedade, que almejavam se constituir na prática jornalística, enquadrando e configurando idéias em colunas, aderindo ao comércio dos anúncios, à venda de artigos, ao convencimento dos (e)leitores e de outras categorias de público, organizando e fomentando o trabalho de tipógrafos e impressores, construindo impressões do pensamento liberal e conservador cearense, fragilmente embasadas nas respectivas matrizes teóricas, oriundas da Europa.

Na segunda parte, A arena jornalística em tempo de eleição, questiono as disputas políticas e partidárias dos jornalistas liberais e conservadores, em diversos pleitos eleitorais, para a administração pública da província cearense, a partir da segunda metade do século XIX, tendo como preocupação o saber/fazer jornalístico, que caracterizava cada periódico. No item 2.1- As pugnas dos “pugiles dos ergastulos”: a propaganda política eleitoral dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*, tento trazer, à tona, os bastidores dos impasses gerados

por várias contendas, a respeito do que viria a ser a opinião pública, a liberdade de imprensa, a missão da imprensa e o partidarismo, em especial, com relação às eleições diretas implementadas em 1881, levando em conta o desejo unânime dos jornalistas de se posicionarem, como autores e produtores em quaisquer situações políticas e na instituição do jornal, enquanto lugar de composição dos jogos eleitorais.

No item 2.2- Paixões correspondidas: dos (e)leitores para a imprensa partidária, os (e)leitores: João Luiz Brandão, Pedro Gonçalves de Souza e tantos outros, por cartas enviadas às redações dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*, atribuíram, às paixões/compaixões político-partidárias e jornalísticas, outros sentidos, usos e percepções, novos termos para a dialética entre paixão e razão, ou melhor, opiniões contrárias, menos intelectualizadas, novos saberes, correspondentes às experiências afetivas, apegadas à causa pública e pessoal.

Por último, no item 2.3- “Os filhos de Guttemberg” e o direito ao voto, os tipógrafos, entre eles Suitberto Padilha, empregado da tipografia do *Constituição*, categoria excluída do processo eleitoral, principalmente o de 1881, do grupo dos seletos (e)leitores cearenses, com renda anual de 200 mil réis, sentiram-se, por isso, injustiçados, já que colaboravam ativamente na fomentação do “*Caminho da virtude, alto e fragozo. Mas no fim doce, alegre e deleitozo*”²⁶, destino da imprensa imaginado por Guttemberg e romantizado pelos versos de Camões, poeta inspirador dos redatores, tipógrafos e (e)leitores, que viam, na imprensa, uma das principais instituições, em que se poderia ensaiar e construir uma cultura político-cearense.

²⁶ STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Fortaleza: Typographia Moderna, 1924, p.16 e 19. Esse verso era usado como epígrafe do jornal *Semanário Constitucional*, órgão liberal, publicado em Fortaleza no ano de 1830. Studart ressalta que os escritos sobre a Independência, União, Imperador e Constituição, de um dos redatores do *Semanário Constitucional*, Angelo José da Expectação Mendonça, ou Angelo Rapadura, serviria “*como lição do que pensavam os jornalistas do tempo e da sua maneira de escrever para o publico*”, tendo por isso indicado o referido periódico a participar da Exposição do Centenário da Imprensa, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1908.

Enfim, tento compreender as teias sociais que se fizeram instrumento de poder, no qual foram inseridos discursos apaixonados e racionalizadores.

Dentro do amálgama da sociedade fortalezense, jornalistas, escritores, intelectuais, tipógrafos e (e)leitores passaram, para as folhas dos impressos, sentimentos, interesses e posturas políticas, quer como quebra-cabeça, quer como enigma, em que não quero, simplesmente, encontrar as respostas, mas caminhar pelas diferentes possibilidades de entendimentos sobre a “realidade”, e colaborar para a construção de uma memória social menos articulada com um conceito de periodicidade, de tempo histórico, da “modernidade” capitalista do século XVIII, que fizeram do jornal de ontem, jornal velho, às vezes ininteligível, negando pois, a necessidade da intercessão entre passado, presente e futuro.

Pretendi escrever um texto sem tantos mistérios, mais acessível, que fosse realmente ao encontro das interações do leitor de jornais, de livros de história, etc.,

P A R T E I

“UM ESTUDO CRITERIOSO E DESAPAIXONADO” DO JORNALISMO CEARENSE LIBERAL E CONSERVADOR.

“(...) O jornalismo é a conversção stenographada de povo para povo, assim como de homem para homem. O historiador não tem já necessidade de reconstruir pela hypothese, e de caminhar por conjectura, tem sob os olhos de quadro completo, mas immenso, de particularidade da vida contemporânea; o sêu trabalho não consiste em advinhar, mas em desenvolver, não cria já agora a imagem de uma epoca; compete-lhe somente refazel-a, reduzila-a e enquadral-a”.

Jornal Cearense, 18/02/1880, (Noticiario).

“(...) O jornal rasga a toda a gente os mais dilatados horizontes, leva-os aos palacios dos reis, ao tugurio do operario, viaja pelos grandes agrupamentos humanos, pelos hospitaes, pelas prisões, mostra-lhes o mundo inteiro, fazendo ensinamentos”.

Palavras do jornalista, poeta e um dos colaboradores do Cearense, Pedro de Queiroz. (QUEIROZ, Pedro. 1854-?. Fragmentos. *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Typographia Minerva, Tomo 19, p. 62, 1914).

Ao empreender esta história, assumi trabalho ambicioso para minha competência. Por isso, de início, afirmo que não proponho construir capítulos sobre a história dos partidos políticos do Ceará, da segunda metade do século XIX, no que diz respeito as suas composições e ideologias²⁷, como tão bem fizeram, por exemplo, Abelardo Montenegro, Maria do Carmo Ribeiro Araújo, Celeste Cordeiro, José Ernesto Pimentel Filho e Gleudson Passos Cardoso.²⁸

Também não pretendo aqui elaborar novas narrativas para a história do jornalismo cearense, no que se refere, por exemplo, à legitimidade de o jornal *Diário do Governo do Ceará*, publicado em Fortaleza, 1824, ter sido ou não o primeiro jornal impresso no Ceará. Ou sobre os desfalques da compilação dos jornais existentes no Ceará, feita por Guilherme Studart e Perdigão de Oliveira, ainda no início do século XIX e primeira metade do século XX, pois nisso tudo se detiveram Geraldo Nobre e Oswaldo de Araújo, respectivamente.²⁹

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial; Teatro de Sombras: a Política Imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 181. Segundo Carvalho, no que se refere ao estudo sobre os partidos políticos imperiais, tem-se como elementos de discussão, a composição social e a ideologia partidária dos filiados, vista de modo particular e decisivo na condução da política imperial.

²⁸ MONTENEGRO, Abelardo F. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza: Ed. UFC, 1980; ARAÚJO, Maria do Carmo Ribeiro. O Poder Local no Ceará. In: SOUZA, Simone (Coord.) *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994; CORDEIRO, Celeste. *Antigos e Modernos no Ceará Provincial: Progressismo e Reação Tradicionalista no Ceará Provincial*. São Paulo: Annablume, 1997; PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *Urbanidade e Cultura Política. A Cidade de Fortaleza e o Liberalismo Cearense no Século XIX*. Fortaleza: Ed. UFC, 1998; CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas da Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política. (1873-1904)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

²⁹ NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução à História do Jornalismo Cearense*. Fortaleza: Gráfica Editora Cearense, 1974, p. 41-53; OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. Catálogo dos jornais, revistas e outras publicações periódicas do Ceará. 1824-1904. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Guarany, Tomo 19, 1905; STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Fortaleza: Typographia Moderna, 1924 e ARAÚJO, J. Oswaldo. *Imprensa do Passado. Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Studart, Tomos 87 e 88; ano, 1974 e 1983, p.87-92 e 112-116, respectivamente. Oswaldo Araújo nasceu em Ipú no Ceará, em 1894, era advogado e desde os 16 anos colecionava jornais brasileiros, e em especial os periódicos cearenses. Em 1974 e 1983, publica, respectivamente, listagens dos jornais cearenses saídos nos anos de 1874, 1924 e 1873, 1923, que ficaram de fora dos catálogos de Guilherme Studart e

A primeira parte desta dissertação é uma tentativa de historiar, em face de preciosas contribuições historiográficas, citadas anteriormente, e de fontes/objetos documentais diversos, episódios de intensa e conflituosa relação entre cultura impresso-jornalística, cultura político-partidária e (e)leitores -correligionários e colaboradores que mandavam cartas para as redações dos jornais *Cearense* (1846-1891), liberal, do *Constituição* (1863-1889) e *Pedro II* (1840-1889), conservadores- intermediada, em dado momento, pelas campanhas eleitorais, após lei que amparou as eleições diretas, entre 1880 e 1881.

Desse modo, Araújo, Montenegro, Pimentel, Cordeiro e Cardoso deram as bases, para principiar o percurso acerca de “*um estudo criterioso e desapassionado*” do jornalismo cearense liberal e conservador. Ou seja, um estudo dos programas partidários, tendo em vista os pleitos eleitorais, propagados por jornalistas, tipógrafos e (e)leitores, sem me deixar levar explicitamente pelas contendas aparentemente apartidárias, melhor, “*desapassionadas*”, ou só pelo ideal jornalístico, como sugere a direção do jornal *Cearense*.³⁰

Assim, Maria do Carmo Araújo esclarece que, a partir de 1840, para todo o território brasileiro, com a reforma do Código do Processo Criminal (Lei 261, de 3 de dezembro de 1841), prática política e poder judicial tornaram-se, para o poder central do Imperador e, conseqüentemente, para os presidentes de província, praticamente um só: “*os chefes de polícia, delegados, e subdelegados, além de ficarem sob o arbítrio do Imperador ou dos presidentes, tiveram suas atribuições ampliadas com a incorporação do setor judiciário às funções policiais*”.³¹

A figura do presidente de província passava a representar institucionalmente, através de eleições indiretas, a força dos poderes legislativo, executivo, judiciário e moderador.

Nesse sentido, no Ceará, como em todas as outras províncias, pode-se dizer que a formação dos partidos liberal e conservador, fez-se necessária para assegurar a permanência de velhas lideranças, a dos proprietários de terra, e

Perdigão de Oliveira, com o intuito de consagrar, sem maiores críticas e de forma mais sólida, o aniversário de cem anos do jornalismo cearense (1824-1924).

³⁰ Jornal *Cearense*, 04/10/1882, (*Cearense*).

³¹ ARAÚJO, Maria do Carmo Ribeiro. Op. Cit., p.115.

legitimar o comando de novos grupos políticos, dos bacharéis, na administração pública local:

*“Os pleitos eleitorais tornaram-se a forma legítima do predomínio dos grupos oligárquicos na presidência da província. Ao que atesta os primórdios da capenga e débil democracia brasileira, a composição das assembleias provinciais por uma maioria de indivíduos comprometidos com interesses dos chefes locais, possibilitou o domínio dos recursos públicos em favor dos correligionários de determinada facção. Assim, as concessões de cargos, controle da polícia e dos órgãos administrativos propiciaram a manutenção do poder e, por conseguinte, o controle da máquina eleitoral em troca de favores comuns e pessoais”.*³²

Ocorre, ainda em 1834, com a primeira nomeação de José Martiniano de Alencar, para presidente da província cearense, o entrosamento da região do Cariri, importante localidade que abarcava várias comarcas do interior cearense, com a capital, Fortaleza, sede do governo, e a aparição da facção Liberal apoiada pelo regente Feijó.

A queda de Alencar, em 1837, oportunizou a Miguel Fernandes Vieira, um de seus opositores, a criação do partido Conservador, demonstrando a influência política dos Inhamuns, outra região pertencente ao interior do Ceará.

Araújo, comentando a formação político-partidária cearense, aponta forte relação entre os partidos, liberal e conservador e a imprensa (jornais *Gazeta do Norte* (1880-1892), *Pedro II* e *Constituição*), nas disputas por cargos públicos, tendo por base idéias e experiências européias.

Daí relata que, junto ao desenvolvimento do partido conservador, no Ceará, e às empreitadas políticas dos Fernandes Vieira, criou-se o jornal *Pedro II* em 1838, do princípio até 1840, denominado *Dom Pedro II*, e que existiram sucessivas mudanças na direção desse jornal, devido também às mudanças de chefes do partido ao qual o periódico pertencia, como aconteceu em 1862, quando tanto o comando do jornal *Pedro II* como o do partido conservador cearense estiveram nas mãos de Gonçalo Batista Vieira.

³² CARDOSO, Gleudson Passos. Op. Cit., p.25.

O jornal demonstrava ser mecanismo de comunicação, de apresentação social, política e partidária, de defesa às críticas da oposição, de associação e de divergência. Quando ocorriam cisões entre partidários, tratava-se logo de criar outro periódico. Assim foi o aparecimento do jornal *Constituição*, em 1863, sob a liderança de Domingos Nogueira Jaguaribe e Joaquim da Cunha Freire, que haviam rompido com os Fernandes Vieira. Esse rompimento foi responsável por referendar os correligionários de Fernandes Vieira, como conservadores-carcarás e os de Jaguaribe e Cunha Freire, conservadores-graúdos.

Quanto ao Partido Liberal, a autora esclarece que, depois de Alencar, foi o Senador Pompeu, Thomás Pompeu de Sousa Brasil, a grande liderança dos liberais até 1877, quando faleceu, tendo contado com a participação significativa da família de Francisco Paula Pessoa, até 1880, momento em que houve uma cisão entre essas lideranças, e o Dr. Thomas Pompeu Filho funda o jornal *Gazeta do Norte*.

Abelardo Montenegro, para tratar das formações e ações dos partidos políticos do Ceará, contextualiza-os com as datas e fatos da história política brasileira, como a independência, a maioria, período monárquico, apoiado em pesquisa bibliográfica e em jornais cariocas como *Gazeta de Notícias*, e nos cearenses, principalmente o *Pedro II*, *Constituição* e o *Cearense*. Esse último aparece em destaque por ser responsável pela consolidação do partido liberal cearense, ou chimango, na segunda metade do século XIX.

Montenegro trata, por exemplo, do posicionamento receoso do jornal *Cearense* diante da Lei Saraiva, sancionada em janeiro de 1881, que “*introduzia os títulos eleitorais e fazia surgir o eleitorado permanente. O voto, que era concessão das qualificações, transformava-se, no dizer de Ruy Barbosa, em direito nato e indefraudável do cidadão*”³³ e assegurava, aos analfabetos, incluindo os que não soubessem assinar o nome, o direito ao voto mediante comprovação de renda legal, o que outrora lhes era negado.

³³ MONTENEGRO, Abelardo F. Op. Cit., p.45.

No entanto, apesar da perspectiva de justiça, nada de concreto iria oferecer os alistamentos eleitorais, se quase toda a população era analfabeta, pobre e submetida aos “*caudilhos rurais*”.³⁴

Ocorreu sim a descentralização parcial dos partidos sobre a proclamação dos eleitos, pois:

*“...antes da Lei Saraiva, os partidos recorriam a processos condenáveis para vencer: divisão conveniente dos círculos, controle das massas eleitorais, emprego da força policial... Assim é que o Cearense, em edição de 29 de outubro de 1881, no editorial sob o título de ‘comércio de votos’, escalpelava a ‘escravização ao dinheiro’, a ‘feira de consciência’...”*³⁵

Por esse caminho de reflexão, depreende-se que, com a lei Saraiva, os correligionários e as lideranças dos Partidos Conservador e Liberal ficaram ainda mais temerosos ao verem ameaçados os interesses particulares das grandes famílias Fernandes Vieira, Pompeu e Paula Pessoa, não por acreditarem puderem o povo, na realidade, escolher democraticamente/livremente seus representantes, mas por que tinham dúvidas quanto à autoridade intelectual dos eleitores ao participarem dos pleitos sob qualquer circunstância.

Montenegro finaliza a parte referente ao período monárquico, fazendo considerações acerca das elites políticas brasileiras, na colônia e no império. Diz que a política por elas exercida, formada nas bases da aristocracia rural e por bacharéis, foi a da exclusão do povo das comarcas do interior da província e das capitais, durante todos os trâmites da administração “pública”, dos planejamentos e execuções de obras. Nas últimas décadas do século XIX, imbuídos de sentimentos abolicionistas e republicanos, essas elites se agrupam em partidos, a partir de ideais liberal e/ou conservador, para então estabelecerem a ordem local e particular frente às eleições diretas sem que, para isso, fosse preciso transformações e fortes oposições: “*A história política do império resumia-se na*

³⁴ Id. Ibidem., p.46.

³⁵ Id. Ibidem., p.46 e 47.

gangorra política. Nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder”.³⁶

Nessas conjunturas, os jornalistas partidários do *Cearense*, *Constituição* e *Pedro II* ofereciam, nos momentos decisivos da eleição, os elementos para tornar mais fáceis as diferenciações, por meio do debate ordeiro, o da palavra impressa, pois esses eram pressupostos inerentes à missão da imprensa, disposta a articular os interesses entre redatores, governo e a pequena parcela de (e)leitores, que juntos, supostamente representavam toda a sociedade.

José Ernesto Pimentel Filho trata de uma cultura política, pautada no liberalismo que acompanhou o desenvolvimento urbano da cidade de Fortaleza, no século XIX. Assim, modernidade, classes senhoriais, cidade, pobreza, catolicismo e literatura são os motes de toda a discussão liberal para ler Fortaleza e os fortalezenses, extraídos do jornal *Cearense*, principalmente, e do *Constituição*. O conservador *Pedro II* fica fora das análises de Pimentel, mesmo tendo sido um dos mais insistentes tradutores do liberalismo propagado pelo *Cearense*.

Como deixou claro Montenegro, tratar de política partidária, no Ceará, por quaisquer vieses, cultural, econômico ou político, deve-se necessariamente ler com atenção os jornais *Cearense*, *Constituição* e o *Pedro II*, por que foram expressões da construção da narrativa de imposição dos letrados, políticos de carreira, comerciantes e iletrados.

O trabalho de Celeste Cordeiro, no capítulo “*Confronto de idéias políticas no jornalismo cearense-1865-1889*”, ressalta as idéias imbutidas nos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*. Afirma que esses jornais, nos meados do século XIX, pretenderem, mas não tiveram papel significativo na contribuição do desenvolvimento intelectual, civil e de progresso, por isso foram pouco fomentadores da discussão sobre comportamentos e sociabilidades na província, haja vista a duvidosa legitimidade dos jornalistas, emissores desses princípios. Para a autora é somente no segundo quartel do XIX que as folhas partidárias ganham relevância:

³⁶ Id. Ibidem. p. 54.

*“É uma infelicidade que a imprensa em nossa terra não tenha chegado àquele grau de civilização e urbanidade que era para desejar; mas resta-nos a glória de termos feito decididos esforços de desviarmos a imprensa dessas lutas de personalidades vergonhosas que, sem corrigir o menor defeito, só servem de eternizar ódios pessoais. (...)A ação da imprensa pode ser latente e vagarosa; não é por isso menos real e verdadeira. É a gota d’água que gasta a pedra”.*³⁷

Dessa maneira, cabe particularizar esses jornais, dialogando com os jornalistas, colaboradores, (re)conhecendo o envolvimento das tipografias, dos tipógrafos na composição e impressão dos papéis políticos das campanhas eleitorais partidárias. E a participação dos (e)leitores no processo de elaboração do que viria a ser o desejo de aceitação, cautela e verdade, características dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*, respectivamente, com vontade própria, preferência ideológica, mesmo ou devido as contradições do segundo império.

³⁷ CORDEIRO, Celeste. Op. Cit., p.147.

1.1- “O desejo de estima e de boa opinião”. Cearense

“Fortaleza, 4 de Outubro de 1882. As columnas do Cearense apresentam-se hoje radiantes de jubilo para commemorar o trigesimo sexto anno de seu anniversario. Para quem conhece os embaraços que a cada passo se oppõem a uma empreza desta ordem, não estranhará a razão aliás plausível de nosso justo regosijo.

(...) E como podia deixar de ser assim, si no desempenho de sua elevada missão o Cearense sempre inspirou-se nas lições de patriotismo dessas venerandas gerações que sonhando com as futuras grandesas de uma nacionalidade nascente legarão-nos a independencia, o acto adicional e o codigo do processo?

(...) Quando um dia se tentar o estudo criterioso e desapassionado do jornalismo cearense, a justiça do historiador reservará para o decano da imprensa liberal na província, uma pagina dourada em homenagem a homogeneidade e coherencia de idéas que há mantido desde o seu começo, e a coragem e galhardia com que sempre bateu-se pelos triumphos da liberdade. Este dia será o de seu renascimento para a historia. Então, como hoje, o Cearense buscará nos precedentes de sua vida passada novos estímulos para seu futuro procedimento”.³⁸

O jornal *Cearense*, “*orgão liberal*”³⁹, teve o primeiro número impresso em 04/10/1846, domingo, em tipografia e escritório instalado em Fortaleza, capital da província cearense. Logo após a proclamação da República, em 1889, até o último número, em 25/02/1891, os idealizadores, entre eles o conselheiro Rodrigues Junior, substituíram a epígrafe “*orgão liberal*” por “*orgão democrático*”⁴⁰ e, em 1895, fundaram o jornal *Ceará*, órgão do *Partido Republicano Democrata do Estado*, para que fosse possível agrupar outras tendências políticas, como

³⁸ *Jornal Cearense*, 04/10/1882, (Cearense).

³⁹ Na imprensa do Ceará, os jornais ditos órgãos do partido liberal “apareceram e desapareceram”, entre 1824 e 1892, sendo a maior parte deles publicados em Fortaleza, como: o *Recopilador Cearense*, de 1834, *Correio da Assembléa Provincial*, de 1835, *Sentinella Cearense na Ponta de Mucuripe*, de 1838, incluindo o próprio *Cearense*, de 1846, *Jornal da Fortaleza*, de 1868 e *Gazeta do Norte*, de 1880, entre outros. Ver: STUDART, Guilherme. Os Jornaes do Ceará nos Primeiros 40 annos 1824-1864. *Tomo Especial da Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typographia Studart, Tomo Especial, p. 48-118, 1924; e do mesmo autor: *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Fortaleza: Typographia Moderna, 1924, p.62 e 75. No ANEXO 2, final da dissertação, consta listagem dos jornais cearenses do período de 1824-1904 organizados por Guilherme Studart.

⁴⁰ STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Op. Cit., p. 36-37 e 115.

Martinho Rodrigues, jornalista do *Constituição* (1863-1889), periódico cearense conservador.

O *Cearense* foi fruto do jornal *Vinte e Três de Julho*, de 1840, órgão político fundado para comemorar a ascensão liberal à presidência da província cearense, com a posse do senador Alencar, e do jornal *A Fidelidade*, de 1844, substituição do *Vinte e Três de Julho*, ambos publicados em Fortaleza, sob a direção e redação de Frederico Pamplona, Tristão Araripe e do senador Thomaz Pompeu, que, dois anos depois fundaram o *Cearense*, com o apoio dos redatores Miguel Ayres, João Brígido, Dr. José Pompeu, Conselheiro Rodrigues Junior e João Câmara, que atuou como gerente até 1880, ficando no lugar o Dr. Paula Pessoa.

Nessa data, em virtude de cisão do partido liberal cearense, Câmara fundou outro jornal liberal, *Gazeta do Norte* (1880-1892), órgão dos liberais pompeus, com a participação do senador Thomaz Pompeu, Dr. Thomaz Pompeu Filho, João Brígido, João Lopes e Julio Cesar, dentre outros colaboradores.⁴¹

Logo nos primeiros anos, o *Cearense* foi impresso na tipografia de Francisco Luiz de Vasconcelos, na Rua da Amélia, n.º 14, perímetro central de Fortaleza, hoje rua Senador Pompeu, vendido por 12\$ réis ao ano, pagos adiantados, no escritório da redação, o mesmo da tipografia, onde se recebiam comunicados e correspondências por “*preço razoável*” de 80\$ réis a linha, o que daria para comprar cerca de sete exemplares desse mesmo jornal. Os comunicados eram de responsabilidade do emissor e deviam ser remetidos em carta fechada. O *Cearense* saía uma vez ou mais, por semana, quando as circunstâncias exigiam e permitiam, devido a ocorrências como o naufrágio da embarcação que trazia as “*dusentas e tantas libras*” de tipos do Rio de Janeiro para o prelo do *Cearense*, em outubro de 1846, por exemplo.⁴²

⁴¹ Id. *Ibidem.*, p. 35-37 e 75. Os dados sobre a participação do Dr. Paula Pessoa na gerência do jornal *Cearense*, a partir de 1881, obtive em: GONÇALVES, Adelaide e BRUNO, Allyson (orgs.) *O Trabalhador Graphico*. Fortaleza: Editora UFC, 2002, p. 24 e 25.

⁴² *Jornal Cearense*, 11/10/1846 (Cabeçalho do jornal). Nos anexos, ANEXO 3, tem-se uma visualização dos endereços das tipografias dos jornais citados nessa dissertação, a partir do mapa do centro de Fortaleza de 2003, com base em dados de 1887 e 1879. Constam, então, as oficinas dos periódicos *Cearense*, *Pedro II*, *Constituição*, *Gazeta do Norte*, *Libertador* e do *O Colossal*.

Provavelmente estas eram formas de garantir minimamente a sustentação do jornal, inclusive sua periodicidade, por estar sujeito, muitas vezes a circunstâncias, que atrapalhavam a sua tiragem, como por exemplo, a dependência da chegada dos pacotes com o material tipográfico.

Apesar dos problemas, o *Cearense* se afirmou e circulou por quase meio século, 45 anos, fosse vendido por número avulso ou por assinatura para a capital, comarcas do interior do Ceará e até para o exterior. Evidentemente, isso só aconteceu algum tempo após as primeiras edições, quando o jornal estava com as quatro páginas completas de várias colunas e anúncios.

Em 1880, passou a ser impresso na tipografia *Brasileira* de Paiva e Cia., na Rua Formosa, nº 21, atual Barão do Rio Branco, que dava acesso aos demais estabelecimentos comerciais e culturais que encantavam a elite cearense, como os cafés e as academias literárias. Nesse mesmo ano, Joaquim Lopes Verçosa se torna o impressor do *Cearense*, o qual passou também a ser publicado e distribuído diariamente para venda avulsa e para os assinantes, com o auxílio de meninos jornaleiros.⁴³

Em 1887, continuava na Rua Formosa, ao lado do poente, no sobrado de n.º 88, pertencente ao Conselheiro Rodrigues Júnior e família, mais precisamente, no pavimento térreo onde funcionou a tipografia particular do *Cearense*, da qual Rodrigues Junior era redator e proprietário.⁴⁴

Foram tipógrafos: Joaquim Lopes Verçosa, Antonio Augusto Leite, José Ribeiro da Rocha Moreira, João Baptista Leite, Vicente de Paula Galvão, José Anastácio Lopes do Patrocínio, Agostinho Luiz Arnaad, Manoel Urçulo Uchôa, José Alves Torres, Voltaire de Souza Tenorio, Candido José Cordeiro, Francisco

⁴³ *Jornal Cearense*, 1880, (Cabeçalho e *Annucios*). Não encontrei no montante das fontes, dados sobre a tiragem, quantidade de assinaturas ou de leitores dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*.

⁴⁴ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Inscrição do Arrolamento da População da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio, capital da província do Ceará de 1887. Ala 19, Estante 413, Livro: 355.

Manoel de Lima, Raimundo Monteiro do Nascimento Falcão⁴⁵, Antonio Ricardo da Silveira⁴⁶ e Antonio Ricardo da Silveira Filho.⁴⁷

As assinaturas na capital custavam por um ano 12\$000; nove meses, 10\$000; seis meses, 7\$000 e três meses, 4\$000. Interior: um ano, 14\$000; nove meses, 11\$000; seis meses, 8\$000; três meses, 5\$000. Número avulso, 500 réis, anúncios a 100 réis a linha, com pagamento adiantado, no escritório do jornal, na Rua Formosa, nº 21. Nota-se que o valor da assinatura, no interior da província e exterior, era quase o mesmo da capital, o que significava intenção de proximidade e reciprocidade entre a folha liberal e os partidários de outras localidades.

Através do anúncio comercial de loja de modas, é possível fazermos a comparação entre o valor da peça de tecido e o preço do jornal, desconsiderando os valores e interesses pessoais específicos para além do que é anunciado em termos monetários pelos dois produtos: “*Novidade. 400 rs o metro! De lanzinhas de cores, com bonitos padrões, vendem Antonio Gonçalves da Justa & Comp*”.⁴⁸ Sendo assim, o *Cearense* custava 100 réis a mais que um metro de “*lanzinhas*”, o que demonstra, de um lado, não ser um produto acessível a muitos, e, de outro, demonstra também sua importância, e “status”, para parte da sociedade que o adquiria.

Contudo, mesmo os (e)leitores afeiçoados aos interesses propagados pelos jornalistas liberais do *Cearense*, prováveis assinantes, não cumpriam o compromisso do pagamento com assiduidade necessária. Apesar da tentativa da redação do *Cearense* de se impor como sinônimo de “status” social, de saber e poder diante de uma sociedade de iletrados, a inadimplência era um problema para a caixa do *Cearense*:

⁴⁵ *Jornal Libertador*, 28/09/1881. João Cordeiro, redator do jornal *Libertador* (1881-1892), órgão da *Sociedade Cearense Libertadora* dedicado à causa abolicionista, publica nesse dia, na coluna *Libertador* (espécie de editorial), o manifesto de adesão da *Classe Typographica Cearense* ao movimento abolicionista, onde cita os nomes dos tipógrafos dos jornais *Cearense*, *Constituição*, *Gazeta do Norte*, *Pedro II*, *Jornal do Comércio* (1881), *Equador* (1881) e *Mequetrefe* (1881), todos impressos em Fortaleza.

⁴⁶ O nome do tipógrafo Antônio Ricardo da Silveira, que também trabalhava na tipografia do jornal *Cearense*, foi encontrado no seguinte documento: APEC. Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Inscrição do Arrolamento da População da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio, capital da província do Ceará de 1887. Ala 19, Estante 413, Livro: 355.

⁴⁷ Segundo consta no jornal *Cearense*, 21/12/1883, (*Annuncios*).

⁴⁸ *Jornal Cearense*, 02/04/1880 (*Annuncios*).

“Aos nossos assignantes- Estando a terminar-se o presente ano rogamos aos subscritores deste diario o favor de satisfazer suas assignaturas afim de que não soffram interrupção na remessa do jornal, que realmente será sustada a todos os que em tempo não satisfizerem os seus compromissos.

*O Cearense tem seus agentes e procuradores nas diversas localidades da província, e nas partes onde não os houver, podem dirigir-se pessoalmente ao escriptorio da Redação, a rua Formosa n.º 21”.*⁴⁹

“AVISO

Aos nossos assignantes.

Pedimos aos nossos assignantes que estão em debito para mandar pagar as suas assignaturas atrasadas.

Aos nossos correspondentes nas diversas localidades enviamos contas correntes, e com elles se devem entender.

*Não desejando suspender a remessa de jornaes sem previo aviso, rogamos-a todos que satisfação os seus compromissos, para que a empresa possa offerecer os brindes que a todos tem em vista fazer, ao começo de 1883”.*⁵⁰

O Cearense precisava ser leitura obrigatória, as idéias precisavam também ser sustentadas financeiramente e, para isso, era necessário, a todo custo, agradar ao público de (e)leitores liberais, correligionários e amigos, oferecendo-lhes calendários e mensagens fraternas, por exemplo:

*“Com o nosso numero de 1º de janeiro distribuimos a folhinha do novo anno. É o brinde do Cearense aos seus assignantes, a quem comprimenta, desejando a mais prospera fortuna no periodo que acaba de ser inaugurada pelas festas de natal, anno bom e reis”.*⁵¹

Desse modo, durante as comemorações do 36º ano da edição do jornal Cearense, em 1882, os jornalistas enfatizaram a importância da criação de uma espécie de consciência histórica dos significados e representações em torno do que se historiou e do que eles ainda iriam narrar nas colunas do jornal. Estavam preocupados em construir, legitimar e preservar, para o revigoração presente e futuro, a memória sócio-histórica do jornal Cearense, enquanto símbolo exemplar

⁴⁹ Jornal Cearense, 05/11/1880, (Cearense).

⁵⁰ Jornal Cearense, 29/10/1882, (Cearense).

⁵¹ Jornal Cearense, 03/11/1882, (Noticiario).

de resgate da história do Ceará, do partido liberal e do jornalismo cearense. Reivindicavam que “*um estudo criterioso e desapaixonado do jornalismo cearense*” colocasse, em evidência, o que o diferenciava de outros periódicos, principalmente os conservadores *Pedro II* e *Constituição*, que, por meio de “insultos” ou “palavras virulentas”, procuravam atingir as sensibilidades alheias, descontentes com a ascensão do liberal José Júlio de Albuquerque Barros á presidência da província, no período de 08 de março de 1878 a 02 de julho de 1880.

Respondendo as críticas que os conservadores faziam às medidas adotadas para amenizar o cotidiano de seca dos cearenses do interior e dos retirantes chegados à capital, Fortaleza, o *Cearense*, além de apoiar a ação do governo provincial, denunciava o fato de os jornais opositores faltarem com a verdade:

“É tão fácil formular uma censura a qualquer acto da administração, que ahi vemos todos os dias sem razão de ser criticadas as medidas mais acertadas, justas e previdentes, como essa da internação dos emigrantes, da maior importancia e alcance quer sob o ponto de vista social, quer economico.

(...) Os dous órgãos da opposição ultimamente desviaram-se da linha em que combatem cavalheiros, fazendo affirmações que não podem comprovar. O Pedro II avançou que se dera já a suspensão dos socorros na provincia, quando ainda hontem se fez larga distribuição a todos quantos ahi se achavam sem ter recebido o auxilio que o governo reserva aos que reemigrão.

(...) A Constituição por sua vez publica uma representação de diversos habitantes do Aracaty com a data simplesmente alterada. Essa representação a presidencia recebeu a daquela cidade, data de 7 de março, quando é certo não se podia contar ainda seguro o inverno e nella se faziam sentir receios pela continuação da calamidade.

(...) Seria simplesmente falso affirmar-se do Aracaty, que não tem havido nos sertões chuvas, que constituão inverno, e que o Jaguaribe ali está sem uma gota d’agua.

Por que não guardar a verdade em tudo?

*Fação opposição, mas por Deus, não sacrifiquem a verdade, suppondo que n’isso está o ganho de sua causa ”.*⁵²

⁵² Jornal Cearense, 18/04/1880, (Cearense).

Para tanto, em todas as edições e, em especial, nas datas do aniversário, o pessoal da redação do *Cearense* ressaltava “o desejo de estima e de boa opinião”⁵³, como um dos seus compromissos para com o público de (e)leitores, principalmente. Tendo em vista as batalhas através da imprensa, em favor da democracia, da liberdade, do progresso, do patriotismo, princípios que, segundo os redatores da folha liberal, não condiziam com a prática do jornalismo conservador cearense.

Tem-se, contudo, um impasse: por que deveria “a justiça do historiador” reservar “para o decano da imprensa liberal” uma “pagina dourada”? Será que a redação do jornal *Cearense* foi assim tão homogênea e coerente em suas idéias, corajosa, galharda, sempre se batendo “pelos triumphos da liberdade”?⁵⁴ Enfim, como os jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição* serviram de instrumentos políticos e ideológicos para os jornalistas cearenses divididos entre os partidos liberal e conservador?

Rémond⁵⁵ alerta para os perigos de mera análise ideológica do liberalismo propagado pelos jornais, “...tal qual é expressa nas obras de filosofia política de Benjamin Constant, na tribuna das assembléias parlamentares, na imprensa, nos panfletos”, sem conjuntamente levar em conta a abordagem sociológica que traga, à tona, e discuta outros pensamentos, desejos, personagens e outras realidades, que não sejam só as formuladas pelos jornalistas do liberal *Cearense*, por exemplo, norteados pela necessidade de discutir a probidade do governo pessoal do imperador D. Pedro II, a contragosto dos articulistas das folhas conservadoras, *Pedro II* e *Constituição*, ou mesmo, o direito de votar ou não dos analfabetos⁵⁶, entre outros assuntos da mesma ordem.

Capelato⁵⁷, nesses termos, analisou os fundamentos do Liberalismo destacados pelas folhas paulistas, entre as décadas de 1920 e 1940, alertando

⁵³ Jornal *Cearense*, 13/12/1846, (*Cearense*).

⁵⁴ Jornal *Cearense*, 04/10/1882, (*Cearense*).

⁵⁵ RÉMOND, René. *O Século XIX. 1815-1914*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1974, p. 25-26.

⁵⁶ Jornal *Cearense*, 18/02/1881, (*Cearense*).

⁵⁷ Ver as obras de Maria Helena Rolim Capelato: *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988; *Os Arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista. 1920-1945*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989, p. 92 e 134; e *Multidões em Cena. Propaganda política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

para a continuidade de um projeto liberal pretensioso e autoritário, oriundo do século XIX, para a imprensa brasileira, como a busca de fórmulas adequadas à solução do conflito entre capital e trabalho e a preocupação em evitar ou corrigir as deformidades do “*corpo social*”.

Os discursos apegados aos ideais liberais europeus que marcaram o periodismo brasileiro, no século XIX⁵⁸, eram proferidos por redatores, colaboradores e (e)leitores, no *Cearense*, de forma concomitante às definições dos usos da imprensa, constituindo verdadeiros “sentinelas”, em oposição às administrações e aos periódicos conservadores, liderados por jornalistas como Manoel Felisardo, presidente da província do Ceará, em 1838, e um dos idealizadores do jornal *Pedro II*.

Devido à institucionalização da condição de cidade e capital da província cearense, Fortaleza foi o espaço privilegiado de divulgação dos interesses burgueses de comerciantes, proprietários de terra, funcionários de governo e militares, em diferentes nuances, e dos intelectuais cearenses que criaram sociedades literárias, jornais e revistas, órgãos fundamentais na projeção, visibilidade e leitura de idéias e propostas de atuação social e política, em nome da imprensa, do progresso, da civilização, do Ceará e da nação brasileira.

Assim, os colunistas liberais procuravam transformar o *Cearense* em instrumento “ideal” para adequada leitura e compreensão do espaço urbano e social de Fortaleza do século XIX, que, em 1887, contava com cerca de 27 mil habitantes, e do total, pouco mais de nove mil pessoas sabiam ler ou tinham profissão, muito menos acesso ao referido jornal. Essa população formou o quadro de ruas de casas de palha e choupanas, de meretrizes que moravam ao lado do tão pomposo Passeio Público e da Cadeia Pública repleta de “infratores”

⁵⁸ As obras apontadas a seguir são ótimas referências para se tentar problematizar a inserção do ideário liberal europeu no jornalismo brasileiro, cearense, no século XIX: CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta. Periodismo e Vida Urbana. 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2000; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio. Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

dos “códigos da moral e dos bons costumes”⁵⁹, configurando um contexto paralelo aos textos impressos no *Cearense*.

As ações liberais passaram a ser impressas de forma mais contundente, a partir da segunda metade do século XIX, apoiadas na “necessidade” de aformosear a cidade, de manter os corpos sadios em ruas limpas, de vigiar e regenerar a sociedade, de vislumbrar o progresso e a civilização “iminente”, não em favor da maioria necessitada, mas da minoria de bacharéis interessados nos cargos públicos, distribuídos conforme os resultados das eleições para presidente da província cearense, disputadas entre representantes liberais e conservadores.

O jornalismo expunha o caráter partidário ao lutar para conquistar o voto de eleitores, leitores afortunados, correligionários, enfim, de boa parcela de distintos freqüentadores da *Biblioteca Publica da Provincia do Ceara* que durante os anos de 1878 a 1887, visitaram-na para ler os jornais da Corte, jornais de outros países, da província cearense e, dentre esses, principalmente o *Cearense*, como deixou registrado, por exemplo, o leitor/jornalista José de Barcellos, nos meses de maio, junho e setembro de 1879.⁶⁰

Para tanto, os articulistas do *Cearense* projetavam, para a sociedade cearense, algumas reformas urbanas e sociais, em meio às discussões republicanas e abolicionistas das efervescentes agremiações literárias⁶¹, de

⁵⁹ APEC- Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Inscrição do Arrolamento da população da freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio e de São José, da cidade de Fortaleza, capital da província do Ceará de 1887. Ala 19, Estante 413, Livros 355, 382, 383, 384 e 444.

⁶⁰ APEC- Fundo: Interior e Justiça. Série: Arquivo Público, Biblioteca Pública e Museu Histórico do Estado do Ceará/ Biblioteca Pública do Estado do Ceará- Livro de Leitores. Ala 20, Estante 444, N.º 341. Data limite 1878/1887. Segundo Studart (STUDART, Guilherme. *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense. vol. 2*. Fortaleza: Typo-Lithographia á vapor, 1913, p. 98-102), José de Barcellos foi professor adjunto das escolas públicas de Fortaleza em 1856-1862 e 1867-1869. Nesses últimos anos foi também bibliotecário da Biblioteca Pública da Província cearense da qual era assíduo freqüentador. Atuou no jornalismo cearense, tendo fundado o jornal *Estrella*, em 1859, escrito longa série de artigos sobre o estado do ensino público para o *Cearense*, em 1864, também se engajou nos jornais *União Artística*, em 1864, *Gazeta do Norte*, em 1880, e no ano de 1891 nos periódicos *Libertador* e *O Estado do Ceará*.

⁶¹ CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política* (1873-1904). São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000. Segundo Cardoso, em seu resumo: “No período compreendido entre 1873 e 1904, as máquinas literárias dos intelectuais cearenses digladiaram-se em meio às tentativas pela consolidação da ordem burguesa naquele território social”. As máquinas literárias as quais o autor se refere são: *Academia Francesa* (1873-1875), o *Clube Literário* (1887-1889), a *Padaria Espiritual* (1892-1898), a *Academia Cearense* (1894-1904. 1º fase) e o *Centro Literário* (1894-1904).

crescente, diversificado e, por isso, ameaçador movimento jornalístico no Ceará⁶², do aparecimento de outros tipos de impressos⁶³, como revistas, almanaques e outras publicações periódicas. Além disso, podemos aquilatar a importância do jornal, naquele momento, também pelas constantes promessas de negócios comerciais por meio de anúncios⁶⁴, incentivados pelos proprietários do jornal *Cearense* e pela tipografia *Brasileira* responsável pela impressão, que associavam o anúncio e a venda do produto propagado à persistência dos anunciantes em acreditar no jornal *Cearense* e no poder de compra e consumo do seu público leitor:

*“Os annuncios- Dizem os americanos que os annuncios nos jornaes só começam a ter importancia depois de publicados pela setima vez. Eis como elles explicão o caso: 1º inserção, o assignante não vê o annuncio. 2º vê mas não lê. 3º lê. 4º repara no preço do objecto annuciado. 5º falla do annuncio a sua mulher e mostra-lho. 6º decide-se a comprar. 7º compra. Achamos muito sensata esta maneira de pensar, e os Srs. annunciantes devem seguir esse systema pois o resultado, como se vê, é a venda do objeto annuciado”.*⁶⁵

Na empreitada de atrair os anunciantes e (e)leitores para as lutas em nome do partido liberal, com o intuito de “representar” o povo pobre e sem instrução na presidência da província, consolidando-se dirigentes da imprensa cearense, juntaram-se, à redação do *Cearense*, ilustres (des)conhecidos, personagens

⁶² ROCHA, Demócrito. A Imprensa do Ceará. In: GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. *O Ceará*. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1966, p.326-327. De acordo com Rocha, na década de 1850, o número de novos jornais no Ceará somava 21; nas duas décadas consecutivas a esta se constata o número de 116 novos jornais, e de 1880 a 1889 aparecem 175 novos jornais. Esses periódicos, vale lembrar, formaram um conjunto heterogêneo de partidarismos e intenções. Encontra-se em ANEXO, no ANEXO 2, uma compilação dos jornais cearenses saídos entre os anos de 1824 e 1904, elaborado por Guilherme Studart.

⁶³ STUDART, Guilherme. Estado do Ceará. Jornaes, Revistas e outras publicações periodicas de 1824-1908. *Revista do IHGB*. Partes I, II e V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 221-319.

⁶⁴ Compreendendo que uma das maneiras de abordar o impresso é “...como uma mercadoria produzida para o comércio e para o lucro...” (Ver: CHARTIER, Roger. ROCHE, Daniel. O Livro. Uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. *História Novos Objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995, p. 99) e que “...os jornais do final do século XIX já apresentavam páginas repletas de anúncios dos mais variados produtos...” (Ver: SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Propaganda e História: antigos problemas, novas questões. *Revista Projeto História*. São Paulo, nº 14, p. 92,1997).

⁶⁵ *Jornal Cearense*, 06/03/1881, (Noticiário).

anônimos que não assumiam a autoria dos artigos publicados nas colunas e, com isso, não se sentiam obrigados a cumprir com suas palavras.

No entanto, foi preciso estar fora e dentro desses jornais, ser andante nessa cidade de letras e “typos”, caminhando nas pistas deixadas em outros espaços de fomentação do saber intelectual e político, para que eu pudesse recriar outros textos a partir dos já elaborados, desafiando, então, a onipotência dos jornalistas liberais para com a versatilidade dos jornalistas conservadores.

Nesse sentido, Cardoso⁶⁶ mostra a busca de legitimidade das ações políticas das academias, clubes, centros literários, em particular, a *Padaria Espiritual*, por ter sido *sui generis* e pela forma distinta com que se reportou aos anseios das instituições políticas nacionais através de traços cotidianos da cultura popular cearense, em Fortaleza nos meados do século XIX. A partir das vicissitudes das práticas letradas impressas em jornais, revistas e obras literárias em geral, enfim, nos órgãos formadores de opinião pública, como os jornais *Cearense*, *Pedro II*, *Constituição*.

As obras de época, livros de memória, periódicos científicos e literários, como o jornal *O Pão...da Padaria Espiritual* (1892-1896), a *Revista da Academia Cearense* (1894) e a *Revista Trimestral do Instituto do Ceará* (1887), foram textos utilizados de modo específico por Cardoso para ler a atuação das “razões de um pensamento institucional”⁶⁷, preocupado em debater luzes, seca e abolição, bem como a instauração do regime republicano, pautas pertinentes em determinado momento no Ceará:

“Assim, pode ser percebido que na atividade de imprensa e literatura de Fortaleza, entre o final do século XIX e o início do século XX, foi bastante diversificada, nas propostas, projetos e ideários que tinham como finalidades históricas da época, em que estavam em discussão o modelo de Estado, a identidade da Nação e organização social...os intelectuais cearenses, distribuídos entre maçons, positivistas, intelectuais orgânicos, abolicionistas e poetas malditos, estiveram dessa

⁶⁶ CARDOSO, Gleudson Passos. Op. Cit.

⁶⁷ CARDOSO, Gleudson Passos. Op. Cit., p. 46.

*forma empenhados nos debates cotidianos que deveriam organizar a vida em sociedade”.*⁶⁸

Na mesma perspectiva, Almir Oliveira⁶⁹ procura entender “a *Fortaleza através das letras*”⁷⁰, abordando as ações e o pensamento social dos letrados cearenses, por meio dos conteúdos dos textos que escritores e jornalistas produziam para jornais, revistas, obras completas e outros impressos, na tentativa de convencer a opinião pública quanto à importância das suas posições, no espaço cearense, no final do século XIX, marcado pelo processo de urbanização, pelo afloramento das idéias liberais e conservadoras, dos produtos europeus, pelo posicionamento político-institucional frente à máquina administrativa, isto é, pela disputa da presidência da província e por outros cargos da assembléia etc., em meio aos embates gerados pelas campanhas abolicionista e republicana.

Para tanto, este trabalho pretendeu, especificamente, adentrar nas instituições educacionais - no *Colégio Lyceu* (1845), no *Atheneu Cearense* (1863)- para entender a formação intelectual de alguns letrados cearenses, que, como o senador e jornalista do *Cearense*, Thomás Pompeu de Souza Brasil, se inspiraram e buscaram, nessas escolas, forças para se engajar nas problemáticas dos anos entre 1870 e 1890, as repercussões da seca de 1877, que os obrigavam a refletirem sobre a realidade cearense, denunciando-a e produzindo uma narrativa evolucionista e ilustrada para o Ceará.

Assim, bibliografias, memórias, jornais como: *Cearense*, *Constituição*, *Gazeta do Norte*, *Libertador* e *A Quinzena* (1887 e 1888), dentre outros materiais, foram textos a partir dos quais o historiador Almir Oliveira fez um:

“...trabalho de decifração no labirinto de textualidades, afinidades, repertórios, enfim, teias de textualidades ou eleições contínuas entre

⁶⁸ _____ . Literatura, Imprensa e Política (1873-1904). In: Simone de Sousa e Frederico de Castro Neves (orgs). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p.68-69.

⁶⁹ OLIVEIRA, Almir Leal. *Saber e Poder. O Pensamento Social Cearense no Final do Século XIX*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

⁷⁰ COLARES, Otácilio. *Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande*. Fortaleza: Ed. UFC, 1980, p. 66-72.

*referentes, que construíram uma intervenção intelectual na vida social cearense, além de elaborarem uma narrativa desta”.*⁷¹

A literatura e o jornalismo, portanto, foram instrumentos capazes de gerar distinção, prezando o lugar e o papel do letrado como principal elaborador, difusor da civilização, do progresso, da “verdadeira” história política que se processou através das letras e prensas, disseminador do fazer da *Academia Francesa* (1873-1875), por exemplo, que, para reforçar o materialismo cientificista, consolidou a abolição da escravidão da província cearense em 1884. Como conclui Almir Oliveira:

*“...Os movimentos sociais da década da abolição, a reorganização da província, o movimento republicano e a tentativa de inserção do Ceará no progresso material da civilização europeia foram os temas que provocaram debate entre os intelectuais. A imprensa seria o espaço privilegiado para essas ações”.*⁷²

A ação literária foi entendida por letrados do século XIX como ação político-partidária capaz de interferir, transformar o universo iletrado do final desse século, mantendo-se os intelectuais, em posição sempre distinta e irreduzível; enfim, a literatura e os jornais foram parceiros, que almejavam a função de arautos do saber, da verdade, na comunidade iletrada, que cada vez mais era absorvida, de forma unilateral, pelas imagens das letras, os “typos”, pelo eco que vinha de dentro das academias, bibliotecas, das leituras em voz alta nas praças, casas adentro e das tipografias, pelas mãos dos tipógrafos.

Assim é que os Jornais não são necessariamente os sujeitos dessa história, em que, num “passe de mágica” chegaram ao público, mas sim os porta-vozes de pessoas ansiosas por enveredar e imprimir seus projetos, a partir de uma estética própria da produção jornalística, tentando obter receptividade e legitimidade diante dos leitores contemporâneos ao século XIX.

⁷¹ OLIVEIRA, Almir Leal. Op. Cit., p.10.

⁷² _____. Universo Letrado em Fortaleza na Década de 1870. In: SOUSA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (orgs.). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p.38.

Ao tratar dos jornais *Cearense*, *Constituição* e *Pedro II*, alguns historiadores e pesquisadores do século XX, através de trabalhos a respeito da urbanização e cultura política liberal na cidade de Fortaleza, no século XIX; das idéias políticas da imprensa cearense, na passagem para a segunda metade do século XIX: Abolição e República; da imprensa cearense abolicionista: posturas e relacionamentos entre Igreja, escravos e senhores; do papel político dos jornais cearenses na transição Monarquia/República; e ainda para construir “*imagens e representações nos anúncios de negros na imprensa cearense, século XIX*”⁷³, ao elaborarem uma história do Ceará associada à história da imprensa cearense, mediante as atuações partidárias dos jornalistas, em meio às suas discussões sobre o uso da imprensa, não consideraram os posicionamentos de tipógrafos, impressores e leitores, e como os textos dos redatores foram tomando corpo no jornal. Ou seja, a utilização da imprensa não foi historicizada como fonte e objeto para o estudo da história, apropriando-se, para tanto, da linguagem ímpar dos jornais.

“Nas relações da História com a Imprensa destacamos dois grandes campos de estudo. O primeiro que chamamos de História da Imprensa, busca reconstruir a evolução histórica dos órgãos de Imprensa e levantar suas principais características para um determinado período. O segundo campo-objeto do presente artigo - é o da História Através da Imprensa, englobando os trabalhos que tomam a Imprensa como fonte primária para a pesquisa histórica.(...)”

Partimos da hipótese geral que a Imprensa age sempre no campo político-ideológico e portanto toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados. Mesmo quando não se faz História da Imprensa propriamente dita- mas antes o que

⁷³ PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *Urbanidade e Cultura Política. A Cidade de Fortaleza e o Liberalismo Cearense no Século XIX*. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar/ Programa Editorial, 1998; CORDEIRO, Celeste. *Antigos e Modernos: Progressismo e Reação Tradicionalista no Ceará Provincial*. São Paulo: Annablume, 1997; CAMPOS, Eduardo. *Imprensa Abolicionista, Igreja, Escravos e Senhores: Estudos*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto/Banco do Nordeste do Brasil, 1984; WEYNE, Walda Mota. *Imprensa e Ideologia: O Papel Político dos Jornais Cearenses na Transição Monarquia/República*. Fortaleza: UFC/NUDOC, 1990 e da mesma autora: *Imagens e Representações: Anúncios de Negros na Imprensa Cearense- Século XIX*. Fortaleza: UFC/NUDOC, s/d; CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política (1873-1904)*. Op. Cit.

*chamamos História Através da Imprensa- está-se sempre ‘esbarrando’ nela, pela necessidade de historicizar os jornais”.*⁷⁴

Dessa maneira, penso que, para compreender a formação, as experiências jornalísticas de políticos de carreira, partidários, bacharéis e intelectuais, na composição dos jornais, *Pedro II*, *Constituição* e o *Cearense*, deve-se levar em consideração nomes que se consagraram, como fazendo parte da elite política e econômica cearense, como o do senador Thomaz Pompeu, Frederico Pamplona, Gonçalo de Lagos, Frederico Borges e outros, pois foi nessas circunstâncias que deixaram marcas em produções biográficas⁷⁵, como também pelas ações na imprensa. José Murilo de Carvalho reafirma a importância da participação desses intelectuais quando diz:

*“(...) Os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos. (...) Mas, novamente, os mais importantes jornalistas da época foram também políticos, bastando citar Evaristo da Veiga, Justiniano José da Rocha, Firmino Rodrigues Silva, Francisco Otaviano, Saldanha Marinho e outros. A imprensa era importante e influente como instituição, mas os jornalistas como tais não constituíam um grupo de elite à parte da elite política”.*⁷⁶

As conotações das participações, na imprensa, dos jornalistas do *Cearense*, primeiramente⁷⁷, só puderam ser relativamente evidenciadas de forma mais individual devido, principalmente, ao *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*

⁷⁴ ZICMAM, Renée Barata. História Através da Imprensa- Algumas Considerações Metodológicas. *Revista Projeto História*. São Paulo: Editora da PUC/SP, n.º. 4, p. 89 e 90, junho/1985. Zicman traz no seu artigo, uma espécie de ficha de leitura dos jornais, melhor, roteiros de caracterização e análise da imprensa periódica, dentre outras notas importantes para quem deseja iniciar um estudo com e/ou sobre jornais.

⁷⁵ STUDART, Guilherme. *Diccionario Bio-Bibliográfico Cearense*. Fortaleza: Tipo-litografia a vapor, 1910 (vol.1), 1913 (vol.2), 1915 (vol.3).

⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 46-47.

⁷⁷ Nos itens 1.2 e 1.3 deste capítulo, farei uma análise específica das atuações e experiências dos jornalistas do *Pedro II* e *Constituição*, respectivamente, nesses periódicos e em outros jornais associando seus envolvimento na política partidária e administrativa cearense. Na parte II, tem-se a participação dos tipógrafos e impressores na arena jornalística cearense criada como instrumento de propaganda política em tempo de eleição pelos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*, e as leituras que os (e)leitores liberais e conservadores fizeram das paixões e compaixões partidárias dos redatores dos jornais já citados, associadas a diferentes modos de compreensão da racionalidade jornalística.

elaborado entre os anos de 1910 e 1915 por Studart, intelectual cearense que também foi ativo colaborador do *Cearense* e de outros periódicos.⁷⁸

Assim é que, nesse dicionário, Studart refaz a própria afirmação, publicada em trabalhos anteriores, sobre a história do jornalismo cearense de 1824-1924, em que consta que o senador cearense Thomaz Pompeu de Souza Brazil, ou senador Thomaz Pompeu, fora um dos fundadores do jornal *Cearense*. Pompeu só teria feito parte da redação do *Cearense* em 1848, dois anos após a fundação da folha liberal, segundo declaração dada a Studart pelo próprio Pompeu, em 1852.⁷⁹

Em 1848, Pompeu teria também criado e publicado, em Fortaleza, o jornal *O Brasileiro*, de menor formato, impresso em papel verde e amarelo, saído da tipografia *Cearense*, a mesma do jornal conservador *Pedro II*, para que os liberais desabafassem à vontade, melhor, para afrontarem, em linguagem virulenta e ousada, os conservadores, postura condenável na redação do jornal *Cearense*, pois podia colocar em jogo a reputação dos seus colunistas, diante dos (e)leitores, correligionários e anunciantes. Acreditavam os amigos de imprensa de Pompeu que jornal político, portanto jornal, era todo aquele que tivesse as raízes ligadas à política partidária, e que não aparecesse apenas nos períodos de eleição e de forma jocosa, como *O Brasileiro*.⁸⁰

O jornal *O Brasileiro* deve ser considerado como um dos símbolos da contradição liberal de Pompeu e demais redatores, a respeito do papel missionário que devia ter a imprensa, propagado no jornal *Cearense*. *O Brasileiro* foi instrumento de divulgação de idéias dos liberais, de pensamentos mais descomedidos que fugiam à regra do ideal de jornal ligado às questões políticas, comerciais e administrativas da província que seguiam as normas consideradas de boa literatura pelo *Cearense*.

⁷⁸ STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Op. Cit.

⁷⁹ Id. *Ibidem.*, p. 141-145 (vol. 3).

⁸⁰ STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Op. Cit., p. 38. Infelizmente, o jornal *O Brasileiro* não consta no acervo das bibliotecas e arquivos públicos de Fortaleza.

No ano de 1850, o jornal *Cearense* ficou sob a direção exclusiva do senador Thomaz Pompeu, pois os colegas Frederico Pamplona, Miguel Ayres e Tristão Araripe ausentaram-se da redação por motivo de viagem. O jornal caracterizou-se então pelo olhar do bacharel em direito, do professor de teologia, do político e chefe do partido liberal cearense - como também o foi seu colega jornalista e renomado criminalista Vicente Alves de Paula Pessoa, Dr. Paula Pessoa.⁸¹

Thomaz Pompeu foi o primeiro diretor do *Liceu no Ceará*, autor de várias obras sobre geografia, história e estatísticas do Ceará e dos cearenses e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, dentre outras sociedades científicas e literárias.

O Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho, em 1868, foi correspondente do jornal *Cearense*, em Recife, quando estudava na Academia de Direito daquela cidade. Depois de formado, em 1872, assumiu junto com seu pai, José Pompeu e João Brígido a redação do *Cearense*. Em 1873, o jovem bacharel fundou o jornal maçônico *Fraternidade*, dedicado à causa da humanidade, com a participação de João Câmara, João Brígido, ambos do *Cearense*, e ainda de Xilderico de Farias e Rocha Lima.

Como o pai, o Dr. Pompeu também se preocupou com a geografia, a história, além do ensino primário, secundário e superior. Com essas preocupações, inaugura, com João Lopes Ferreira Filho, Raimundo Antônio da Rocha Lima e Joaquim Lino da Silveira, a “*Escola Popular*” (1875-1877), com “*ensino grátis a todas as classes da população*”, em especial, para aqueles que largavam os afazeres no fim da tarde e começo da noite, por isso a escola também era conhecida como “*Escola Noturna*”, para conferências sobre História Universal, explicações da Constituição, política do império, ensino moral e leitura de jornais, principalmente o *Cearense*, onde também eram publicadas as convocações para as aulas e notas sobre o funcionamento da escola.

⁸¹ GIRÃO, Raimundo e SOUSA, Maria da Conceição. *Dicionário de Literatura Cearense*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1987, p.182.

O *Cearense* foi assim também meio de instrução, utilizado como material pedagógico para a educação do povo, ganhando, dessa forma, o “status” que enaltecia o valor literário, portanto educacional, da imprensa política.⁸² E ainda instrumento de divulgação de diversas estatísticas climáticas e populacionais do Ceará, voltadas para atuação política na administração pública, como foi o caso do relatório deliberativo sobre o comércio e a indústria cearense, enviado, em 1885, ao presidente da província cearense, o liberal Des. Joaquim da Costa Barradas.⁸³

Tristão de Alencar Araripe, cearense, bacharel em direito, conselheiro da Corte, com o senador Thomaz Pompeu, também foi fundador do jornal *Cearense* e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, com trabalhos sobre a história do Ceará, de outras regiões do Brasil e sobre legislação⁸⁴:

*“Como historiador foi um dos expoentes do período de fundação científica da historiografia brasileira, chegando a apontar-lhe rumos metodológicos, um modelo racionalmente construído, e que impregnou extensa produção. Político, deixou registrada nos seus discursos parlamentares e em outros escritos a marca de uma convicção liberal que se adequava aos imperativos nacionais, à consolidação no país da unidade política soberana. Por tudo isso foi um homem profundamente consciente dos critérios valorativos e dos objetos do seu tempo, em torno deles desenvolvendo a sua ação, as teses e elaborações mentais que alcançavam também o campo do jornalismo”.*⁸⁵

Frederico Augusto Pamplona, em 1846, um ano depois da eleição, escolhido e reconhecido deputado pelo Ceará, completou o quadro de fundadores do jornal *Cearense*, sendo o primeiro a deixar a redação, em razão de morte, em 1864. Pamplona nasceu no Ceará, era bacharel e um apreciador de poesia e romance, deputado pelo partido liberal de 1840 até maio de 1841, ano em que foi demitido do cargo de secretário da presidência pelo então presidente da província

⁸² LIMA, Raimundo Antônio da Rocha. *Crítica e Literatura*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1968, p.227-243.

⁸³ STUDART, Guilherme. *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense (vol. 3)*. Op. Cit., p. 146-150.

⁸⁴ Id. *Ibidem*. Op. Cit., p.159-167.

⁸⁵ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *A Historiografia Liberal de Tristão Alencar Araripe*. Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro, 1998, p.9.

cearense, com a ascensão do conservador José Joaquim Coelho, partindo posteriormente para Pernambuco:

“...fez papel saliente lutando contra a prepotencia e os desmandos do presidente Sousa Martins, e com a ascensão do seu partido ao poder a 21 de julho 1840 foi nomeado por João Facundo para secretario da presidencia, cargo que desempenhou igualmente na administração Alencar”.⁸⁶

Em 1847, na condição de vice-presidente da província cearense, Pamplona respaldou o *Cearense* junto aos colegas de jornalismo, diante dos representantes conservadores dos jornais *Pedro II* e *Constituição*, enfatizando e criando as bases para a noção de que a imprensa era o espaço para o debate civilizado de questões políticas em favor do juízo público, prática pensada como exclusiva e exemplar do jornal *Cearense*. Por discordarem de tal premissa e adotarem outros princípios pautados na imparcialidade, com relação ao uso da imprensa, os articulistas conservadores eram, contudo, acusados de abusar da liberdade de atuação e expressão jornalística, não reconhecendo a imprensa como tribuna do povo, tratando apenas de interesses materiais, de injúrias pessoais e falsidades, num desejo de “prostituir a imprensa”.⁸⁷

O jornalista cearense José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, conhecido por José Pompeu, formou-se em engenharia militar, levando larga experiência de vereador e presidente da Câmara de Fortaleza, de engenheiro, deputado e presidente da Assembléia Provincial e deputado geral em três legislaturas, além de, no Rio de Janeiro, ter sido fiscal da empresa de viação central e intendente da Câmara Municipal da capital fluminense, para as edições do jornal *Cearense* até o último ano desse periódico, em 1891, data em que falecera.

Um de seus trabalhos, *Retrospecto*, fala dos projetos de melhoramento do porto de Fortaleza para o ano de 1878, publicado em 1869, no jornal *Cearense*.⁸⁸

A relação política com o governo imperial e o apoio dos liberais que estavam com o poder da presidência da província cearense, em 1881 e 1882,

⁸⁶ STUDART, Guilherme. *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense (vol. 1)*. Op. Cit., p. 334-336.

⁸⁷ *Jornal Cearense*, 11/10/1847 (Noticiario).

⁸⁸ STUDART, Guilherme. *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense (vol. 2)*. Op. Cit., p. 193-194.

ofereceram condições favoráveis para que José Pompeu e Dr. Francisco Barbosa de Paula Pessoa, o capitão Guilherme César da Rocha, João Lopes Ferreira Filho e Joaquim Catunda fossem nomeados membros da comissão responsável pelo processo de arrecadação de objetos representativos da vida do homem cearense, para a Exposição Antropológica Brasileira que ia acontecer em 14 de março de 1882, no Rio de Janeiro. Para tanto, foi imprescindível o envolvimento de José Pompeu no jornal *Cearense*, tendo em vista que a coluna *Noticiário*, durante o ano de 1881, foi utilizada diversas vezes na tentativa de solidarizar possíveis doadores de objetos para a Exposição.⁸⁹

Seguindo trajetória inversa, Antônio Joaquim Rodrigues Júnior, conselheiro Rodrigues Júnior, cearense, bacharel em direito, conquistou cargos políticos a partir da redação, por muitos anos, do jornal *Cearense*, tornando-se um dos principais líderes dos partidários do liberalismo no Ceará. Envolveu-se ainda com outros jornais ligados aos interesses políticos do país, publicando discursos e:

*“Entrando para a vida pública, de acordo com as ideias, que recebera no berço, tomoa lugar nas fileiras do partido liberal, que lhe deu em recompensa desde então em troca de seus bons serviços todos os postos e todas as distinções de que pode dispor a política no país, pois foi deputado provincial, deputado geral, vice-presidente da provincia e finalmente ministro (ministro Lafayette)”.*⁹⁰

Como Rodrigues Júnior, João Eduardo Torres Camara, João Câmara, foi vereador e deputado pela província cearense. Antes de ingressar no jornal *Cearense*, por volta de 1872, junto com Thomaz Pompeu Filho, Câmara, ainda aluno do Lyceu, primeiro escreveu para o jornal *Echo Juvenil* e *A Lua*, ambos de 1860, publicados em Fortaleza. Um ano depois, escreveu com José de Barcellos, colega do Lyceu, o jornal *A Beata*, para fazer campanha contra o professor chamado Rubim, autor de uma gramática portuguesa em verso.

Sob a epígrafe “*A união faz a força. A perseverança tudo acalma*”, João Câmara publica o jornal *União Artística*, em 1863, em Fortaleza, periódico voltado para a classe artística cearense (tipógrafos, impressores), apesar de não ter na

⁸⁹ Jornal *Cearense*, 19/11/1881, (*Noticiário*).

⁹⁰ STUDART, Guilherme. *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense (vol 1)*. Op. Cit., p.102.

redação nenhum membro dessa classe, o que aconteceu igualmente com a composição editorial de outros jornais, como *A Liberdade* e *O Artilheiro*.

Participou, por fim, do liberal *Gazeta do Norte*, do *Libertador*, órgão voltado para os interesses abolicionistas e do *A República*, órgão do partido federalista de 1892.

Câmara foi responsável ainda pelo *Almanach da Cidade de Fortaleza*, de 1895 até 1906, quando faleceu, deixando a direção do almanaque a cargo do filho, Sophocles Torres Câmara, e pelo *Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil e Industrial do Estado do Ceará*, de 1896 até 1907, cuja responsabilidade passou a ser de Carlos Câmara, também seu filho.⁹¹

À empreitada de João Câmara e dos filhos, na direção desses almanaques, devemos as informações preciosas sobre as tipografias e jornais existentes no Ceará, nomes de tipógrafos, impressores e encadernadores, classificação por assunto dos livros, além da quantidade de brochuras, diferentes espécies de impressos, jornais, manuscritos, entre outros relatos⁹², que constituem hoje fecundas fontes para a historiografia cearense.

No processo de feitura do *Cearense*, os colunistas descritos anteriormente puderam contar com a personalidade de João Brígido dos Santos, o jornalista proclamado como o maior do norte do Brasil. Brígido destacou-se pelas campanhas políticas em que se empenhou na imprensa, seguindo carreira como deputado, senador, advogado e jornalista. E foram muitos os jornais dos quais participou, dentre eles, *O Araripe*, de 1855, fundado e dirigido pelo próprio Brígido, o primeiro jornal publicado no Crato, comarca do interior cearense.⁹³

Mas logo no primeiro número, dirigiu-se aos leitores tentando intimidar quaisquer pensamentos, conclusões, atitudes que se diferenciassem do que estava escrito no jornal dos políticos cratenses, *O Araripe*:

⁹¹ Id. Ibidem. Op. Cit., p.455- 459 (vol 1); STUDART, Guilherme. Jornais do Ceará nos primeiros 40 anos. 1824-1864. Op. Cit., p. 104, 105, 108, 112 e 113.

⁹² *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Ceará*. Fundado por Joaquim Mendes da Cruz Guimarães em 1870. Editor Odorico Colás. Fortaleza: Typographia de Odorico Colás, 1870, p. 55, 455, 467, 469 e 470.

⁹³ GIRÃO, Raimundo e SOUSA, Maria da Conceição. *Dicionário de Literatura Cearense*. Op. Cit., p. 71.

“Aos Leitores. (...) Testemunha da revolução, que a imprensa, esse agente poderoso, tem operado em todo o mundo, fazendo ecoar o resultado da experiência da longiva humanidade, dissipando a barbárie, que há bem pouco observamos em nossa terra, e revogando os Brasileiros a sua natural docilidade, a sua índole benéfica e hospitaleira; nós, que temos visto, como diminuem os crimes, se melhoram os costumes, e pela acção da imprensa caem, como de podres os prepotentes, esses filhos da anarquia e da ignorância, entendendo que, como condição a prosperidade pública, é urgente reforçarmos essas vossas robustas, que doutrina as ideias modernas, e assim preparar nossos patrícios para os dias felizes, que a providência nos reserva; nós dissemos, não exitámos crer, que a imprensa em nossa terra era de urgente necessidade. (...)”⁹⁴

Em 1919, João Brígido, ao publicar *Ceará (Homens e Fatos)*, reforça a influência da imprensa, a partir da segunda metade do XIX, como válvula para se reparar, sem violência, os abusos das autoridades, os atos contrários ao interesse público e os desentendimentos de caráter pessoal. Os jornais, segundo Brígido, ofereciam solo fértil para o processo de conquista e colonização do território e formação da sociedade cearense, parceiros alternativos para as lutas eleitorais.⁹⁵

Da cidade do Crato, Brígido enviava suas crônicas e comentários para a redação do jornal *Cearense*, segundo Studart, sob o pseudônimo de *KKK*, bem como para os jornais *Sete de Setembro*, órgão do partido liberal preocupado em calcar a soberania do Brasil diante do estrangeiro português, e *O Juiz do Povo*, de combate aos portugueses pregando idéias nativistas, publicados em Fortaleza, em 1848 e 1850, respectivamente. Para tanto, o artista Elias Martins Sá teve que idealizar e construir o prelo para impressão do *O Juiz do Povo*. Por isso, o presidente da província da época perseguiu politicamente o Padre Cerbelon Verdeixa, redator do *O Juiz do Povo*, e demitiu Sá do emprego de administrador da cadeia de Fortaleza.⁹⁶

⁹⁴ Jornal *O Araripe*, 07/07/1855, (*Aos Leitores*).

⁹⁵ BRÍGIDO, João (1829-1921). *Ceará (Homens e Fatos)*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001, p. 9-16, 66 e 67.

⁹⁶ GIRÃO, Raimundo e SOUSA, Maria da Conceição. *Dicionário de Literatura Cearense*. Op. Cit., p. 71; STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Op. Cit., p. 39, 42 e 43.

Nesses periódicos, Brígido contou com a participação de Verdeixa, jornalista considerado atrevido pelas críticas de cunho acalorado e popular em nome da Constituição, da liberdade, do comércio nacional e da independência do Brasil, que parecia de fato não ter acontecido evidenciando ideário de cunho nacionalista. O consórcio jornalístico de Brígido com Verdeixa foi possível graças ao seu temperamento e estilo autoconfiante:

“Ninguém, pelas colunas periódicas e no muito que escreveu, em arrazoados forenses, opúsculos e livros, foi mais intrépido, agressivo e irreverente, arrastando, não raro, o adversário à rua da amargura, ou dele sofrendo revides violentos. O seu estilo é cadente, vibrante na clareza e precisão. Na crônica histórica é primoroso, conquanto como historiador se mostre um tanto claudicante, às vezes parcial, refletindo as suas afirmações a simpatia ou as prevenções com que aprecia ou narra os acontecimentos a que assistiu ou dos quais foi protagonista. Nem por isso é sua obra de consulta menos útil, como roteiro(...).”⁹⁷

João Brígido foi redator do jornal *Fraternidade*, de 1873, junto com Thomaz Pompeu Filho, tendo entre os anos de 1881 e 1903 se dedicado aos jornais: *Libertador*, o *Estado do Ceará*, órgão da *União Republicana Cearense* de 1890, *Martins Soares*, também de 1890, que se intitulava “*jornal para tudo e para todos*”; *A República*, em 1892, do *Centro Republicano* e da *União Republicana*; e o *Unitário*, em 1903, destruído em 1914 “...por uma malta de desordeiros arrebanhados das areias...”, mas logo voltou a ser impresso e durou até 1918; e ainda ao jornal *Gazeta da Noite*.⁹⁸

Miguel Ayres, do *Cearense*, teve sua história política e jornalística relegada ao quase total anonimato pelos donos do jornal, o que dificultou a obtenção de dados. Contudo, sei que, mesmo com o quadro de notas formado pelos seus colegas, as informações ali contidas são escassas no que diz respeito à formação, digo, distinção social e jornalística dos publicistas apontados nos parágrafos anteriores. Assim, contento-me com a possibilidade de “dialogar” com muitas vozes, quase ao mesmo instante, na medida que ouço todos esses homens se

⁹⁷ GIRÃO, Raimundo e SOUSA, Maria da Conceição. *Dicionário de Literatura Cearense*. Op. Cit., p. 71.

⁹⁸ Id. *Ibidem.*, p. 71; STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Op. Cit., p. 68, 76, 77, 96, 97, 104, 105, 143 e 144.

posicionarem em conjunto na imprensa, nas cartas dos (e)leitores, nos textos literários ou mesmo em fontes oficiais.⁹⁹

Resta, desse modo, para “um estudo mais criterioso e desapixonado” do Cearense e dos periódicos *Constituição* e *Pedro II*, além do reconhecimento de alguns de seus agentes, apreender “os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.¹⁰⁰ Ou melhor, faz-se necessário analisar os artigos, indagar sobre a existência e persistência de certas colunas que compreendiam determinados textos, tanto pelo conteúdo, como pelo modo tipográfico que apresentavam, à medida que essas análises possibilitaram compreender um pouco da essência dos debates marcados pela máxima de que, nas lutas pela imprensa, em nome dos partidos liberal e/ou conservador, “a verdade não vale mais que a mentira”.¹⁰¹

Verifiquei que os indícios, para compreensão e apreensão das idéias em colunas, são dados pelos nomes, aspectos e indicação do(s) autor(es) das colunas e artigos, seu(s) comportamento(s), ao contrário da generalização ressaltada pelo próprio Cearense ao tratar das colunas e dos jornalistas do *Constituição*: “A *Constituição*... Em suas columnas maiores, nas menores em toda parte, temos sido agredidos pelo contemporaneo...”.¹⁰²

Paralelamente, demonstro quem são os demais responsáveis pelas colunas, os tipógrafos e impressores, por causa de uma artimanha dos autores dos artigos, obrigando tais profissionais a responderem processos criminais pelo teor dos textos impressos em lugar dos redatores, que se resguardavam no anonimato. Era preciso encontrar um culpado, alguém para receber a

⁹⁹ AZEVEDO, Luiz Vitor Tavares de. “A voz do dono” - Tribuna da Imprensa: Análise da Ideologia de um Discurso de Oposição (1953-1955). *Rev Bras. de História*. São Paulo: Editora Marco Zero, v. 07. n.º 13. p. 63-76. Set 86/ Fev 87. Azevedo analisa os discursos de Carlos Lacerda emitidos nos editoriais de seu jornal, a folha carioca *Tribuna da Imprensa* (1953-1955), em oposição ao governo Vargas. Para tanto, remete-se às condições de produção e recepção das ideologias anticomunistas e moralistas repletas de retórica proferidas por Lacerda, enquanto dono do jornal, e de vários parceiros que nem sempre eram identificados. No caso do Cearense, sabe-se do interesse de seus proprietários em se mostrarem donos, em firmar posturas particulares, no entanto, elaborar uma personalidade cívica e jurídica para o Jornal parecia menos comprometedor.

¹⁰⁰ CHARTIER, Roger. *A História Cultural Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1988, p.17.

¹⁰¹ Jornal Cearense, 17/02/ 1882, (*Publicações Solicitadas*).

¹⁰² Jornal Cearense, 31/05/1882 (*Chronica*).

transferência de responsabilidades pelo que era divulgado no *Cearense*, no caso abaixo, o impressor Mello Sobrinho, e não o editor, ao contrário do que pensava o noticiário do *Constituição*:

“Convenceu se.- O noticiário da ‘Constituição’ já reconhece que estava em erro, procurando sustentar que o estrangeiro não pode ser impressor e como tal responsável.

Era justamente o ponto da questão, e sobre elle ficou bem accentuada a opinião do noticiário nas seguintes palavras: ‘Em nosso humilde entender tanto o editor como o impressor do jornal deve gozar de direitos políticos;...

O Sr. Mello Sobrinho é o responsável do ‘Cearense’, não sendo seu ‘editor’, caso em que teria procedencia a censura feita pelo noticiário, e sim como ‘impressor’ e pouco importando que não seja elle o dono da officina ou o operário incumbido da ‘tiragem’ uma vez que assume a responsabilidade legal do que se publica.

Declarado o nome do impressor (art.301 do cod. crim.) está satisfeito o preceito da lei, que não exige a declaração do nome do editor.

O sapientissimo noticiário pode juntar os seus ‘RRR’ os rrrrrr que quer emprestar-nos”.¹⁰³

É nesse sentido que os jornalistas do *Cearense* vão tentar demonstrar que não exerciam a “função-autor”¹⁰⁴, por ser uma atribuição que poderia remetê-los a construção de identidades indesejadas, perante a averiguação pública dos (e)leitores e da justiça. O vínculo com o partido liberal possibilitou que esses jornalistas pudessem compor vários discursos, no imaginário de que eram capazes de representar de forma legítima os interesses da sociedade diante do poder público, mas, acionados legal e politicamente, quem respondia eram os tipógrafos e os impressores.

Por isso é que colunas como *Publicações Solicitadas*, enviadas por assinantes ou não, para serem publicadas, passavam pelo crivo da censura dos redatores e as cartas deviam ser assinadas, fosse só com nome, sobrenome ou pseudônimo. As missivas do interior eram bem mais aceitas, já que, representando a capital, às opiniões dos próprios jornalistas pareciam ser suficientes. As cartas, preferencialmente as dos (e)leitores das comarcas do

¹⁰³ *Jornal Cearense*, 21/06/1882 (*Noticiário*).

¹⁰⁴ CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVII*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1994, p. 33-66.

interior cearense, só tinham acolhida as que demonstrassem empenho em acompanhar, apoiar e participar de questões pertinentes às pautas políticas do partido liberal, entrando conseqüentemente na arena jornalística¹⁰⁵, nas discussões do *Cearense* com o *Pedro II* e o *Constituição*, tomando partido, como no caso, a seguir, do *Cearense*:

“Saboeiro, 30 de março de 1880.

Sinto profundo e sinceramente ir pela primeira vez ocupar as paginas do conceituado Cearense e com quebramento de minha dignidade e honesta carreira política e já por não saber a quem me dirijo; mas concencioso de que esse filho das trevas, essa ave de arrebação, esse cavalleiro de industrias, esse cego instrumento de alguém, e finalmente esse moleque de calçada, attira-me suas invectivas por detraz do negro postigo onde se abriga receiando talvez o ver sua negra chonica expandida perante o publico, que se em alguma localidade é conhecido pelo seu phosphorismo; mas sem annalyse de seus decantados actos.

No momento em que te atacou à hydrophobia escreves-te e foi enserida no Pedro II de 7 de março sob nº 20, tua desvairada declaração:

Que na qualidade de subdelegado foi recolher à cadeia o major e passifico cidadão Francisco de Abreu Barros, que sem crime algum e sem consideração a sua pessoa foi arrastado só por alta recreiação da minha autoridade. (...)

É verdade de que mandei recolher a cadeia o vosso amigo Francisco de Abreu Barros por que em completo estado de embriaguez pertubava o socego publico e procurava desacatar o principio da autoridade... foi o que fiz, puz em custodio um bebado até que passou a bebedisse.

Que o vosso amigo Abreu é bebado os documentos que com este vão ser publicados que o digão pelo que passo a dizer-vos que estúpido são aquelles que para defenderem-se a si e a seu famulos servem-se de uma linguagem virulenta só com o fim de molestar a uma autoridade que o único crime que há commettido neste districto é não se sugeitar as suas inspirações e daquelles que dinominão SUZERANO desta terra outr’ora verdadeira feitoria.

Publique Sr. Redactor sob a responsabilidade de José de Araújo Felix Martins”.¹⁰⁶

José de Araújo Felix Martins, por ter tido a carreira política e a autoridade de subdelegado afetada por um *“filho das trevas”*, descontente com a prisão por

¹⁰⁵ Lembro que os embates partidários, em especial os ocorridos em tempo de eleição, que fomentaram a existência de uma arena jornalística cearense com a participação dos jornalistas do *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*, será um dos assuntos da parte II.

¹⁰⁶ Jornal Cearense, 09/05/1880, (*Publicações Solicitadas*).

embriaguez do major Francisco de Abreu Barros, diz ser forçado a escrever para a seção *Publicações Solicitadas* do jornal *Cearense*, de cujos redatores parece ser íntimo, porque não sabe a quem recorrer, no âmbito judicial, tendo em vista que ele era o próprio chefe da força policial da cidade de Saboeiro, comarca do interior cearense, e achava-se no momento impotente para solucionar o ocorrido.

E, ao relatar que seu desafeto inseriu declaração no jornal *Pedro II*, Martins deixa claro que se apropriou dos impasses partidários existentes entre os jornalistas do *Cearense* e *Pedro II*, colaborando, no caso, com a pregação desfavorável do órgão liberal a respeito da veracidade e do compromisso “ético” das crônicas publicadas pela folha conservadora.

A carta de Martins dá indicação do quanto os jornais partidários foram alternativa para denunciar as disputas pelo poder local. Além dessa situação, chegavam denúncias sobre o recrutamento militar forçado de adversários políticos, empreitados pelas bandeiras partidárias cearenses, principalmente nas cidades interioranas, para que se mantivessem fortalecidas a hegemonia dos chefes locais, as relações de solidariedade política, de impunidade dos correligionários, dos protegidos dos jornalistas liberais ou conservadores.¹⁰⁷

Outras colunas, como *Secção Livre*, atuaram como espaço de debates e meios de possíveis viabilizações das “*crenças liberais*”, segundo um dos redatores:

“Declaração-

*Como cidadãos, assiste-nos o direito de deixarmos em silencio ou de darmos publicidade, os sentimentos que possamos nutrir, co-relação aos progressos e desenvolvimentos materiaes e moraes da nossa patria e n`estas circunstâncias, se obrarmos do ultimo modo poderiamos achar no orgão da opinião o meio principal(...).Temos, por tanto, como dissemos trabalhado na imprensa (...)não obstante nutrirmos as mais legitimas e inabaláveis crenças liberais”.*¹⁰⁸

¹⁰⁷ MONTENEGRO, Abelardo F. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza: Ed. UFC, 1980, p. 21, 27 e 28; RAMOS, Xisley Araújo. *“Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime”*: O Recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Universidade Federal do Ceará, 2003.

¹⁰⁸ *Jornal Cearense*, 31/10/1882, (*Secção Livre*).

O trabalho da imprensa, na divulgação do partido liberal, ganhava espaço em todas as colunas, de certo modo, diversificadas e diferenciadas, em razão de interesses do dia como, por exemplo, a coluna *Santa Caza de Misericórdia*, que, durante os primeiros meses de 1880, publicou o relatório de atividades referente ao ano de 1879. Havia diversas seções e colunas, como: *Avizos, Assembleia Provincial, Justiça, Folhetim, Jurisprudencia, Editaes, Telegramas, Instituições, Secção Religiosa, Comunicado, Parlamento Brasileiro, Litteratura, Secção Juridica, Correspondencia, Exterior, Variedade e Transcrição, Educação, Hygiene, Hygiene Prática, Instrução Publica, História, A Mulher e Ultima Hora*, para divulgação de situações díspares e atividades, abrangendo quase todos os aspectos da vida social e político-administrativa e da vida intelectual.

Diariamente constavam, nas quatro páginas do *Cearense*, as colunas *Parte Official e Cearense*, da primeira página; *Chronica, Chronica Política e Noticiario*, colunas da segunda página; *Publicações Solicitadas*, da terceira, e *Annuncios*, na quarta página.

A *Parte Official*, abertura da primeira página, correspondia às informações, comunicações e expedições do governo da província cearense, referentes à capital e ao interior, notas de nomeações para cargos públicos, despachos, etc.. Tratava-se, inúmeras vezes, de comissões de socorros públicos aos abarracamentos de indigentes e retirantes da seca de 1877-1879, ora efetivados, ora suprimidos. As questões dessa coluna geralmente eram analisadas pelos jornalistas na seção *Cearense*, espécie de editorial, que selecionava os fatos que deviam ser mais bem enfocados, para darem a “última” palavra sobre os assuntos da *Parte Official*.

Assim, os jornalistas liberais, em o *Cearense*, apoiavam, sem nenhuma crítica, no que eram censurados pelos conservadores, os encaminhamentos do presidente liberal José Júlio de Albuquerque Barros, publicados na *Parte Official*, pedindo internamento em abarracamentos de retirantes das comarcas do interior cearense fugidos da seca: “*É tão fácil formular uma censura a qualquer acto da*

administração(...) as medidas mais acertadas, justas e providenciais como essa da internação de imigrantes...”.¹⁰⁹

O *Noticiario* trazia notícias da capital, do interior e do exterior, com destaque para assuntos referentes à imprensa, ao jornal, e ao jornalismo, geralmente insultando os periódicos conservadores, em *Recibos á Imprensa*, seção de comentários exaltando o aparecimento, na imprensa brasileira e do exterior, de jornais liberais ou de interesse liberal:

“Degeneração physica do homem civilizado- Lê-se no jornal francez La France: ‘O grande philosopho Haeckel disse na sua admiravel Historia da Creação Natural: Em nossa época, mais do que nunca, o militarismo representa o primeiro papel no que se chama a civilização”.

“Nihilista- Assim intitula-se um novo jornal que no dia 1º do próximo passado sahio à luz da cidade de Baturité. Desejamos ao collega que elevando-se à altura da nobre missão da imprensa, preste os melhores serviços à causa dos interesses sociais a que se consagra”.

“Gazeta do Povo. De S. Paulo recebemos mais um campeão da imprensa diária. Aceitando a visita do illustre órgão paulistano, retribuimol-a com apreço e consideração que nos merece o illustre colega”.

*“Revolta- Com este título começa a ser publicado n’esta capital, um novo periódico. Desejamos-lhe longa vida”.*¹¹⁰

Ainda na coluna *Noticiario*, tem-se uma subcoluna chamada *Telegrammas* que trazia constantemente notícias da França, Suíça, Itália, Espanha, Portugal, Egito, América Central e do Sul, emitidas pela agência telegráfica francesa, a *Agencia Havas*¹¹¹ :

“Telegrammas. Serviço Particular do ‘Cearense’. Londres, 13 de Setembro. Os jornaes annunciam que a Inglaterra pretende guardar,

¹⁰⁹ Jornal Cearense, 18/04/1880 (Cearense).

¹¹⁰ Jornal Cearense, 31/03/1880; 03/04/1881; 23/02/1882 e 23/05/1882, (colunas *Noticiario*), respectivamente.

¹¹¹ HUDEC, Vladimir. *O que é o jornalismo? Essência, características, funções sociais e princípios do seu desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Caminho, 1980, p. 26-30. Segundo Hudec, a primeira agência telegráfica que ocupou um ramo no jornalismo, com recolha e venda de notícias, informações comerciais e financeiras, foi a “*Agence Havas*”, de origem francesa, fundada por Charles Havas em 1835. A partir de 1870 tem-se a agência *Reuter*, de Londres, a *Wolff*, de Berlim e a *Associated Press* de Nova Iorque, mas só a *Havas* prestou serviços ao jornal *Cearense*.

*sosinha, a situação predominante no Egypto, quando pacificado com exclusão até da Turquia. Sabe-se, á ultima hora, que rendeu-se a cidade do Cairo e estão prisioneiros Araby e Toulba. Todas as guarnições se submettem. Considera-se terminada a expedição do Egypto. Agencia Havas”.*¹¹²

O serviço particular de captação de notícias do *Cearense* é boa mostra de que o jornalismo político cearense era cada vez mais o conjunto de ações bem organizadas, produzidas dentro e fora das tipografias, manobradas por jornalistas interessados em tornarem-se parte do sistema de condução da sociedade, mesmo que isso implicasse altos gastos para a redação. A idéia era sensibilizar e fidelizar o (e)leitorado acerca dos fins e objetivos da luta dos jornalistas liberais, na adaptação da sociedade cearense diante dos esforços persistentes de países considerados modernos, como a Inglaterra, na busca de novos “parceiros”, colônias comerciais e financeiros, caso do Egito e Brasil.

A *Chronica* trazia assuntos da ordem do dia, aparentemente informal, mais literária, sarcástica e menos “política”, envolvendo os periódicos conservadores, seus jornalistas, partidários e (e)leitores, em resposta às críticas da coluna *A Pedido*, do jornal *Pedro II*, e *Paginas livres* do *Constituição*, colunas dedicadas às cartas de leitores.

A *Chronica Política* dizia ser “os olhos públicos”¹¹³ e procedia da mesma forma que a coluna *Chronica*, mas sempre enfatizando, como apoio ou crítica à administração em voga, o andamento das disputas eleitorais na imprensa, entre liberais e conservadores.

Os *Annuncios* são publicações das lojas de moda, de secos e molhados da cidade de Fortaleza, que ofereciam produtos importados, faziam propaganda de remédios e tecidos. Eram, em suma, reclames de interesse comercial e de lazer, como loterias e os leilões promovidos pela *Sociedade Cearense Libertadora* para arrecadar fundos para libertação dos escravos, convites, comunicados diversos. Esses produtos e serviços tinham, em parte, a tipografia do jornal *Cearense* como intermediária:

¹¹² *Jornal Cearense*, 16/09/1882, (*Noticiario*).

¹¹³ *Jornal Cearense*, 08/12/1881 (*Chronica Política*).

“Dá-se em pequena quantia dinheiro a juro, quem precisar anuncie por este jornal”.

“Cartões de visita vendem-se nesta typographia”.

*“Cartas de A, B, C. Vende-se n’esta typographia”.*¹¹⁴

Na diversidade de colunas e de conteúdos, existia o “fio-condutor”, de diretrizes liberais, solidificadas através do canal político-partidário local que pretendia expressar o pensamento da sociedade cearense¹¹⁵, tudo eficientemente elaborado por uma racionalidade jornalística, com a exposição de determinadas informações sobre sua missão, o que faz e o que é a imprensa, aparentemente ingênua, na tentativa de manter uma lógica de compreensão da província cearense e do pensamento dos provincianos.

As informações desse jornal, de caráter impressionista, eram permeadas basicamente, de três facetas: histórica, estatística e material:

*“Revolução na Imprensa- Dois Lyoneses acabaram de fazer um invento, que vae fazer produzir uma revolução na imprensa. Esta invenção consiste em fabricar os caracteres typographicos de cobre a frio e por compressão...”*¹¹⁶

Esse “invento moderno”¹¹⁷, de tipos de cobre e máquinas de compressão, em detrimento dos de tipos e prelos de madeira, é festejado como uma

¹¹⁴ Jornal Cearense, 12/01/1868, 08/11/1882 e 20/10/1883, respectivamente, (*Annuncios*).

¹¹⁵ MONTENEGRO, Abelardo F. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Op. Cit., p. 10. Na sua obra o autor mostra que o viés político- partidário é a razão primordial dos acontecimentos no Ceará, do período que compreende da monarquia até a década de 70 do século XX. E que: “(...) O Patrimonialismo, o oportunismo, o horror à oposição, o forte senso de segurança são peculiares da política partidária cearense”.

¹¹⁶ Jornal Cearense, 01/11/1881, (*Noticiario*).

¹¹⁷ SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das Letras. Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p.29. A autora analisa: “... o modo como o contato com esse horizonte técnico afeta a forma literária no último decênio do século XIX e nos primeiros deste século...”. Também, segundo Marlyse Meyer (MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p.91.), os jornais sofriam a influência material da indústria: “Uma prensa mecânica a vapor equivale a dez prensas antigas de madeira; a máquina de imprimir do começo do século tinha capacidade para fabricar apenas 400 exemplares, enquanto sob o Império a máquina fornece cem vezes mais (não é incomum uma tiragem de 40 mil)”.

possibilidade de facilitar o trabalho de impressão, o que evidentemente repercutia na feitura do jornal, não só em qualidade como também na rapidez da impressão.

Os jornalistas liberais acreditavam que o desenvolvimento técnico e material propiciava também o engrandecimento da força do texto, da difusão do escrito, nos “*modos de fixar e transmitir os discursos*”, embora não significasse “*revoluções da leitura*”¹¹⁸, para parte significativa da sociedade, os não (e)leitores, que, pelo menos até o início do século XX, continuaram se relacionando ou relacionados, mais densamente, com os manuscritos elaborados pela burocracia imperial, como ofícios, atas, relatórios, e com a oralidade criando, para tanto, convenções próprias de leitura e corporalidade, frente às coações empunhadas por secretários, conselheiros, funcionários públicos de elite, em consórcio com os desejos visados pelos redatores liberais, que especulavam o equilíbrio entre as ordens expedidas pelos poderes executivo, judiciário, legislativo, moderador e a imprensa.

No *Cearense*, entretanto, havia a crença de que o jornal era acessível a todos, realmente lido por aqueles que o tinham¹¹⁹, que não era questionado quanto ao conteúdo das colunas, e que era o espaço único e legítimo para se adquirir inteligência, capaz, então, de fazer desaparecer a “desigualdade” de conhecimentos:

*“Cearense. ...tal é o nosso fim dando a luz o Cearense revestido de tão caro nome...a imprensa, hum dos inventos mais sublimes do homem: aquelle por meio do qual desaparece a desigualdade de conhecimentos”.*¹²⁰

¹¹⁸ DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução Impressa. A Imprensa na França. 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.

¹¹⁹ HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas 1850-1937*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981, p.60. No seu estudo sobre o sufrágio feminino via imprensa feminina no Brasil, a autora questiona o fato de que a leitura dos jornais da cidade fosse, para intelectuais e políticos, o elo de informação, conhecimento e posicionamento. Afirma, Hahner, que os periódicos eram comprados por esses grupos, mais para fazer figura: “(...) *Talvez alguns membros da elite que desejassem manter-se em dia com os últimos acontecimentos intelectuais –como o Imperador, com sua cultivada reputação de erudito- sentiam-se obrigados a comprar e possivelmente ler O Sexo Feminino e outros jornais feministas*” (grifos meus).

¹²⁰ *Jornal Cearense*, 04/10/1846, (*Cearense*).

Por acreditarem que o jornal era um dos mais notáveis veículos da comunicação literária, administrativa e política do final do século XIX, jornalistas e colaboradores do *Cearense* lutaram por meio de diferentes artifícios e propósitos, em favor da vontade¹²¹ de estabelecer saberes jornalísticos para “os *homens de bem, os que se dedicam á causa da província e da pátria, os que trabalham pelo bem publico e lutam pelas idéias*”¹²², portanto capazes de conseguirem adesões para as campanhas eleitorais do partido liberal.

Pretenderam ressaltar suas trajetórias na conquista de (e)leitores, através da apropriação e impressão dos anseios de leitores “comuns”, abrindo espaço para que estes pudessem se manifestar na defesa dos seus interesses. E o que se observa, por outro lado, é a crença do cidadão do povo de que a publicação, no jornal, do que considera um direito, era a garantia do respeito das suas conveniências. É o caso de Miguel Ferreira Pinto que queria protestar contra a arrematação de “...*uma каза de taipa coberta de télha de duas portas de frente... e para que ninguem possa allegar ignorancia, fazemos isto publico pelos jornaes. Villa de Pacatuba, 19 de Fevereiro de 1883. Miguel Ferreira Pinto e Irmão*”.¹²³ Os redatores do *Cearense* então se mostraram sensibilizados com o caso, manifestando-se pela sustentação do imóvel e pela defesa da propriedade privada, mas não se indignaram com a precária situação de insalubridade vivida pelas pessoas da tal casa de taipa.

Enfim, os jornalistas do *Cearense*, em debates acerca da atividade de imprensa como fonte sedutora dos governistas, foram sempre mais persistentes que os conservadores, tendo em vista que, a partir do ano de 1876, quando os liberais assumem a presidência da província cearense, os articulistas do *Constituição* passam a fazer mais críticas aos outros órgãos conservadores, mostrando-se “na defensiva”, diante das colocações dos colunistas do *Cearense*:

¹²¹ Esta vontade de saber jornalístico tem relação com o que Foucault compreende como “*vontade de verdade*”, ou seja, a tentativa do estabelecimento de um discurso único para, por exemplo, o saber médico, sociológico e - por que não- jornalístico, do século XIX. FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1998, p. 16-20.

¹²² *Jornal Cearense*, 12/09/1885, (*Cearense*).

¹²³ *Jornal Cearense*, 17/03/1882, (*Publicações Solicitadas*).

*“A presidência d’Assembleia Provincial. O Cearense está no seu direito (si a intriga pode constituir direito) de apreciar como melhor convier aos seus interesses os factos que se vão dando no dominio conservador; mas a nós é sempre ágradavel, embora ardua, a tarefa de contestal-o annullando o seu proposito com a exposição da verdade...”*¹²⁴

Os redatores liberais queriam estabelecer um “código de ética” para toda a atividade jornalística, para além das disputas partidárias, sendo, por conta disso, constantemente ofendidos. Afinal era muito difícil transformar o jornal em campo neutro, quando havia a tentativa pulsante de se fechar o círculo jornalístico só com a inserção do *Cearense*.

Tanto que, comentários sobre periódicos de outras províncias brasileiras e, algumas vezes, do exterior, são freqüentes no *Cearense*. Mas, consultando a obra de Sodré¹²⁵, percebe-se que certos jornais do mesmo período e local, dos citados no jornal liberal, não eram anunciados nem para ser ferrenhamente criticados, o que acontecia graças a uma premeditada “incompatibilidade missionária” com relação aos jornais que não caminhavam pelo juízo liberal.

A estrada indicava o resguardo das possíveis “leituras”¹²⁶, para honrar o papel da impressão a seus (e)leitores, em prol da circulação da “boa” notícia, já que existia certo compromisso de informações entre os jornais locais, de outras províncias e do exterior:

*“Efetivamente não há ainda um mez que um orgão importante da imprensa Norte-Americana, zombando do clamor que se levantava contra o estado da Marinha de guerra da União e da defesa das suas costas, dizia que as duas grandes nações da América, desfructando a paz mais completa,... pois ao passo que as nações da Europa vergaram ao peso de armamentos colossaes e ruidosos, os Estados-Unidos e o Brazil tinham nas culturas dos seus vastos solos as suas melhores fortalezas...”*¹²⁷

¹²⁴ Jornal *Constituição*, 07/07/1876, (*Constituição*).

¹²⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.529-553.

¹²⁶ CHARTIER, Roger. *A História entre Práticas e Representações*. Op. Cit., p.123. “...Abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la.”

¹²⁷ Jornal *Cearense*, 14/03/1880, (*Transcrição*).

Este era excelente exemplo de imprensa, de manchete: além de noticiar semelhanças entre o Brasil e os Estados Unidos, grande modelo de República¹²⁸, difunde “boas idéias”, o possível advento da abolição, coerentes com o significado de “*liberdade de Imprensa*”, dos jornalistas liberais do *Cearense*:

*“Folgamos de ver hoje a opposição rendendo à liberdade de imprensa o preito, que d’antes lhe negava. Já hoje felizmente reconhece que ella é antes um elemento de civilização e de progresso, de que um obstáculo permanente à marcha dos governos...”*¹²⁹

Assim, a relação aparente entre estima, boa opinião e o *Cearense*, para o público (e)leitor do Ceará, especialmente o de Fortaleza, a partir dessa idéia de liberdade de imprensa, atrelada à condição de civilização, progresso e ao aparecimento de jornais partidários como referencial da opinião pública, é extremamente confusa e insustentável, já que os jornalistas liberais acreditavam, debilmente, que a eles cabia a responsabilidade do desenvolvimento das normas de argumentação, o respeito às convicções alheias e à narração dos fatos, pois a apuração dos procedimentos administrativos dos governos ficava a cargo da justiça e a critério do eleitorado, do contrário, o que se ia ler nos jornais eram escândalos.

¹²⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p.22. Diz o autor: “(...)Havia, assim, pelo menos três modelos de república à disposição, dos republicanos brasileiros. Dois deles, o americano e o positivista, embora partindo de premissas totalmente distintas, acabaram dando ênfase a aspectos de organização do poder”.

¹²⁹ *Jornal Cearense*, 08/02/1880, (*Cearense*).

1.2- “Eu sei o que não sei”. Pedro II

“Eu sei o que não sei. Quando o imperador viajava no velho continente, aclamado, no dizer de alguns jornaes, como illustrado monarcha, habilitado para ensinar aos europeus, não só os segredos da sciencia, mas ainda as normas de um governo liberal, foi muito commentada e applaudida a seguinte sentença, proferida por sua magestade em uma sociedade litteraria franceza: ‘Je sais ce que je ne sais pas’. Eu sei o que não sei.

Nunca palavra ou phrase alguma, d’essas que atravessamos os seculos nas ozes da tradicção ou nas paginas da historia, mereceu tantos e tão entusiasticos encomios.(...)

Não é, porém, nosso intuito examinar o pensamento imperial pela sua face litteraria (...)

Temos somente por fim considerar as palavras imperiaes pelo seu lado político, e mostrar que, sob este ponto de vista, ellas não são rigorosamente exactas.

Os factos teem ultimamente levado á ultima evidencia que politicamente fallando, o imperador não sabe o que não sabe.(...)

Não sabe sua magestade que a memoria do povo se vai exercitando na aproximação das datas, e que do seu confronto deduz collarios em nada favoraveis ao regime actual.(...)

E uma vez que toda a desorganização do nosso mecanismo politico precede do desmantelamento de sua mola principal, brademos bastante alto para que ella circunscreva-se ao seu gyro regular, ou, por outras palavras, para que o imperador chegue á saber o que presentemente não sabe!”¹³⁰

O jornal *Pedro II*, até o segundo número *D. Pedro II*, surgiu em 12/09/1840, substituindo o *Deseseis de Dezembro*, publicado desde 1838 para homenagear a posse do presidente conservador da província cearense, Manuel Felizardo de Souza e Melo. Na imprensa cearense, o *Pedro II* foi o veículo de informação da política conservadora, “*órgão da opposição ao governo liberal, que se iniciava com a escolha de Alencar para presidente da província*”, sustentando idéias como ordem, constituição, monarquia e os direitos dos cearenses. O periódico trazia como epígrafe versos de Camões: “*Os mais experimentados, levantai-os. Se com a experiência tem bondade para vosso conselho, pois que sabem o como, e*

¹³⁰ Jornal *Pedro II*, 17/11/1872, (*Pedro II*).

quando e onde as coisas cabem”¹³¹, cujo sentido foi o de afirmar a experiência jornalística, a política conservadora, como boa conselheira e guardiã da sabedoria.

Dias após a proclamação da República, mais precisamente em 24/11/1889, o jornal *Pedro II* passou a se chamar *O Brazil*. Pouco tempo depois, em janeiro de 1890, *O Brazil* encerra suas atividades no jornalismo cearense, saudando os serviços generosos que prestaram seus redatores, na orientação do espírito público e, em especial, aos antigos e leais partidários a quem são gratos pela colaboração.¹³²

Em geral, as idéias e os ideais, no *Pedro II*, apareciam distribuídos nas colunas *Pedro II* (editorial), *Chronica* (comentário dos jornalistas sobre a administração da província, sobre os jornalistas do jornal *Cearense e Constituição*), *Factos Diversos* (noticiário) e *A Pedido* (publicações dos leitores). Quanto às colunas *Folhetim*, *Imprensa* (notícias sobre jornais), *Justiça*, *Estatística*, *Leitura Util*, *Variedade*, *Avisos*, *Editais*, *Transcrição*, *Coluna do Riso*, etc., escreviam-se esporadicamente, conforme as necessidades do jornal.

Circulou o *Pedro II*, de 1881 até 1889, por meio de assinaturas na capital, a 12\$000 por um ano e 7\$000 por seis meses; para o interior e exterior, 14\$000 por um ano e 8\$000 por seis meses, a folha avulsa custava 200 réis. As assinaturas começavam em qualquer dia, porém findavam no último dia de março, junho, setembro e dezembro. As publicações, anúncios e cartas, custavam 80 réis por linha, sendo entregues no escritório, à época, na praça do Ferreira, n.º 34, reduto de encontro da elite intelectual e política cearense.

Trabalharam em suas oficinas Raimundo Moreira da Silva, Felisberto da Costa Bastos Leal, Raimundo Cezar da Silva, Antonio F. dos Santos Junior, Antonio Gernecino de Q. Sabóia e Joaquim José Cardoso.¹³³ Galdino Marques de Carvalho, Joaquim José de Oliveira e Raymundo de Paula Lima, que também foram seus impressores.¹³⁴

¹³¹ STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Op. Cit., p.31.

¹³² SOUSA, Eusébio de. *A Imprensa do Ceará dos seus Primeiros Dias aos Atuais*. Fortaleza: Tipografia Gadêlha, 1933, p.15 e 16.

¹³³ Segundo informações contidas no jornal *Libertador*, 28/09/1881, (*Libertador*).

¹³⁴ Sobre Galdino Marques de Carvalho, Joaquim José de Oliveira e Raimundo de Paula Lima ver: STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Op. Cit., p.29-35.

Em outra tipografia, chamada *Cearense*, que não a do jornal do mesmo nome, imprimiram-se vozes da consciência dos jornalistas do *Pedro II*, logo nos primeiros anos, por volta de 1840. Essa tipografia pertenceu a J. P. Machado e ficava na Praça Carolina, n.º 29, depois na casa n.º 34, da Praça do Ferreira. Posteriormente, o *Pedro II* foi impresso na tipografia *Constitucional* de Albuquerque -ex-tipografia *Nacional*, antiga Tipografia *Republicana*-, quando comprada pelo Capitão-mor Joaquim José Barbosa, na Rua dos Mercadores, n.º 10, atualmente Rua Conde d’Eu, depois na casa de outro proprietário, Dr. Miguel Fernandes Vieira, redator do *Pedro II*.

Quando a província do Ceará foi administrada pelo liberal Padre José Martiniano de Alencar (1841-1844), ocorreu o quebramento da tipografia *Constitucional*, que foi empastelada e os tipos levados em sacos e atirados ao mar.¹³⁵

Parte do equipamento da tipografia *Constitucional*, em 1864, foi enviado para Sobral, sendo criada a primeira tipografia dessa comarca do interior cearense e o jornal sobralense liberal, *O Tabyra*. Fora trazido de Teresina, no Piauí, via Acaraú, no Ceará, por Manoel da Silva Miragaya, seu proprietário. O prelo era de madeira grossa e pesada, com tiragem aos domingos, em formato de uma folha de papel almaço.¹³⁶

Esse conflito originou-se durante a repressão aos “balaíos”¹³⁷ que ameaçaram vir, sem sucesso, do Maranhão para o Ceará por Sobral. No entanto, para estranheza de Alencar, o coronel Xavier Torres, responsável pela coação, homem de sua confiança, se recusava a voltar com ele ao quartel em Fortaleza.

Torres casara com a irmã de Manuel José de Albuquerque, chefe da oposição conservadora.

Alencar estava sendo vítima de golpe conservador e da traição de Torres, o qual justificava ele e chamava adesão para si, solicitando que:

¹³⁵ Id. Ibidem. Op. Cit. p. 31-35.

¹³⁶ STUART, Guilherme. Os Jornaes do Ceará nos Primeiros 40 annos. 1824-1864. Op. Cit., p. 117 e 118.

¹³⁷ Os “balaíos” foram agentes da Guerra Civil no Maranhão de 1838-1841, que significou disputas políticas entre conservadores e liberais na busca por maior integração no comando político central. Ver. PAIM, Antonio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: Mandarim, 1998, p.65-67.

“...duma vez livrar a nossa província das garras da demagogia em que a pretende submergir o atual presidente José Martiniano de Alencar, êsse ingrato patricio nosso que, sendo verdadeiramente inimigo do Brasil desde 1817, pretende torná-lo republicano...”.¹³⁸

Studart conta que, após a vinda de Sobral, o Padre Alencar, antes da substituição pelo conselheiro José Joaquim Coelho, solicitou pessoas de confiança para guardá-lo: João Paulo e Frederico Pamplona, fundador e redator do jornal *Cearense*.

O fato é que Alencar havia se indignado com a atuação da tipografia *Constitucional*, de propriedade do conservador Manuel José de Albuquerque, que, pelo jornal *Pedro II*, o instigou e os amigos de confiança. Alencar, ao ler tal folha, recomendou aos aliados: “...que por menos disso quebravam-se typographias no Rio e em alto dia. (...) Os machados, troando toda a cidade, fizeram o seu officio”.

139

O Dr. Miguel Fernandes, redator do *Pedro II*, segundo proprietário da tipografia *Constitucional*, dissera, logo após o episódio, com a chegada do general Coelho, que fora o ajudante da presidência, João da Rocha, quem capitaneou o grupo para o empastelamento da tipografia. Miguel Ayres do Nascimento, redator do jornal liberal *Cearense*, o Tenente-coronel Franklin de Lima, parentes de Alencar e ainda o Sr. Labatut e Alfares Brazil declararam, em sessão pública, que foram eles os responsáveis pelo desmonte da tipografia e não o ajudante de ordens da presidência, João da Rocha, isentando Alencar e tornando a questão mais um dos casos de imprensa sentenciados pelos jornalistas do *Cearense* e *Pedro II*, durante o governo imperial.

Raymundo de Paula Lima, impressor do *Pedro II*, após esse episódio, abriu, na praça do Ferreira, no centro de Fortaleza, uma casa para impressão de obras, *Typographia Economica*, que depois de seu falecimento, de Paula Lima, em 1898, passou a ser de propriedade do tenente-coronel Antonio Joaquim Guedes de

¹³⁸ GIRÃO, Raimundo. *Pequena História Política do Ceará*. Op. Cit., p. 209.

¹³⁹ STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1894*. Op. Cit. p.31-35.

Miranda e, em 1904, de Joaquim Olympio, que a chamou de *Typographia America*.¹⁴⁰

Só a partir de 1887, o *Pedro II* teve tipografia própria até a data do desaparecimento, em 1889, chamada Tipografia do *Pedro II*.¹⁴¹

O empastelamento da tipografia do *Pedro II* e, conseqüentemente, o cerceamento temporário de liberdade de expressão dos jornalistas tiveram o apoio dos redatores do *Cearense*, que se mostraram mais políticos e menos liberais, se pensarmos o liberalismo ideal nos moldes da burguesia inglesa ascendente, no século XVII, do partido liberal da Inglaterra do século XIX¹⁴², que em tese:

“...defendeu o direito natural da liberdade, sustentou que a autoridade governamental deveria ser limitada ao dever de assegurar aquele direito aos seus cidadãos e, também, pela primeira vez na história ocidental, garantiu a liberdade de consciência”.¹⁴³

Essas garantias, no entanto, dependeram das condições políticas institucionais, da posse do poder, oriunda da representação liberal na presidência da província, que, no Ceará, na segunda metade do século XIX, contaram com os jornalistas do *Cearense*, no arbítrio da liberdade da “nação”, de uma ordem monárquica baseada na democracia-parlamentar, ou seja:

“O liberal acredita que quanto mais livre for para criticar a autoridade constituída mais facilmente obedecerá, pois caso não possa criticar irá desafiar o governo e usar a força para depô-lo. Essa é a chamada tradução liberal, que veio da Europa para o Brasil”.¹⁴⁴

Assim, saber o que ninguém podia saber e “fingir” não entender a procedência das ameaças pró-República, dos insultos dos jornalistas e dos (e)leitores do *Cearense*, era uma das propostas de ação compartilhada pelos

¹⁴⁰ Id. Ibidem.

¹⁴¹ STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Op. Cit., p.29-35; APEC. Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Inscrição do Arrolamento da População da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio, capital da província do Ceará de 1887. Ala 19, Estante 413, Livro: 355.

¹⁴² *Jornal Cearense*, 16/04/1880, (Noticiário).

¹⁴³ BARRETO, Vicente. *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro. Primórdios do liberalismo. O liberalismo e representação política: o período imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p.13.

¹⁴⁴ Id. Ibidem., p.14.

colunistas e (e)leitores do partido conservador cearense, expressas no *Pedro II*, tendo por base, por exemplo, a desconsideração do imperador brasileiro, D. Pedro II, sobre questões políticas e governamentais.¹⁴⁵

Ou seja, questões que diziam respeito ao governo pessoal do imperador, como suscitou o próprio senador liberal José Martiniano de Alencar¹⁴⁶, ao comentar a pressão dos partidos dos republicanos, dos liberais monarquistas e dos conservadores, que apelavam para as vantagens do cumprimento da Constituição¹⁴⁷ e a participação dos gabinetes conservadores no Ministério, que não passavam de “*idéias noveleiras... de verdadeiras miragens, tomadas emprestadas para formar os diversos matizes de sua bandeira*”¹⁴⁸, como foi à lei do Ventre-Livre, que, em 1871, emancipara os novos escravos, idéia “roubada” dos princípios liberais, acusavam os jornalistas do *Cearense*.

Os opositores da prática política desempenhada pelo imperador, no caso, os jornalistas liberais, chamavam atenção para a realização de novas reformas, em especial, no âmbito educacional, defesa do ensino público, com vistas ao exercício consciente da cidadania, por parte dos educandos, no cenário político local. Falavam a despeito da permanência das eleições indiretas, para o Senado, Câmara dos Deputados, Assembléias Provinciais e para presidente da província, cargo nomeado pelo imperador, que vigoraram até o ano de 1881, conferidas aos poucos homens detentores de renda anual de 200 mil réis, que ainda tinham que ser submetidos às avaliações das juntas de qualificação de cada paróquia, sob o ordenamento dos juízes de direito ordinários ou de fora da província, que selecionavam os que iam poder participar dos pleitos.¹⁴⁹

Mesmo sem citar os jornais que noticiaram a aclamação ao monarca brasileiro em viagem à Europa, os jornalistas do *Pedro II* também tentaram impressionar correligionários, (e)leitores, jornalistas e partidários do governo liberal, no Ceará, demonstrando “criticamente” a grandeza do estado imperial, do

¹⁴⁵ Jornal *Pedro II*, 17/11/1872, (*Pedro II*).

¹⁴⁶ Jornal *Cearense*, 20/04/1872, (*Cearense*).

¹⁴⁷ Jornal *Cearense*, 23/04/1872, (*Cearense*).

¹⁴⁸ Jornal *Cearense*, 23/06/1871, (*Cearense*).

¹⁴⁹ NICOLAU, Jairo Marconi. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002, p. 10-14.

saber científico e literário do monarca D. Pedro II, referendando ainda, sobre pilares arredios, a imprensa enquanto lugar absoluto de discernimento, da propaganda política partidária, apontando “diferenças” em meio às semelhanças das ações públicas de liberais e/ou conservadores.

O fato é que ia dar-se, até o fim de 1872, ano em que a presidência do Ceará esteve com o Comendador João Wilkens de Matos (12 de janeiro a 30 de outubro de 1872) e Francisco de Assis de Oliveira Maciel (7 de dezembro de 1872 a 12 de setembro de 1873), conservadores, o recenseamento populacional, que, dentre outras finalidades, tinha o objetivo de apresentar, aos descontentes com o Império e à sociedade, de modo geral, as “reais” condições educacionais e sociais da população cearense, melhor, os novos candidatos a eleitor.

Esse recenseamento, que contou pouco mais de 721 mil pessoas, em todo o território cearense, servia para focalizar a opinião pública, nos momentos de intervenção do governo imperial e provincial, nas mudanças de representante e para comparar direção/atuação conservadora e liberal, em que acreditavam os jornalistas do *Pedro II*: Miguel Fernandes Vieira, Gustavo Gurgulino de Sousa, Torres Portugal, Luiz de Miranda, Paurilio Fernandes Bastos e Gonçalo de Lagos.¹⁵⁰

Miguel Fernandes Vieira, cearense e bacharel, foi juiz de direito, deputado e senador pela província do Ceará. Fundou e redigiu o jornal conservador *Pedro II*, de 1840 até 1862, quando veio a falecer.

Francisco Gustavo Gurgulino de Souza não nasceu no Ceará, mas fez carreira nessa província, “(...) Foi deputado provincial em diversas legislaturas, administrador do Correio, lente substituto de português no Lyceu e director da instrução publica da Provincia”.¹⁵¹

Foram essas as experiências que Gurgulino de Souza passou para as folhas do jornal *Pedro II*, por muitos anos, como redator principal, pelo menos até a data do falecimento, em 1879, e ainda como chefe do partido conservador,

¹⁵⁰ GIRÃO, Raimundo. *Pequena História Política do Ceará*. Op. Cit., p.218. STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Op. Cit., p.34.

¹⁵¹ _____. *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense (vol. 2)*. Op. Cit., p. 386; STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Op. Cit., p.34.

destacando-se “...entre os homens do povo, de quem se fazia amar prestando-lhes os auxílios de sua bolsa e seus conselhos de advogado (...)”.¹⁵²

Luiz Francisco de Miranda, cearense, também se envolveu com cargos públicos em várias comarcas do Ceará, em funções ligadas à sua condição de bacharel em Direito, até se estabelecer em Fortaleza e atuar na advocacia.

Seu ingresso na redação do jornal *Pedro II* ocorreu após a morte de Gurgulino de Souza, em 1879, permanecendo até o desaparecimento do jornal, em 1889. Miranda publicou, no *Pedro II*, dentre outros trabalhos, os seguintes: “*A idade em suas relações jurídicas, 1855; Diccionario juridico de Pereira e Souza, 1887*”.

Mas foram os jornalistas do *Cearense* que melhor descreveram, postumamente, os valores de Miranda, apesar de que sempre estiveram em desacordo com suas idéias políticas:

“(...) O homem popular cuja banca se achou sempre rodeada de discípulos, de pleiteantes e de amigos, com os quaes elle partia a mancheias as moedas da sua generosidade e do seu conselho, teve o leito mortuario velado pela família e por innumeradas dedicações.(...)

Monarchista, nunca deixou de ser entranhadamente conservador; crente, o foi fervorosamente catholico; advogado illustrou a sua profissão honrando-a como a mais nobre e elevada funcção que o homem exerce no interesse da civilização, da moral e da patria.

Entretanto, por mais que almejasse viver na penumbra tornou-se conhecido em todo o paiz pelos seus escriptos de pratica processual largamente divulgados e por suas quotidianas lições de fôro.

*Luiz de Miranda foi figura saliente na imprensa do ex-imperio, redigindo com brilho inexcédível diversos jornaes conservadores da provincia, nomeadamente o Pedro II”.*¹⁵³

Francisco Paurillo Fernandes Bastos, bacharel em direito, era conservador, de idéias firmes e arraigadas, expressas no *Pedro II* até 1883, ano de seu falecimento. Foi seu companheiro muito próximo, na redação dessa folha conservadora, o irmão mais novo, Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos.

¹⁵² STUART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Op. Cit., p.34.

¹⁵³ _____ . *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense (vol. 2)*. Op. Cit., p. 284-286. As opiniões dos jornalistas do *Cearense* foram usadas por Studart, como fonte para tratar da bibliografia de Luiz Francisco de Miranda, jornalista do *Pedro II*.

Gonçalo de Lagos permaneceu no cenário político cearense, até o final do século XIX. Para tanto, redigiu os últimos anos do *Pedro II* e, por volta de 1884, foi ainda o representante da imprensa cearense na sessão solene comemorativa da libertação dos escravos cearenses e publicou o jornal *O Norte*, quando se deu a cisão do *Centro Republicano do Ceará*, em 1891, juntamente com Martinho Rodrigues e Justiniano de Serpa, ambos jornalistas do *Constituição*, para fazer forte oposição ao regime que se instalava.

A participação de Lagos, na sessão solene do dia 25 de março de 1884, em que se comemorou a manumissão dos escravos da província do Ceará, foi organizada principalmente pelos jornalistas do órgão abolicionista, o *Libertador* - Antônio Martins, Antônio Bezerra de Menezes e Telles Marrocos, entre outros redatores e colaboradores, pertencentes à *Sociedade Cearense Libertadora* e engajados no *Libertador*-, para afrontar o comando do presidente da província, o liberal Dr. Sátiro de Oliveira Dias (21 de agosto de 1883 a 31 de maio de 1884)¹⁵⁴, bastante criticado pelos leitores e redatores do *Libertador*, na coluna *Tribuna do Povo* e *Gazetilha*, respectivamente, e confrontar também os jornalistas do *Cearense* que publicaram, até 1882, anúncios de escravos fugidos, principalmente Rodrigues Junior e José Pompeu, considerados “falsos” liberais:

“Pincelladas. Hontem na Assembléa provincial, o delegado Manoel Sedrin por ordem do ex-futuro Barão de Theodorico, requereu que por intermédio da meza (mágica?) se dirigisse um voto de adesão ao muito distinto chefe (de que?) desta provincia Antonio Joaquim (da feira?) pelos relevantes serviços (á sua família?) prestados á provincia e ao partido liberal.

Eis o que se chama um cúmulo de ridículo.

Quaes foram os serviços prestados á provincia pelo energumeno negreiro Rodrigues Junior? Apontem, se são capazes, um só beneficio ao Ceará promovido por esse filho renegado e seus dignos companheiros!

Rodrigues Junior, é um energumeno, Metton- um Judas, José Pompeu- um negro fujão. (...).¹⁵⁵

¹⁵⁴ Id. Ibidem., (vol. 1).Op. Cit., p. 317, 318, 347 e 348; SOUSA, Eusébio de. *A Imprensa do Ceará dos Primeiros Dias aos Atuais*. Op. Cit., p.21; GIRÃO, Raimundo. *Pequena História Política do Ceará*. Op. Cit., p.219.

¹⁵⁵ *Jornal Libertador*, 12/08/1884, (*Gazetilha*).

Torres Portugal, também figurou como redator do jornal *Pedro II*, não fez parte do *Dicionário Bio- Bibliográfico* de Studart, nem de outros dicionários ou materiais do gênero pesquisados. Assim, é uma pista a menos no desafio de descortinar algumas histórias da vida e obra do jornal *Pedro II*, encetadas por bacharéis em direito, políticos partidários, afeitos, algumas vezes, ao ideal conservador, outras vezes, nem tanto, e de letrados que se destacaram como argutos jornalistas cearenses:

“O Pedro II nascera, portanto, combatendo a política liberal daquela época. Exerceu, não há dúvida, influência direta na vida do partido cujo pensamento representava. Teve os seus dias de glórias e também os de decepções.

A política, porém, que tudo póde e tudo consegue, não levou muito tempo para o emaranhar nas malhas de uma intriga pequenina, propria dos meios ignáros, provincianos. Forçou-o, pela virulencia de sua linguagem, a tomar uma atitude decidida no terreno de sua exploração(...).

*Foi o Pedro II o primeiro jornal, no Ceará, que sofreu as consequências desastrosas, dêsse jaez, por fazer oposição ao govêrno constituído, numa época em que a imprensa exercia o maximo prestígio em todas as camadas, ‘sobretudo entre os políticos’, e que, no dizer de Rocha Pombo, tanto na côrte como nas provincias, e principalmente nas provincias, o jornal era fôrça incomparavelmente maior do que é hoje”.*¹⁵⁶

Os redatores do *Pedro II*, de modo geral, nos períodos de governo liberal na província cearense, principalmente, para se defenderem, combatendo a oposição liberal, segundo artigo dos próprios jornalistas do *Cearense*, cobram-lhes piamente postura jornalística e partidária condizente com os princípios liberais que diziam professar:

*“O Pedro II em mais de dous numeros nos tem dado artigos doutrinarios, nos quaes, proclamando a excellencia das idéas e situações conservadoras, se revela contra a actual ordem de couzas e inquere dos liberaes o que tem realisado até hoje, augurando-lhes por fim, que nada farão em bem do paiz, como nada tem feito até agora”.*¹⁵⁷

¹⁵⁶ SOUSA, Eusébio de. *A Imprensa do Ceará dos Primeiros Dias aos Atuais*. Op. Cit., p. 29, 31 e 32.

¹⁵⁷ *Jornal Cearense*, 20/07/1879, (Cearense).

Os do *Cearense* respondem dizendo que, estando o partido conservador no poder, primeira metade do século XIX, não havia como os liberais terem feito algo, ao contrário do que estava acontecendo entre 1878 e 1880, período de seca no Ceará. Já que possuíam um programa e iam continuar a manifestar suas aspirações como elementos de prosperidade do Partido Liberal e do aprimoramento ético da província: com o plano das eleições diretas, capaz de restituir a verdade à representação nacional e a legitimidade ao governo - contra esse plano conspirava ferozmente o senado conservador, por não serem seus membros os que se propuseram a realizá-lo. E com o controle dos retirantes nesses anos de seca, publicando em “*Memórias sobre a capitania do Ceará*”, do Senador Pompeu, na coluna *Folhetim*, dados estatísticos otimistas, no que diz respeito à saúde pública, internamentos de doentes de varíola, supressão dos abarracamentos, criação de instituições de caridade, como o *Azilo de Alienados*, *Instituto dos Surdos e Mudos* e a *Colônia Christina* e o desenvolvimento da Estrada de Ferro de Baturité, empreitadas que por vezes agruparão “...*amigos políticos e os artistas para uma grande reunião liberal às 12 horas do dia no Theatro São Luiz afim de tratar de negócios relativos aos interesses do município*”.

O periódico liberal ainda acusa que, durante o governo conservador, os jornalistas do *Pedro II* extinguíam a fé pública e os estímulos da opinião esclarecida, com “*o desmazelo e a corrupção por toda a parte; e crime e a immoralidade; tudo cahindo pelo apodrecimento*”.¹⁵⁸

Os jornalistas do *Pedro II*, por sua vez, chamavam atenção para o fato de que sob o governo conservador de D. Pedro I, em sete de setembro de 1822, se deu o grande dia da verdadeira emancipação política, com:

“*O trem de ferro rasgando os desertos; o telegrapho pondo-nos à falla com os paizes cultos; a instrucção derramada com profusão pela vastidão do território: á propria lei quebrando sem abalo os ferros da escravidão: taes são os fructos que já vão produzindo essa arvore plantada em 1822*”.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Jornal *Cearense*, 01/10/1880, (*Cearense*).

¹⁵⁹ Jornal *Pedro II*, 07/09/1881, (*Pedro II*).

Com a reforma eleitoral de 1881, que pregava as eleições diretas, os redatores do *Pedro II* julgavam-se no direito de expor apreciações moderadas, prezando a apresentação prévia dos programas dos partidos, aspecto não contemplado pela reforma, já que estavam sendo iniciados os sufrágios populares¹⁶⁰, ao contrário do sugerido no *Cearnense*, que, acredito, tentava impor suas opiniões, como únicas, legítimas e um tanto quanto eufóricas, mais preocupadas com os termos legais do novo processo eleitoral e com a preservação de um jornalismo político-partidário sem oposição.

O dever de lealdade, justiça e verdade incumbida à imprensa proclamam as vozes da consciência do *Pedro II*, ainda que para julgar como franca a postura dos jornalistas do *Constituição*, ao se manifestarem contrários ao processo de operalização da nova lei eleitoral, o que não era “*desharmonia de conduta*” do ponto de vista do pessoal do *Pedro II*:

*“O Pedro II, analysando as phases da orbita politica, em que deve gyrar, como orgão da imprensa provincial, não julga prestar melhor nem maior serviço á seo partido, do que dizendo a verdade, á todos aquelles, que se agrupão em torno da bandeira conservadora; e para conseguir tão leal empenho, é de myster que marche ao benefico influxo das nobres aspirações, que, no presente, se propõem á grandeza politica do paiz”.*¹⁶¹

Contudo os jornalistas do *Pedro II*, sob a égide do partido conservador, tentaram se impor, questionando a forma como era dada a representação política dos liberais no jornal *Cearnense* e na administração pública. Oposição feita sem compromissos, pois o que de melhor os redatores conservadores faziam era a crítica pela crítica, não se sentiam obrigados a dar sugestões, publicá-las ao menos, pelo fato de não terem eles cometidos erros, ou não cumpriram, à risca, os utópicos sentimentos liberais:

“A palavra ‘desorganização’ tem sido um como que condimento da alimentação da imprensa opposicionista de todos os matizes.

¹⁶⁰ Jornal *Pedro II*, 19/03/1881, (*Pedro II*).

¹⁶¹ Jornal *Pedro II*, 13/10/1881, (*Pedro II*).

Desorganização das finanças, da disciplina militar, dos costumes políticos; tem sido o diapasão solfejado desde o advento de 20 de agosto- contra o ministerio e a situação.

Á este respeito- pelo menos tem existido ‘organização ’ou antes conjunção, da imprensa liberal, com a imprensa republicana e a imprensa neutra; especie de trindade indiana de tres rostos, alimentados na seiva de um só corpo.

Mas, pondo de parte o exagêro d’esse calculado pessimismo, e acceitando a responsabilidade dos males creados pela propria dominação liberal cumpre confessar que a ‘desorganização’ que realmente existe e que todos sentem, não é tanto na vida do nosso organismo politico como na vida economica das nossas povoações.(...)”¹⁶²

Têm-se aqui os embates entre políticos liberais e conservadores, que mediram forças na busca por adesão da opinião dos (e)leitores, época em que a imprensa, em Fortaleza, era sinal de prestígio, progresso, poder político e administrativo e de debate. Potencial desenvolvido não só para auto-expressão dos jornalistas, mas como interferência monopolizadora da orientação alheia:

“Criara-se, mais para trás um pouco, em 1842, uma casa de espetáculos - o teatro Taliense, que se constituiu animada sala de ensinamentos educativos e artísticos, onde se efetuavam noitadas de distinção e comemorações cívicas, e numas e noutras se faziam recitativos e se proferiam discursos vibrantemente aplaudidos. O Taliense foi uma estimulação proveitosa.

Dois jornais de cunho sério, e que teriam longa existência, aparecem naquela década que completaria o meado do século: - o ‘Pedro 2º’ (1840) órgão do Partido Conservador ou Caranguejo, publicado as quartas feiras e aos sábados, sob a invocação do Augusto Nome de Nosso Adorado Monarca’, e o ‘Cearense’ (1846), da facção Liberal ou Chimanga.

Melhorava-se um tantinho, não restava dúvida. A crisálida ensaiava o rompimento do casulo. A cidadezinha tonificava-se e espartava para triunfar dos obstáculos do seu changing-environment”¹⁶³

As “borboletas” que desabrochavam do *Pedro II*, apenas planavam sobre a “cidadezinha” e os cearenses, seus pousos, quando ocorriam, eram rasteiros e temerosos: desacreditavam o governo liberal e faziam dessa disputa algo que não pudesse ser revidado. Belos déspotas.

¹⁶² Jornal *Pedro II*, 13/04/1887, (*Pedro II*).

¹⁶³ MIRANDA, Ubatuba de e GIRÃO, Raimundo. *Retrato de Fortaleza*. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1954, p.52 e 53.

1.3- “Falle-se a verdade”. *Constituição*

“Fortaleza, 20 de outubro de 1876.

Falle-se a verdade. (...)

Parodiando o sublime pensamento da insigne aguia de Meaux, bem podemos presentemente dizer o mesmo das eleições: - Tudo é verdade, menos a propria verdade! (...)

Entretanto, si de algum facto nosso devemos-nos orgulhar, não é sómente de termos feito a experiencia de uma reforma difficil, desconhecida e trabalhosa sem uma gotta de sangue derramado, mas com tanta ordem e regularidade, interessando ao pleito a todas as classes sociaes, até aquellas que mais se mostravam descrentes da verdade, da eleição, e desta forma dando nova vida e nova face aos partidos. (...)

E a rasão é que nessas occasiões os principios religiosos e de educação e a condição dos negros e homens de cor, escravos ou libertos, serve de assunto á polemica ardente e apaixonada das facções em luta. (...)

Um dos effeitos e inconvenientes mais ordinarios desta grande luta e effervescencia eleitoral é a instabilidade dos empregos publicos. Os funcçionarios lançam-se na batalha com o mesmo ardor que os demais combatentes; mas ai d’aquelles que tem o máu gosto de se deixarem vencer! (...)

Mas quantos hoje não pensarão que as eleições dos Estados Unidos são mais livres, regulares dos que as nossas?

Perfeito erro! Falle-se a verdade e não nos teremos do que envergonhar”.¹⁶⁴

Falar a verdade era insistente pedido dos jornalistas do periódico *Constituição*, publicado em Fortaleza, no período de 1863-1889. Órgão dos “...representantes das idéas do partido conservador adiantado, em opposição ás idéas pregadas pelo Pedro II, também orgam conservador de Fortaleza...”, oriundo do rompimento de Domingos Nogueira Jaguaribe e Joaquim da Cunha Freire com os Fernandes Vieira, do *Pedro II*, sendo esses os conservadores-carcarás e aqueles os conservadores-graúdos.¹⁶⁵

Os conservadores adiantados pregavam, no “*Mundo do Governo*”¹⁶⁶, fomentado pela imprensa dos partidos políticos, “...a idéia de uma possível

¹⁶⁴ *Jornal Constituição*, 20/10/1876, (*Constituição*).

¹⁶⁵ STUART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1894*. Op. Cit. p.55 e ARAÚJO, Maria do Carmo R. Op. Cit., p.118.

¹⁶⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit., p.121-124.

monarquia constitucional, defendida segundo os princípios do constitucionalismo fincado no Liberalismo Clássico”¹⁶⁷, não só com relação às eleições de 1876, mas no que tange aos ditos e feitos dos redatores do jornal *Cearense*, dos editoriais, da elaboração inconsistente do seu programa político e da relação mantida com os (e)leitores. Contudo não tentavam denegrir a imagem de tutor criada pelos articulistas do *Cearense* sobre si mesmos, diante dos demais periódicos e colunistas cearenses, de certo modo aceita pelo pessoal da redação e direção do jornal *Constituição*, os doutores: Domingos Jaguaribe e Justiniano de Serpa, Antonio Moreira de Souza e os colaboradores Gonçalo Souto, Manoel Soares, Paulino Nogueira, Antonio Pinto, Praxedes Theodulo, Frederico Borges, Martinho Rodrigues e Padre Berllarmino J. de Souza.¹⁶⁸

O pleito eleitoral de outubro de 1876 foi realizado sob novas circunstâncias. Uma reforma eleitoral instituiu que o partido que estivesse no governo tinha o direito de eleger número determinado de deputados para cada província, ficando umas com a terça, quarta, ou quinta parte dos votos, e outras nada, como reclamam os liberais cearenses no *Cearense*, pois não eram governo nesse ano. Desse modo, não havia conflito entre o imperador D. Pedro II e os parlamentares das províncias.¹⁶⁹

No entanto, a “verdade” é que, para implementação desse sistema permaneceram as corrupções na administração das rendas e empregos públicos. As discussões sobre a liberdade popular e o direito de voto, dados pelas lutas políticas entre os representantes da imprensa liberal e conservadora cearense, giravam ainda em torno de questões como a exigência de “iguais” condições de disputa, e do sistema de eleições indiretas, que:

“...selecionava os superiores por condição (os livres), por sexo (os homens), por idade (mais de 25 anos), por renda (proprietários) e mesmo por credo, uma vez que o catolicismo era a religião de Estado. A maior distinção era por ocupação e propriedade (cada nível do sistema exigia um censo pecuniário, mas não restringia por escolarização). O

¹⁶⁷ CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política (1873-1904)*. Op. Cit., p. 27.

¹⁶⁸ STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1894*. Op. Cit. p.55.

¹⁶⁹ *Jornal Cearense*, 23/04/1876, (*Cearense*).

*sistema de eleições indiretas garantia, assim, anteparos aos ‘excessos’ da democracia direta, limitando o governo aos homens de prole, proprietários, por isso dotados da independência pessoal requisitada para o exercício da liberdade positiva, de opiniões”.*¹⁷⁰

Para tanto, os redatores do *Constituição* assumiram, por diversas vezes, uma postura conscienciosa com relação às apreciações políticas e sobre a missão da imprensa, divulgadas, no *Cearense*, com o intuito de atacar os jornalistas do *Pedro II*, também adversários partidários, na reforma eleitoral para o pleito de 1876.

Segundo redatores liberais e conservadores adiantados, a arbitrariedade do imperador brasileiro era desrespeitosa à representação nacional, e este era o motivo de ataques ao jornal *Pedro II*, que apoiava o Imperador e era o periódico responsável pela desconfiança política do povo, em relação ao “*systema das minorias*”¹⁷¹, que exigia do votante documento que comprovasse renda e instituiu o sistema de maioria simples, no qual o eleitor só poderia votar em 2/3 do número de representantes, na Câmara dos Deputados, e os mais votados da província eram os eleitos.¹⁷² Em síntese, a norma aprovada por lei eleitoral, criada e sancionada pelo poder moderador, em 1875, devia assegurar a representação conservadora, o que, no Ceará, favorecia apenas os carcarás, o *Pedro II*.

Em torno da questão da liberdade eleitoral, acirraram-se, conseqüentemente, as contendas pela imprensa. Os redatores contrários à postura dos jornalistas do *Pedro II*, “*coveiros da liberdade e do progresso*”, diziam que o sistema imposto pela reforma era o de distanciar o espírito público das causas políticas, o que “*foge a vida e o movimento dos partidos, foge o estímulo e o gosto das luttas políticas na parte intelligente da sociedade...*”, segundo os redatores do *Cearense*.¹⁷³

Parte do público, incluindo os conservadores adiantados, é considerado ignorante nato, pelos jornalistas e correligionários chimangos, que assumiam para

¹⁷⁰ ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a Geração 1870 na Crise do Brasil-Império*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002, p. 62.

¹⁷¹ *Jornal Constituição*, 10/11/1876, (*Constituição*).

¹⁷² NICOLAU, Jairo. Op. Cit., p. 13-23.

¹⁷³ *Jornal Cearense*, 23/01/1876, (*Cearense*).

si o dever “espinhoso” de persuadir tal público, não lhe dando oportunidade de impressão, de letra e voz no jornal, mas sim escrevendo por ele.

Para tanto, foi necessário o processo de aprimoramento e troca de experiências entre o fazer político e o jornalístico. A imprensa, por isso, foi uma das principais instituições, em que os bacharéis ensaiaram e constituíram a cultura política cearense com a autoridade de juristas numa jurisdição, o jornal, sem lei.

Nessa empreitada, envolveu-se Domingos José Nogueira Jaguaribe, cearense, com formação em direito, dando início à redação e direção do jornal *Constituição*, em 1863, quando ocupava o cargo de deputado geral. Antes, no biênio de 1850 a 1851, redigiu o jornal *Pedro II*. Ocupou ainda pelo Ceará as funções de promotor público, deputado provincial, senador do império, também de diretor do Liceu e inspetor geral da instrução pública.

Durante suas relações com o jornalismo e com a política cearense, estabeleceu intenso intercâmbio com o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. Em discurso proferido na legislatura de deputado geral, de 1853 a 1856, sobre a instrução, mereceu do Visconde de Castilho muitos elogios, publicados no dito jornal, e em 1877 e 1878, oportunidade em que Jaguaribe, senador do império, fez uma exposição acerca da subscrição promovida na corte e províncias vizinhas em favor dos flagelados pela seca do Ceará. No *Jornal do Commercio* e no *Correio da Tarde*, da capital do império brasileiro, também colaborou Padre Bellarmino, colega de Jaguaribe no *Constituição*.

O comprometimento da relação amistosa de Jaguaribe com Gonçalo de Almeida Souto, em 1845, em disputa por uma vaga de professor da cadeira de Francês do Liceu do Ceará, na qual Souto obteve êxito, substituído em 1882, estendeu-se até as colunas do jornal *Constituição*.

Nesse período, Souto bacharelou-se e assumiu o posto de procurador fiscal, entre outros, durante o governo conservador, no impedimento do Dr. Manoel Soares da Silva Bezerra, que também fez parte da redação do jornal *Constituição*. Concomitante ao seu engajamento nesse que foi um dos órgãos de representação do partido conservador cearense, Souto também fundou o jornal

Tribuna Catholica, em 1866, em que pôde contar mais uma vez com o apoio de Manoel Bezerra, que, por sua vez, ainda chegou a remeter artigos para o jornal *Pedro II*.¹⁷⁴

Mas foi no *Constituição*, de 1877, que Manoel Bezerra teve seu *Compendio de Grammatica Philosophica do Lyceu provincial do Ceará* criticado, em uma série de artigos enviados por um leitor, com o pseudônimo *Um Estudante*.

No momento de constrangimento por que passava o jornalista conservador, são também publicados, em 1881, no jornal *Cearense*, “*breves reflexões*” sobre a gramática de Manoel Bezerra, fato que passou despercebido em artigo escrito por Vicente Mendes, no jornal *Ceará*, saído em 1888, em memória de Manoel Bezerra:

“(...) Nosso jornal enluta-se hoje, consagrando á saudosa memoria do finado uma edição especial. Justissimos e bem poderosos são os motivos desta solemne manifestação, deste derradeiro tributo pago ao bonissimo e virtuoso mestre.(...)

Espirito profundamente adiantado e refractario a todo o sentimento que se não coadunasse com suas arraigadas crenças, elle- o Dr. Soares- nunca assomou na arena jornalística movido pela vaidade ou pelas glorias mundanas, não. Atalaia infatigavel da cidadella da fé catholica, elle, tão humilde quanto valente, não consentia que impunemente se desfechasse um golpe contra a santidade de nossas crenças; uma contradicta immediata, energica, fundamentada e peremptoria surgia, com rapidez da flexa disparada pelo indigena, da penna do Dr. Soares, sem embargo de nenhum obstaculo”.¹⁷⁵

A disputa passava também pela crítica da produção intelectual, mesmo quando não de natureza jornalística. Retrucava-se a produção literária e científica como forma de desgastar a imagem do intelectual e também, porque entendia-se que era responsabilidade da imprensa cuidar da cultura, da civilidade e do saber competente.

Justiniano de Serpa redigiu o jornal *Constituição* até a queda do Império, continuando a batalhar na imprensa durante as primeiras décadas da República,

¹⁷⁴ STUART, Guilherme. *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense (vol. 1)*. Op. Cit., p.219-221; _____ . *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1894*. Op. Cit., p.55; _____ . *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense (vol.1)*. Op. Cit., p.345-347.

¹⁷⁵ Id. *Ibidem.*, (vol. 2).Op. Cit., p.356-359.

como redator do jornal *Federação e Rio Negro*, de Manaus; em *A Pátria, O Norte*, com Martinho Rodrigues, colega do *Constituição*, e com Gonçalo de Lagos, do jornal *Pedro II*, entre outros jornalistas, ainda no *Diário do Ceará* e no *Iracema*, órgão do *Centro Literário Cearense* (1894), em companhia de Guilherme Studart e Rodrigues Carvalho, periódicos impressos em Fortaleza.

Outros escritos seus foram publicados nas revistas do *Instituto do Ceará* (1887) e da *Academia Cearense de Letras* (1894), instituições literárias das quais foi membro. Boa parte dos textos eram apegados à poesia, ao abolicionismo cearense, à educação brasileira e à sua relação com o meio literário. Por isso, Serpa:

*“...conseguiu a golpes de talento e dedicações assumir papel saliente na política conservadora do Ceará, que o fez mais de uma vez deputado, de 1882 a 1889, sendo que numa das legislaturas notabilizou-se, o mesmo acontecendo também na imprensa e nos meetings, como um dos mais fervorosos adeptos da abolição dos escravos. Dado o movimento republicano, foi um dos deputados á Constituinte do Ceará e seu representante na Camara Federal”.*¹⁷⁶

Como Serpa, Martinho Rodrigues, bacharel nascido em Canindé, comarca do interior cearense,

*“...entregou-se afinal com todo o afan de um valente lutador ás lides da política quer nos comicios quer na imprensa do seu partido, que era o conservador, de feição graúda. Como tal prestou relevantes serviços á causa da abolição dos escravos”.*¹⁷⁷

Para os graúdos, do *Constituição*, a abolição simbolizava liberdade, patriotismo solidário a D. Pedro II, autonomia civil e moral, regeneração da pátria, a superação de velhos preconceitos e redenção social. Ecos da imprensa partidária que tentou minimizar diferenças políticas diante de questões sociais tão emergentes como a abolição.

No entanto, fora do círculo, jornais conservadores versus jornal liberal, tem-se mais uma vez o *Libertador*, claramente simpático aos interesses dos

¹⁷⁶ Id. *Ibidem.*, (vol. 2).Op. Cit., p. 225.

¹⁷⁷ Id. *Ibidem.*, (vol. 2).Op. Cit., p. 373.

conservadores, daí por que constantemente apresentava, nas suas colunas, os “bandidos da imprensa negreira”¹⁷⁸, os jornalistas do *Cearense*, por aceitarem publicar anúncios sobre fuga de escravos, por isso, considerados escravistas, mesmo tendo o *Cearense*, em 1880, passado a recusar esse tipo de anúncio. A discórdia entre *Libertador* e *Cearense* acontecia devido às posturas abolicionistas ponderadas, defendendo a sua realização por meios legais, pelo bom-senso moral e jurídico, acolhidas por parte dos liberais liderados pelo conselheiro Rodrigues Junior e por outra facção do partido liberal, redatores do jornal *Gazeta do Norte*, chamados “anarquistas liberais fracos”¹⁷⁹, comandados pelo Dr. Thomaz Pompeu.

A exaltação dos jornalistas conservadores e liberais, com relação às suas ações na política e na imprensa cearense, relatada por Studart e visualizada em jornais como o *Libertador*, pretendia favorecer e distinguir o importante papel dos partidos, na condução da administração pública do Ceará, o que só ocorria quando tinham a posse da presidência da província. O partido que assumia o poder argüia para si a exclusividade de ocupação dos cargos da administração pública. A partir desse referencial, “o espírito partidário” falava mais alto e apelava para a demissão de jornalistas e de correligionários opositores na ocupação dos cargos de confiança como os da promotoria pública, instrução pública e do exército, o que se deu com Praxedes Theodulo da Silva, do jornal *Constituição*.¹⁸⁰

As demissões foram um dos principais motivos de embates entre os jornalistas de ambos os partidos, e, contrariados, liberais e conservadores usavam a estratégia do mote da missão da imprensa para expressar posição, afirmando-se contrários à luta em favor dos interesses individuais, e a serviço da causa pública, não podendo, assim, servir de arma para atacar adversários ou defender-se deles.

Caso que aconteceu também com Frederico Augusto Borges: após a formatura em direito, foi nomeado para a promotoria pública de Fortaleza de 1875 até 1881, e exonerado do cargo ao assumir a presidência do Ceará o liberal Dr.

¹⁷⁸ Jornal *Libertador*, 28/10/1884, (*Libertador*).

¹⁷⁹ Jornal *Cearense*, 03/10/1880, (*Noticiário*); Jornal *Cearense*, 18/06/1882 e 04/10/1884, (*Cearense*).

¹⁸⁰ STUDART, Guilherme. *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense* (vol. 3). Op. Cit., p.5 e 53.

Sancho de Barros Pimentel, de 22/03 a 31/10/1882. Borges, então, dedica-se à direção do partido conservador e do jornal *Constituição*.¹⁸¹

Episódio semelhante deu-se quando Paulino Nogueira Borges da Fonseca, bacharel cearense e jornalista do *Constituição*, ocupou a função de promotor público de Saboeiro, comarca do interior cearense, em 1866, demitido pouco tempo depois, ao assumirem a presidência da província os liberais Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, no período de 10/06/1865 a 06/11/1866, e posteriormente João de Sousa Melo e Alvim, até 06/05/1867.¹⁸²

Para tratar desse fato, Paulino Nogueira, publicou no *Constituição*, o folheto “*Os Presidentes do Ceará*”:

*“Ferido profundamente por um acto de perversidade partidaria sua (de Mello e Alvim), escrevi um folheto sobre sua administração, o qual mereceu resposta sua tambem em folheto. Quem chegar a ler um e outro hade se convencer de que não lhe faço a mínima injustiça deixando-me levar por sentimentos individuaes”.*¹⁸³

Nogueira teve outros atritos com os liberais, com o jornalista do *Cearense*, João Brígido, por exemplo, que refutou um de seus discursos, publicando, na revista do *Instituto do Ceará*, associação da qual Nogueira fora presidente, o artigo: *O Major João Brígido e sua refutação ao discurso do Deputado Paulino Nogueira*.

Dedicou-se ainda, Nogueira, aos estudos da história do Brasil, através de narrativas referentes aos indígenas que povoaram o Ceará, produzindo ensaios como *O Padre Francisco Pinto ou a Primeira Catechece de Indios no Ceará*, no periódico *A Quinzena*, impresso saído em Fortaleza em 1887.¹⁸⁴

O envolvimento com outros jornais foi marcado também pelas animosidades do jornalista do *Constituição*, Antonio Pinto de Mendonça, que disseminou as idéias do partido conservador em Baturité, comarca do interior

¹⁸¹ Id. *Ibidem.*, (vol. 1).Op. Cit., p. 332 e 333; GIRÃO. Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Op. Cit., p.219.

¹⁸² GIRÃO. Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Op. Cit., p. 216.

¹⁸³ STUDART, Guilherme. *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense* (vol. 3). Op. Cit., p.5

¹⁸⁴ Id. *Ibidem.*, (vol.3).Op. Cit., p.8 e 10.

cearense, redigindo o jornal *A Ordem*, entre os anos de 1879 e 1880. E em Fortaleza manteve afinidade com outro representante do partido conservador, o jornal *Pedro II*.¹⁸⁵

Encerrada a publicação do *Constituição*, em 1889, o gerente, Antônio Moreira de Souza foi nomeado administrador dos Correios do Ceará, em virtude da “experiência política” adquirida como gerente de jornal que conseguiu permanecer no cenário cearense durante vinte e seis anos, quase ininterruptos.¹⁸⁶

Contudo a tentativa saquarema de manter o Estado imperial e a classe senhorial no poder administrativo, diante do advento do regime republicano, e das intenções autoritárias dos liberais de governar e dirigir, tal Estado, fizeram com que fossem garantidos representantes de ambos os partidos, nos cargos públicos, objetivando interesses de ordem privada. Nesse sentido, a ação dos redatores conservadores foi de valor fundamental para assegurar uma política que visasse fortalecer uma única forma de Estado democrático.

Analisando a importância dos “*agentes públicos*”, nos quais inclui os homens da imprensa, Ilmar Mattos afirma que:

*“Neste sentido, o redator de uma folha local não raro se constituía num agente da centralização muito mais significativo do que um empregado público. Os valores de Ordem, de adesão ao Império e ao imperador, de respeito à Constituição e aos Poderes Políticos que as folhas locais difundiam, ao lado das campanhas em prol dos melhoramentos materiais, cumpriam um papel conservador e integrador que não encontrava comparação no desempenho do mais diligente dos empregados públicos. Em seu âmbito e com os recursos de que dispunham, tais redatores não deixavam de contribuir para a superação das concepções localistas e particularistas em proveito de uma concepção de vida estatal, e nestes termos é que devem ser incluídos os agentes públicos”.*¹⁸⁷

Por isso, o *Pedro II* e o *Constituição* tiveram, nas últimas décadas do século XIX, formato, funcionalidade das colunas e administração redatorial idênticos. Circulavam duas vezes por semana, até abril de 1882, em outubro do mesmo ano três vezes. Vendiam jornais do dia anterior, no valor de 200 réis e as assinaturas

¹⁸⁵ Id. Ibidem., (vol. 1).Op. Cit., p. 117.

¹⁸⁶ Id. Ibidem., (vol. 2, *acréscimos finais*). Op. Cit.,.

¹⁸⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit., p.202.

podiam começar em qualquer dia, mas só terminariam no fim dos meses de março, junho, setembro e dezembro.

No entanto, mesmo entre os jornalistas conservadores, algumas pequenas diferenças com relação aos planos doutrinários, aos preços e sistemas de assinaturas eram apresentadas aos leitores: o número avulso do *Constituição* custava 100 réis, as assinaturas na capital ou para o interior (não eram oferecidas assinaturas para o exterior) eram trimestrais, custavam 3\$000 e 4\$000, respectivamente, com pagamento adiantado e o valor das publicações podia ser negociado, mas era em média, de 100 réis.¹⁸⁸ O *Pedro II* (ver item 1. 2) estipulou o custo de 80 réis a linha, a folha avulsa vendida a 200 réis, as assinaturas eram semestrais e anuais e eram feitas por leitores de outros países.

Esse distanciamento ocorria para que o público fosse capaz de distinguir, ou não, através desses artifícios, os espaços da subjetividade das relações sociais e ideológicas que regeram as ações partidárias de letrados burgueses inertes dentro do movimento jornalístico.

O *Constituição* era impresso na tipografia *Constitucional*, antes de 1887, como foi o *Pedro II*, pelo impressor e tipógrafo Antônio Amâncio de Oliveira e Silva, além de Leocádio José Theofilo, Lino Bezerra Filho, Silvestre Monteiro do Nascimento Falcão, Manoel Amancio d’Oliveira e Silva, João Augusto de Mendonça, Severo Nonato da Costa¹⁸⁹ e Olympio Candido Carneiro da Cunha.¹⁹⁰

Em 1887, passa a ter tipografia própria, tipografia da *Constituição*, funcionando na casa, n.º 24, da Rua Major Facundo¹⁹¹, endereço das tipografias do jornal *Libertador* e do tipógrafo Theotônio Esteves de Almeida. Das oficinas do *Constituição* também saíram em 1866, *O Typographo*, publicado em Fortaleza, jornal de interesse dos tipógrafos:

¹⁸⁸ STUART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1894*. Op. Cit., p. 55; *Jornal Constituição*, 1882, (Cabeçalho de várias edições).

¹⁸⁹ Segundo informações contidas no jornal *Libertador*, 28/09/1881, (*Libertador*).

¹⁹⁰ A referência de que o tipógrafo Olympio Candido Carneiro da Cunha era operário da oficina do *Constituição*, foi obtida no jornal *Cearense*, 25/11/1882, (*Publicações Solicitadas*).

¹⁹¹ APEC. Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Inscrição do Arrolamento da População da Freguesia de São José, capital da província do Ceará de 1887. Ala 19, Estante 413, Livro: 383.

“O jornal *O Typographo*, semanal, publicado em 1866, impresso nas oficinas do *Constituição* por M. P. Amora, tem como redatores os tipógrafos do jornal *Constituição*, entre os quais João Dias da Rocha, J. Henrique, F. Queiroz. (...) apresenta-se como um ‘jornal crítico, noticioso e recreativo e diz-se destinado a sustentar os interesses de sua arte’”.¹⁹²

A tipografia da *Constituição* funcionou vizinho a uma escola particular, de uma Junta Comercial e da hospedaria de Ponciano Francisco de Paulo. As tipografias próprias dos jornais eram um lugar de vislumbre como se nelas pudessem ser autenticados os pensamentos da prática letrada e os interesses mais subversivos.

Do prelo do jornal *Constituição* saíam com maior frequência as colunas *Constituição* (editorial), *Paginas livres* (publicações dos leitores), *Annuncios*, *Chronica Política* (comentários dos jornalistas sobre a política local envolvendo análise das crônicas dos jornalistas liberais) e *Noticias* (noticiário), quase as mesmas do jornal *Pedro II* e até do *Cearense*, no que concerne às variações dos títulos e conteúdos estipulados. *Folhetim*, *Justiça*, *Secção Especial*, *Interior*, *Sciencia*, *Jurisprudencia*, *Editaes*, *Historia-Patria*, *Litteratura* eram seções que saíam algumas vezes por mês.

Na coluna *Noticiario* constava a subcoluna *Revista dos Jornais*, espécie de diagnóstico dos conteúdos dos jornais da cidade, do *Cearense* em especial.

Essa e outras colunas eram alvo também de grandes críticas dos jornalistas do *Cearense*, como por exemplo:

“Os conservadores continuam a esperar anciosos o feliz momento de ascenderem ao poder.

E crêem que esteja proximo esse momento e proclamam aos quatro ventos sem a menor cerimonia que o poder foi feito para elles e só para elles. São pelo menos as theorias de um jornal todo nebuloso, metaphisico e incomprehensivel que agora publicam com pretenções a orgão das suas idéas.(...)

Colloquem-se no terreno da resistencia as reformas liberaes, abriguem-se á sombra da sua adorada ‘Constituição’ que pretendem conservar eternamente inalteravel, como um monumento gothico, inacessivel os progressos...”.¹⁹³

¹⁹² GONÇALVES, Adelaide e BRUNO, Allyson. (orgs). *O Trabalhador Graphico*. Fortaleza: Editora UFC, 2000, p.18 e 19.

¹⁹³ *Jornal Cearense*, 22/03/1883, (*Cearense*).

O ideal político-partidário conservador, pela ótica do *Cearense*, não podia ultrapassar o ideal de imprensa. E, no que se refere à questão do debate em torno do uso da imprensa, também havia divergência: o jornal conservador *Constituição* colocava à prova “os créditos de jornal serio” do *Cearense*, na coluna *Chronica*:

*“A Chronica do Cearense, o orgao da Orilandia, conhecendo quanto comprometteram-lhes os creditos de jornal serio as suas famosas ‘coisas e lousas’, mudou de nome, e ha dias que nos dá a ler uma celebre ‘Chronica’, que em nada vai ficando a quem do primeiro invento”.*¹⁹⁴

No que se refere ao caráter missionário, aos conceitos de liberdade de imprensa e às sociabilidades que o jornal proporcionava, não se diferenciavam muito os jornalistas do *Cearense* e *Constituição*. Na coluna *Chronica*, do primeiro, o episódio seguinte, é um exemplo desse disposto, daquilo que Pinto¹⁹⁵ chama de imprensa (des)conceituada, isto é, a que não reflete a opinião pública, mas é refletida por ela.

O *Cearense* publica carta assinada pelos senhores Baptista, Manoel Ribeiro, Xavier e Cordolino, que denuncia os erros do jornal *Constituição*, a falta de cuidado com a boa informação, isto é, a verdadeira, portanto, o abandono dos princípios missionários liberais:

“A Constituição depois que inventou um calendario para seu uso, anarquizou tudo. Nem ao menos previne os pobres mortaes das mudanças que há feito.(...)”

Muitos recorreram a folhinha e tal não encontraram. Mas era impossível duvidar. Elles tinham debaixo dos olhos a letra redonda, que não mente, nem brincando, e a letra redonda rezava assim: Santo Sepulchro hoje 18 de Março do anno da graça. Era impossivel duvidar.(...)”

Nada de sepulchro.

Os Srs. Baptista, Manoel Ribeiro, Xavier e Cordolino protestarão, mas de balde.

Letra redonda não é cassuada, resmoneava o povo.

¹⁹⁴ Jornal *Constituição*, 23/07/1876, (*Chronica Política*).

¹⁹⁵ PINTO, José Machado. *Quando a Imprensa é notícia*. Rio de Janeiro: Ed. Temário, 1978, p.25-59.

Eu vi, eu li, soletrei, achei e apalpei na ‘Constituição’ o santo sepulchro para hoje a noute, gritava meia duzia ao mesmo tempo. Por fim cahiram em si.

Era um verdadeiro poisson, mas não d’avril; proprio da folha grauda.

Alguem mais pachorrento exclamava: E o peor é que a ‘Constituição’ declara depois, que, si escorrega assim, é para dar gosto aos mais. Outros, no meio de imprecações e apostrophes apaixonadas, clamavão:

Morra o novo calendario...

Ao menos a Constituição devia, ao fazer dessas mudanças, annuncial-as com 15 dias de antecedencia. O povo ficaria sobre-aviso; os sachristães alerta e quem não fosse demasiado credulo poderia proceder as necessarias devassas...

Por hoje o que podemos accrescentar á noticia dada hontem pela Constituição e, que o santo sepulchro terá lugar no dia proprio: Sexta feira maior, 25 do corrente, revogada a disposição anterior e em contrário”.¹⁹⁶

Essa crítica do *Cearense* ao conservador *Constituição*, sobre o compromisso com as informações veiculadas nesse último, suscitou uma série de questionamentos.

Primeiro, pelo fato de esse texto de crítica à veracidade jornalística do *Constituição* ter sido, desta vez, publicado na coluna *Chronica*, ganhando mais um espaço além do das colunas *Cearense*, *Noticiário*, *Publicações Solicitadas* e *Chronica Política*, que ocupavam a maior parte do jornal. Assim, parecia, à primeira vista, que a discussão sobre imprensa começava a ganhar outros espaços, por ter sido, conseqüentemente, mais solicitada por (e)leitores e jornalistas.

Segundo, o modo pejorativo com que o redator da crítica trata a veiculação equivocada da data do Santo Sepulchro, causadora de constrangimento às pessoas de fé que freqüentavam as missas nas igrejas, na “*Sé, Santa Caza, Capella da Prainha e Rosário*”. Pessoas tratadas indistintamente como “os Srs. *Baptista, Manoel Ribeiro, Xavier e Cordolino...pobres mortaes...o povo*”.

O povo, que aparece, diversas vezes, no artigo como categoria social, é o grande argumento para a crítica ao *Constituição*, para dizer que não cumpriu sua missão e dever para com os leitores. Recorrentemente apareciam, no *Cearense*, afirmações de que a vocação dos periódicos é a verdade, o bem (in)formar: “(...)O

¹⁹⁶ Jornal *Cearense*, 19/03/1880, (*Chronica*).

*jornal por isso mesmo que deve ser o livro do povo, deve calcular, que cada uma de suas palavras pode formar um opinião em espíritos mais afeitos a obrar do que a pensar...”*¹⁹⁷

No final da crítica, o *Cearense*, com um ar de “dever cumprido”, de “consciência tranqüila” diante dos sacristãos, do povo e de outros jornais, tenta dar exemplo de responsabilidade social e diz como o periódico conservador devia ter procedido: “*ao fazer dessas mudanças, annucial-as com 15 dias de antecendencia*”.

Responsabilidade que não condiz com a carta de João Luiz Pereira Brandão, editada em *Publicações Solicitadas* do *Cearense*, em 22 de janeiro de 1880. O leitor reclama a falta de distribuição de socorros públicos para Amarração, sua cidade, informação obtida por ele, no próprio *Cearense*, e, assim, denuncia a pouca sensibilização do periódico para com esse caso, apesar das inúmeras justificativas, quase que “óbvias”, arroladas.¹⁹⁸ Entenda-se sensibilização como intervenção junto ao presidente da província, o liberal José Júlio de Albuquerque Barros, no cumprimento da letra de responsabilidade dos jornalistas do *Cearense*.

A presença do jornal emprestava outro tom à comunicação oral entre as pessoas, à medida que se fez necessário publicar a data do Santo Sepulcro, para que se pudesse ter conhecimento do evento, na cidade, abalando a confiança entre aqueles que participavam anualmente dessa comemoração religiosa, pois conforme o artigo, “*nem a revolução operada nos mezes e annos*” e nem a tradição fizeram o povo refletir sobre o conteúdo da informação divulgada pelo *Constituição*: “*Santo Sepulchro hoje 18 de março do anno da graça*”.

No mesmo instante, simplesmente citam-se nomes como Xavier, Cordolino, no *Cearense*, apela-se para a imagem do homem comum, habitante da comunidade, para dar credibilidade ao ocorrido e à crítica, afirmando o peso e a relevância da imprensa como elemento orgânico da opinião, o pão e circo dos povos modernos.

Pelo visto, a relação entre povo e jornal não era “*de balde*” (inútil), ao contrário, era forte, persistente. A aparente dependência que se estabelece entre

¹⁹⁷ Jornal *Cearense*, 08/02/1880, (*Cearense*).

¹⁹⁸ Jornal *Cearense*, 22/01/1880, (*Publicações Solicitadas*).

o povo e o periódico é conflituosa, exigente, servindo de canal para protestar: *“Letra redonda não é cassuada, resmoneava o povo. (...) Morra o novo calendario”*. Tanta revolta despertou uma relação para além dos sentidos básicos exigidos para a leitura de jornal, ou seja, ver e ler, passando-se a *“soletrar e apalpar”* a notícia, buscando, na materialidade do jornal, o cerne da informação: *“Era impossível duvidar. Eles tinham debaixo dos olhos a letra redonda, que não mente, nem brincando, e a letra redonda rezava assim: Santo Sepulchro hoje 18 de Março do anno da graça. Era impossivel duvidar...”*.

Assim, diante de tamanha contradição do pensamento liberal e conservador, a respeito da construção do conceito de jornal, capaz de comportar e refletir sobre todos os anseios do povo (pobres e marginalizados), e, ao mesmo tempo, dar conta, absurdamente, de todas as possibilidades de resistência e imposição das vontades partidárias e eleitorais, mediante apropriação ou negação do impresso como tal, o desafio consiste em não pensar o jornalismo político-partidário cearense como tendo sido apenas uma ponte entre letramento, ação pública e política, por onde passavam os desejos de jornalistas e (e)leitores.

Proposição bastante laboriosa para a produção historiográfica que tem, como fonte e objeto, a imprensa cearense do final do século XIX, tendo por base as narrativas de jornalistas, que podem se tornar verdadeiras armadilhas para o historiador, na medida em que aderem, sem críticas, às memórias aparentemente prontas, acabadas e descontextualizadas do restante da trama social na qual estiveram envolvidos e a que se destinaram. Em virtude disso, são necessárias as *“experiências das releituras”*, incutidas ao ofício do historiador. Como esclarece Bosi:

“A experiência da releitura é apenas um exemplo, entre muitos, da dificuldade, senão impossibilidade, de reviver o passado tal e qual; impossibilidade que todo sujeito que lembra tem em comum com o historiador. Para este também se coloca a meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos, o que, a rigor, exigiria se tirassem dos túmulos todos os que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados. Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. Nesse esforço exerce um papel condicionante todo o

*conjunto de noções presentes que, avaliar (logo, a alterar) o conteúdo das memórias”.*¹⁹⁹

A noção de poder, embutida no jornalismo pelos jornalistas do *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*, de ajuizar os fatos como ora verdadeiros, ora falsos, ou mesmo, verdadeiros e falsos, esta pretensão de poder advém, em parte, da idéia “original”, ou melhor, oficial dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros, espalhados por todo território nacional, desde o século XIX, dos quais muitos colonistas foram membros.

Nesse período, século XIX, e, de certa forma, ainda no século XX, os IHGBs preocuparam-se em escrever a História do Brasil, trazendo à luz o suposto caráter da nação brasileira. Para tanto, fez-se necessário produzir, coletar e publicar documentos, dentre eles, jornais considerados relevantes para a reconstituição do passado nacional e, neste sentido, foram empreendidas e incentivadas visitas a bibliotecas e arquivos europeus, na busca de dados relativos ao Brasil.²⁰⁰

Em regra, o material coletado -como manuscritos de viajantes, ordenações religiosas e impressos pertencentes às políticas institucionais das províncias brasileiras- aos quais se juntaram jornais e jornalistas do período, possibilitou a recriação do passado homogêneo, a solidificação de mitos de fundação, o ordenamento de fatos históricos e a construção da galeria dos “heróis nacionais”, mediante biografias capazes de fornecer às gerações futuras exemplos de civismo e de devoção à pátria.

O Instituto do Ceará também se envolveu, juntamente com outros institutos, como, por exemplo, o de Pernambuco, ativamente, nessa tarefa.

O intelectual cearense Guilherme Studart, sócio-correspondente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/Rio de Janeiro, e colaborador do jornal *Cearense* e do Instituto do Ceará, enviou, para o Instituto carioca, catálogo de *Jornaes, Revistas e outras publicações periódicas de 1824-1908, do Estado do Ceará*, com

¹⁹⁹ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 2ed. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p.21.

²⁰⁰ RODRIGUES, José Honório. *Evolução da Pesquisa Pública Histórica Brasileira*. In: *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 4º ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982, p. 51.

a finalidade de participar da *Exposição Comemorativa do Primeiro Centenario da Imprensa periódica do Brazil. 1808-1908*. O catálogo organizado para a exposição de 1908 teve o objetivo maior de antecipar um juízo de valor aos estudiosos contemporâneos e aos demais interessados do “futuro”, que podiam ver, na imprensa periódica cearense, fonte de pesquisa e escrita da história. Studart desejou resumir a “verdadeira” proposta dos jornais, antes mesmo que fossem lidos.

Assim, não se traziam à tona, possíveis pensamentos contraditórios aos interesses da República, mantendo-se a ilusória conciliação ou diferenciação política entre liberais e conservadores que se revezavam no comando político local e nacional, resguardando-se, então, a memória de país civilizado, patriótico e ordeiro, ao ocultar, nos catálogos jornalísticos, os conflitos e contradições sociais, como procedeu Studart.²⁰¹

Dessa maneira, deparo com velhos problemas à medida que visualizo a permanência da idéia oficial de história como sinônimo de inércia, imparcialidade e algo sem contestação, construída pelos IHGBs, tendo os redatores do jornal *Cearense, Pedro II e Constituição* como mais um dos guardiões dessa memória, dispostos a legitimar o Estado brasileiro e a inventar, através dos artifícios do fazer jornalístico, a identidade nacional, marcada pela formação de um passado mítico, homogêneo, unívoco e excludente.

Envolve-me com novos enfrentamentos, a partir da necessidade do historiador de repensar e aproximar-se ainda mais das fontes/objetos, com relação ao uso dos jornais como documento, junto com experiências cotidianas, inseridas num tempo e espaço presente, já que, muitas vezes, o historiador se exime da condição de sujeito-leitor, colaborando para a repetição pouco crítica, com o tom de “verdade ou mentira absoluta” das pautas dos jornais de ontem e de hoje.

Diante desse quadro, ao fazer o estudo do jornalismo cearense, da folha liberal e das conservadoras, na parte seguinte, tento “...reconstituir os lances e

²⁰¹ STUDART, Guilherme. Estado do Ceará. Jornaes, Revistas e outras Publicações periodicas de 1824-1908. *Revista do IHGB*. Tomo consagrado à exposição comemorativa do primeiro centenario da Imprensa periodica do Brazil. Parte II. Vol. I. 1808-1908, p. 221-319. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

*peripécias dessa batalha cotidiana na qual se envolvem múltiplos personagens*²⁰², vendo, lendo, sentindo, soletrando e apalpando as folhas dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*. Para tanto, também foi preciso escutar sons e vozes dos tipógrafos e impressores em tantos prelos que teve Fortaleza, e pôr, em questão, a permanência da imagem de jornal, ainda nos dias atuais, como alardeado lugar da verdade e da democracia, devido à influência do jornalismo liberal do século XIX. Os (e)leitores, nesses termos, pelo potencial de participação e não apenas de contribuição que detinham, acerca da imprensa partidária e das urnas, vão aparar as arestas das virtudes políticas narcisistas apontadas por articulistas liberais e conservadores autoritários, preocupados em manter as aparências, diante dos reflexos da opinião popular que contrariava o que sugere o instigante e perspicaz jornal *Constituição*:

“Nas monarchias verdadeiramente constitucionaes e representativas, como devem ser, e como é a nossa, em que os partidos, não tem raizes em preferencias dynasticas, mas na differença dos principios, que adoptarão e que os separão, é bello vê-los debaterem-se, quer na arena jornalística, sem outro fito, que não seja a conquista da opinião, e o triumpho e realisação das ideias, que lhes servem de culto.

Nada há mais sublime, em política do que essa lucta, em que até a derrota é nobre e gloriosa; pois, se o vencedor, cercado de aura popular, saboreia os fructos da victoria, o vencido, caindo abraçado com a sua bandeira, não morre, porque a ideia, de que vive, é imperecível.

*Essa é a quadra risonha, a primavera da política, - é a vida.(...)”*²⁰³

²⁰² CAPELATO, Maria Helena Rolin. *Imprensa e História do Brasil*. Op. Cit., p.13.

²⁰³ *Jornal Constituição*, 25/01/1872, (*Constituição*).

P A R T E II

A ARENA JORNALÍSTICA CEARENSE EM TEMPO DE ELEIÇÃO

“A maior liberdade de pensamento, de discussão, de propaganda é o melhor meio de progresso nas vias da verdade e da civilização ao mesmo tempo que a melhor condição de estabilidade”.

Garnier

(Epígrafe do jornal *Mercantil*, publicado em Fortaleza no ano de 1875, sob a direção de José Lino de Paula Barros, tipógrafo, impressor e 1º secretário da *Associação Tipográfica Cearense* criada em 1877. Ver: STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Fortaleza: Typographia Moderna, 1924, p. 70).

No final do século XIX, mais precisamente na década de 1880, o jornalismo cearense liberal e conservador foi marcado pelas discussões em torno das eleições locais para ocupar diversos cargos do sistema político-administrativo provincial, tais como: Juiz de Paz, responsável pelo ordenamento eleitoral da paróquia; Vereador, representante administrativo das comarcas do interior cearense e da capital, Fortaleza; na Assembléia Provincial, poder legislativo; na Presidência da Província, Câmara de Deputados, Assembléia Geral e no Senado.

Isso porque a partir de 1881, com a Lei Saraiva, as eleições passaram a ser diretas, ou seja, os eleitores, maiores de 21 anos, exceto mulheres e escravos que não tinham direito ao voto, passaram a ser previamente qualificados, sob a responsabilidade de juízes de direito, segundo documentos que comprovassem renda anual superior a 200 mil réis; o voto passou a ser “mais sigiloso”, o próprio votante depositava a cédula na urna, preenchida nos locais de votação, definidos a partir da paróquia ou freguesia em que o eleitor residisse, sem ter que assiná-la, o que facilitava a participação de analfabetos, embora, em 1882, no alistamento de novos eleitores, tenha sido exigida instrução.

Os candidatos e partidos não eram inscritos antecipadamente, assim era possível votar em “qualquer” nome da paróquia, desde que o escolhido estivesse apto a ser candidato. Para ser deputado, por exemplo, era preciso ter renda por volta de 400 mil réis anuais e, para ser eleito, o pretendente tinha que ter maioria absoluta dos votos, mais de 50%, e, se isso não acontecesse, era realizada nova eleição entre os dois mais votados.²⁰⁴

²⁰⁴ NICOLAU, Jairo Marconi. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 10-26 e 27; Segundo Nicolau, com a legalização das eleições diretas, em 1881, o eleitor qualificado, segundo uma renda anual significativa, tinha o direito de escrever seu voto em papel

Desse modo, os qualificados como eleitores passaram a interagir um pouco mais junto aos processos de representação da administração pública, mesmo tendo que eleger pessoas destacadas, a priori, por valores econômicos que detinham, grupos que já figuravam no cenário político cearense, o que, para os jornalistas partidários cearenses, significou não só coerção de fraudes ou imparcialidade do governo, mas também a necessidade e a possibilidade de estabelecer diálogo direto e convincente com um público formado por (e)leitores, no sentido de garantir os interesses da minoria burguesa e da classe proprietária rural.

Intensas campanhas políticas passaram a ser viabilizadas pela imprensa liberal e conservadora, os redatores tentavam conquistar correligionários, associando o fazer jornalístico com o fazer político que professavam. Para os jornalistas do *Cearense*, a idéia de uma imprensa livre, que “*segue o desenvolvimento evolutivo da mentalidade brasileira*”, no caso, a missão jornalística “seguida” por eles, era a demonstração do verdadeiro compromisso com as aspirações progressistas, que ansiavam os cearenses. Oposições eram meros devaneios a serem esmiuçados na “*arena jornalística*”:

*“Imprensa Brasileira - Na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, surgiu um novo órgão de publicidade intitulado - A Imprensa. Destinado a advogar a causa dos grandes interesses da pátria e da humanidade, mas neutro nas luctas dos diferentes principios, segue o desenvolvimento evolutivo da mentalidade brasileira em politica, litteratura, religião e philosophia. Ha gosto no seu estylo e elegancia na sua dicção. Seu artigo sobre o commercio, prima pela exactidão de vistas e imparcialidade critica. Felicitamos aos illustres collegas e retribuindo seu obsequio, fazendo votos pela feliz estrella do seu diario que honra a nossa arena jornalística”*²⁰⁵

branco, não devendo ser transparente, ter marca, sinal ou numeração, colocando-o em envelope fechado e depositando-o numa urna. No final desse processo os eleitores assinavam o livro de presença, caso fosse analfabeto, poderia indicar um outro eleitor para assinar em seu lugar. A exigência de renda para ser eleitor ou candidato, foi abolida no governo republicano, decreto nº 6 de 19 de Novembro de 1889, e os analfabetos, por sua vez, ficaram proibidos de votar, caso já não tivesse sido alistado pela Lei Saraiva em 1881. Ver também: MONTENEGRO, Abelardo F. Os *Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1980, p. 45-49.

²⁰⁵ *Jornal Cearense*, 17/09/1880, (Noticiário).

Nessa arena, as “lutas” contra as palavras dos redatores e (e)leitores adversários deviam se aproximar dos fatos de modo verossímil, sob o crivo da “*imparcialidade crítica*”, sem insultos pessoais.

Para tanto a discussão política apontaria a maneira legal e hábil para atrair adeptos para os princípios liberais e/ou conservadores e também para confrontar propostas, gerando um campo de adesão e combate. A literatura, como “mãe” do jornal, dimensionava o lugar do saber, abordando vários assuntos, defendendo inclusive a religião como elemento que educa e procura normatizar o comportamento das pessoas. A filosofia era o recurso lógico e final da política, das letras e daquilo que, porventura, o jornal não conseguisse explicar convincentemente, e ditava o embasamento teórico de tudo, sobre a origem das coisas e do homem como parte da natureza. O comércio era uma atividade que devia ser marcada pela honestidade e contenção, servindo de subsídio material às causas humanas.

A “*nossa arena jornalística*”, como diziam os redatores do *Cearense*, definia a presença marcante do jornal como o espaço de debate partidário, fazendo do impresso veículo de discussão entre liberais e conservadores, emprestando, dessa maneira, tom político a todas as colunas, na intenção de justificar o anonimato e o exercício do poder discricionário. Para tanto, o jornal apresentava-se sem autor, apenas como objeto, matéria, fruto somente do trabalho braçal do impressor, do tipógrafo, do editor, que muitas vezes se confundia com o impressor.

A postura sustentada no *Cearense*, nessa arena, era idealizada pela proposta liberal que prezava a harmonia intelectual, em prol da pátria, da liberdade privada e recatada, desejando construir um jornalismo sem ofensas pessoais ou “*insultos grosseiros*”, seguindo e dando continuidade, dessa maneira, à trajetória de um de seus antecessores, o jornal *A Fidelidade* (publicado em Fortaleza no ano de 1844), cuja epígrafe do Marquês de Maricá, “*Em política os remedios brandos agravam frequentes vezes os males e os tornão incuráveis*”, ditava a defesa

intransigente da política da folha liberal em confronto com as folhas conservadoras, como o *Pedro II e Constituição*.²⁰⁶

As lutas então eram “serena e calma”, recusando-se a travar batalhas, diálogos, com jornais pequenos, considerados jornalecos e pasquins, como *O Furão* (1852), redação do Padre Cerbelon Verdeixa - que também escreveu para os jornais *Sete de Setembro* (1848) e o *Juiz do Povo* (1850)- e Gustavo Gurgulino de Sousa, redator do *Pedro II*, nos quais polemizava e agredia redatores do *Cearense e Constituição*.

Sousa pretendia, com esses periódicos, arrancar a máscara da hipocrisia e falar a “verdade” ao povo sobre o senador Thomás Pompeu, redator do *Cearense*, que, por sua vez, ignorava os agravos, melhor, a liberdade política e de pensamento dos oponentes, quando eram publicações do *O Furão*.²⁰⁷ O mesmo não acontecia quando Gurgulino de Sousa instigava Pompeu por meio do jornal conservador *Pedro II*, “o órgão da mentira e da calúnia, ou o pasquim enfame”²⁰⁸, segundo Pompeu e demais colunistas do *Cearense*, cujas matérias eram pontuadas pelo civismo indecente e pelo patriotismo exacerbado.

As idéias conservadoras eram, pelo *Cearense*, caracterizadas como certames da arena da Roma Antiga, com a diferença de os jornalistas usarem, como objetos de ataque e defesa, penas e tinteiros, para elaborar rascunhos manuscritos, tipos e prelos para a (im)pressão. Tal concepção parece mesmo ter sido inspirada na Roma Antiga, onde a arena era um espaço de luta entre atletas, atores, cocheiros e gladiadores que estrelavam, ditavam moda e fortaleciam sua coragem e a dos espectadores, diante dos imperadores romanos e convidados. Esses espectadores, por sua vez, aproveitavam, de diversas formas, os espetáculos: Cícero (intelectual romano), por exemplo, “se gabava de aproveitar os dias de espetáculos para escrever seus livros”. A audiência também exibia preferências com relação à vitória de certas equipes (proporcionada pela morte de um dos combatentes ou mesmo por se poupar à vida de quem havia sido

²⁰⁶ STUART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Fortaleza: Typographia Moderna, 1924, p. 76-84.

²⁰⁷ Id. *Ibidem.*, p. 39, 42-44.

²⁰⁸ *Jornal Cearense*, 13/03/1848, (*Noticiário*).

derrotado); e ainda, como diz Veyne, quando se reproduziam as imagens dos confrontos em lâmpadas e baixelas.²⁰⁹

Deste modo, estão, de um lado, os “gladiadores” do *Cearense*, exigindo pleitos eleitorais civilizados, sem a “*incandescencia dos odios*”²¹⁰ do partido conservador, e, do outro, os “gladiadores” do *Pedro II* e do *Constituição*, que rebatem afirmando que não há luta cívica, serena, nem quaisquer sacrifícios suficientes que ponham, em risco, suas próprias vidas, em nome da imprensa, colocando, à prova, conseqüentemente, a vida jornalística.

Ou seja, a inspiração, meio às avessas, na arena romana, sugere a tentativa de resgatar, para o espaço do jornal, o conflito civilizado, não-corporal, na busca de identificação, poder, força e saber frente ao público, segundo perspectiva supostamente democrática, liberal, “*rebatendo os golpes do adversario, quer sustentando e defendendo as idéas do partido*”, não sendo “*exclusivamente partidária a sua preocupação (do Cearense) nesta arena*”.²¹¹

Todavia a arena jornalística contava com a percepção de grande parcela de leitores/espectadores que, embora não fossem ilustres intelectuais, eram políticos de carreira, correligionários e (e)leitores, com recursos financeiros para comprar e/ou anunciar, nos periódicos, e indignação moral para expor, direta e indiretamente, críticas impicantes sobre os partidos, sobre os próprios jornais para os quais escreviam, sendo, portanto, agentes tão atuantes e participativos como foram os espectadores das lutas entre os gladiadores na Roma Antiga, testemunhas que decidiam que equipe devia vencer ou perder, no final do confronto.

Contudo, o *Cearense*, apropriando-se de idéia liberal de autonomia individual, configura a imprensa como espaço aberto para que “qualquer” indivíduo elabore sua opinião, pretendendo, com esse atributo, chegar ao povo. Embora fale de povo, categoria social recorrente no discurso da modernidade, evidentemente, os prováveis leitores dessas idéias eram circunscritos a uma minoria letrada, uma

²⁰⁹ VEYNE, Paul. O Império Romano. In: ARIES, Philippe e DUBY, Georges (orgs). *História da Vida Privada. Do Império Romano ao Ano Mil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p.194-196.

²¹⁰ *Jornal Cearense*, 04/10/1883, (*Cearense*).

²¹¹ *Jornal Cearense*, 04/10/1883, (*Cearense*).

vez que a grande maioria era composta de analfabetos.²¹² Ainda assim é, em nome e para o povo, que se fazia a imprensa:

*“A liberdade de imprensa e a opposição actual. Se a salvaguarda, sentinella, e a proctetora de todas as liberdades he a da imprensa; sem duvida que deverá ella ser de todas a mais importante. He por ella que opiniões se discutem que o povo se esclarece, e que conhecem os erros; e he por ella que o melhor caminho se seguirá na política, e bem estar do paiz, que a gosa”*²¹³

Tratando de imprensa como um todo, os tipógrafos e impressores, operários das tipografias dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição* ficaram excluídos dos processos eleitorais por não terem renda anual suficiente. Não obstante, esses artistas, cientes de que participavam ativamente da elaboração dos jornais, intelectual e materialmente, e de que assim colaboravam para esclarecer o povo, reivindicaram o voto, junto aos patrões, donos das tipografias e jornalistas, tornando prática social a epígrafe usada pelo tipógrafo Pedro Alves de Souza Brazil, no jornal *A opinião* (1868-?, Fortaleza): *“a opinião nasceu no mesmo dia em que Guttemberg, a quem eu chamo de mechanico do novo mundo, inventou por meio da imprensa a comunicação, e a mutiplicação do pensamento humano. Lamartine”*.²¹⁴

Sendo assim, o que se vai ler na Parte II desta dissertação são problematizações da propaganda eleitoral cearense, fomentada por liberais e conservadores, através dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*, nas últimas décadas do século XIX, especificamente nos decisivos anos 80, quando (e)leitores, tipógrafos e impressores puseram em questão o exclusivismo da elite política e econômica ao difundirem, nesses periódicos, a emancipação da imprensa e do sistema eleitoral.

²¹² CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial. Teatro de Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relumê-Dumará, 1996, p. 181-208.

²¹³ *Jornal Cearense*, 17/09/1880, (Noticiário).

²¹⁴ STUART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Op. Cit., p.194. O jornal *A Opinião*, folha literária e recreativa, saído da tipografia União em 1868, circulou em Fortaleza, semanalmente, sob a responsabilidade do tipógrafo Pedro Alves de Souza Brazil.

2.1- As pugnas dos “pugiles dos ergastulos”: a propaganda política eleitoral dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*.

“...os historiadores, em relação às eleições, se interessavam mais pelas conseqüências que pelo próprio fenômeno eleitoral...”

A campanha é parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Sobretudo, ela modifica a cada dias as intenções e talvez a relação de forças. Não seria pois desinteressante prestar atenção a esses diversos aspectos e reconstituir o desenrolar circunstancial de algumas campanhas”. (RÉMOND, René. As Eleições. In: RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 48 e 49).

As discussões jornalísticas dos liberais cearenses, dos redatores do *Cearense*, quase todas elas eram bem particulares e relacionadas à ocupação de cargos na administração da província do Ceará. Os acontecimentos da capital do império, Rio de Janeiro, eram tratados de forma indireta para manter distanciamento da figura do imperador conservador, D. Pedro II, do periódico homônimo, no Ceará, jornal *Pedro II*.

No segundo reinado, de acordo com Paim²¹⁵, liberais e conservadores elaboram plataformas distintas de atuação política. Procuravam distanciar-se da idéia de que nada há mais parecido a um conservador que um liberal no poder, por estarem criando nova conceituação do poder moderador, tendo em vista a formação de “novo” sistema representativo, a República, em vez do Absolutismo Monárquico.

De fato, a vitória nas eleições significava, para esses partidários, sua representação direta diante do presidente da província, do imperador, a disposição do aparelho policial, maiores recursos lícitos e ilícitos no processo eleitoral e na nomeação do corpo administrativo.

²¹⁵ PAIM, Antônio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: Mandarin, 1998, p. 99-119.

Nas campanhas políticas eleitorais, a liberdade de expressão de idéias “anônimas” pela imprensa, garantida pela Constituição de 1824 e pelo código criminal de 1830, legitimou a possibilidade de os jornalistas criticarem ou ofenderem uns aos outros, em detrimento dos discursos retóricos, o que valeu também para (e)leitores e correligionários do partido liberal ou conservador, pois judicialmente quem respondia pelos “abusos” eram os impressores, quando não, os editores, os autores, que dificilmente se identificavam ou eram identificados, e os jornaleiros, respectivamente:

“Abuso da Imprensa- Comunicação-nos o seguinte:

‘O capitão José Alexandre Pereira, da cidade do Aracaty, chamado á responsabilidade o Pedro II por uma publicação em que se lhe assacavão, sob a assignatura de Raymundo Carlos da Silva Peixoto, os mais grosseiros insultos e calumnias, comparecendo a audiencia o edictor respectivo, declarou perante o Dr. chefe de policia que as expressões incriminadas não se entendião com aquelle cidadão, mas com- J. Alexandre das Lavras!

Tal declinatoria dá perfeita idéa do que seja a liberdade de imprensa entre nos, e do quanto erra a opinião publica quando por ella afére qualquer reputação.

*Para o capitão José Alexandre não se podia exigir justificação mais completa.(...)”*²¹⁶

Em poucos momentos, os redatores chegaram a interpretar, para si mesmos, durante tais campanhas, o código criminal de 1830, que regulou, até a proclamação da República, como abuso da liberdade de imprensa no Brasil, o descontentamento com a administração do governo em vigor argumentado de modo “demasiadamente” franco. Esse tipo de afronta passou a constituir delito comum, anos depois, com o decreto de 3 de janeiro de 1847, que obrigava os impressores a remeter à corte, à biblioteca pública nacional e, nas províncias, à biblioteca da capital, um exemplar de todos os impressos das respectivas tipografias, o que, na província cearense, só repercutiu meses após janeiro de 1847.²¹⁷

²¹⁶ *Jornal Cearense*, 30/05/1880, (*Noticiario*).

²¹⁷ MIRANDA, Darcy Arruda. *Comentários à Lei de Imprensa*. Volume I. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1969, p. 10 -13; *Jornal Cearense*, 09/09/1847, (*Noticiario*).

Os jornalistas liberais e conservadores, para obtenção de êxito nos pleitos eleitorais, criavam e lutavam pelo direito à plena liberdade de imprensa, contudo ditavam as normas de linguagem dos jornalistas, como ponto definidor da parcialidade dos (e)leitores, mais que as propostas de atuação social, ou o caráter político dos candidatos e dos partidos. Propugnavam por uma imprensa sem virulência e afrontas pessoais, com o objetivo primordial de esclarecer os cidadãos. Mas, na medida em que sentiam ameaçados os interesses, rompiam, na prática, com o que levantavam como bandeira nos discursos.

João Brígido, um dos primeiros redatores e fundadores do jornal *Cearense*, reconheceu que o que dividia os cearenses eram “*antigas odiosidades mais particulares do que políticas, que alguns exploravam por que só poderiam avultar por esses meio*”.²¹⁸

O *Cearense* publicava, como denúncia de ruptura e como princípio da boa imprensa, o fato de que a propaganda política eleitoral se dava a partir do jogo de contendas jornalísticas, em bases que “*quebraram o selo das sepulturas*”. A propagação da necessidade de prezar, na imprensa, a moralidade da opinião, pelo pudor e honra das famílias, tem como espaço e solução os próprios jornais, que dava vida às “*cinzas dos mortos*”²¹⁹, atuando sobre os instintos, agindo sobre os sentimentos, buscando modelar os comportamentos coletivos.

Dessa maneira é que a propaganda política, segundo Capelato:

*“...se vale de idéias e conceitos, mas os transforma em imagens e símbolos; os marcos da cultura são também incorporados ao imaginário que é transmitido pelos meios de comunicação. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas. Nesse terreno onde política e cultura se mesclam com idéias, imagens e símbolos, define-se o objeto propaganda política como um estudo de representações políticas...”*²²⁰

²¹⁸ MONTENEGRO, Abelardo F. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza: Ed. UFC, 1980, p.29.

²¹⁹ *Jornal Cearense*, 29/10/1882, (*Cearense*).

²²⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. A Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo: Aspectos Teórico-Methodológicos de uma Análise sobre História Política. *Revista História: Questões e Debates*, Curitiba, v.14, nº. 26/27, p. 209, jan/dez, 1997.

A arena jornalística, então, estava sendo preparada para as eleições que seriam realizadas em 6 de junho de 1880, às 10 horas da manhã, na igreja matriz de diversas paróquias cearenses. O pleito era para preencher o posto de deputado da Assembléia Geral ou Câmara de Deputados, cargo de representatividade nacional, vaga deixada pelo falecido liberal Dr. Francisco de Paula Pessoa Filho, o mais votado, segundo preferência dos 682 eleitores das comarcas de Quixeramobim, Boa Viagem, São João do Príncipe, Ipú, Maria Pereira, Sant’Anna, São Bernardo e Limoeiro. No *Cearense*, na coluna *Parte Oficial*, lia-se que o presidente da província cearense, na época, o também liberal José Júlio de Albuquerque Barros, recomendara a dita Câmara que designasse os juizes de paz do município, a fim de que fizessem a convocação dos eleitores dos respectivos distritos.²²¹

Como não havia registro precedente de partidos ou de candidatos, o *Centro Provincial do Partido Liberal*, espécie de diretório, tendo à frente os jornalistas do *Cearense*, o Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e João Brígido dos Santos, indica, aos demais correligionários e ao corpo eleitoral da província, o nome do Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly, tendo em vista os significativos serviços prestados por Accioly à causa liberal, enquanto promotor público de Icó, Saboeiro (comarcas do interior cearense), e juiz municipal de Baturité (também comarca do interior cearense) e de Fortaleza.²²²

Às vésperas das eleições, na mesma data em que é publicado edital com lista de eleitores, o pessoal do *Cearense* traz os *Traços Biographicos*, em coluna de nome equivalente, do senador Francisco de Paula Pessoa (1795-1879), pai do ex-deputado Francisco de Paula Pessoa Filho, com o intuito de mostrar uma relação de proximidade e de reciprocidade entre pai e filho, e o futuro deputado Accioly. Para tanto, são feitas referências á atividade política conciliadora, no campo de ordem militar e da civilização, do senador Paula Pessoa, em

²²¹ No Anexo 4, com base no Jornal *Cearense*, 08/02/1880, (*Noticiario*), consta o resumo da eleição para deputado provincial que elegeu, entre outros liberais, o Dr. Francisco de Paula Pessoa Filho (1795-1879). Sobre o processo eleitoral de 06 de junho de 1880, ver Jornal *Cearense*, 28/04/1880, (*Parte Oficial*).

²²² Jornal *Cearense*, 25/04/1880, (*Noticiario*); STUDART, Guilherme. *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense* (vol. 1). Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1910, p. 118-119.

cooperação com o então chefe liberal do Ceará, o senador Alencar, no período entre a abdicação de D. Pedro I (1831) e a maioria de D. Pedro II (1840), marcados pela guerra civil no Pará (1835-1840), na Bahia (1837-1838), no Maranhão (1838-1841) e pela Revolução Farroupilha nas províncias do Sul do país (1835-1845).²²³ Lembra ainda que a imprensa liberal, o *Cearense*, sob a direção do senador Thomaz Pompeu, cooperou com o pensamento político e com o espírito público do senador Paula Pessoa.

Para persuadir os (e)leitores, dentre eles o próprio Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, candidato do *Centro Provincial do Partido Liberal*, e mais: tenente-coronel Antonio Pereira de Brito Paiva, João Eduardo Torres Câmara, redator do *Cearense*, João Cordeiro e João Lopes Ferreira Filho, jornalistas do *Libertador*, capitães, alferes, farmacêuticos, médicos e bacharéis²²⁴, os articulistas do *Cearense*, intimamente envolvidos com o pleito, se manifestaram sem muita oratória em torno do candidato que apoiavam.

O que prevaleceu foi o modo simbólico de representação jornalística; os redatores liberais se apropriaram dos editais oficiais da presidência da província e os traduziu para as colunas *Parte Oficial*, *Editaes* e *Traços Biographicos*, apresentando-se para os (e)leitores como imparciais, porque não estavam declaradamente disputando o pleito. Nesta última coluna, remetem-se os publicistas liberais, ao passado, início do segundo reinado, “*invocam a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas*”²²⁵, ao voltarem para uma prática social intransigente e senhorial, vivida pelos senadores Paula Pessoa, Alencar e o Thomaz Pompeu, que ainda no final do período monárquico, na disputa pela vaga de deputado, serve de exemplo para a solidez partidária, apesar de ideologicamente pregarem reformas democráticas no campo da economia, da educação e da política, como as eleições diretas instituídas em 1881.

²²³ PAIM, Antonio. Op. Cit., p. 65-66.

²²⁴ Jornal *Cearense*, 23/05/1880, (*Traços Biographicos*).

²²⁵ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo:Cia das Letras, 1995, p.33.

No ano de 1881, os debates de propaganda política em geral foram marcados pela “*Questão eleitoral*”, ou seja, a aplicabilidade da reforma eleitoral que, ao qualificar os eleitores, concebiam-os permanentes:

“A situação. Incontestavelmente a situação liberal caminha à olhos vistos pela curva do próximo accaso. A nação está perto de ser consultada; mas seria necessario quem acreditasse que o producto impolluto da- eleição directa- dê cauza à vida ou a morte do gabinete emancipador do voto, e creador das incompatibilidade absolutas (...)

Entre nós, por exemplo, a fracção liberal Pompeo, que se diz representante genuina da situação, soffreu a exautoração de seus chefes, 1º e 2º vice-presidentes, em castigo da opposição feita ao conselheiro Fleury; ao mesmo tempo que este sendo exonerado, o seu digno sucessor não manifestou ainda por actos, sentimentos de hostilidade à administração finda. (...) Como órgão de um partido disciplinado, lamentamos sinceramente todos estes acontecimentos. Não é por cima dos destroços produzidos pelo fraccionamento de seus adversarios, que os conservadores desejão conquistar o poder, senão pelo caminho constitucional, único por onde costumão subir”.

*“Questão eleitoral. Sob esta epigraphe a illustre redacção do Cearense, em seu edictorial de terça-feira, occupou-se da divergencia de doutrina entre os julgados de nossa relação e o aviso de 9 de fevereiro, á proposito de finados aptos para o alistamento eleitoral. O assumpto tem tido larga discussão na imprensa, e é o ponto da lei mais conhecido e comentado, ainda pelas pessoas mais indifferentes. Entretanto o texto é de incontestavel simplicidade e claresa: ‘São considerados como tendo renda legal os cidadãos qualificados jurados na revisão feita em 1879’. Aqui é inutil a hermeneutica, e o interprete nada tem a esclarecer (...)”.*²²⁶

Foi assim que os periodistas do *Pedro II*, no segundo semestre de 1881, ocuparam-se em denunciar os abusos no alistamento eleitoral, em várias comarcas cearenses, e ainda a ironizar termos da propaganda eleitoral dos liberais, como a que afirma que “*a grande missão abolicionista é ‘remir, resgatar o captivo, afim de torna-lo util a si, e um cidadão, digno da nova sociedade, em que entra*”²²⁷, pois:

“A imprensa cearense não póde deixar passar sem protesto o discurso do Sr. deputado provincial Montezuma, proferido na sessão de

²²⁶ Jornal *Pedro II*, 26/05/1881 e 28/07/1881, (*Pedro II*), respectivamente.

²²⁷ Jornal *Cearense*, 21/06/1882, (*Cearense*).

19 do mez findo e só agora publicado, na parte referente a lei da emancipação do elemento servil.

Sem querermos dar-nos ao encargo de refutal-o em tudo quanto disse contra a ultima situação conservadora em uma assembléa em que este partido não tinha uma só voz que o contestasse, o Sr. Montezuma foi sobretudo infeliz na tirada a que alludimos.

E no seu afan de sustentar o discurso na altura de um historiador eminente, não vio o illustre deputado liberal que se divorciava do seu proprio partido... As tantas desilusões já dadas ao paiz pelas situações liberaes, não queremos crêr na de vêr que a maioria da assembléa se mostra tão retrograda, á ponto de querer a propria revogação da lei do ventre livre- por ser ella um attentado contra o direito de propriedade.(...)

Quando algum dia o partido liberal fôr opposição, teremos de vêr as novas melodias das eternas sereas”.²²⁸

A contradição liberal é advertida quando o deputado provincial, Montezuma, suscitou a revogação da Lei do Ventre do Livre, por acreditar que a mesma seja um atentado à propriedade dos senhores de escravos. Os colonistas do *Pedro II*, ao afirmaram que esse foi o discurso de um “*historiador eminente*”, dão ênfase ao comportamento de um homem “sublime”, que tem a capacidade de se elevar acima do que o rodeia, negando ou se afastando de princípios sociais tão emergentes como a liberdade.

Os historiadores cearenses, no final do século XIX, Antonio Bezerra de Menezes, Guilherme Studart, Rodolfo Teófilo e outros membros do Instituto Histórico do Ceará (1887) tinham certa influência entre os letrados, pois a sua produção estava embasada na capacidade de erudição plena dos fatos passados, formulando produções literárias que repercutiam junto aos anseios do público, relacionando-as com outras áreas do saber como filosofia, etnografia, geografia, dentre outras. Por isso, a questão da Abolição dos escravos era expressão constante nas trajetórias intelectuais e políticas desses historiadores.²²⁹

Em contraposição a essas acusações, na campanha eleitoral para eleger o sucessor do liberal Pedro Leão Veloso (01/04 a 26/12/1881), ao posto de presidente da província cearense, os jornalistas do *Cearense* engendram a candidatura

²²⁸ Jornal *Pedro II*, 04/09/1881, (*Factos Diversos*).

²²⁹ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará- Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. São Paulo: Tese de Doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001, p.129-132.

vitoriosa do Dr. Sancho de Barros Pimentel (período de 22/03 a 31/10/1882). E o ponto alto dos debates eleitorais vai girar em torno da inoperância do governo conservador, que poderia ameaçar a continuidade das conquistas assinaladas em virtude da ascensão do gabinete do liberal Saraiva, que substituiu o também liberal Sinimbu, e aprovou, em janeiro de 1881, a Lei Saraiva ou as eleições diretas, e o “nosso estado de desenvolvimento, visível a olho nu” que ia exigir da próxima administração o melhoramento do porto de Fortaleza para ingressar no cenário de modernidade nacional²³⁰, o que competia, segundo os redatores liberais, a outro mandato liberal:

*“A falla do throno tem sido objeto de diversos artigos nos órgãos da opposição. Entretanto nada se tem discutido. Si os collegas podessem citar uma idéa conservadora que devesse ser transformada em lei, si dissessem qual programma de governo que tem em vista o seu partido, si demonstrassem qual a excellencia de seus principios e a necessidade de realisal-os, teriamos motivo para uma discussão interessante senão proveitosa. (...) O concurso da opposição conservadora, na camara temporaria, forneceu ao contemporaneo do Pedro II ensejo para doutrinar por sua escola o actual gabinete, e augurar uma situação anomala, em que o partido liberal irá realizar as idéas conservadoras (...) Ao contrario, temos visto o partido conservador realizando as idéas liberaes; e, na opposição, limitar-se a confessar a sinceridade do gabinete Saraiva, dando testemunho insuspeito da lealdade e nobres intuitos dos estadistas liberaes que se tem imposto ao paiz, pelo modo digno de encomios por que tem gerido os negocios publicos (...) Vejamos qual a idéa mais oportuna e realisavel, apreciemo-la conforme a entendermos, que desta discussão podemos tirar proveito (...)”*²³¹

Nem os colunistas e correligionários conservadores, nem os liberais explicitavam, na imprensa, programas de governo, por que a administração pública funcionava para atender os desonestos interesses pessoais, a favor da soberania intelectual dos jornalistas, em troca da publicação honrosa do nome dos candidatos e futuros presidentes, deputados, etc., da adesão dos funcionários públicos, de partidários e (e)leitores. Os redatores, em defesa dos grupos partidários, suscitavam entre si concorrência, a princípio jornalística, em que as

²³⁰ CORDEIRO, Celeste. *Antigos e Modernos: Progressismo e Reação Tradicionalista no Ceará Provincial*. São Paulo: Annablume, 1997, p. 208.

²³¹ *Jornal Cearense*, 31/10/1882, (*Cearense*).

contendas de mote eleitoral eram analisadas e rebatidas de forma “insultuosa”, “caluniosa” ou “apaixonada”, conseqüentemente, agredindo o preceito ordeiro da linguagem jornalística que pregavam: o de ensinamento dos pobres ignorantes. A pauta imprensa era a grande polêmica, os apelos á escritura científica e indireta era o argumento capaz de banalizar quaisquer divergências, restando aos (e)leitores apenas avaliar o comportamento dos órgãos de opinião, mediante a imprensa, válvula que ligava governos e partidos.

Através dos periódicos *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição* eram encaminhados mandos e desmandos do governo provincial, em geral, medidas para disciplinar os problemas de moradia, saúde, educação, arbitrados pelas poucas cartas dos leitores que eram selecionadas, para servir como termômetro da aceitação ou resistência da opinião pública a gerência do presidente, e para tomada de providências urgentes.

Novamente, em outro pleito eleitoral, o papel da arena jornalística é lembrado.

Dias antes da eleição, de 31/10/1882, para presidente de província, os jornalistas do *Cearense* publicam, na condição de (e)leitores, uma espécie de “nota de esclarecimento”, artigo indignado destinado “*Ao publico*”, aos jornalistas do *Pedro II* e *Constituição* e aos correligionários e (e)leitores do partido liberal e conservador. O artigo foi a última tentativa de convencer os (e)leitores em favor do candidato do partido liberal, Dr. Domingos Antônio Raiol, que de fato assumiu o cargo, entre 12 de dezembro de 1882 e 17 de maio de 1883²³²:

“Ao publico

O publico da capital assiste contristado à pugna de dous grandes órgãos da imprensa cearense ‘Pedro II’ e ‘Constituição’.

Cedendo, talvez, às suggestões de interesses egoistas mallogrados pelos sucessos, ou illudidos em seus calculos de legitima ambição, os esforços lidadores da idéa conservadora desertaram o posto de honra em que os collocara a confiança do partido, fugiram a liça politica, para travarem lucta fraticida em recanto defeso, em fetido ambiente.

Não é nobre paixão da causa publica que atira os homens para essas regiões lobregas, em que os combatentes, ‘brandindo o punhal dos sicarios, tacteiam nas sombras uma victima innocente, que deveriam

²³² GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Op. Cit., p.219.

amparar, quebram o sello às sepulturas para villipendiarem as cinzas dos mortos, sempre veneradas, e penetram no lar domestico para polluirem, com cynismo selvatico, o que há de mais caro e santo ao coração: a dignidade do homem, a honra da esposa, os affectos da familia.

Quando a imprensa desce à essas scenas de escandalo, abdica a missão de dirigir o pensamento de um partido político e se nivela com os pugiles dos ergastulos, não é valvula por onde respire uma parte moralisada da opinião sinão conducto de fezes putridas das sociedades corrompidas.

Nas discussões jornalisticas ordinariamente travadas na esphera dos interesses reaes do momento, não é sempre possível guardar o animo sereno que domina as discussões tangentes as idéas e principios abstrados. Na controversia se escurece o espirito, a phrase se torna cerba e fere, a paixão vibra o insulto, porem nesses eclipses da razão publica, o pudor e a honra das famílias permanecem ilesas, acatadas dos contendores.

*Não é, pois sem profundo sentimento de desgosto que o publico da capital contempla essa triste aberração da imprensa conservadora. É tempo de correr um véo sobre esse retabulo de miserias”.*²³³

Na reta final da campanha, os articulistas do *Cearense* dizem se retirar da arena jornalística, em que, durante vários meses, travaram “lutas” partidárias, eleitorais e jornalísticas com os periódicos *Pedro II* e *Constituição*, afirmando que o público assiste constrangido aos combates daqueles, às pugnas dos jornais conservadores.

É que os jornalistas do *Constituição*, ao acompanharem a evolução do pleito eleitoral no Ceará, apresentaram, através dos seus correspondentes, comparações entre o arrolamento de eleitores do Piauí e o encabeçado pela oposição liberal cearense, e fizeram insinuações de que um dos melhores amigos dos redatores do *Cearense*, o ex-juiz de direito da comarca de Parnahyba, cidade do interior da província do Piauí, estava expedindo aleatoriamente diplomas de eleitor e que assim continuava a se comportar a favor das eleições a bico de pena ou à força bruta. Ódio gratuito dos “*espadachim da imprensa... mania doutrinal do orgam conservador, a esse habito de dar normas à imprensa, apesar da decepção de não haver encontrado sectários.*”, argumentaram os liberais do *Cearense*.²³⁴

²³³ Jornal *Cearense*, 29/10/1882, (*Cearense*).

²³⁴ Jornal *Cearense*, 16/09/1882 e 03/10/1882, (*Chronica Politica*), respectivamente.

Os colunistas do *Pedro II* e do *Constituição*, segundo os do *Cearense*, não eram capazes de fazer valer a confiança que o partido lhes depositara, agindo covardemente em defesa da causa própria, fugindo dos interesses da política, através do enfrentamento desleal com os liberais, rebatendo, desmoralizando “a dignidade do homem, a honra da esposa, os affectos da família”, ao entrarem nos lares.²³⁵

Enfim, a conduta dos jornalistas na direção do pensamento conservador, é como a dos “pugiles dos ergastulos”, melhor, uma luta com punhos, com iminente ameaça de luta corporal, próprio de quem está preso numa espécie de cárcere, calabouço. Gente insana que não mede conseqüência para se impor, que age sem normas, porque acredita que não existe um público, uma sociedade para julgá-lo.

No fervor dos interesses mais imediatos, a vitória nas eleições, os redatores do *Cearense* “dão” mais um voto de confiança às famílias que permaneceram ilesas aos supostos ataques pessoais dos conservadores e pressionam o público (e)leitor da capital e do interior cearense.

Com vitórias e certa estabilidade liberal na presidência da província, com relação aos cronistas do *Pedro II*, “a folha carnívora” e a *Constituição*, “a folha graúda”, o discurso da paixão partidária, por parte dos jornalistas do *Cearense*, passa a ser o discurso da compaixão, como aconteceu com a eleição do presidente da província, José Julio de Albuquerque e Barros, liberal que administrou o Ceará, de 08 de março de 1878 a 02 de julho de 1880²³⁶:

*“Sobre o modo por que se fez a internação dos retirantes não estão de accordo os dous orgão conservadores. (...)
Quem começa discorrendo mal, quasi acaba meio lá, meio cá.
Com o Pedro II deu-se o inverso, começou mal e acabou peor.
Começou infeliz com o seu plano de internação gradual, lenta, mas progressiva e terminou com uma serie de descahidas.
Uma dellas é ter o governo imperial sabido do estado da provincia por informação extra-official.
Mas quem deu a informação?”*

²³⁵ Jornal *Cearense*, 29/10/1882, (*Cearense*).

²³⁶ Jornal *Cearense*, 19/02/1880, (*Chronica*); GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Op. Cit., p.219.

A Constituição e o Pedro II certo que não, porque cada qual tem occultado com mais cuidado o inverno, que tem havido e dellas nada transpira a respeito. (...)

O Pedro II termina os seus dizeres fazendo pela vigesima vez alluzões calumniosas.

Como nesse tanto trata-se de pasquim, apenas temos a dizer, que essa parte da chronica melhor cabia na Tribuna do riso, porque ella realmente provoca o riso... da compaixão”.²³⁷

Os jornalistas do *Pedro II* e *Constituição*, derrotados, eram alvos de boas “gaitadas”, suas crônicas eram ridicularizadas, principalmente do *Constituição*, que com mais “*tino de tactica vae amenizando o tempo com cousas alegres*” por isso:

“É rir para nunca mais ficar serio, é rir para ranchar ler as chronicas impagaveis da impagavel gazeta...Rião-se todos da grauda..., senão sempre, ao menos quando historias de onça nos contar, ou de gallegos com duas ou mais cabeças...”.²³⁸

Nesse sentido, a (e)missão dos jornais esteve intimamente ligada ao campo das individualidades, no momento em que neles aparecem as opiniões e os sentimentos dos redatores e de alguns (e)leitores, que adentram no universo ímpar de suposta paixão partidária e jornalística, oposta aos padrões da razão e de civilidade do final do século XIX. No entanto, redatores liberais e conservadores eram contra a espontaneidade, os pensamentos diferentes, as posturas mais mundanas diante dos impressos, dos jornais e dos desejos humanos.

Os debates políticos de 1885 foram intensos de “*torvelinhos de paixões*”, ora “*odientas*”, ora “*egoístas*”²³⁹, propostos pelos redatores da *Constituição*, do *Pedro II*, que não se associavam à definição e à (e)missão do que vinha a ser jornalismo político partidário para os (e)leitores, segundo os redatores do *Cearense*:

(...)O que mais contrista aos bons cidadãos, é a suspensão de garantias, a surdez medonha á todos os pedidos de justiça, de recuperação, e não haver, entre os que governam, um só bem intencionado, que advirta os demolidores e se opponha á marcha desordenada que levam os negocios publicos.

²³⁷ Jornal *Cearense*, 09/05/1880, (*Chronica*).

²³⁸ Jornal *Cearense*, 19/02/1880, (*Noticiario*).

²³⁹ Jornal *Cearense*, 21/03/1885, 11/04/1885, 15/03/1885, (*Cearense*), respectivamente.

Na verdade, não haver quem aconselhe um acto de justiça, quem sinta remorsos, e diga ao menos- isto assim não vae bem-, é um caracteristico deleterio das paixões odientas, que abafam os peitos governistas.(...)

Os agentes da administração, entre nós, estão commetendo todos os desmandos, e convença-se o illustre administrador, que, emquanto não decretar alguma demissão, as dificuldades hão de crescer e os actos criminosos reproduzir-se-ão.

Viçosa, Baturité, Pedra Branca e Maranguape etc., estão fóra da lei e se faz mister de acurada atenção e energicas providencias...”²⁴⁰

Nos editoriais do *Cearense* dos primeiros meses do ano de 1885, a tônica das discussões, mais uma vez, foram as eleições de meados de 1884, eleito presidente da província cearense o liberal Conselheiro Sinval Odorico de Moura, permanecendo no cargo, de 19/02 a 01/10/1885. Em um dos artigos, os jornalistas liberais chamavam de “*paixões odientas*” a oposição conservadora que detinha a administração de várias comarcas do interior cearense: Viçosa, Baturité, Pedra Branca e Maranguape, por exemplo, acusada de calar-se frente às injustiças cometidas pelos correligionários, o que não podia inibir a ação do então presidente da província. Votos dos jornalistas do *Cearense*, que, durante toda a campanha, apoiaram os discursos do presidente eleito, assegurando aos seus (e)leitores que:

“(...) Um nome honrado não firma actos de notoria injustiça, não admite intervenção quando julga, e nem fica inerte, quando a lei exige que intervenha. O contrario d’isso, é o despotismo, e com elle, a execração publica, unanime, por que os proprios que obtem uma illegalidade, uma violação, confessam afraqueza, máos instinctos ou incapacidade de quem as pratica (...)”²⁴¹

Em outro artigo, os jornalistas do *Cearense* definem como “*paixões egoistas*” as situações “falsas” em que o espírito público se agita com atitudes estéreis, de interesse passageiro. Situações em que pequeno grupo de liberais divorciados do partido, redatores do *Gazeta do Norte*, não se preocupavam com a situação da instrução pública da província, senão em atacar o “verdadeiro” Partido Liberal do Ceará, representado pelo *Cearense* capaz de denunciar que a Escola

²⁴⁰ Jornal *Cearense*, 11/04/1885, (*Cearense*).

²⁴¹ Id. *Ibidem*.

Normal, criada para preparar professores, encaminhava indivíduos reprovados em exame de leitura.

As ameaças ao governo do Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura e os descontentamentos dos jornalistas conservadores eram vistos pelos liberais como insignificantes, tendo em vista a necessidade de que se restabelecesse a lei e a moralidade na esfera educacional da administração pública, sem ceder às exigências de correligionários sem escrúpulos, como as aspirações de homens como o Sr. Dantas, vereador conservador, que, no governo do Sr. Sinval de Moura, arrastou uma vida inglória, desprestigiada, o espetáculo de um governo sem opinião, com arranjos indecentes, assaltos ao tesouro público, nomeações ilegais, predicados políticos que o caracterizam e que podiam envolver o presidente liberal e seus defensores num “*torvelinho de paixões*”, redemoinho de paixões conservadoras.²⁴²

Dessa maneira, percebendo contínua distorção de relação entre os discursos jornalísticos e a prática social dos conservadores, (e)leitores e correligionários descontentes, os jornalistas do *Cearense*, a partir do dia 17 de julho de 1886 até 1891, inserem diariamente, na coluna *Publicações Solicitadas*, a subcoluna *Psychologia da Imprensa*.

Para tanto, colocam-se na condição de (e)leitores, e fazem, mediante linguagem menos teatral, uma espécie de “diagnóstico” dos editoriais e colunas dos jornais *Pedro II* e *Constituição*, buscando categorizar, de vez, o papel político e as ações jornalísticas dos jornais conservadores, com o intuito de doutrinar e possibilitar a compreensão dos seus (e)leitores correligionários e de conseguir adeptos à causa liberal:

*“Publicações Solicitadas
Psychologia da Imprensa
Constituição*

Diz o povo, em sua sabedoria instintiva, que do modo e nas condições em que o individuo se apresenta em o primeiro dia do anno, assim chegará ao ultimo, com ligeiras modificações. Si isto é verdade (e porque não o será?), a Constituição entrou com o pé torto pelo novo anno adentro. (...)

²⁴² Jornal *Cearense*, 15 e 21/03/1885, (*Cearense*).

Em compensação, lembrou-se de responder á critica que o Cearense tem feito ao orçamento. Antes não o fizesse. Ha muito tempo que não vejo na imprensa um desastre como aquelle!

...Chegando até ao disparate de dizer que o actual orçamento não só passou com o apoio e o voto dos amigos do Cearense, como até elles dispensaram-lhe applausos e louvores! Basta um golpe de vista sobre os jornaes de novembro, para ver-se de que lado está a verdade... ”.

*“Publicações Solicitadas
Psychologia da Imprensa
Pedro II*

Censura que o partido liberal procure arregimenta-se e augura mal da peregrinação dos crentes do velho credo ao tumulto do seu propheta.

*Pois isto, quanto a mim, devia ser motivo de jubilo para o organ conservador; ter pela frente um partido, forte pela disciplina e união, travar lucta com elle, leval-o de vencida ou sussumbir na arena do combate, seria mais honroso do que haver-se com partidos volantes, guerrilheiros”.*²⁴³

Querendo mesmo confundir o (e)leitor, os jornalistas “carapuceiros”²⁴⁴ do *Cearense*, estranhamente chamam de *Rodatrebil* o jornal *Libertador*, escrito de modo soletrado de trás para frente. Nesse caso, a “charada” era deixar óbvio que o jornal era confuso, que invertia os “reais” valores das coisas e assim não significava nada frente aos demais jornais.

*“Publicações Solicitadas
Psychologia da Imprensa
Rodatrebil*

Dia 5 e dia 6. Folhas do dia, noticias, contos côr de rosa, contos côr de cousa qualquer, pesadelos, felicitações e algumas linhas sobre a camara municipal. Resume-se assim esta sua tirada: a camara que se dissolve, viveu attentando contra a justiça, contra a lei (escripta e não escripta) e os direitos do povo, o qual não quis, em represalia, attentar...

Rompendo com o tradicional costume de licenciar-se, durante as festas de Natal, os operarios da imprensa continuou a sahir diariamente e do modo conhecido, e diz que d’amanhã em diante não encherá mais domingo nem dia santo.

²⁴³ *Jornal Cearense*, 04 e 08/01/1887, (*Publicações Solicitadas*).

²⁴⁴ GAMA, Lopes. *O Carapuceiro: Crônicas de Costumes*; organização Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. *O Carapuceiro*, jornal de Recife publicado nos anos trinta do século XIX, teve como redator o padre Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama. Caracterizou-se por suas crônicas políticas bem humoradas, carapuças para a burguesia de Pernambuco. Os jornalistas do *Cearense*, por sua vez, montaram uma espécie de carapuça, para comentarem o meio-termo da atuação do jornal *Rodatrebil*, ou seja, do *Libertador*, vinculando-se a um gênero crítico-humorístico moralizador, sem graça, à moda dos jornais políticos e partidários brasileiros.

Tem grande pressa em chegar!”²⁴⁵

A ação do pessoal do *Cearense* foi em resposta à coluna *As Folhas do Dia*, do jornal *Libertador*, que vingou de 1886 a 1892. Tal coluna deteve-se mais em retrucar os ensaios psicológicos/jornalísticos dos redatores do *Cearense*, ou “carrapatos com tosse”²⁴⁶, como eram conhecidos na redação do *Libertador*, que em colaborar para a produção e circulação de conhecimentos concernentes às políticas públicas dos governos, por exemplo, apesar de afirmarem terem consciência de que, “*não temos leitores tão convencidos e habituados, que corram atrás dos livros, estes é que devem correr atrás delles*”.²⁴⁷

A inserção da nascente psicologia como ciência e a tradição da filosofia de ser capaz de especular a alma e a capacidade intelectual e moral do homem, de compreender e apreender os diversos aspectos da vida e da sociedade humana, através de métodos e princípios teóricos próprios, nos debates jornalísticos dos redatores da folha *Cearense*, significou a busca um pouco sarcástica e pretensiosa de tentar elucidar profundamente, racionalmente, as ações de outros redatores por meio das suas idéias impressas de modo “inconsciente”. O intuito era elaborar uma empatia entre o público (e)leitor da província cearense, o conteúdo e a linguagem dos jornais tendo como referência o cientificismo do *Cearense*.

Foi essa a estratégia dos bacharéis liberais, que, ao longo de toda trajetória jornalística, apoiavam-se e argüiam, para si, o poder da ciência para legitimar os afastamentos diante dos princípios políticos que difundiam e, dessa forma, paradoxalmente, transformavam o impresso em letra morta.

Com base nas teorias racionalistas e empiristas do Iluminismo, o Liberalismo no século XIX, na folha liberal *Cearense*, representou a promoção de um grupo de bacharéis, literatos e intelectuais que se fizeram jornalistas, diante de uma sociedade elitista que estava criando bases de identificação com a política, o poder administrativo, as eleições na província e nas comarcas cearenses e,

²⁴⁵ Jornal *Cearense*, 08/01/1887, (*Publicações Solicitadas*).

²⁴⁶ Jornal *Libertador*, 13/02/1886, (*As Folhas do Dia*).

²⁴⁷ Jornal *Libertador*, 20/07/1886, (*As Folhas do Dia*).

especialmente, com os jornais políticos, dinamizadores dessas relações entre política, verdade, público e privado.

O jornal, para os redatores do *Cearense* era a expressão da liberdade de idéias e crenças, princípio da filosofia liberal que, nas sociedades européias capitalistas, propagava a liberdade total do indivíduo e a limitação radical dos poderes do estado. Adam Smith, David Ricardo, Thomas Hobbes, Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau, teóricos do liberalismo, bem como outros, não eram citados no jornal *Cearense*, embora suas idéias acerca da separação de poderes, a soberania do povo sob o comando e intermédio dos eleitos, dos burgueses liberais, fossem inspiradas nesses dois últimos filósofos e adaptadas bruscamente para a realidade do Ceará e dos cearenses, conservadores ou não, para a maior parte da população analfabeta e sem profissão, portanto sem meios autônomos para também expressar, com maior amplitude, suas idéias e vontades.

Tais tentativas díspares de concretização legal dos fundamentos teóricos do liberalismo, como a promulgação da constituição, divisão dos poderes, mesmo que o poder moderador do imperador se sobrepusesse aos demais, foram, em parte, patrocinadas e disputadas não só pelos jornalistas liberais, mas pelos conservadores cearenses, na busca do quinto poder, o da imprensa, em conseqüência das competências do legislativo, executivo, judiciário e moderador.

Assim nos periódicos *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*, havia impasses: pugnas acaloradas entre jornalistas em defesa própria, de seus correligionários, (e)leitores de toda a província e o público, o povo pobre, de modo geral e tangencial, tendo em vista a precariedade da eleição direta, o requerimento do título de eleitor. Contudo, quais foram às tessituras para uma “*verdadeira propaganda*”, e, de que maneira, no jornalismo, “*os fins justificão os meios*”.²⁴⁸

*“A verdadeira propaganda I
Já é tempo de parar um momento e attender ao que realmente se vae em derredór...
Todo o espirito sensato sabe em sua consciência, que, na affetividade dos emprehendimentos humanos, não basta a verdade da idéa ou do principio para levar aos mais nobres resultados. Os meios, a*

²⁴⁸ Jornal *Cearense*, 24/12/1880, (*Cearense*).

empregar, devem ser escolhidos com tanto bom senso e applicados com tamanha probidade, quanto é de rigor e natural conveniencia em uma obra de verdade. (...) Nenhum propagandista sincero, nenhum entusiasta de bôa fé deixará certamente de reconhecer quanto há de necessario e proveitoso no imperio constante dessas prescrições. Si ao simples appêlo em favor de uma idéa feliz se podessem autorizar, praticar todos os meios, embora uteis em si mesmos; então seria sem duvida de uma só vez, abalado, derrocado o grande pedestal,- sobre que se firma, não só a razão da moralidade social, como igualmente, a vida real, a permanencia dos governos (...). Como uma das conclusões ao nosso principio tal surge agora, entre nós, a magna questão de liberdade de uma parte da raça humana, que maos fados reduzirão outrora à escravidão. A escravidão não deve mais continuar, porque é ella um terrível attentado contra os direitos da propria humanidade. Ella deve desaparecer, ninguém o contesta. Mas deve desaparecer pelos meios legais, pelos tramites legitimos, como convem ao bom senso, moral-jurídico, que já a anathematisou. (...).”²⁴⁹

Dias depois:

“A verdadeira propaganda II

É, na verdade, um título de gloria para o Ceará o haver-se estado à vanguarda, na nobre pugna da redempção dos cativos, ainda existentes no paiz.(...) Todos os brasileiros em geral, querem, advogão a extincção completa do elemento escravo; a idéa abolicionista não é mais a propaganda d’este ou d’aquelle individuo; no presente, vemol-a convertida com um empenho sincero da propria vontade nacional. (...). Fóra, porem d’esses casos excepçoes, a lei, o direito constituído somente, é o único recto- meio para levar aos mais nobres fins da sociedade.(...) Para que aconselhar, insultar o escravo à ser desobediente, insubordinado, atrevido para com as famílias, implantando a perturbação e desrespeito ao seio d’estas, e infundindo na alma do pobre captivo tão pessimas lições de perversidade?(...) Para que injuriar, calumniar com os mais tristes pasquins a toda pessoa, que ouse contradictar a honestidade da pratica de tão deponentes meios?! (...) A historia nos ensina, que a mais santa das causas pode ser ‘deshonrada’, torna-se objecto de ‘descredito e maldição’ pelo emprego violento e criminoso dos meios autorizados por seus pretensos adeptos”²⁵⁰

A “*verdadeira propaganda*”, de acordo com o divulgado no *Cearense*, nas eleições de 1882 e por toda a década de 1880, era especialmente a redenção dos cativos sob meios legais e morais, apesar de reconhecer como lei maior a liberdade incondicional do ser humano. Todavia essa propaganda dizia respeito a

²⁴⁹ Jornal *Cearense*, 18/06/1882, (*Cearense*).

²⁵⁰ Jornal *Cearense*, 21/06/1882, (*Cearense*).

todos os indivíduos, a todos os propagandistas comprometidos com a honestidade, a moralidade social e a amabilidade do escravo alforriado. Insultos, calúnias e desconfianças, com relação à boa fé da causa santa defendida pelos jornalistas liberais, procedentes dos mais insignificantes pasquins, jornais *Pedro II* e *Constituição*, eram incabíveis e colocava, em risco, a honra da questão abolicionista.

Circunstâncias semelhantes foram construídas, propagadas pelos noticiaristas do *Constituição*, que tentavam sair da discussão do “disse e não disse”, no *Cearense*, rebatendo representantes e simpatizantes, o governo liberal e as campanhas, em condição “supostamente” imparcial, de forma indireta, assegurada, sem citar nomes e explicar os fatos. Parecia agir, os redatores conservadores, em legítima defesa, e diziam que só em último caso retrucavam o que chamavam de intrigas da oposição liberal, crônicas de “*couzas e louzas*”²⁵¹ do *Cearense*, em deferência à preservação da dignidade do público.

*“A presidencia d’assemblea provincial - O Cearense está no seo direito (si a intriga pode constituir direito) de apreciar como melhor convier aos seus interesses os factos que se vão dando no domínio conservador; mas a nós é sempre agradável, embora ardua a tarefa de contestal-o annullando o seu proposito com a exposição da verdade (...).”*²⁵²

O pessoal do *Constituição* designou-se, resguardou-se ao papel de explicar e conceituar os temas que eram empurrados de um lado para o outro, no *Cearense*, como: sistema representativo, partido católico, os liberais, os radicais, os republicanos, o progresso, a centralização do poder político.²⁵³ Eram empreitadas que pretenderam abstrair a atenção do público (e)leitor envolvido com fatos mais imediatos do presente, e não esclarecer e justificar escolhas de partidos e candidatos.

O que estava sendo ressaltado, no meio desse debate, a “real” propaganda, eram as condições dos jornais partidários, liberal e conservador, como

²⁵¹ Jornal *Constituição*, 21/07/1876, (*Chronica Política*).

²⁵² Jornal *Constituição*, 07/07/1876, (*Constituição*).

²⁵³ Jornal *Constituição*, 15/10/1876, (*Constituição*).

instrumentos de comunicação impressa, para promoção política, pleiteando cargos públicos, e intelectual, no dever de educar/bitolar as massas incultas. Considere-se que a atuação dos autores, na maioria redatores de jornais, das revistas do Instituto do Ceará (1887), Almanques, de obras literárias de vários gêneros, prestava-se a práticas discursivas que não falavam diretamente aos (e)leitores “comuns”, desconhecidos, mas sim aos colegas bacharéis, doutores, professores públicos e particulares, oficiais do exercito e armada, autores de obras impressas e jornalísticas e religiosos seculares, (e)leitores “distintos”, que inclusive eram dispensados de comprovar renda de 200 mil réis/ano, nos alistamentos eleitorais.²⁵⁴

Um dos empecilhos ao acesso às obras literárias por parte dos (e)leitores “comuns” não era mais a precariedade dos meios técnicos e materiais de impressão, por conta da eficiência das prensas, a prontidão dos jornaleiros e o aperfeiçoamento do trabalho artístico dos tipógrafos e impressores, constantemente em destaque nos jornais *Cearense*, *Pedro II*, *Constituição* e nos Almanques²⁵⁵, mais o custo. Uma vez que o preço dos livros era cerca de 2\$000 réis, como por exemplo, a obra “*Resumo de História do Ceará*”, de João Brígido, redator do *Cearense*²⁵⁶ e os periódicos *Pedro II*, *Constituição* e o *Cearense*, eram vendidos por 200 e 500 réis, respectivamente. Por certo, valores ainda pouco atrativos para a população pobre e não-votante, que tinha, como uma de suas prioridades, a alimentação, o litro de feijão a 240 réis, a carne verde a 400 réis o quilo.²⁵⁷

Contudo o grande desafio de cada jornalista do *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição* era conquistar a emancipação do jornal em relação ao livro, tendo que lidar com a receptividade, os efeitos das leituras do público (e)leitor “comum”

²⁵⁴ Jornal *Cearense*, 21/04/1880, (*Noticiario*). É publicado nessa data, nota sobre o projeto da reforma eleitoral de 1881, extraída do jornal *Gazeta de Notícias*/Rio de Janeiro.

²⁵⁵ Tratarei melhor dessa problemática no item 2.3.

²⁵⁶ Jornal *Libertador*, 20/02/1887, (*Annuncios*). Os preços de livros raramente faziam parte dos anúncios dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*, na certa para evitar concorrência, o que não acontecia no jornal *Libertador*.

²⁵⁷ MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o Tempo Levou... (Crônicas Históricas da Fortaleza Antiga)*. Fortaleza: Edésio Editor, 1938, p.115.

e o “distinto”, mediante o andamento cotidiano e efêmero das notícias, editoriais, crônicas e das ideologias partidárias.

A impressão dos assuntos expostos de modo mais sucinto, distribuídos em quatro páginas de seis ou sete colunas, fez com que os jornalistas falassem, sem rodeios, o que pensavam. Daí apareciam abertamente, nos textos jornalísticos, mágoas, rancores, ódios, despeitos, vontades particulares que davam às contendas eleitorais, por exemplo, nuança mais oralizada, apelativa, verdadeira e/ou mentirosa, temível, dependendo do ponto de vista dos ofensores ou ofendidos.

Esse foi o canal de diálogo pelo qual os articulistas quiseram direcionar as opiniões e a autonomia dos (e)leitores e o comportamento “desviante” de colaboradores vistos como “coadjuvantes”, tipógrafos e impressores.²⁵⁸

²⁵⁸ Sobre as apropriações e interpretações dos (e)leitores, tipógrafos e impressores, acerca dos discursos jornalísticos de liberais e conservadores cearenses, tratarei no ítem seguinte.

2.2- Paixões correspondidas: dos (e)leitores para a imprensa partidária

Neste item, trago a discussão em torno das colunas dedicadas aos leitores dos jornais *Cearense- Publicações Solicitadas*, *Constituição- Páginas Livres* e *Pedro II- A Pedido*. A intenção é procurar estabelecer a relação do jornal com o público, como espaço de manifestação de interesses pessoais e de denúncias de contendas e abusos de setores políticos e administrativos da capital, Fortaleza, e, principalmente, das comarcas do interior cearense assoladas pelo descaso do governo provincial e central.

Entende-se que, para a produção de valores políticos institucionais, o público a que interessavam diretamente esses jornais eram os (e)leitores. Ressalto que, não encontrei dados estatísticos referentes à quantidade e dados pessoais de leitores, assinantes ou anunciantes, no entanto, os jornais partidários trazem descrições constantes de (e)leitores, melhor, leitores que tinham o poder de elegibilidade.

Eram considerados votantes e, portanto, (e)leitores, os seguintes segmentos da sociedade cearense: os grandes proprietários, comerciantes, burocratas/funcionários públicos, profissionais liberais, religiosos seculares e bacharéis de carreira política, literária e/ou jornalística, reconhecidos por suas condições econômicas privilegiadas e instrução bacharelesca. Desse modo, nas constantes campanhas partidário-eleitorais, os redatores conservadores e liberais, representando os candidatos, falavam para correligionários, visando ao voto, conseqüentemente ao poder público e à adesão de novos “filiados”.

O voto e a condição de (e)leitor, entre os candidatos, publicistas e o governo, no sistema eleitoral do Império, foi, antes de tudo, fruto de rearranjos judiciais, legislativos e executivos, que mesmo de programas partidários/jornalísticos dignos da enorme população de marginalizados. Ou seja, prevalecia a troca de favores, para que fosse possível a manutenção da representatividade da elite, na negação do antagonismo de classes, dos interesses coletivos e da prática da liberdade. É nesse sentido que se lêem, nas

cartas dos (e)leitores, cobranças aos jornalistas e aos candidatos das promessas particulares feitas em virtude da votação.

Assim, na trajetória das eleições provinciais, no Ceará, até as primeiras décadas do século XIX - a primeira eleição foi para a escolha de deputados em 1821- o eleitorado permanecia restrito aos mais afortunados e, dentre esses, os escolhidos pelos juizes de paz que faziam, antes do pleito, o alistamento dos homens aptos a votar e os dividiam por paróquias. O eleitor, por sua vez, não recebia nenhum documento que o reconhecesse diante da mesa eleitoral, o que deu margem a toda sorte de fraudes.

As várias reformas eleitorais, nos anos de 1842, 1846, 1855 e 1860 (ano em que *“tinha a província 66,724 votantes, e deu 1,264 eleitores, divididos pelos 28 collegios”*²⁵⁹), consistiram em mudanças referentes à operacionalidade do sistema eleitoral, ora de maioria simples, em que consideravam-se eleitos os candidatos mais votados, ora de maioria absoluta, quando saíam vitoriosos os que obtivessem mais de 50% dos votos. E também alterações na circunscrição eleitoral, unidade que limitava a quantidade de deputados provinciais, procuradores gerais, senadores e deputados gerais que os eleitores poderiam votar.

Em 1870, para eleger os senadores cearenses, a província foi dividida em apenas três distritos: Sobral, Crato, comarcas do interior cearense, e com 11 colégios eleitorais, o distrito de Fortaleza, capital da província, que contou só com 509 eleitores, segundo ata dos *“Eleitores especiais de senadores da província do Ceará em 1870”*.²⁶⁰ A relação nominal de alguns dos 61 eleitores, centralizados em um dos colégios da cidade de Fortaleza, o da Freguesia de São José, cita os jornalistas Paurilho Fernandes Bastos, do *Pedro II*, Manoel Soares da Silva Bezerra, do *Constituição*, dentre outros doutores, e militares:

²⁵⁹ BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa (1818-1877). *Ensaio Estatístico da Província do Ceará. Tomo I (1863)*. Ed. Fac. Similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 227.

²⁶⁰ CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1970, p. 281-312. Câmara obteve informação acerca da ata dos *“Eleitores especiais de senadores da província do Ceará em 1870”*, no *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Ceará* para o ano de 1870, Fortaleza, Typ. Odorico Colas, 1870, p. 360-381.

*“ Dr. Antonio Domingues da Silva
Padre Antônio Nogueira de Bezerra
Dr. Francisco Paurilho Fernandes Bastos
Dr. Manoel Soares da Silva Bezerra
Comendador João Antônio Machado
Dr. Manoel Fernandes Vieira
Coronel Joaquim da Cunha Freire
Des. Domingos José Nogueira Jaguaribe
Major João Severiano Ribeiro
Cel. Francisco Fidélis Barroso
Major Miguel Joaquim Pereira. (...)”.*

Percebe-se que não houve, até então, nenhuma mudança significativa no que diz respeito à ampliação do contingente e maior participação dos eleitores.

Em 1881, com a Lei Saraiva, os eleitores obtiveram alguma autonomia passando a eleger diretamente senadores, deputados gerais e provinciais e a província cearense estava dividida em tantos distritos eleitorais quantos fossem os deputados. Para tanto, os processos de qualificação de eleitores ficaram mais rigorosos, a renda de 200 mil réis tinha que ser comprovada por certidões de pagamento de impostos ou de caixas de amortização de apólices e as listagens dos aprovados passaram a ser, obrigatoriamente, publicadas na imprensa, meses antes das eleições. Em contrapartida, os candidatos a eleitor recebiam uma espécie de título de eleitor e assinavam ata de presença, ou pediam que outro eleitor assinasse, se analfabeto.²⁶¹

²⁶¹ NICOLAU, Jairo Marconi. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 10-26; *Jornal Cearense*, 21/04/1880, (*Noticiário*). O *Cearense*, com base no que noticia o jornal do Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, traz em 1880 dados do projeto para reforma eleitoral, que em 1881 seria aprovado. Ainda vigoraram três decretos complementares a lei nº 3.029 de 9 de Janeiro de 1881, o de 17/11/1882 e outros dois em 14 e 17/10/1887. O decreto nº 3.133 de 17 de Outubro de 1882 diz respeito à revisão do alistamento dos eleitores quanto a renda proveniente de imóveis. O decreto nº 3.340 de 14 de Outubro de 1887 altera o processo das eleições dos membros das Assembléias Legislativas Provinciais e dos Vereadores das Câmaras Municipais, acertando que a eleição dos membros das Assembléias Legislativas Provinciais será feita votando cada eleitor em tantos nomes quantos corresponderem aos dois terços do número dos membros das ditas Assembléias que cada distrito eleitoral deve eleger. Por fim, o decreto nº 9.790 de 17 de Outubro de 1887, que sanciona o anterior, no qual cada distrito elegerá o número de membros designados na seguinte tabela, caso do Ceará: nº de membros das Assembléias Legislativas Provinciais- 32 e nº de membros por distritos- 4. Ver: SOUZA, Francisco Belisário Soares de (1839-1889). *O Sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979, p.483 e 493. No Anexo 5, decreto nº 7.981 de 20 de Janeiro de 1881, mais detalhes acerca do alistamento de eleitores e do processo eleitoral, em virtude da lei nº 3.029 de 9 de Janeiro de 1881. Texto extraído do autor citado logo acima, p. 370-391.

Assim, Fortaleza, no final do século XIX, apesar de toda pobreza urbana e de tantos miseráveis, era um distrito que comportava significativo número de eleitores, subdivididos segundo o quarteirão em que residiam. Votavam em edifícios próximos de suas casas, símbolos de progresso e de instrução, alguns até nos locais onde trabalhavam e conviviam cotidianamente, como sinaliza o Juiz de Paz Francisco Coelho da Fonseca, ao convidar os eleitores fortalezenses a comparecerem, dia 17 de Dezembro de 1883, às 9 horas da manhã, nos locais de votação para dar procedimento à eleição de deputados à Assembléia provincial:

*“(...) Os eleitores dos quarteirões nº 1 a 18, casa da escola no Outeiro. Os eleitores dos quarteirões nº 19 a 31, no Thezouro Provincial no salão em que funciona a Caixa Econômica. Os dos quarteirões nº 32 a 52 no edifício do Lyceu. Outro sim deverá cada eleitor exhibir perante as mesas eleitorais seus respectivos diplomas nos termos da lei. (...)”*²⁶²

Os políticos-partidários, com as novas medidas, preocuparam-se mais em centralizar e conhecer o eleitorado, parte da elite, visando à inserção direta de suas atuações, que (re)organizar os sufrágios para que a vontade da maioria tivesse expressão nas urnas e liberdade para exigir dos candidatos prestação de contas dos rumos que pretendiam dar ou davam às administrações:

*“(...) O projeto constiuu-se de dois propósitos: a eleição direta e a exclusão do analfabeto, com a tentativa de elevar o censo... o povo se manifestaria diretamente, mas não todo o povo, senão o apto a representar o país, pelos rendimentos, cultura e propriedade. As duas fisionomias do liberalismo estavam presentes, a territorial e a urbana, utópica esta e um tanto demagógica”*²⁶³

O eleitorado era formado por pessoas que, em geral, não faziam parte do corpo administrativo da capital da província cearense, nem formavam o quadro de intelectuais das academias literárias, como os da Academia Cearense de Letras (1894-1º fase) e do Instituto do Ceará (1887), e, portanto, envolvia-se nos

²⁶² Jornal *Libertador*, 26/11/1883, (*Editaes*).

²⁶³ FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 6º Edição. Porto Alegre: Globo, 1984, p. 374.

desentendimentos entre os jornalistas do *Cearense* e os dos jornais *Pedro II* e *Constituição*, através de cartas para manifestarem suas queixas.

Nesse sentido, as cartas dos (e)leitores, correligionários e colaboradores, enviadas e publicadas nos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*, devido à relação de reciprocidade política, que havia entre eles, os candidatos e articulistas e aos seus negócios privados ameaçados, tiveram o intuito de conter os “excessos” da paixão partidária, em debates acalorados que antecederiam ou sucediam as eleições na província, expressando as arbitrariedades do poder público e a negligência dos jornalistas liberais e conservadores diante de questões concernentes à comissão de socorros públicos, que deviam amparar os pobres que sofriam, com a seca de 1877-1879, perseguições pessoais e políticas, calúnias, disputas político-partidárias envolvendo famílias e corrupção eleitoral.

Mas na prática, para formular e exigir um juízo da imprensa, os (e)leitores do *Cearense*, *Constituição* e do *Pedro II* tinham que pagar adiantado o equivalente a 100 réis e 80 réis a linha, respectivamente. Embora isso não fosse empecilho para que os (e)leitores colocassem à prova a auto-suficiência dos textos e discursos jornalísticos, como dever da imprensa de linguagem decente, pregada por liberais e conservadores, nos debates na arena jornalística em tempo de eleição, principalmente.

O fato de as correspondências serem pagas, o anonimato, em alguns casos, e a necessidade dos redatores em atender aos desejos dos (e)leitores e convencê-los sobre outros, permitiram que esses escrevessem cartas, na maioria, tratando de agravos dos jornais e partidos opositores, sem tantos rebuscamentos literários, utilizando expressões enfurecidas e carregadas de informalidade, como “*nogento*”, “*sangue para corar*”²⁶⁴, etc.,

Entretanto observa-se que, provavelmente, a condição para tal procedimento era que os (e)leitores fizessem a crítica ferrenha aos princípios políticos dos governantes adversários, à filosofia dos jornais antagonistas e, sempre que possível, pedissem desculpas por tal comportamento diante da imprensa. Tais publicações foram os mecanismos utilizados pelos periodistas para

²⁶⁴ Jornal *Cearense*, 22/01/1880, (*Publicações Solicitadas*).

atacarem os adversários de forma "virulenta", sem, no entanto, comprometerem a imagem de propagadores da civilização, da urbanidade e das regras da gramática.

É o caso da carta de um (e)leitor da comarca cearense de São Benedito, ao Cearense, em 1879, período de seca e administração do liberal José Júlio de Albuquerque Barros, dizendo-se insultado pelas acusações de um "Observador", no *Constituição*, sobre a atuação dos membros da comissão de socorros públicos, naquela região:

"A Constituição n. 85 de 27 de Novembro passado traz um noventa artigo, em guisa de correspondencia, datacda d'esta Villa por um 'Observador', onde se baratéa de uma maneira vil, á honra de caracteres muito sizudos, e estimaveis liberaes. A linguagem baixa, a inverosimilhança dos factos articulados e a capa do anonimato despensão uma resposta qualquer da parte de nossos amigos assim insultados.

Entretanto a indignação de que ficamos possuidos em ver figurar entre os insultados nossos distinctos e prestimosos amigos capitão Francisco Cassino do Amaral, Alferes Manoel Damasceno e Silva e outros, não podemos resistir ao desejo de atirar a esse quidam o seguinte repto.

Quem quer que sejas; capitula os factos de improbidade praticados por esses honrados cavalheiros com relação a commissão de socorros publicos e assigna teo nome.

Como deve saber o 'Observador', essas arguições são consideradas como calumnias e não injurias; portanto dão lugar a prova.

Não deve haver medo quando quem affirma prova.

Se o não fiser, estampamo-lhe na frente o estigma de vil e infame calumniador.

Terá sangue para corar?

Duvidamos.

*S. Benecdicto, 20 de Desembro de 1879".*²⁶⁵

A seca de 1877-1879 assolou todo o território cearense, e repercutiu nas relações de trabalho, controle da mão-de-obra livre, de sociabilidade, com os emigrantes do interior da província rumo á capital e a outras cidades litorâneas, na gerência dos governantes que tiveram, com esse fenômeno social, que controlar a economia e os recursos públicos, para conter a fome e miséria. Foram formadas

²⁶⁵ Jornal Cearense, 22/01/1880, (*Publicações Solicitadas*).

várias comissões de socorros públicos, responsáveis pela distribuição de gêneros alimentícios na capital e comarcas do interior cearense.²⁶⁶

Foram recorrentes, na imprensa liberal e conservadora, nos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*, acusações e defesas de correligionários quanto aos atos ilícitos dos comissários, referentes á quantidade e qualidade dos produtos, construção de açudes para atender a interesses particulares, etc.,

As dificuldades em fiscalizar as ações dos comissários, a exemplo da delegação enviada a São Benedito, devido á expansão geográfica da seca e aos interesses do governo provincial no desvio das verbas provenientes das autoridades da corte imperial, fizeram dos jornais partidários lugar de denúncias, divergências de opiniões, pela relação direta que os redatores mantinham com os presidentes de província, mesmo sob pretexto de desavenças pessoais e políticas entre (e)leitores, articulistas e administração pública.

Em outras publicações, os redatores do *Cearense* eram pressionados para que intercedessem junto ao presidente da província, em favor do envio de socorros públicos contra a seca para a comarca cearense de Amarração:

“Amarração, 23 de dezembro de 1879.

Illm. Sr. Redactor- Permitta-me que, sahindo de meus habitos, vá desta vez occupar a atenção do publico, erguendo a minha debil voz em pról desta pequena parte da provincia, tão mal aquinhoada na distribuição dos publicos socorros.

Lendo o n. 135 do seu conceituado jornal, deparei, no expediente do governo, com o resumo de um officio do Exm. Sr. Presidente da provincia, dirigido ao inspector da thesouraria da fazenda, communicado haver ordenado, em data, de 21 do transacto à mesa de rendas do Acarahú e Granja, que remetesse cereaes para somente à Villa-Viçosa, Chaval...ficando somente envolvida nas sombras do esquecimento esta pobre e infeliz Amarração!(...)

Queira, portanto, chamar a atenção do nosso benemerito governo sobre este ponto tão importante, com que fará um grande serviço á esta inditosa população, e muito subirá na estima e consideração do

Seu constante leitor,

*João Luiz Pereira Brandão”.*²⁶⁷

²⁶⁶ SILVA, Jeovah Lucas da. *As Bênçãos de Deus: A Seca como Elemento Educador para o Trabalho (1877-1879)*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Universidade Federal do Ceará, 2003, p.99-113.

²⁶⁷ *Jornal Cearense*, 22/01/1880, (*Publicações Solicitadas*).

A fala de Brandão denota tacitamente “*inconfessáveis paixões*”²⁶⁸, sentimentos causadores da ira liberal, ou seja, o descontentamento com a administração provincial e com os jornalistas do *Cearense*, que permaneceram omissos diante da insuficiente distribuição de mantimentos, tendo em vista que não só Acaraú, Granja, Viçosa e Chaval deviam ser contempladas.

O fato de o jornal não ter censurado a “*debil voz*” do “*constante leitor*”, foi mais no sentido de defender a administração de Albuquerque e a lisura das medidas, apesar de desorganizadas e insustentáveis. Pois trazer para o jornal liberal uma fala crítica ao governo que o apoiava, ajudava a compor a imagem de imprensa livre e democrática, dando-se inclusive a oportunidade de tecer elogios ao governo:

*“No sistema parlamentar, convocar eleições é convocar a nação, a opinião pública, para decidir os impasses sobre o gabinete e a câmara, entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. (...) A perna politicamente quebrada no tripé Executivo-Legislativo-Opinião Pública era a inautenticidade das eleições. (...) O próprio imperador, aliás, em seus conselhos à regente, queixava-se da dificuldade de aferir a opinião pública devido à natureza das eleições, o que o forçava a recorrer a outros indicadores, como a imprensa e as lideranças políticas, para definir sua ação”.*²⁶⁹

No jornal *Constituição*, o espaço reservado às correspondências era ocupado, na maioria, por (e)leitores, como José Velloso, que se queixava da injustiça da Câmara Municipal ao avaliar que as medidas das portas da casa que estava construindo na rua Conde d’Eu, centro de Fortaleza, extrapolavam as normas do código de posturas.²⁷⁰ Contava ainda com a participação de doutores, bacharéis, comerciantes e políticos de diversas comarcas do interior cearense, com mensagens destemidas para os “*pasquineiros*” do *Cearense*, como se referiu Paulo Gonçalves de Souza, acusado pelos redatores liberais de faltar aos serviços, na agência dos Correios da cidade de Pereiro, no Ceará.²⁷¹

²⁶⁸ Jornal *Cearense*, 05/03/1881, (*Cearense*).

²⁶⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial; Teatro de Sombras: a Política Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 369-370.

²⁷⁰ Jornal *Constituição*, 12/02/1882, (*Paginas Livres*).

²⁷¹ Jornal *Constituição*, 15/06/1882, (*Paginas Livres*).

Em geral, o que se percebe são cobranças da população, de clãs familiares e proprietários, legitimada pela condição de (e)leitor, que, ao tentar fazer valer seu voto, descentralizam o poderio da elite partidária, ameaçam a posse das lideranças partidárias nos cargos públicos e as coações dos periodistas liberais e conservadores. Assim, os jornalistas provaram do próprio “veneno”, ou seja, os (e)leitores deram complexibilidade e tornaram incompatível o dilema de que nada há mais parecido com um conservador que um liberal, ao exigirem o cumprimento de suas ambições, representatividade, o poder econômico e político da minoria.

A imprensa partidária tentou, na segunda metade do século XIX, direcionar os debates políticos e as desavenças pessoais para o espaço civilizado dos jornais, mas, no cotidiano dos (e)leitores das comarcas do interior, principalmente, não era bem isso que acontecia. Perseguições pessoais e políticas tiveram, nos jornais partidários, fortes mediadores e fomentadores da continuidade das vinganças, ao invés do debate conciliador. Assim, visando às autoridades públicas, o poderio jurídico-institucional, os redatores partidários tiveram, em mão, o juízo final de revelações incriminatórias de influência política, na medida em que não proporcionavam diálogo fora dos periódicos e não cobravam, dos juizes de direito, honesta averiguação dos fatos, testemunhas e provas documentais, já que a palavra verbalizada parecia não ter tanto valor.

José de Sá Cavalcante e Paiva, (e)leitor do *Cearense*, em carta, lamenta a “*maliciosa e imaginaria acusação*” do conservador Manoel Quintiliano da Silva, que o culpou de crime de estelionato, e o fato de ter que recorrer à imprensa em busca de justiça, antes que os agressores se passassem por vítimas e/ou vice-versa, a despeito do veredito dos magistrados:

“Ao publico

Nunca foi, nem é costume meu escrever para o publico, tanto mais actualmente, quando se acha a minha intelligencia de que dispunha, gasta por cincoenta e oito janeiros que cobrem-me o costado, e assim não permite que tenha deleitaveis expressões para me dirigir ao mesmo publico; portanto peço desculpa a quem ler as presentes linhas, para dispensa-me pela falta absoluta de termos propios e ordem grammatical que n’ellas forem encontrados, pois que só atrozes perseguições de que há tres annos á esta parte, tenho sido victima nesta localidade, onde um mesquinho, rancoroso, gratuito e desalmado inimigo meu procura a todo transe reduzir-me á desgraça, me arrastaria á esta audacia, em trago a

luz da evidencia motivos comprobatorios de meus injustos soffrimentos, para que este publico, juiz imparcial, os aprecie, e faça me a devida justiça. (...)

Outros factos deponentes da chronologia dos entes de que ora me occupo tenho á levar ao conhecimento do publico, o que farei de outra occasião. Por ora resta-me rogar ao Sr. Redactor do Cearense o especial favor de publicar em seu conceituado jornal estas toscas linhas, que muito obrigará ao seu correligionario e amigo.

Barbalha, 27 de fevereiro de 1880.

João de Sá Cavalcante e Paiva”²⁷²

Na história de correspondência, eram os (e)leitores que manipulavam e acendiam a brasa da paixão partidária em favor de seus interesses, entrando, pois, na arena jornalística, ocupando, como astutos leitores, espaços nos jornais, perante a opinião pública.

Já nas *Paginas Livres do Constituição*, uma questão particular envolvendo um estabelecimento de ensino, o diretor do *Instituto Cearense de Humanidades* (1878)²⁷³, Padre Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo e os jornalistas do *Cearense*, acabou sendo, mais uma vez, aproveitada pelos cronistas do *Constituição*, tendo em vista que os participantes daquela instituição eram seus desafetos. Por isso, o *Constituição* publicava notas de apoio ao comportamento moral e civil dos professores do *Instituto*, como o do professor de francês Lourenço Pessoa e do diretor, em favor do qual se detiveram pais de alunos²⁷⁴ e os próprios estudantes:

“Ao publico e ao chronista do ‘Cearense’

Por um dever que nos impõe a moralidade publica, nós, representantes do ‘Instituto Cearense de Humanidade’, possuidos de nobre indignação não deixamos de vir hoje ao publico e com especialidade ao ‘dignissimo’ chronista do ‘Cearense’ dizer algumas palavras, defendendo assim o nosso character e a honra de um homem que todos reconhecem como probo e honesto. (...).

É mister que o ‘dignissimo’ chronista observe que nós somos uma phalange de moços que estamos n’uma casa de educação laborando nas letras, e não estamos por essa rasão dispostos, ou por outra não desejamos disputar com quem quer que seja no campo da calumnia.

²⁷² *Jornal Cearense*, 17/03/1880, (*Publicações Solicitadas*).

²⁷³ O *Instituto Cearense de Humanidades*, colégio criado em Fortaleza no ano de 1878, oferecia educação primária e secundária aos seus alunos, preparando-os para quaisquer das academias do Império, segundo anúncio do jornal *Libertador*, 15/09/1883.

²⁷⁴ *Jornal Constituição*, 2, 16 e 20/04/1882, (*Paginas Livres*).

Podemos, se for preciso, disputar a cerca de um outro assumpto mais elevado e digno de apreciação publica e que possa servir de deffesa ao bem estar social.

Disse o dignissimo chronista do 'Cearense' em numero de 30 de cadente, que nós, estudantes do collegio, iamos de ordem do nosso muito digno Director o Rvdm. Sr. Padre Bruno, 'fazer barulho' na assembléa. Se alguns d'entre os estudantes de collegio foram á asembléa, não foi de certo com o fim de 'fazer barulho', ou applaudir este ou aquelle, mas sim por uma simples distração, por mero espirito de curiosidade, o que é muito natural e accorde com o animo juvenil.(...).

Estudamos e por meio do estudo pretendemos adquirir luzes, e não cousas vís e baixas d'esta ordem.

O nosso muito distincto Director o Rvdm. Sr. Padre Bruno, a quem o 'dignissimo' chronista se ache enleado em tão terrivel delemma que d'elle jamais poderá sahir sem abalar um pouco a solidariedade de seu 'predominio'.

O nosso muito digno director nos dá outro exemplo bem differente e guianos n'uma senda muito honrosa, mostrando-nos os verdadeiros caminhos de uma vida honesta, e quaes os meios pelos quais possamos adquirir a nossa inteira felicidade e educação; finalmente é bastante dizer que o Rvdm Sr. Padre Bruno está instruido a maior parte da mocidade cearense, prestando-lhe d'este modo um auxilio que deve ser apreciado por todos aquelles homens que presam o sublime e louvam a sciencia.

Portanto em resposta á aggressão contra nós, dizemos que cada um diz o que tem.

Instituto Cearense de Humanidades, 31 de julho de 1882

João Martiniano C. Branco

Francisco Sampaio

Raymundo Irineo

Raymundo L. C. d'Arruda

José Irineo Filho

Leocadio Barreto de Freitas

Bruno Gaspar d'Oliveira

José A Gomes Angelim

Manoel Solon P. de Mello

Raymundo C. d'Oliveira

Quintino José Fontenelle

Antonio de Mattos Forte

Raimundo C. de C. Ramos

Cezar Augusto dos Santos

Mario de C. Chaves

Luiz de Castro Silva Filho

Manoel A de Lima Albuquerque

José da C. Fontenelle Filho

Francisco de Paula Teixeira

Segue-se outras muitas assignaturas".²⁷⁵

²⁷⁵ Jornal Constituição, 02/08/1882, (Paginas Livres).

As implicações referentes às participações dos estudantes do *Instituto Cearense de Humanidades* na assembléia provincial já vinham sendo publicadas desde 30 de março de 1882, por (e)leitores do jornal *Cearense*, através de pais descontentes com a educação que era oferecida aos seus filhos:

“Ao publico

(...) Entregando-o sem commentarios á apreciação publica presto um grande serviço aos Srs. Paes de familia, para se precaverem contra essa arapuca que se chama- ‘Instituto Cearense de Humanidades’- de que é proprietario e director o Rvd. Sr. Padre Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo. (...)

Apparecendo em minha caza o Sr. Lourenço Pessoa, que ali leciona essa língua, pedi-lhe informações sobre o adiantamento de meu referido filho.

Fulminou-me a resposta do Sr. Pessoa:- seu filho, disse-me elle, há trez mezes não vai ao collegio; e vendo a minha admiração, accrescentou:- aguarde o boletim que lhe há de ser remettido e se convencera da verdade.(...)

Meu filho declarou-lhe que as informações do lente e do director do collegio erão falsas; que nunca faltou as suas obrigações no collegio; que frequentava com assiduidade a aula; que as informações do Sr. Pessoa erão inexactas porque este senhor, como lente que é naquelle estabelecimento, as raras vezes que ali appareceu é em estado de não poder deliberar; e que, finalmente, no mez de fevereiro proximo passado só 4 dias ali comparecera o mesmo e em tal estado de exaltação que não pode leccionar!! (...)

Convencido de que presta relevante serviço a humanidade, denunciando a imprestabilidade do -Insitituto Cearense de Humanidades- dirigido pelo Sr. Padre Bruno Figueiredo, espero que os Srs. Paes de familia tomem na consideração que lhes merecer.

Fortaleza, 29 de Março de 1882

*P. H. Girard”.*²⁷⁶

Assim, era essa impressão de liberdade social e política oferecida e admitida pelos jornalistas liberais, fora das assembléias, dos gabinetes de senadores e deputados.

A imprensa, no governo liberal, como o do Ceará em 1882, devia ser o lugar da conversação pública, no entanto, os jornalistas liberais ou conservadores não podiam correr riscos ao admitir que o discernimento de certos (e)leitores, estudantes, do corpo docente de escolas, padres etc., fosse superior ao deles, e

²⁷⁶ Jornal *Cearense*, 30/03/1882, (*Publicações Solicitadas*).

ter questionado o conceito de paixão partidária construído a partir da idéia de subserviência, da visão dicotômica entre partido, governo e (e)leitor, ignorando, pois, os interesses contrariados e a capacidade inventiva e criadora dos eleitores diante da leitura e usos dos jornais.

As corrupções eleitorais foram outras situações que contaram com a coação dos (e)leitores, “fiscais” das constantes legislações eleitorais. São feitos pedidos de intervenção policial em distritos eleitorais, nas juntas de qualificação e interpelação a candidaturas ao cargo de presidente da província. O pessoal do *Cearense*, *Constituição* e *Pedro II*, para demonstrar preocupação com o bem-estar social, sem abalar a ordem, expressava caridade e condescendência.

As denúncias em torno dessas improbidades começaram a aparecer mais intensamente na imprensa, no jornal *Cearense*, de parte dos (e)leitores, no processo de regulamentação da lei de 1881. Em 4 de junho de 1880, por exemplo, um (e)leitor com alcunha de *O Imparcial*, pede atenção do presidente da província para o procedimento criminoso do juiz municipal de Fortaleza que, ao receber os livros de qualificação remetidos pela junta paroquial, não convocou os vereadores para que elessem os membros da comissão municipal, responsável por organizar o pleito eleitoral e fazer a convocação dos eleitores.²⁷⁷

No vigor das eleições diretas, os candidatos a eleitor, quando não obtinham sucesso, remetiam à justiça “*Recursos de Qualificação*”²⁷⁸, na maior parte das vezes sem êxito. E ainda eram de foro jurídico os “*Recursos Eleitorais*” em que (e)leitores, candidatos ou correligionários descontentes, pediam recontagem de votos ou nulidade do pleito, caso que foi vítima o Sr. Fernandes Vieira, do partido conservador, com o total 16 recursos.²⁷⁹

As eleições, então, segundo o Cabo Amorim, da comarca cearense de Arronches, eram uma “ciência oculta”:

“Cabala Eleitoral.

Consta que amanhã seguem para Arronches os Srs. Presidente da camara municipal, Tenente-coronel Antonio Pereira de Brito Paiva, e vereador João Sampaio, com o fim de contratar 300 homens, à custa

²⁷⁷ Jornal *Cearense*, 04/06/1880, (*Publicações Solicitadas*).

²⁷⁸ Jornal *Pedro II*, 13/02/1881, (*A Pedido*).

²⁷⁹ Jornal *Cearense*, 25/08/1881, (*Noticiário*).

*dos cofres municipaes, a pretexto de construir um curral onde se récolha o gado que alli é vendido na feira, mas realmente para fazer intervir essa gente, não qualificada, no pleito eleitoral de 24 do corrente. Denunciamos a quem competir este facto gravissimo, tomando por simples arbitrio do presidente da camara, por que elle, necessariamente, virá influir na ordem publica por occazião do processo eleitoral. Este, e o abuzo de se augmentar o numero dos varredores das ruas da cidade de 52 que erão para 134, denunciação planos tenebrosos, que cumpre prevenir, e mais do que isso a grande immoralidade de se pretender fazer eleição a custa dos miserandos cofres municipaes. O Cabo Amorim”.*²⁸⁰

As falas dos (e)leitores são uma prova das dissimuladas posturas de retidão dos redatores partidários que arbitrariamente dissociavam o público, o privado e a imprensa, na intenção de se perpetuarem na condição de jornalistas-juizes, pois foram constantes as reclamações de ordem pessoal, ao mesmo tempo coletiva, apegadas às razões políticas da paixão, falácias propagadas em tempos de eleições, que apareciam “*somente para fazerem alarde nos jornaes, e nada maes*”²⁸¹, e às vontades mais íntimas nas quais se envolviam famílias nas disputas político-partidárias:

“Independencia 20 de julho de 1888

No Cearense número 116 de 24 de maio deste ano, meu filho Antonio de Souza Oliveira Netto inserio o seu manifesto político dando os justos e reconhecidos motivos que o obrigão a deixar o Partido Conservador a que pertencem os parentes de sua mãe. Para abraçar as largas e generosas ideias do grande e magnanimo partido liberal, que como uma arvore frondosa ramificada por todos os angulos deste vasto imperio, tem sombra para abrigar a todas as victimas da sorte avarenta e dos caprichos mal entendidos dos ferrenhos mandões de aldeia, que fazem da política uma seita repugnante, e dos amigos instrumentos inconscientes ou despresiveis mamiqueiros...

Nesse manifesto, legítima expressão da verdade e brado da victima innocente e incauta, meu filho diz que eu sou solidario com elle e faço côro em tudo que a honra, o dever e a necessidade o obrigar a fazer, por tanto saio hoje da minha obscuridade para vir a imprensa ratificar tudo quanto disse meu referido filho em seu escripto, e declarar alto e bom som que jamais acompanharei ao partido graúdo chegado aqui, desastrosamente, por meu sogro Sr. Major Antonio de Souza Oliveira, homem rancoroso e ingrato, que, quando não tem uma victima à immolar a escolhe em seu próprio sangue, como vai fazendo commigo e toda a minha família, e há feito com muitos outros parentes! (...).

²⁸⁰ Jornal Cearense, 17/10/1880, (Publicações Solicitadas).

²⁸¹ Jornal Cearense, 07/11/1882, (Noticiario).

Fique o senhor Major Souza tangendo o seu bando de filhos e netos (a que cifra-se o seu partido), e veja sahir aqueles que não querem ser escravos. Hontem vio sahir o capitão Joaquim Pacífico de Lima com 8 ou 10 eleitores em vista da perseguição que esse chefe modelo lhe esta promovendo!

Que se esphacele esse grupo de suissos até desaparecer da arena política é quanto estimo.

Peço a nobre redacção do Cearense que desculpe a massada e que publique esta profissão de fé.

*De seu amigo e co-religionario,
Francisco Aguiar de Carvalho”.*²⁸²

Enfim, os (e)leitores, correligionários, ou não, do partido liberal e/ou do conservador, ao enviarem correspondências para os jornalistas do *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*, mantiveram, com eles, constantes diálogos, com a intenção de estabelecer transações comerciais, de se deleitar com os folhetins, com as notícias de outras províncias e do exterior ou de contribuir com os “espetáculos” da arena jornalística, conversas aquém de uma simples relação de dependência ou de impotência frente o poder da imprensa, dos donos dos jornais e de seus “patrocinadores”, os candidatos dos partidos.

Apesar de todas as trajetórias dos (e)leitores, voltadas para a construção de uma identidade frente á condução da vida política da província cearense, esses sujeitos, em particular, foram esquecidos pela historiografia local e por outras obras de referência²⁸³. Algo complicado, se pensarmos que as atuações dos (e)leitores acabaram por moldar as relações “solidárias” de poder entre governo,

²⁸² *Jornal Cearense*, 15/09/1888, (*Publicações Solicitadas*).

²⁸³ *Historiografia cearense*: MONTENEGRO, Abelardo F. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza: Ed. UFC, 1980; ARAÚJO, Maria do Carmo Ribeiro. *O Poder Local no Ceará*. In: SOUZA, Simone (Coord.) *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994; CORDEIRO, Celeste. *Antigos e Modernos no Ceará Provincial: Progressismo e Reação Tradicionalista no Ceará Provincial*. São Paulo: Annablume, 1997; PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *Urbanidade e Cultura Política. A Cidade de Fortaleza e o Liberalismo Cearense no Século XIX*. Fortaleza: Ed. UFC, 1998; CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas da Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política. (1873-1904)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000. Obras de referência da historiografia nacional: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 1996; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. 4.ª edição. Rio de Janeiro: ACCESS Editora, 1999; PAIM, Antonio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: Mandarim, 1998 e COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia á República. Momentos Decisivos*. 7.ª edição. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

imprensa e sociedade, desenvolvendo, um paralelo entre corrupção e “tramóias”²⁸⁴.

²⁸⁴ FERREIRA, Jerusa Pires. *O Livro de São Cipriano: uma legenda de massas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992, p. 135-146. “Tramóias”, segundo Ferreira, são ações sociais que tentam driblar imposições, uniformidades, melhor, situações de adversidade, em busca de reinterpretações mediadas pela sobrevivência, de forma inteligível, ou não, moralmente aceita, ou não. No caso da narratividade do livro de São Cipriano, o santo-bruxo, Ferreira diz que: “*Temos de entender, de um lado, a ‘tramóia’, toda a fragmentariedade, que é dispersiva e retardadora de um avanço conceitual, ou mesmo do processo social em seu conjunto, mas também ver que ela firma um acervo de formulações, que tem agora sobretudo a ver com as religiões populares das massas urbanas, como tão bem nos apresentou Cândido Procópio. Ainda respondem pela permanência de um repertório da tradição popular dos causos e dos contos, de uma oralidade que ainda se faz presente e com muita força em nossos âmbitos populares*” (p.136-137).

2.3- “Os filhos de Guttemberg” e o direito ao voto

Ao refletir sobre o papel da imprensa cearense, na segunda metade do século XIX, de caráter partidário ou não, deve-se pensar num universo mais amplo, além dos anseios de jornalistas, colaboradores, (e)leitores, anunciantes e correspondentes de outras províncias brasileiras e de outros países, como a França e a Inglaterra.

Faz-se preciso, então, considerar o valor dos tipógrafos, impressores e demais personagens que fizeram parte da cultura dos “typos”²⁸⁵, não apenas como meros artistas de impressão, mas como ativos participantes dos debates político-eleitorais da arena jornalística cearense, nos jornais liberais e conservadores, como em jornais próprios.

Esses trabalhadores foram co-participantes das práticas letradas dos intelectuais cearenses, envolveram-se nas contendas partidárias posicionando-se sobre os temas em pauta e, principalmente, criaram demandas próprias como categoria social, embora negligenciados por boa parte da historiografia, que se deteve em estudar a cultura letrada fazendo política na imprensa cearense.²⁸⁶

²⁸⁵ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta. Periodismo e Vida Urbana. 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000, p.80. Cruz ajudou-me a pensar na tipografia enquanto uma necessidade da cidade de Fortaleza no final do século XIX, de como “a cidade intromete-se na imprensa” não só pelas soluções proporcionadas por suas técnicas de impressão, mas pela riqueza e diversidade de seus ativos personagens.

²⁸⁶ MONTENEGRO, F. Abelardo. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza: Ed. UFC, 1980; PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *Urbanidade e Cultura Política. A Cidade de Fortaleza e o Liberalismo Cearense no Século XIX*. Fortaleza: Edições UFC/Casa de José de Alencar programa editorial, 1998; CAMPOS, Eduardo. *Imprensa Abolicionista, Igreja, Escravos e Senhores: Estudos*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto/Banco do Nordeste do Brasil, 1984; WEYNE, Walda Mota. *Imprensa e Ideologia: O Papel Político dos Jornais Cearenses na Transição Monarquia/República*. Fortaleza: UFC/NUDOC, 1990; CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política (1873-1904)*. São Paulo: Dissertação de mestrado em História Social defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000 e CORDEIRO, Celeste. *Antigos e Modernos no Ceará Provincial: Progressismo e Reação Tradicionalista no Ceará Provincial*. São Paulo: Annablume, 1997

Só mais recentemente pode-se contar com o valioso trabalho de pesquisa de Gonçalves e Bruno²⁸⁷, que, apoiados em vasta documentação, trouxeram, á tona, a trajetória de construção dos trabalhadores da impressão como uma das primeiras categorias socioprofissionais, responsáveis por organizarem as primeiras greves, no Ceará, por volta de 1882, como também os seus processos associativistas e lutas políticas.

A importância da abordagem de referidos estudiosos está no fato de tomar a classe tipográfica como objeto para uma reflexão sobre a imprensa, dando-lhe centralidade no processo de formação do operariado no Ceará.

Assim, o trabalho desses autores chamou minha atenção ao perguntar e tentar responder, como ponto de partida, às seguintes questões: “*Quem eram os primeiros tipógrafos no Ceará, como aprenderam seu ofício, que habilidades técnicas deveriam ter, que truques do ofício desenvolveram na prática?*”.²⁸⁸

Segundo Gonçalves e Bruno, entre os tipógrafos, figuraram Cantafino, português, Francisco José de Sales e Galdino Marques de Carvalho, pernambucanos, e Odorico Colás, maranhense. Outros foram recrutados para fazer parte da guarda nacional, no Rio de Janeiro, como no caso dos tipógrafos do *O Comercial* (1853), fazendo com que o proprietário, Francisco Luiz de Carvalho, os substituísse por sua mulher e a cunhada.

Os autores trazem ainda informações sobre a montagem e o processo de chegada e instalação das tipografias, no Ceará, desde os primeiros jornais, na

²⁸⁷ GONÇALVES, Adelaide e BRUNO, Allyson. (orgs). *O Trabalhador Graphico*. Fortaleza: Editora UFC, 2000. Ver também: GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge E. (orgs.). *A Imprensa Libertária no Ceará. 1908-1922*. São Paulo: Imaginário, 2000.

²⁸⁸ Id. *Ibidem.*, p. 15. O processo de implantação da imprensa cearense teve relação direta com a de Pernambuco. Isso, a partir do movimento separatista dessas províncias contra o governo autoritário de D. Pedro II, a Confederação do Equador, em 1824. O pernambucano Manoel de Carvalho Paes de Andrade, então, presidente da Confederação, enviou material tipográfico para Fortaleza, capital do Ceará. E para montar e dirigir a primeira oficina de tipografia do Ceará, denominada *Tipografia Nacional*, veio de Pernambuco, o impressor Francisco José de Salles, a pedido do presidente da província cearense na época e jornalista do *Cearense*, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Do prelo saiu, em 01/04/1824, o jornal *O Diário do Governo do Ceara*, sob a redação do Padre Gonçalves de Albuquerque de Mello Mororó. (ver: OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. *A Imprensa no Ceará. Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typographia Studart, Tomo. 14, p. 65-96 e 249-258,1900.

década de 1820, e o espaço ocupado pelos tipógrafos na produção e circulação das idéias.

Ao questionar o funcionamento das oficinas tipográficas, condições de trabalho e usos dos locais de trabalho, Gonçalves e Bruno discutem o engajamento e a adesão dos tipógrafos á campanha abolicionista encetada pelos jornais *Cearense*, *Constituição*, *Gazeta do Norte*, *Pedro II*, *Jornal do Commercio*, *Equador* e os operários do jornal *Mequetrefe*, demonstrando o caráter de coletividade e associação da classe tipográfica, que passa a ter os próprios periódicos, mesmo sem oficinas específicas, como o jornal *O Typographo* (1866),²⁸⁹ impresso nas oficinas do *Constituição*, o que não era empecilho para que esses trabalhadores divulgassem idéias como forma de combater as mazelas que assolavam a vida urbana, tais como a carestia e a desvalorização sofrida por parte dos articulistas e proprietários de tipografias.

Dessa maneira, tipografia e operários deram corpo ao texto pensado e/ou escrito pelos partidários liberais e conservadores, os donos dos jornais. A não visualização das tipografias, fomentadoras e produtoras do saber, por parte dos proprietários e redatores partidários, e a falta de acuidade de visão ameaçaram consolidar o poder dos textos impressos como quase sobrenatural, misterioso, inviolável e despersonalizado.

Contudo a atividade tipográfica não é simples matéria-prima para os jornais, lugar onde se moldam as letras em tipos e se colocam na tábua de impressão: "*sabe-se que as primeiras oficinas tipográficas acabavam também cumprindo a função de escola para o ofício de tipógrafo e sobre o seu ambiente de trabalho, da relação entre os mais velhos e os que se estão iniciando, entre estes e os patrões...*".²⁹⁰

Nessa empreitada, além do *O Typographo*, também surgiu *O Colossal* (1878)²⁹¹, em Fortaleza, 29 de julho de 1878, órgão da *Associação Typographica*

²⁸⁹ STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Fortaleza: Typographia Moderna, 1924, p. 59. Não foi possível encontrar no Setor de Periódicos e Microfilmes da Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel/Ce, nem em outros acervos públicos, edições do jornal *O Typographo* (1866).

²⁹⁰ GONÇALVES, Adelaide e BRUNO, Allyson (orgs). Op. Cit., p.17.

²⁹¹ STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1894*. Op. Cit., p. 73.

Cearense (1877), que tratou das lutas, demandas e reivindicações dos tipógrafos, e teve como causa social a seca de 1877-1879, a extinção dos socorros públicos, em 1879, pelo presidente da província, José Júlio de Albuquerque Barros, que segundo opinião dos editores do *O Colossal*, clamando todas as classes, devia demitir-se por decretar “a morte de uma immensidade de brasileiros a fome”.²⁹²

E o periódico *A Greve* (1882), que, por sua vez:

*“A Greve- Publicada em Fortaleza, a 14 de junho. Typographia à rua do Cajueiro n.º 22. Redactor Xico Greve. Dizia-se orgam pessoal e accrescentava: Publica-se diariamente como o ‘Cearense’ e assigna-se pelo mesmo preço Dois vinténs por nº que mais não vale”.*²⁹³

*“...apresenta dimensões do engajamento dos tipógrafos nas lutas de seu tempo. Aqui eles se vêem não mais através da imagem que outros lhe atribuem, de freqüente glorificação do ofício, mas realizam na prática da luta reivindicatória a transição do orgulho do ofício para a dignidade da profissão, conformando um sentido de identidade”.*²⁹⁴

O jornal *A Greve* foi fruto da produção dos tipógrafos do *Cearense*, que fizeram a primeira greve no Ceará, “em resposta ao que consideram como abusos do gerente Paula Pessoa, contra os ‘ganhos mesquinhos’ e as ‘condições insalubres de trabalho”²⁹⁵, segundo protestaram: Joaquim Lopes Verçosa, Antônio Augusto Leite, José Ribeiro da Rocha Moreira, João Baptista Leite, Vicente de Paula Galvão, José Anastácio Lopes do Patrocínio, Agostinho Luiz Arnaad, Manoel Urçulo Uchôa, José Alves Torres, Voltaire de Souza Tenorio,

²⁹² Jornal *O Colossal*, 15/06/1879, (*O Colossa*). No acervo do Setor de Periódicos e Microfilmes da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Ce, os únicos exemplares do *O Colossal* (1878-1879) disponíveis e existentes para consulta são: as edições saídas em 05/09/1878 e 15/06/1879, correspondendo esse o primeiro número da sexta série de cinco jornais e aquele o segundo número da segunda série.

²⁹³ STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1894*. Op. Cit., p. 82. Não foi possível encontrar no Setor de Periódicos e Microfilmes da Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel/Ce, nem em outros acervos públicos do Ceará, edições do jornal *A Greve* (1882).

²⁹⁴ GONÇALVES. Adelaide e BRUNO, Alysson (orgs). Op. Cit., p.24.

²⁹⁵ Id. Ibidem., p. 24.

Candido José Cordeiro, Francisco Manoel de Lima, Raimundo Monteiro do Nascimento Falcão²⁹⁶, Antonio Ricardo da Silveira.²⁹⁷

Paula Pessoa rebate, afirmando que os tipógrafos não necessitavam mais do que espaço físico adequado, em dimensão, para a impressão zelosa dos textos dos laboriosos jornalistas.²⁹⁸

Contudo, um anúncio publicado no próprio jornal *Cearense* pelo tipógrafo que trabalhava para esse jornal, Antônio Ricardo da Silveira Filho²⁹⁹, em que se oferecia para receber, nas repartições públicas, ordenados e gratificações dos empregados ativos e aposentados, mediante comissão de 3%, evidencia a necessidade que estes trabalhadores tiveram de realizar outras tarefas para obter ganhos que assegurassem a sobrevivência.

O capítulo produzido por Gonçalves e Bruno, *Os Tipógrafos se fazendo Jornalistas da Classe*, junto às fontes jornalísticas, “*boletins, convites e demais impressos volantes*”³⁰⁰ e aos dados bibliográficos, tentando entender como e para que os tipógrafos cearenses se fizeram periodistas de classe, foi um convite a fazer parte desse diálogo, tendo em vista documentação complementar e diversificada, no sentido de compreender a participação dos tipógrafos e impressores, dentre outros, sujeitos da atividade tipográfica/jornalística, mediante a arena jornalística, em tempo de eleições, os debates em torno das eleições diretas, pauta dos colonistas pertencentes ao órgão liberal e às folhas conservadoras.

Especificamente, pensei em inserir mais elementos nos questionamentos: Que outros tipógrafos podemos citar, bem como a legitimidade das suas participações nas discussões políticas e partidárias entre jornalistas liberais e

²⁹⁶ Jornal *Libertador*, 28/09/1881, (*Libertador*). Todos esses tipógrafos trabalhavam nas oficinas do jornal *Cearense* (que de 1880 a 1886 era a Tipografia *Brasileira de Paiva e Cia.*), segundo manifesto de adesão da *Classe Typographica Cearense* á causa abolicionista publicado no jornal *Libertador*, coluna *Libertador*.

²⁹⁷ O nome do tipógrafo Antônio Ricardo da Silveira, que também trabalhava na tipografia do jornal *Cearense*, foi encontrado no seguinte documento: APEC- Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Inscrição do Arrolamento da População da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio e de São José, da Cidade de Fortaleza, Capital da Província do Ceará de 1887. Ala 19, Estante 413, Livro. 355.

²⁹⁸ GONÇALVES, Adelaide e BRUNO, Allyson (orgs) Op. Cit., p.25.

²⁹⁹ Jornal *Cearense*, 21/12/1883, (*Annuncios*).

³⁰⁰ GONÇALVES, Adelaide e BRUNO, Allyson (orgs). Op. Cit., p.17.

conservadores à época das eleições? O que foi a *Associação Typographica Cearense*? E como os jornalistas do *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição* trataram a greve dos tipógrafos, em 1882? Que outras circunstâncias engendraram esse protesto, já que os operários das tipografias ocuparam seus espaços, reapropriando-se de discurso missionário, em torno da imprensa que dizia prezar pela liberdade e pelo progresso, elaborado também pelos jornalistas?

Interessa entender, de pronto, a palavra “imprensa” como obra dos acontecimentos difundidos pelo material produzido, nas tipografias, e a apropriação das leituras tipográficas de Darnton³⁰¹, a respeito dos fundamentos ideológicos que inspiraram intelectuais e políticos franceses, no século XVIII, que suscitou, para os historiadores, a possibilidade de conhecer outros autores de textos como os do: senador Tomaz Pompeu, Paula Pessoa e Guilherme Studart, do *Cearense*, de Gonçalo Souto, do *Constituição* e Gustavo Gurgulino de Souza, do *Pedro II*, propagados nas revistas do Instituto do Ceará (1887), nos jornais supracitados e impressos em tipografias próprias, a partir de 1887, que levavam o mesmo nome do jornal, não mais representados exclusivamente pelos donos das tipografias.³⁰²

Desse modo, a prensa tipográfica era uma possibilidade de ler a cidade, de entender o processo de composição das idéias dos tipógrafos/jornalistas/intelectuais, tanto nas agremiações literárias, como nas redações dos jornais, visto que:

*“(...) Os historiadores tratam em geral a palavra impressa como um registro do que aconteceu e não como um ingrediente do acontecimento. Mas a prensa tipográfica ajudou a dar forma aos eventos que registrava. Foi uma força atuante na história, especialmente durante a década de 1789-1799, quando a luta pelo poder foi uma luta pelo domínio da opinião pública. Ao examinar o mundo da impressão, esperamos descortinar uma nova visão da Revolução como um todo”.*³⁰³

³⁰¹ DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs). *Revolução Impressa. A Imprensa na França. 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 15.

³⁰² Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Inscrição do Arrolamento da População da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio e de São José, Capital da Província do Ceará de 1887. Ala 19, Estante 413, Livros: 355, 382, 383, 384, 444.

³⁰³ DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs.). *Op. Cit.*, p.15.

Assim, nos anúncios do *Cearense* e do *Constituição*, por exemplo, sabe-se que serviços eram prestados pelas tipografias, como também a relação dos (e)leitores e da sociedade, de modo geral, com as oficinas, com um de seus principais produtos/impressos, o jornal:

“*Cearense. Precisa-se de meninos habilitados para venderem este diário*”.³⁰⁴

“*N’esta typographia precisa-se de meninos gentis e bem comportados para vender a ‘Constituição’*”.³⁰⁵

Esses pedidos, a rigor, nem sempre eram atendidos, pois meninos como Manoel, Luiz e Francisco, de 14, 10 e 11 anos respectivamente, não sabiam ler, filhos de Maria Joaquina, 39, rendeira, saíam da casa de palha, sem número, na Rua da Misericórdia, na freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio, perímetro central de Fortaleza, para vender jornais, possivelmente com outros meninos jornaleiros.³⁰⁶

Em face desses anúncios, podemos perceber a complexa relação entre vida urbana e periodismo.³⁰⁷ O modo como se constituíram os lugares e os papéis da imprensa de Fortaleza visava ao fortalecimento do grande propulsor da máquina administrativa da província cearense, eram as tipografias e os jornais que conseqüentemente se identificassem com a preferência partidária do presidente da província que estivesse no poder, podendo ser o *Cearense*, do partido liberal, ou o *Pedro II* e o *Constituição*, do partido conservador.

Refazendo o caminho percorrido por esses jornaleiros, com o auxílio do chefe de polícia da capital, Olympio Manoel dos Santos Vital, e do recenseamento de 1887, feito sob sua responsabilidade, da população de Nossa Senhora do Patrocínio e de São José, dos moradores da região central e adjacências de

³⁰⁴ Jornal *Cearense*, 16/12/1880, (*Annuncios*). “*Meninos habilitados*” eram meninos bem comportados e que sabiam ler, em despeito de meninos desvalidos que eram alistados na companhia de aprendizes de marinheiros, segundo jornal *Cearense*, 28/11/1880, (*Parte Oficial*).

³⁰⁵ Jornal *Constituição*, 12/02/1882, (*Annuncios*).

³⁰⁶ APEC. Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Inscrição do Arrolamento da População da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio, capital da província do Ceará de 1887. Ala 19, Estante 413, Livro: 355, p. 105.

³⁰⁷ CRUZ, Heloisa de Faria. Op. Cit.

Fortaleza³⁰⁸, tento, a seguir, localizar e conhecer um pouco mais o universo das tipografias dos jornais *Cearense*, *Pedro II*, *Constituição*, especificamente, e a vida dos trabalhadores desses e de outros jornais, com relação aos embates das eleições, instrução e imprensa político-partidária.

A intenção é ver que a tipografia não se apresenta como simples cenário inanimado, onde trabalhavam os responsáveis por lhe dar vida. Na realidade, há relação bem próxima e de permutabilidade entre sujeitos, materiais e espaços, como sugere Chartier, ao analisar a visita de Dom Quixote à tipografia, no romance *“Don Quijote de La Mancha”* de M. Cervantes:

*“Porém, no romance de Cervantes a presença da tipografia é mais do que um simples cenário para o enredo. Ela inscreve no próprio livro o lugar e o processo que torna possível sua publicação. Se o trabalho executado dentro de uma tipografia verdadeira é uma condição para dar realidade às ilusões da narrativa, no romance de Cervantes os termos viraram de ponta-cabeça, já que o mundo prosaico da oficina se tornou um lugar fictício em que a narrativa imaginária une, como escreveu Borges (1952), ‘lo objetivo y lo subjetivo, el mundo del lector y el mundo del libro’. Nesse sentido, a visita de Dom Quixote à tipografia, em Barcelona, é uma dessas ‘magias parciales’ que inquietam profundamente o leitor do romance, eliminando a evidente, empírica distinção entre esses dois mundos”.*³⁰⁹

As tipografias eram espaços de aprendizagem do ofício, de formação, socialização e mediação política dos tipógrafos e jornalistas, em meio à folha liberal, conservadora ou à produção de jornais como *O Typographo*: *“...em 1866...invocando o lema da Perseverança e Trabalho, o jornal trata de fazer sua distinção em relação á imprensa das facções políticas e quer marcar sua diferença pelo objetivo de educar sua classe...”*³¹⁰

³⁰⁸ (APEC). Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Inscrição do Arrolamento da População da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio e de São José, Capital da Província do Ceará de 1887. Ala 19, Estante 413, Livros: 355, 382, 383, 384, 444.

³⁰⁹ CHARTIER, Roger. *Os Desafios da Escrita*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002, p. 34 e 35.

³¹⁰ GONÇALVES, Adelaide e BRUNO, Allyson. Op. Cit., p.20.

Não eram simples “casas de impressão”, sem qualquer identificação dos donos das tipografias, ou nomes das mesmas³¹¹, como fez Olympio Vital, primeiro: ao arrolar, na Rua Major Facundo, ainda hoje importante espaço comercial, residencial e cultural de Fortaleza, endereço do tipógrafo Theothonio Esteves de Almeida, de 50 anos, proprietário de “*uma typographia*” sem nome, que funcionava no mesmo local de moradia, sendo também o endereço da residência de Francisco Manoel Esteves, encadernador que sabia ler, bem como da “*casa typographica*” de Satyro Verçosa, de 30 anos, encadernador. Segundo, ao não listar certas tipografias, procedimento usado freqüentemente por Vital, como a dos tipógrafos do jornal *O Colossal*, na Rua Major Facundo nº 34.³¹²

Ao contrário do processo de descrição que teve com relação às tipografias dos jornais partidários, *Constituição*, *Pedro II* e do abolicionista *Libertador*, situadas também na Major Facundo, valorizando e concentrando poder nesses estabelecimentos freqüentados ou de reuniões da elite letrada, incutindo-lhes conseqüentemente, um conceito/modelo de imprensa.

No entanto, mesmo com omissões, o censo oferece pistas para a elaboração de uma certa Cartografia da Imprensa, da impressão cearense, com número significativo de operários, tipografias, muitas delas funcionando na própria residência dos proprietários, o que lhes deram aparência e caráter particular, ou melhor, elementos para que pesquisadores possam historicizar as ações, criações e os usos em torno da fabricação literária, jornalística e de documentos oficiais.

Nesse caso, a imprensa se movimenta, ganha espaço nas ruas em xadrez de Fortaleza, pelos logradouros e edifícios elegantes, praças arborizadas, linhas

³¹¹ APEC. Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Inscrição do Arrolamento da População da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio, Capital da Província do Ceará de 1887. Ala 19, Estante 413, Livro: 383.

³¹² Jornal *O Colossal*, 15/06/1879, (*Annuncios*). Ver no ANEXO 3: visualização dos endereços das tipografias dos jornais *Cearense*, *Pedro II*, *Constituição*, *Gazeta do Norte*, *Libertador* em 1887 e do *O Colossal* em 1879, usados como fonte e/ou objeto dessa dissertação, em especial no item em questão, com base no mapa do Centro da cidade de Fortaleza de 2003 e nas seguintes fontes: (APEC). Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Inscrição do Arrolamento da População da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio e de São José, Capital da Província do Ceará, 1887, Ala 19, Estante 413, Livros nº 355, 382, 383, 384 e 444; Jornal *O Colossal*, 15/06/1879 e MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou... (Crônicas Históricas da Fortaleza Antiga)*. Fortaleza: Edésio Editor, 1938, p. 156- 158.

de bondes, casas de palha, choupanas e asilos, que passam a ser reconhecidas também por terem sido morada de ilustres tipógrafos, impressores, encadernadores, jornalheiros, etc., e pelo estabelecimento de oficinas tipográficas.

Na Rua Formosa, hoje Barão do Rio Branco, por exemplo, na freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio, lado do poente, em 1887, bem próximo da residência do magistrado Olympio Vital e de outros, tem-se a tipografia do *Cearense* e a morada de vários guarda-livros, dentre eles, Bernardo Placido de Carvalho, de 47 anos, português, casado, que sabia ler; e o jovem tipógrafo João Augusto Pereira, 18 anos, solteiro, que, como todos os outros tipógrafos arrolados no censo, sabia ler e era brasileiro. Na mesma Rua Formosa, saindo do lado do poente depara-se com os tipógrafos José Ribeiro da Rocha Moreira, de 34 anos, funcionário do jornal *Cearense*, e Antônio Taumaturgo dos Santos, de 17 anos.

Os tipógrafos, na condição de casados ou solteiros, eram os principais responsáveis pela renda da família, geralmente numerosa, com mulher e crianças sem instrução. Tinham, sob seus encargos, criados e agregados, os quais também não sabiam ler, envolvidos no serviço doméstico da casa.

Na Rua Senador Pompeu, permanece atualmente com a mesma denominação, residiram Antônio da Costa Bastos Leal, 29 anos, José Leocádio Theofilo, empregado do jornal *Constituição*, e os irmãos João Torres, de 30 anos, e José Torres, de 15 anos, empregados do jornal *Cearense*, além de Francisco Perdigão, de 36 anos, casado. Ainda: o endereço da tipografia do jornal *Gazeta do Norte*, periódico dos liberais Pompeus, dissidentes dos liberais Paula do *Cearense*³¹³, e de uma estação telegráfica.

O trabalho dos telegrafistas José Teixeira de Souza Leite, Justiniano da Silveira Maximiano e Francisco de Salles colaborou com o das tipografias e dos jornalistas do *Cearense*, por exemplo, ao oferecerem subsídios para o preenchimento da coluna *Telegramas*, para emissão ou recebimento de comunicações, notícias da província cearense, de outras províncias e países.

Configurando as margens do centro de Fortaleza, na mesma freguesia, encontra-se, na Rua da Glória, hoje Rua Henrique Rabelo, os tipógrafos Lourenço

³¹³ Sobre essa dissidência entre jornalistas liberais ver o item 1.1.

Leôncio, de 16 anos, na Rua do Pajeú, Antônio Varonil da Silva, e, na Rua da Boa Vista, residia Joaquim Lopes Verçosa, de 39 anos, tipógrafo e impressor do *Cearense*. Na Rua Boulevard da Conceição, Theodomiro Victoriano de Brito, 33 anos e na Praça dos Mártires, nas proximidades do Passeio Público de Fortaleza, uma casa sem número pertencente ao tipógrafo Carlos do Carmo Pimentel, de 20 anos, ambos empregados do *Gazeta do Norte*.

Ressalto o resultado dos esforços do chefe de polícia que capitaneou o trabalho de recenseamento da população do centro de Fortaleza, de só assinalar os funcionários que trabalhavam nas tipografias responsáveis pelos jornais *Cearense*, *Pedro II*, *Constituição*, *Libertador* e *Gazeta do Norte*, dos redatores pertencentes à elite intelectual e econômica do Ceará, ignorando, num processo de desqualificação, os artistas/operários que prestavam serviços a outros periódicos, então desprestigiados e sem classificação.

Assim, para identificar outros produtores de jornais, em Fortaleza, os catálogos de Studart³¹⁴, a partir da segunda metade do século XIX, foram imediatamente consultados, encontrei muitos nomes de impressores como, por exemplo: Theotonio Esteves, impressor do jornal *A Luz*, de 1871, que tinha tipografia na Rua da Palma n.º 16, a “*Typographia Americana de Theothonio Esteves de Almeida*”, de onde saíam semanalmente os periódicos *Careca*, de 1870, *O Oriente*, de 1871, de caráter científico, literário e recreativo; e *O Correio do Povo*, de 1872, dedicado ao belo sexo, aos domingos; o impressor Odorico Cólás, que, em 1871, tinha tipografia na Praça Marquez de Herval, n.º 30, publicava, dentre outros, o jornal *Despertador*, hebdomadário crítico e noticioso. Em 1872, o senhor Cólás era impressor do periódico *Heroe dos Martyres*, “*specimen de jornal bestialógico*”, em outra tipografia, aliás, não há informações a respeito da oficina que fazia a impressão dessa folha. Esse hebdomadário circulava aos domingos, apresentando, porém, várias interrupções.³¹⁵

³¹⁴ STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Op. Cit. e _____ . Os jornaes do Ceará nos primeiros 40 annos 1824-1864. Op. Cit.

³¹⁵ _____ . *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Op. Cit., p. 66.

Esses indivíduos em geral, eram impressores-proprietários e, portanto, autores materiais do que surgia das prensas e tipografias, conforme sugere Studart, ao referir-se a Henrique Ávila, impressor e dono de *Tribuna do Povo*, de 1876.

Outros impressores trabalhavam de ofício (eram contratados), como foi José Lino de Paula Barros, que, em 1872, era impressor do jornal *Revolução*, na tipografia que Juvenal Galeno montara para publicar suas obras. Em 1879, impressor dos periódicos *A Pátria* e *Thesoura*, que saíam da oficina tipográfica do *Município*, na Rua Formosa, nº 41, ou seja, pertencia aos redatores do jornal *Município* (1879), primeiro periódico que se vendeu nas ruas de Fortaleza, inaugurando nova dimensão do periodismo e da vida urbana.

João Lázaro fazia a proeza de imprimir o jornal *Morcego*, de 1881, no Barro Vermelho. Talvez sua proposta de “moer os negreiros” lhe impedisse de dizer onde e qual a tipografia responsável pela impressão. Feito às ocultas, também era o jornal *Orsini*, de 1881, produzido no “Cemiterio de Fortaleza”, por Dr. Juan Cacique, inscrevia, como redatores, a alma de Castro, de Mathias e a de Martins, o João Martins gerente do *Corsario*, de 1882, impresso em Fortaleza.

Studart apontou diferentes categorias de trabalhadores inseridos na classe tipográfica e jornalística cearense, além de articulistas, tipógrafos, impressores e leitores etc., como: Proprietário, por exemplo, José P. Martins, do *Ramalhete*, de 1887; Proprietário e Redator, Aleixo Anastácio Gomes, do *Fortaleza*, de 1887; Gerente, Antônio Manoel da Paixão, do *Voz do Altíssimo*, 1874; Redator Principal, Arcelino G. de Queiroz, *A Juventude*, de 1864; Sustentador do Periódico, o engenheiro Justa Araújo, do *O Tagarella*, de 1865; Colaboradores, Dr. Manoel Soares, Dr. Gonçalo Souto, do jornal *Tribuna Catholica*, de 1866; Redator Chefe, o palhaço Augusto, do hebdomadário *O Palhaço*, de 1872; Diretores, José Lino de Paula Barros, do periódico *Mercantil*, de 1875; Editores, como o Raymundo Emigdio do *Jornal do Commercio*, de 1881; Editores-Proprietários como Antônio Lafayette, do hebdomadário *O Cri-Cri*, de 1882, em 1881, apenas editor do *Jornalzinho*.

Entretanto certos encadernadores, impressores e tipógrafos não apareceram nessa listagem, não foram “vistos” por Studart, nem pelos recenseadores, apesar de moradores das Ruas Amélia, do Mercado, da Boa Vista, da Palma, do Cajueiro, do Outeiro dos Educandos e de tantas outras vias públicas, consideradas periféricas, que cruzavam as “ilustres” ruas Senador Pompeu e Major Facundo.

Em *Almanach*, constam os encadernadores Antônio Felício de Vasconcellos, Áfio Bezerra de Menezes e João Luiz Rangel. Os tipógrafos Augusto de Araújo Lima, Antônio Ferreira Lima, Augusto Sanche Osorio Chambica, Antonio Francisco de Souza Virino, Cândido Ferreira Gomes, Estevão Forcade, Francisco Soares Monteiro, Francisco Vieira Perdigão, Henrique Pereira de Avila, João Baptista Pereira, João Furtado de Mendonça, Joaquim Avelino Ferreira de Carvalho, Joaquim José de Souza, José da Cunha Bezerra, José Carlos Vieira, Lino de Souza Encarnação, Luiz Pacheco Amora, Liberato Maximiano Barroso, Lourenço Rodrigues Silva, Manoel Pacheco Amora, Pedro Alves de Souza Brazil, Raymundo de Paula Lima, Raymundo Moreira da Silva, Suitberto Orsinio de Nieymaer Cesar Padilha, e Antônio Amâncio de Oliveira, Severo Nonato da Costa e Leocadio José Theofilo, trabalhadores da tipografia do jornal *Constituição*. Entre os impressores, Conrado José Benedicto, Juvêncio José Pereira e Raymundo da Silva Leite.³¹⁶

Apesar da tentativa do chefe de polícia Olympio Vital de instituir relação entre jornal, oficina tipográfica e tipógrafo, a partir dos jornais *Cearense*, *Pedro II*, *Constituição*, *Gazeta do Norte* e *Libertador*, não informando a existência de outras tipografias, nem de outros tipógrafos, encadernadores e impressores, etc., esses operários e outros de diversas oficinas, desde 1877, tiveram seus interesses defendidos pelo *Estatuto da Associação Typographica Cearense*³¹⁷ e pelo jornal *Colossal*.

³¹⁶ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da província do Ceará*. Primeiro ano. Fortaleza: Typographia de Odorico Colás, 1870. Fundado por Joaquim Mendes da Cruz Guimarães e editado por Odorico Colás.

³¹⁷ APEC. 133-4. Registro de Ofícios da Presidência da Província do Ceará...Estatutos da Associação Tipográfica Cearense. Presidente Sr. Caetano Estelita Pessoa, 1877.

A categoria tipográfica cearense, “os filhos de Guttemberg”³¹⁸, estava organizada, seus protestos não passavam só pelos desarranjos das folhas e dos jornais (práticas de resistência dos tipógrafos do jornal *Cearense*, em 1882, que serão explicitadas mais a frente), eram eles participantes dinâmicos das contendas que se davam pela imprensa, em nome dela, entre as folhas liberais e conservadoras. Por isso, tipógrafos e colunistas partidários quiseram do público o reconhecimento de seus interesses e espaços, concernentes não apenas aos estabelecimentos físicos das tipografias, mas diante do que nelas fosse produzido.

A criação dessa Associação serviu, além de órgão para encaminhamento das lutas, de propaganda para legitimar perante a sociedade interessada em “fazer qualquer obra pertencente a arte typographica”, as habilidades e competências de tipógrafos, fora do circuito das tipografias dos jornais partidários, tendo em vista que a oficina do *O Colossal* achava-se com completo e variado sortimento de “*typos de phantasia*” e ainda recebia publicações e anúncios por preços acessíveis:

“A typographia do ‘Colossal’ tendo sido montada por uma associação de typographos, dispondo de um pessoal habilitadissimo a fazer qualquer obra com nitidez e offerecendo os seus trabalhos ao respeitável publico cearense espera merecer sua valiosa protecção”.³¹⁹

Os estatutos e, conseqüentemente, a *Associação Typographica Cearense* foram instituídos, na cidade de Fortaleza, no dia 1º de março de 1877, sendo aprovados pelo presidente da província, na época, o conservador Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, que passou, segundo o artigo 33 do estatuto, a ter direito de intervenção e participação. Sendo assim, Pessoa reconheceu como presidente da diretoria da associação Raymundo de Paula Lima, empregado da tipografia do jornal *Pedro II*, que o apoiava politicamente.

³¹⁸ *Jornal Cearense*, 30/04/1882, (Anúncios). “Os filhos de Guttemberg”, ao desorganizar ou organizar os artigos dos jornais partidários, de modo a tornar legível seus interesses, foram caricaturados como diabos, e, essas atitudes invocadas como “*diabruras typographicas*”, quando, por exemplo, dia 06/02/1887, no jornal *Libertador*, coluna *Gazetilha*, um “*paginador meteu um pedacinho de uma noticia policial no meio de um auspicioso casamento*”.

³¹⁹ *Jornal O Colossal*, 15/06/1879, (Anúncios).

O tipógrafo Paula Lima ficaria no comando durante seis meses, até que houvesse nova eleição. A administração era formada pelo presidente, vice-presidente, secretários (primeiro e segundo), um tesoureiro e por quatro cargos que à disposição do presidente da associação.

Por terem assinado os estatutos, foram considerados fundadores da associação os tipógrafos Suitiberto Orsinio de Nieymaier Cezar Padilha, presidente, José Lino de Paula Barros, 1º secretário, Manoel José de Santiago, 2º secretário, e Francisco Pereira da Cunha, tesoureiro.

José Lino de Paula Barros, descrito em páginas anteriores, foi operário dos jornais *Commercio* e *Equador*, publicados em Fortaleza, no ano de 1881, sendo seus colegas Meraldolino Ferreira Façanha, Miguel Arthur e Manoel Martins Ayres do Nascimento.³²⁰

Suitiberto Padilha foi tipógrafo e distribuidor do jornal *A Sterlina*, de 1864, que “zurzia a colonia portuguesa”, para isso, pintou o rosto de preto. Fora editor do jornal *Lirio*, de 1875, dedicado ao “*bello sexo*”, com a colaboração de senhoras. Em 1863, impressor, com Manoel Jorge Vieira, Manoel Francisco de Paula, João Gonçalves e Francisco de Moura, dos periódicos *A Liberdade* e *O Artilheiro*, distribuídos gratuitamente e publicados em uma tipografia situada da Rua Formosa.³²¹ Em 1877, no momento em que Suitiberto Padilha produzia os estatutos, era ele o impressor do jornal *O Retirante*, que “*dizia-se orgam das victimas da secca. Jornal de combate contra a administração Aguiar*”,³²² de Fortaleza, impresso na tipografia *Imparcial*, com redação de Luiz de Miranda.

Cabia à diretoria, de modo geral, solicitar assembléias, decretar despesas e comissões de trabalho em favor da sociedade, fazer cumprir as disposições do estatuto e apresentar relatório de atividades à assembléia geral, antes do sufrágio para eleição de nova gestão.

A associação visava ao progresso contínuo da classe tipográfica, e, para tanto, funcionava sem tempo determinado, com adesão de número ilimitado de

³²⁰ STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Op. Cit., p.79.

³²¹ _____ .Os Jornais do Ceará nos Primeiros 40 annos. 1824-1864. Op Cit., p.112 e 113.

³²² Id.Ibidem., p.57, 70 e 73.

sócios afeitos à arte tipográfica e à prestação de socorros mútuos aos membros, divididos em cinco categorias: 1) Efetivos, (tipógrafos, encadernadores, editores e proprietários de tipografias) que deviam contribuir com cinco mil réis para a instalação da associação e mil réis por mês; 2) Honorários: quaisquer pessoas bem conceituadas que apresentassem serviços de mérito à sociedade; 3) Correspondentes: artistas tipográficos que residissem no interior da província ou em qualquer outra parte do Império Brasileiro; 4) Protetores: categoria conferida ao presidente da província e ao bispo diocesano; e 5) Filiais, os aprendizes da arte tipográfica e de encadernação .

Com o estatuto, pretendeu-se estabelecer acordo e controle dos membros da classe tipográfica, em prol da valorização e delimitação dos dignos artistas da impressão, cooperando para o engrandecimento moral e material da sociedade e da associação, que, em contrapartida, ajudava os afiliados, nos momentos de desemprego, desde que o sócio procurasse, de forma honesta e lícita, os meios decentes para subsistência, preferencialmente, dentro do seu ofício.

Boa reputação, trabalho decente, ser indicado por um ou mais componentes para ser, posteriormente, aprovado pela sociedade, tudo era condição para admissão do interessado em qualquer categoria.

Os Efetivos eram obrigados a aceitar os cargos aos quais fossem eleitos, caso contrário, as razões eram analisadas pela associação. Deviam eles comunicar à sociedade ausências e regressos, pois corriam o risco de passarem para a categoria de Correspondente e, como tais, perderem regalias.

O tipógrafo Severo Nonato da Costa, do *Constituição*, foi um dos beneficiados com a normatização dos direitos e deveres do tipógrafo pelo estatuto, principalmente na parte referente à prestação de socorros aos sócios, que, em caso de morte, cabiam ao responsável pelo jornal a que servia as devidas responsabilidades em acudir os familiares, mulher e filhos menores. A associação procedia ao funeral, uma vez que o falecido estivesse em estado de indigência, e arbitrar uma mensalidade, com aprovação da assembléia, ao associado em caso de doença, prisão ou prolongado desemprego, até que a situação fosse normalizada.

Isso porque, no dia 29 de setembro de 1881, Severo Nonato da Costa morreu vítima de esmagamento por um dos bondes da cidade:

*“Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex.a que pelas cinco horas da tarde de hoje na rua da Praia desta capital, Severo Nonato da Costa foi esmagado por um dos Bonds da Compa. ‘Ferro Carril’, falecendo instantaneamente. O delegado procedeu logo o corpo de delicto e trata do respectivo inquerito policial”.*³²³

No final do ano de 1881, alguns meses depois desse episódio, por seis dias consecutivos, de 13 a 18, os tipógrafos colegas de Nonato da Costa tiveram que publicar, no jornal *Cearense*, vários artigos de indignação ao descaso do *Constituição* para com a fatalidade acometida contra seu operário. Os tipógrafos estavam certos de que os jornalistas liberais não iam recusar a oportunidade de condenar a atitude desinteressada dos seus opositores, os conservadores do *Constituição*, que por esse mote podiam assegurar também espaço na grande imprensa para divulgarem sua queixa:

*“Que fim levou? Pela Quarta vez pergunta-se ao encarregado da subscrição promovida em favor da família do infeliz Severo Nonato da Costa, que fim deu ás quantias já recebidas, e bem assim se não recebe as contribuições assignadas e que ainda não foram pagas. É preciso liquidar logo isto e recolher a caixa econômica o peculio que deve constituir o patrimônio dos orphãos. Os Subscriptores”.*³²⁴

O fato foi, também, motivo de indignação de todo o pessoal do *Pedro II*, que aproveitou o ensejo para insultar o concorrente, o *Constituição*, nas disputas das idéias conservadoras no Ceará, em fase da nova realidade política, as eleições diretas:

“Desastre e Morte. No dia 28 do corrente foi victima de esmagamento por um bond o impressor da Constituição, Severo Nonato da Costa. Contava 36 anos, era casado e tinha filhos menores. A Classe Typographica tomou luta por 8 dias, encerrando-se no dia 29 as portas das typographias desta capital.

³²³ APEC. Secretaria de Polícia do Ceará, ao Presidente da Província, Ofícios. 1881-1883. Ala 19, Estante 414, n.º 210.

³²⁴ Jornal *Cearense*, 16/12/1881, (*Publicações Solicitadas*).

*Tendo sido aberta uma subscrição para socorrer a familia do infeliz typographo, monta ella a pouco mais de um conto de réis. Nossos pesames a familia do finado e aos seus companheiros de trabalho”.*³²⁵

Visto que Frederico Borges e Justiniano de Serpa, jornalistas do *Constituição*, cientes dos debates em torno da qualificação de eleitores e do pleito eleitoral de 1881, haviam lançado o jornal *O Eleitor*, jornal próprio do momento e imparcial na peleja dos partidos.³²⁶ Com esse periódico, os redatores conservadores pretenderam convencionar, de forma mais enfática, alguma forma de equilíbrio entre o eleitorado e candidatos, frente também á ameaça dos liberais que, na época, detinham a máquina administrativa da província cearense. Não coube aí uma revisão crítica do direito incondicional ao voto, a partir da sociedade civil, da classe tipográfica, do povo analfabeto e pobre, vítimas de insustentáveis oscilações ideológicas da Corte imperial, das províncias, melhor, da burocracia.

Assim, o acidente com Nonato da Costa, cujas responsabilidades e causas não foram apregoadas na imprensa partidária, serviu de estopim para que a Classe Tipográfica se reunisse, conforme nota “*dos filhos de Guttemberg*”, publicada nos anúncios do *Constituição* e do *Cearense*, a fim de protestar pelo direito, subtraído, de participar das eleições de 31 de outubro de 1882, segundo reforma eleitoral “pecuniária” de 1881, a exemplo do que estava fazendo a classe tipográfica de Pernambuco:

“Aos typographos. A exemplo da briosa classe typographica de Pernambuco, que acaba de dirigir ao poder legislativo uma representação reclamando o direito de eleitor para seus membros, convida-se a todos os senhores typographos da imprensa da capital, para se reunirem hoje, ao meio dia, no Escritório da Gazeta do Norte á rua do Senador Pompeu nº 100.

*Interessado á todos o direito de cidadão e a eleição civil da classe, espera-se que nem hum se deixe de comparecer na reunião geral dos filhos de Guttemberg”.*³²⁷

³²⁵ Jornal *Pedro II*, 02/10/1881, (*Factos Diversos*).

³²⁶ Jornal *Gazeta do Norte*, 25/10/1881, (*Noticias*). Em oposição ao *Eleitor* foi publicado, em Fortaleza, *O Voto*, impresso na tipografia do *Jornal do Commercio* (1881), com edição de Raymundo Emigdio e impressão de Merandolino Ferreira Façanha. Ver: STUART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924*. Op. Cit., p. 79 e 80.

³²⁷ Jornal *Constituição*, 30/04/1882, (*Annuncios*).

*“Reunião Typographica. Hoje, ao meio dia no Escritorio da Gazeta do Norte à rua Senador Pompeu, n.º 100, espera-se que compareçam todos os membros da classe typographica a fim de tratar-se de dirigir ao Poder legislativo uma representação reclamando o direito de votar de quem privou a classe a ultima reforma eleitoral. Sendo o assumpto de interesse geral, reclama-se a presença de todos os filhos do imortal Guttemberg. Um Typographo”.*³²⁸

O manifesto encaminhado pela *Classe Typographica* cearense ao poder legislativo custou, aos tipógrafos, perseguições da parte dos gerentes das oficinas tipográficas dos jornais para os quais trabalhavam, caso do operário do *Cearense*, José Batista Leite, que teve que negar a assinatura no tal manifesto, afirmando inclusive que foi iludido pelo administrador do *Constituição* a firmá-lo, em troca de um “caixa”, o que, na ocasião, aceitou por estar desempregado.³²⁹ Essa declaração decepcionou a *Classe Typographica* e, em especial, o administrador da tipografia do *Constituição*, Antônio Amâncio de Oliveira e Silva, um dos organizadores do tal manifesto, para quem Leite já havia prestado serviços:

“Protesto contra si mesmo

O Sr. João Baptista Leite, hoje operario do ‘Cearense’ na declaração, que acaba de fazer, afirma trez vezes que assignou o Manifesto da Classe Typographica e conclue por protestar uma só vez contra a sua assignatura.(...)

A Classe Typographica deplora que logo no primeiro passo de sua vida o Sr. João Baptista Leite se caracterisase por um acto que não está de accordo com sentimentos de honradez de seus irmãos José e Antonio Augusto Leite que sempre souberam honrar a sua firma.

A declaração do Sr. João Baptista Leite só pode aproveitar ao gerente do ‘Cearense’ que d’ella faça bom proveito.(...)

Rogo, portanto, ao Sr. João Baptista Leite que desculpe de mais este illudimento tão voluntario e proposital como o de sua assignatura no Manifesto, e o de sua tentativa para entrar de novo na typographia da ‘Constituição’ depois de suas especulações no ‘Cearense’.

Pode fazer tudo o que lhe mandar o seu novo amo, na certeza de que lhe perdôa a sua inconsciencia a Classe Typographica e o Administrador da typographia da ‘Constituição’.

*Antonio Amancio de Oliveira e Silva
Fortaleza, 14 de Junho de 1882”*³³⁰

³²⁸ Jornal Cearense, 30/04/1882, (Anuncios).

³²⁹ Jornal Cearense, 14/06/1882, (Publicações Solicitadas).

³³⁰ Jornal Constituição, 15/06/1882, (Paginas Livres).

O que ocorreu foi que os donos dos jornais, ao ameaçarem a liberdade de expressão dos seus empregados e utilizando-se do poder hierárquico e econômico que detinham, jogaram os tipógrafos uns contra os outros. Isso fez com que o administrador da oficina do *Constituição* passasse a impressão de que, nesse local de trabalho, os funcionários tinham mais autonomia para tomar decisões, e atacasse o *Cearense*. Os gerentes e jornalistas tentaram enfraquecer até a autoridade do estatuto dos tipógrafos, a ajuda em dinheiro, assegurada aos associados desempregados, que podia auxiliar João Baptista Leite.

No entanto, a agitação constante dos tipógrafos pelo voto universal, em meio a divergências, adesões e repressões, fez com que a reforma eleitoral, para institucionalização da eleição direta, ocupasse as pautas dos jornais partidários cearenses, mexendo na política de privilégios e de censuras dos jornalistas liberais e conservadores.

O grande atraso do país, que contava com boa parte de votantes de pessoas analfabetas e de míseras rendas, foi o principal argumento usado pelos tipógrafos Antônio Amâncio de Oliveira e Silva, Joaquim Lopes Verçosa, Theodomiro Victorianno de Brito e Antônio Goyana, para convocar os demais membros da classe tipográfica de Fortaleza, a fim de se reunirem, nos locais de trabalho ou em suas residências, para tratar de negócios urgentes tendentes à classe.³³¹

Em contrapartida, os editoriais do *Cearense* enfatizavam que o sistema eleitoral direto dava condições para criação de um governo representativo da opinião nacional e não apenas da elite política e economicamente ativa, o que gerava até a emancipação partidária.³³²

Os articulistas do *Pedro II* reforçaram a questão do direito ao voto, o que desde 1872, era focado em suas colunas, melhor, o perigo que representavam os “súditos” trabalhadores manuais e a inserção política feminina, ao se transformarem em “cidadãos”. Desse modo, foi que, em um dos noticiários, as mulheres burguesas foram alvo de repressão, quando na Câmara dos Comuns,

³³¹ Jornal *Constituição*, 07/05/1882, (*Annuncios*); Jornal *Gazeta do Norte*, 09/07/1882 e 16/07/1882, (*Annuncios*).

³³² Jornal *Cearense*, 07/04/1881, (*Cearense*).

na França, um senhor, chamado Jacob Bright, sustentou o direito das mulheres ao voto nas eleições, sendo ferrenhamente rebatido pelo Sr. Bonverie, que expôs, com detalhes, uma série de motivos contra a participação feminina, a gosto do publicista do *Pedro II*.

O Sr. Bonverie observou que o voto feminino era superior, em quantidade, ao masculino e que, eleitoras, as mulheres iam desejar fazer parte da Câmara dos Pares e Comuns. A política, diz o Sr. Bonverie, “...é um ramo da vida activa do homem, como lavrar, combater, navegar; e a religião, a lei, a natureza pedião que as mulheres não fossem subtrahidas ás suas condições próprias”. O Sr. Jacob Bright perdeu a causa.³³³

Mesmo assim, o *Pedro II* foi um dos maiores antagonistas, “apoiando” indiretamente a causa dos tipógrafos para rebater o *Cearense*. Uma das principais críticas do *Cearense* ao *Pedro II* diz respeito à irresponsabilidade e à parcialidade dos jornalistas conservadores ao se tratar de “certas questões”, com suas falas caluniosas, por não se preocuparem estas em fazer o relato crítico dos fatos do dia e das questões em voga, tendo a redação apenas o trabalho de inverter e dar nova ordem aos artigos, sobretudo diante da profusão desenfreada do ideal político e ideológico, a favor do conservadorismo plácido, constitucional e monarquista, atacando descaradamente a vida privada dos adversários, aspectos da parte não ilustrada da biografia dos jornalistas liberais, o que, segundo os mesmos, não dizia respeito à ação política e jornalística.

Contudo, enquanto os redatores liberais e conservadores convergiam e divergiam sobre a autonomia, paternidade e as regras do novo regime eleitoral, vai ocorrer, durante o ano de 1882, uma série de investidas dos tipógrafos ao *Cearense*, principalmente, como desarranjos na colocação das páginas nos prelos, ou faltas na distribuição do jornal aos assinantes.³³⁴

Diante da pressão da classe tipográfica, o *Cearense* faz uma transcrição do periódico *Tribuna de Pernambuco* sobre a questão do direito ao voto dos

³³³ Jornal *Pedro II*, 16/06/1872, (*Fatos diversos*).

³³⁴ Jornal *Cearense*, 21/04/1882 e 14/06/1882, (*Cearense*), respectivamente.

tipógrafos, como sinal de “solidariedade” à causa:

“Os typographos excluidos de votar. Entre aquelles que pela reforma eleitoral foram desherdados do voto, figura uma classe que pela natureza do mister a que se dedica, pelas condições de independencia em que o exerce e pela influencia que tem n’esse exercicio relativamente à elaboração da opinião publica, não pode, sem inconveniente e sem injustiça, ficar privada do direito de interferir com seus sufrágios na escolha dos mandatários publicos em suas differentes cathogorias.

Referimo-nos aos Typographos e no pleitear a sua causa desempenhamos parte do compromisso que, ao exibirmos aos nossos leitores o programa d’esta folha, assumimos para com a classe dos artistas. (...)

O typographo é, entretanto, dos mais activos e efficazes instrumentos da civilização das nações. É sabido que em suas mãos se elaboram os grandes trabalhos que dão ao mundo a vida e a luz. Elle impelle o sopro vivificador que leva adiante de si as idéas novas, a que presta seu culto desinteressado e nobre, porque é devoto convicto do progresso.(...) Agora que se trata no parlamento, de preparar a revisão da reforma eleitoral, é opportuno reclamar em favor dos typographos o direito que lhes foi sequestrado.(...)”³³⁵

Nesse momento, as lutas dos tipógrafos levaram os jornalistas a se organizarem, é criada pela *Sociedade Cearense Libertadora*, responsável pelo jornal *Libertador*, a *Empresa Typographica*, anunciada de forma empolgante pelo Cearense, com a participação de cerca de 100 acionistas, sendo boa parte deles jornalistas dos periódicos *Cearense*, *Constituição* e *Pedro II*, como José Joaquim Telles Marrocos, que sai da redação do *Cearense*, em 1882, e vai para o *Libertador* ³³⁶, e alguns tipógrafos como Leocadio José Theofilo, do jornal *Constituição*. Essa empresa ia publicar o *Libertador* com formato idêntico ao dos maiores jornais da província e:

“...a empreza terá estafetas duas vezes por dias nas ruas desta capital, os quaes receberão os annuncios do commercio e mais publicações; conduzido em malas fechadas toda a correspondencia para o escriptorio do LIBERTADOR que sahirá todos os dias às 5 horas da tarde e no dia seguinte será vendido em todas as estações de linha de ferro de Baturité”³³⁷

³³⁵ Jornal Cearense, 25/05/1882, (Noticiario).

³³⁶ Jornal Cearense, 11/04/1882, (Annuncios) e Jornal Libertador, 21/04/1882, (Annuncios).

³³⁷ Jornal Libertador, 21/04/1882, (Annuncios).

Os “acionistas” do *Cearense* apregoam todos os trâmites burocráticos para implementação de tal empresa:

“Sociedade Cearense Libertadora. Esta sociedade reúne-se hoje às 7 horas da manhã em casa de seu 1º vice-presidente José Correa do Amaral na chacara do Benfica para dar posse á directoria ultimamente eleita”.

*“Empresa Typographica. De ordem da directoria desta sociedade convida os Srs accionistas à fazerem o pagamento da 1º chamada, na importância de 2\$500 por secção de 10\$000, até o dia 10 de Março p. vindouro. Este pagamento será feito ao Sr. José Corrêa do Amaral, thezoureiro desta sociedade. O secretário Antonio Martins”.*³³⁸

As intenções da classe jornalística e dos representantes do *Cearense* era de “boicotar” as ações reivindicatórias dos tipógrafos, oferecendo aos (e)leitores, assinantes e anunciantes, portanto, uma empresa que honraria os compromissos dos trabalhos que lhes fossem solicitados, ao contrário do que vinha acontecendo nas oficinas do *Cearense*.

Assim, o dia do 36º aniversário do *Cearense*, 4 de outubro de 1882, mês eleitoral, foi motivo de “comemoração” e de pressão política para tipógrafos e impressores do periódico: *“Cearense- Deixamos de dar o nosso diario amanhã. Os nossos operarios querem férias no dia 4 de Outubro, e não podemos recusar”.*³³⁹

Os jornalistas do *Cearense* congratularam-se como não tinham feito em anos passados:

“As columnas do Cearense apresentam-se hoje radiantes de jubilo para commemorar o trigessimo sexto anno de seu anniversario (...)

E é para o completo aperfeiçoamento desta obra grandiosa, corajosamente encetada por tão assignalados varões, que o Cearense desde o anno de 1846 accumula nas officinas do trabalho todo o material resultante da perseverança que vence e das energias que se impõem(...)

*Este desvanecimento compensa-nos toda a ordem de sacrificios que por ventura se tenham levantado como elementos destruidores de nosso ideal, que é o unico objetivo a que aspiramos chegar: a felicidade da patria mediante o influxo dos principios liberaes”.*³⁴⁰

³³⁸ Jornal *Cearense*, 22/01/1882 e 24/02/1882, (*Annuncios*), respectivamente.

³³⁹ Jornal *Cearense*, 04/10/1882, (*Noticiario*).

³⁴⁰ Jornal *Cearense*, 04/10/1882, (*Cearense*).

Na primeira página, foram publicadas várias saudações em homenagem às grandes lutas, nele proferidas, quase que exclusivamente ou de forma mais insistente, em defesa do estabelecimento das idéias liberais na província cearense: o amor pela democracia, pela pátria e pela liberdade de imprensa.

“Guttemberg”, na condição de “inventor” da imprensa, da tipografia, e, portanto, responsável pela origem, existência e propagação do *Cearense*, segundo os redatores, foi exaltado pelos versos do poeta e boêmio cearense Barbosa de Freitas, considerado por Antônio Sales como “o mais genuíno bêbado das letras cearenses”³⁴¹:

“GUTTEMBERG

*Ao 36º aniversário do ‘Cearense’
Quando um genio se alevanta
Os anjos cantam no ceu*

*Quem é aquelle vulto, oh quem o é?!
Lá na plaga da gloria eil-o de pé,
A fronte ardendo em luz.
Será da Grecia um sabio Areopago?
Ou será, quem o sabe? Um bom rei mago,
Que vem buscar Jesus?!*

*Calça a sandalia de propheta antigo:
Traz no labio vermelho um riso amigo
O manto é d’arrebol
Por vestimenta a nuvem d’alvorada:
É o apost’lo da grande Madrugada
E traz em punho o sol.*

*De onde vens, ancião, oh velho estranho?
Onde o astro roubaste- astro tamanho,
Também de forma estranha?
Silêncio! este é a Imprensa- augusto Candieiro
Q’inda horem creer no frigido estaleiro-
Da inclita Allemanha*

*Guttemberg sou eu; devasso os horisontes
Quero da humanidade incediar as frontes
E remontar aos ceos
Sim, eu quero co’amor e charidade*

³⁴¹ Antônio Sales foi um dos idealizadores da *Padaria Espiritual*, 1892-1898, movimento literário irreverente de alguns intelectuais cearenses. Ver: GIRÃO, Raimundo; SOUSA, Maria da Conceição. *Dicionário de Literatura Cearense*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1987, p.105.

*Vos entregar a irmã da Liberdade
Oh! Grandes pygmeus!*

*Que chave d'ouro é esta, oh diz-me alma divina!
Oh! Artista sublime, onde é tua officina?
Ensina-me, anção!
Minha tenda é a imprensa, as trevas do futuro
Ella faz clarear; o seu brilho seguro
É feito da Razão
Barbosa de Freitas”.³⁴²*

“Guttemberg” recebe o chamado divino da imprensa, se apresenta de forma simples, ingênua e despreziosa, como sábio do areópago grego, rei mago em busca de Jesus. É ele, em meio aos trabalhos de artista, nas oficinas da Alemanha, o escolhido dos céus para dar corpo e alma à imprensa, com a construção dos tipos móveis e prensas para impressão em papel. Tira das trevas toda a humanidade, assegurando-lhe um futuro claro, compreensivo e brilhante porque é fonte de razão sobrenatural que ninguém podia duvidar, suscita Barbosa de Freitas, colaborador do *Cearense*.

Os persistentes redatores do *Cearense*, “os anjos que cantam no céu” pretenderam dar continuidade à missão de “Guttemberg”, sem truculências, mediante a publicação de periódico. Acreditavam que, desde a “aparição”, preocupou-se em se destacar como lugar do “veredicto final”, onde as idéias políticas, os interesses dos cidadãos e a construção de um futuro próspero para o Ceará e o Brasil eram decodificados pelas “letras redondas”³⁴³ dos jornalistas liberais, que se nomeavam ouvidores e escritores públicos do pensamento social.

O “Guttemberg” dos periodistas do *Cearense* trouxe-lhes, com a imprensa, a publicação da palavra, a possibilidade de se estabelecer elos de comunicação entre ontem, hoje e amanhã, o perto e o longe, o conhecido e o desconhecido, de ilusória soberania da causa liberal para Frederico Pamplona, Tristão Araripe, Miguel Ayres, Conselheiro Rodrigues Junior e Dr. Paula Pessoa, da redação do *Cearense*. Esses homens, no exercício da redação do jornal, imbuíram-se da idéia de cidadania e, portanto, eram cumpridores de função social civilizadora, em

³⁴² Jornal *Cearense*, 04/10/1882, (*Cearense*).

³⁴³ Jornal *Cearense*, 19/03/1880, (*Chronica*).

detrimento de outros homens de famílias desprivilegiadas. Assim, os “afortunados” jornalistas agiam de forma coletiva, ou seja, partidária, ideológica e política, nas suas aparições na imprensa, ao mesmo tempo em que eram depositários de pensamentos individuais, de interesses particulares por cargos e prestígios.

Suas propostas eram de rever e superar todas as carências, no que diz respeito à aceitação e credibilidade do órgão de imprensa, de construir a identidade jornalística que se diferenciava das narrativas oficiais da administração pública da província, pois, para isso existiam os extensos e detalhados ofícios e atas de reuniões que eram cuidadosamente manuscritos e guardados, publicando-se, nos jornais, só o que essencialmente os (e)leitores podiam saber e que não fosse só o jornal a impressão resumida de romances, pois havia para os amantes da literatura, como Francisco Dias Martins, a possibilidade de adquirir ou ter acesso às obras completas de José de Alencar, por exemplo, nas bibliotecas e salas de leitura espalhadas por Fortaleza.³⁴⁴

Enfim, a intenção era que o periódico *Cearense* tivesse movimento e vida cotidiana, que fosse o espelho da cidade, auxiliando em melhor leitura do próprio ambiente e seu lugar no espaço público, por meio de uma nova linguagem, capaz de convencer e conseguir adeptos contra o crescimento do partido conservador ou caranguejo no Ceará.

Conseqüentemente, com esses discursos, pretenderam combater e/ou enfraquecer o movimento dos tipógrafos do Ceará, na luta pelo direito ao voto nas eleições de 1882, o que não foi possível. Os operários propagaram suas reivindicações no *Cearense*, pelo ano de 1883, inclusive foram presos dois “*anonymos*” que ameaçavam a “integridade” e/ou demonstravam insatisfação ou encantamento com o maquinário das palavras, a tipografia do *Cearense*:

“Prisões. A polícia continua muito energica com os pequenos... No dia 26 do cadente foram presos os seguintes ‘anonymos’ Manoel José

³⁴⁴ Francisco Dias Martins, no dia 03 de julho de 1879, deu início à leitura da obra *Lucíola*, de José de Alencar, na Biblioteca Pública da província do Ceará. Ver: Fundo: Interior e Justiça, Série: Arquivo Público, Biblioteca Pública e Museu Histórico do Ceará: Ala 20, Estante 444, nº 314, Data/Limite 1878-1887. Biblioteca Pública do Estado do Ceará, Livro de Leitores.

*Sabino e José Ferreira do Valle, por andarem lá pela typographia do ‘Cearense’ no ‘zabumba’;... ”*³⁴⁵

O jornal *Cearense*, insistiam os articulistas, tinha a crença do grande desafio de instituir e conceituar o que é a imprensa no Ceará, para quê, como e a quem servir. Isso porque o periódico liberal passava a ter força de “*quinto poder*”, posterior, e ao mesmo instante ao lado, dos poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e Moderador, capaz mesmo de dar-lhes visibilidade e repercussão, “*um poder que progride, se multiplica por esta forma é um poder invencível, perenne, benefico*”³⁴⁶, que contraditoriamente é exaltado pela impossibilidade de acesso do amplo e majoritário público, que não sabia ler e que tinha parte de seus desejos ajuizados pelas impressões e vontades de uma minoria de intelectuais alfabetizados por letras e tipos.

As discussões sobre imprensa diziam respeito à liberdade de imprensa, à capacidade de doutrinar mentes, a fim de que tivessem o potencial necessário para exprimir os objetivos do programa liberal, que não podia ser abalado pelas incompreensões dos tipógrafos quanto ao seu papel de “impressor” das vontades alheias das eleições.

A felicitação do poeta Antonio Olympio da Rocha ressalta todo o brio, fruto do árduo esforço pela manutenção do *Cearense*, em meio às resistências dos “*filhos do trabalho*”³⁴⁷:

“SAUDAÇÃO
Ao 36º anniversario do ‘Cearense’
Salve obreiro denodado
Das liberdades reaes,
Que de lutas gloriosas
Mais um anno hoje contaes!
Salve! são bellas as luctas
Grandes, nobres, impollutas
Que se chamão do saber!
São dessas lutas ousadas
Que se formão as escadas

³⁴⁵ Jornal *Libertador*, 28/07/1883, (*Gazetilha*).

³⁴⁶ Jornal *Cearense*, 04/10/1882, (*Cearense*).

³⁴⁷ No jornal *Libertador*, coluna *Gazetilha*, dia 19/07/1883 a diretoria da *Classe Artistica* convida operários, oficiais e artistas para uma reunião de interesse comum e espera o comparecimento de todos os “*filhos do trabalho*”.

Onde o povo se há de chegar!

*Trinta e seis annos de crenças
Sublimes e perennaes,
De saber e de trabalho
Não se obumbram jamais!
- São glorias immorredoras,
Conquistas animadoras
Que dizem sempre marchar!
- São deslumbrantes victorias,
São marcos de muitas glorias
Que não se podem negar!*

*Por isto avante! É o brado
Que me sae do coração!
Com o trabalho não custa
O dia da Redempção!
-Derramar luz pelo povo
Deve ser o pensar novo,
É a mais nobre missão!
Dar luz á um povo que é cego,
Que se debate no pego
É dar-lhe a luz da Razão!*

Junto ás saudações “A Imprensa”, como fizera Araripe:

*“A IMPRENSA.
Por occasião do 36.º anniversario do ‘Cearense’
Silencio!... que é tempo agora das sublimes ovações!
Os corações não resistem
As fortes palpitações!
Nos alcantins das montanhas
Echoão vozes estranhas
Em terriveis convulsões,
Os ventos já confundidos
Vão, em profundos gemidos,
Perder-se nas solidões!
(...)”.³⁴⁸*

No ano comemorativo do *Cearense*, voltando ao início da festa, várias publicações relacionaram a atividade tipográfica à atividade dos jornalistas liberais. As tipografias foram enaltecidas como ambiente do saber de jornalistas e intelectuais que, todavia, não devia se corromper com o fazer das mãos

³⁴⁸ Jornal *Cearense*, 04/10/1882, (*Cearense*).

habilidosas de tipógrafos e impressores. Para os liberais do *Cearense*, “Guttemberg” deu vida à tipografia, possibilitando-lhes dar vida à imprensa.

Em nota sobre “*A typographia no Brazil*”, mais detalhes sobre o envolvimento de “Guttemberg” com o aparecimento do impresso, que primeiramente aconteceu na Europa, em 1455, para, no início do século XIX, surgir no Brasil, no Rio de Janeiro, capital do Império Brasileiro.³⁴⁹ “Guttemberg”, havia nascido em Strasbourg, associara-se a Fust e Pedro Schoffer na busca de melhores maneiras e materiais para a impressão, sendo a Bíblia a primeira obra impressa de que há um exemplar na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Quando, no jornal *Cearense*, se trata de ação, função e produção das tipografias, dedica-se a falar dos estabelecimentos europeus que trazem em si a mística e o encantamento de “Guttemberg”.

Pouco se lê sobre as tipografias brasileiras e cearenses, porque a tipografia no Brasil, no início do século XIX, não tivera os próprios prelos, que vieram de Portugal e em seguida, de outras partes do mundo. Sua história é contada, em virtude desse processo, pelo aparecimento, em ordem cronológica/factual, dos periódicos nas províncias, como se as oficinas gráficas não tivessem tido uma história própria, diferenciada do trato dado pelos donos das tipografias, tipógrafos, impressores e leitores aos prelos e tipos importados.

Em outros artigos do ano festivo do *Cearense*, como “*O maior estabelecimento typographico*”, tem-se a informação sobre a tipografia que possui o maior número de operários e que, conseqüentemente, detém grande quantidade de materiais impressos:

*“O maior estabelecimento typographico
É o da imprensa do governo de Washington.
Emprega 1:200 operarios de ambos os sexos.
N’estes ultimos tempos fez em dous dias a Memoria que contém os
trabalhos da commissão da pesca, ou antes 4:800 paginas em oitavo,
compostas, corrigidas, impressas, pregadas e entregues ao congresso.
A cidade de Chicago conta actualmente 167 impressas, onde
trabalham 2:025 typographos e se imprimem 200 periódicos.*

³⁴⁹ Jornal *Cearense*, 10/10/1882, (Noticiario).

*Lafayette, pequena povoação do Estado da Indiana, que conta unicamente 14:000 habitantes, imprime 14 periodicos”.*³⁵⁰

A “*arte typographica*” diz respeito às mentes brilhantes e fala de um tipógrafo que, pelo tom impositivo do artigo, deve servir de exemplo para o exercício profissional dos tipógrafos/redatores cearenses:

“Arte typographica-

Lê-se no Diario de Pernambuco:

O nosso empregado João Paulo de Almeida acaba de dar uma prova de sua habilidade na arte que professa.

Servindo-se de linhas, ornatos e typos imaginou debuchar a fachada do edificio da typographia do Diario e o conseguiu de um modo notavel, a despeito de alguma incorrecção.

O seu trabalho, feito nas nossas officinas, foi impresso em tres cores nas do Sr. Eduardo Muhlert, e a impressão nada fica a dever à composição.

*Agradecemos ao intelligente artista os specimens com que nos mimoseou e damos-lhe do conselho que exponha um exemplar na Exposição Artistica-Industrial do Lycêo de Artes e officios para que seja devidamente aquilatado o seu trabalho”.*³⁵¹

Os tipógrafos cearenses, os “*filhos de Guttemberg*”, por fim, acabaram por adentrar na arena jornalística, lugar restrito aos jornais liberais, conservadores e a (e)leitores, correligionários em tempo de eleição, e na arena de confrontos eleitorais do *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*. Agiram de forma sediciosa, melhor, não chegaram a tomar as “armas” dos jornalistas partidários, os jornais e as oficinas tipográficas, mas, construíram mediante outros jornais, *O Colossal* e *A Greve*, suas contestações.

As atitudes táticas dos operários da impressão cearense mostraram que, suas responsabilidades junto às publicações dos jornais, estavam além dos juizados, dos termos legais, já que respondiam criminalmente, caso um leitor contestasse algo saído dos prelos. Como filhos de Gutemberg, sentiam-se responsáveis pela multiplicação e emancipação do pensamento, da opinião e da argumentação.

³⁵⁰ *Jornal Cearense*, 02/10/1882, (*Noticiario*).

³⁵¹ *Jornal Cearense*, 14/01/1882, (*Noticiario*).

E com as discussões em torno do regime eleitoral, de quem teria ou não o direito ao voto, os tipógrafos não (e)leitores, tendo em mão, literalmente, os jornais partidários, reivindicaram pelo voto, foram notícia nos jornais, fundaram os próprios órgãos de imprensa, se fortaleceram como artistas do saber e fizeram da arte tipográfica a arte de fazer política. Política pautada no cerne da letra, do tipo, da palavra, da lei, enfim, da prática do discurso.

Os tipógrafos entenderam que a realização/impressão de uma obra política e jornalística, pela junção desses elementos, é tarefa complexa, passível de dúvida, e que ficar atento à finalidade das normas gramaticais (ortografia, pontuação, sintaxe e morfologia), tão apreciadas pelos jornalistas liberais e conservadores, era um caminho promissor para a boa composição e redação não só dos textos, mas, também do diálogo pedagógico, acerca dos “objetos diretos e indiretos” dos deputados cearenses, com a grande camada da população de iletrados, “substantivos abstratos”:

“ Grammatica Politica

- *O deputado que entra na Camara por depuração de outro é um ‘pronome’.*
- *A prorrogação de uma sessão parlamentar é feita por ‘poragoge’.*
- *Um senador velho e catharrento que não falla é um ‘archaismo’.*
- *O deputado, cujas opiniões políticas não estão defendidas é um ‘ponto de interrogação’.*
- *O deputado empregado publico que faz opposição ao governo, é um ‘ponto de admiração’.*
- *A circular, é o ‘genero’ do deputado.*
- *Os cacetes e as navalhas, são os ‘pontos e virgulas’ do periodo eleitoral.*
- *O deputado que não falla é um ‘verbo defectivo’.*
- *Estudar a ‘etymologia’ de um governo, é contar o numero de favores que elle tem feito.*
- *O official de gabinete de um ministro, é um ‘verbo’ auxiliar.*
- *O votante primario, é um ‘substantivo neutro’.*
- *A ‘oração’ politica, compõe-se de tres elementos, deputados, discurso e copo d’agua.*
- *Os apartes são os ‘relativos’ do discurso.*
- *O thesouro é o verbo substantivo de um paiz.*

M.P.”³⁵²

³⁵² Jornal O Colossal, 15/06/1879, (Variedade).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“(...) A historia tem d'estas atrações fascinadoras, ajuntando as mediocridades que se assemelham e submettendo-as á um só juizo, e á uma só sentença! (...) De nossa parte protestamos pelos devidos direitos e brios do eleitorado da provincia, que, como acreditamos, saberá manter-se na altura da nobre e devida independencia de procedimento. (...)”

Jornal Pedro II, 24/04/1889, (Pedro II).

“O maior poder actual é a opinião publica, que ha um seculo toma proporções enormes.

Hoje, todo homem de estado é forçado a contar com este novo poder, autorizado pela multidão, estudado pelos sabios.(...)”

No systema representativo não se comprehende governo sem o apoio da maioria; - o que se passa no Brazil é um prolapso politico, effeito pernicioso das elaborações de estadistas desconhecidos, pequenos notaveis de provincia, que o desvirtuamento faz ministros.

Este esto, porém, não pôde deixar de ser transitorio; e nesta convicção espera o paiz uma solução, que tarda, e gera apreensões de funestas consequencias (...).”

Jornal Cearense, 27/03/1885, (Cearense).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contendas entre jornalistas liberais e conservadores cearenses, na segunda metade do século XIX, em torno de medidas para o progresso, melhoramentos do espaço urbano e controle social, tiveram, na imprensa, terreno propício para favorecer o engrandecimento da classe burguesa formada por intelectuais, bacharéis, políticos e proprietários, em detrimento dos interesses dos que representavam parte significativa da opinião pública, não publicada, de tipógrafos, impressores e outras categorias sociais de homens e mulheres sem instrução e/ou renda expressiva.

Para tanto, o uso da imprensa era preliminarmente ajuizado pelos próprios redatores partidários, ao mesmo instante, posto á prova pelos (e)leitores.

Na arena jornalística, tentativas de repreender insultos, agressões pessoais, ou seja, críticas ao governo provincial, imperial e aos partidos. O receio dos articulistas era que, com a cultura da impressão, fosse perdido o domínio da esfera privada e que as opiniões divergentes abrissem caminhos para a imprensa livre, para o vislumbramento de outras realidades mais candentes, fazendo do jornal instrumento de diálogo e conquista e não só de consenso entre fatos e ideologias eleitorais.

Assim, para perceber as particularidades dos debates, foi preciso dialogar com as informações contidas em títulos, colunas e formato dos jornais partidários, como o *Cearense*, liberal; *Pedro II* e *Constituição*, conservadores, nas epígrafes, lemas ou divisas apresentadas, condições políticas e sociais em que apareceram e/ou desapareceram, formação intelectual, política e jornalística dos redatores, diretores, gerentes, colaboradores, impressores e tipógrafos.

As tipografias desses periódicos foram visualizadas como lugar de impressão de textos dos publicistas liberais e conservadores, de anúncios e correspondências dos (e)leitores e como ambiente de mobilização e politização da

classe tipográfica, a despeito das péssimas condições de trabalho e da exclusão eleitoral a que estiveram sujeitos.

E ainda a periodicidade, duração e locais de compra e venda de tais folhas, a inserção dos meninos jornaleiros, os elementos referentes ao preço do número avulso, números atrasados e das assinaturas para o interior da província e para o exterior.

Desse modo, liam-se, no *Pedro II*, explicações sobre o seu papel de órgão da imprensa política pela causa conservadora, apesar dos protestos do jornal *Cearense*, embora alertassem os conservadores que só os seus correligionários fossem os mais competentes e únicos juízes.

Os jornalistas do *Cearense* revidam, induzindo os (e)leitores a pensarem que os escritos dos seus opositores são meras insanidades, oriundas da paixão partidária, do entusiasmo irônico pela coisa pública e, conseqüentemente, pelo jornalismo.

Os redatores do *Constituição* tentavam manter-se neutros, para não colocarem em risco a supremacia do poder da monarquia e diziam que o partido liberal queria assentar o país em condições anormais. Falavam que a política conservadora salvaria as instituições e o solo sagrado da pátria contra as idéias federalistas.

A ampliação da propaganda republicana, a partir de 1889, representara ameaça maior para os jornalistas do *Pedro II*, *Constituição* e *Cearense*, tendo em vista a possível renovação das relações de poder e a decadência partidária.

Para tanto, outros “*talentos de eleição*”³⁵³ foram mostrados ao restrito eleitorado: o *Pedro II* adota, no dia 24/11/1889, o nome de *O Brazil*, que, pouco tempo depois, em 10/01/1890, encerra suas atividades, e o *Cearense* em 14/04/1891 fundou o jornal *O Norte*.

O Norte, nas primeiras edições, era órgão do governo do capitão Manuel Nogueira Borges (1891) e de Joaquim Oliveira Catunda (1892), mas, entre julho de 1892 e 1893 fez oposição a inserção política truculenta do coronel Guilherme

³⁵³ Jornal *Pedro II*, 05/07/1889, (*Pedro II*).

César da Rocha.³⁵⁴ Devido a essa oposição, em 1893, o edifício onde ficava o material tipográfico foi arrombado e os prelos destruídos, o que conseqüentemente inviabilizou suas atividades.

Para dar satisfação ao público sobre o atentado que sofreram, os redatores do *O Norte* conseguem espaço em prelo de um pequeno jornal e dizem:

*“O nosso estabelecimento typographico foi ás horas mortas da noite, 2 da madrugada de hoje, vandalicamente assaltado por um grupo desconhecido, e completamente destruído, sendo atirados á rua em verdadeiros estilhaços, mesas, cadeiras, estantes, livros e papeis, aparelho telephonico e combustores de gaz, depois de danificado o prélo e empastellados os typos, que foram espalhados pelo chão”.*³⁵⁵

Buscando a união de forças diante da causa republicana, em 1/11/1895, as agremiações políticas representadas pelos redatores do *Cearense*, conselheiro Rodrigues Junior, do *Constituição*, Dr. Martinho Rodrigues, Justiniano de Serpa, e do *Pedro II*, Gonçalo de Lagos, oferecem a sociedade outro periódico, *O Ceará*, órgão do *Partido Republicano Democrata do Estado*.³⁵⁶

A imparcialidade, tão desejada pelos jornalistas partidários como forma de evitar a disseminação da liberdade política entre operários e (e)leitores, deu margem à arbitrariedade e à intolerância de que esses periodistas foram vítimas, por isso o jornalismo mais que solução passou a ser um problema.

A dissociação, entre homem público, política e jornalismo, na segunda metade do século XIX, era algo incoerente e indigno dos princípios liberais e conservadores, praticados de má fé ou não.

³⁵⁴ PONTE, Sebastião Rogério. *A Cidade Remodelada (1889-1930)*. In: CEARÁ, Universidade Federal do. Departamento de História. Núcleo de Documentação Cultural. Fortaleza: a Gestão da Cidade (uma história político-administrativa). Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p.42 e 43.

³⁵⁵ STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense, 1824-1924*. Op. Cit., p.100.

³⁵⁶ Id. *Ibidem.*, p.95, 99, e 115.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento. A Geração 1870 na Crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARAÚJO, Maria do Carmo Ribeiro. O Poder Local no Ceará. In: SOUZA, Simone (Coord.) *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994
- AZEVEDO, Luiz Vitor Tavares de. A Voz do Dono- Tribuna da Imprensa: Análise da Ideologia de um Discurso de Oposição (1953-1955). *Rev Bras. de História*. São Paulo: Editora Marco Zero, v. 07. n.º 13. p.63-76. Set 86/ fev 87.
- BALZAC, Honoré de (1799-1850). *Os Jornalistas*. Tradução de João Domenech. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio. Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BARRETO, Vicente. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro. Primórdios do Liberalismo. O Liberalismo e Representação Política: O Período Imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BEZERRA, José Tanísio Vieira. *Quando a ambição vira projeto. Fortaleza, entre o progresso e o caos. 1846-1879*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 2ed. São Paulo: T. A Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1987
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa (1818-1877). *Ensaio Estatísticos da Província do Ceará. Tomo I (1863)*. Ed. Fac. Similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.
- BRÍGIDO, João (1829-1921). *Ceará (Homens e Fatos)*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001.
- BURKE, Peter. *A Arte da Conversação*. São Paulo: Ed. Unb. Estadual Paulista, 1995.

- _____. *Variedade de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CAMINHA, Adolfo (1867-1897). *A Normalista*. Fortaleza: ABC Editora, 2001.
- CAMPOS, Eduardo. *Capítulos da História de Fortaleza do Século XIX*. Fortaleza: Ed. UFC, 1985.
- _____. *Imprensa Abolicionista, Igreja, Escravos e Senhores: Estudos*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto/Banco do Nordeste do Brasil, 1984.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- _____. *Os Aautos do Liberalismo. Imprensa Paulista. 1920-1945*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- _____. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998
- _____. *A Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo: Aspectos Teórico- Metodológicos de uma análise sobre História Política. Revista História: Questões e Debates*, Curitiba, v.14, nº. 26/27, p. 209, jan/dez, 1997.
- CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas da Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política. (1873-1904)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial; Teatro de Sombras: a Política Imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- _____. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CEARÁ, Biblioteca Gov. Menezes Pimentel. Departamento de Patrimônio Cultural. Núcleo de Microfilmagem. *Jornais Cearenses em Microformas, Catálogo Geral*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

- CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano Artes de Fazer*. Petrópolis/RJ: Ed.Vozes,1990.
- _____. A Operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques. e NORA, Pierre. *História Novos Problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995, p. 17-48.
- _____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- COLARES, Otacílio. *Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande*. Fortaleza: Ed. UFC,1980.
- CORDEIRO, Celeste. *Antigos e Modernos no Ceará Provincial: Progressismo e Reação Tradicionalista no Ceará Provincial*. São Paulo: Annablume,1997.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia á República. Momentos Decisivos*. 7º edição. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel,1988.
- _____. *A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVII*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília,1994.
- _____.(org). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- _____. As Práticas da Escrita. In: *História da Vida Privada. V.3. Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, p.113-161.
- _____. ROCHE, Daniel. O Livro. Uma Mudança de Perspectiva. In: LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. *História Novos Objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995. p. 99-115.
- _____. *A Aventura do Livro. Do Leitor ao Navegador*. São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: Artemed, 2001.
- _____.As Revoluções da Leitura no Ocidente. In: *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil, Fapesp, 2002, p. 19-31.
- _____. *Os Desafios da Escrita*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

- CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta. Periodismo e Vida Urbana. 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2000.
- DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- _____. *Edição e sedição. O Universo da Literatura Clandestina no século XVIII*. São Paulo: Cia das letras, 1992.
- _____. *O Grande Massacre de Gatos e outros Episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____ e ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução Impressa. A Imprensa na França. 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 6ª Edição. Porto Alegre: Globo, 1984.
- FERREIRA, Jerusa Pires. *O Livro de São Cipriano: uma Legenda de Massas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- GAMA, Lopes. *O Carapuceiro: Crônicas de Costumes*; organização Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Cia das letras, 1996.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- _____. *O Queijo e os Vermes. O Cotidiano e as Idéias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das letras, 1987.
- GIRÃO, Raimundo e SOUSA, Maria da Conceição. *Dicionário de Literatura Cearense*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1987.
- _____ e MARTINS FILHO, Antonio. *O Ceará*. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1966.
- _____. *Pequena História do Ceará*. 2ª edição. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1962
- GONÇALVES, Adelaide e BRUNO, Allyson (orgs.). *O Trabalhador Graphico*. Fortaleza: Editora UFC, 2002.
- _____ e SILVA, Jorge E. (orgs.). *A Imprensa Libertária no Ceará. 1908-1922*. São Paulo: Imaginário, 2000.

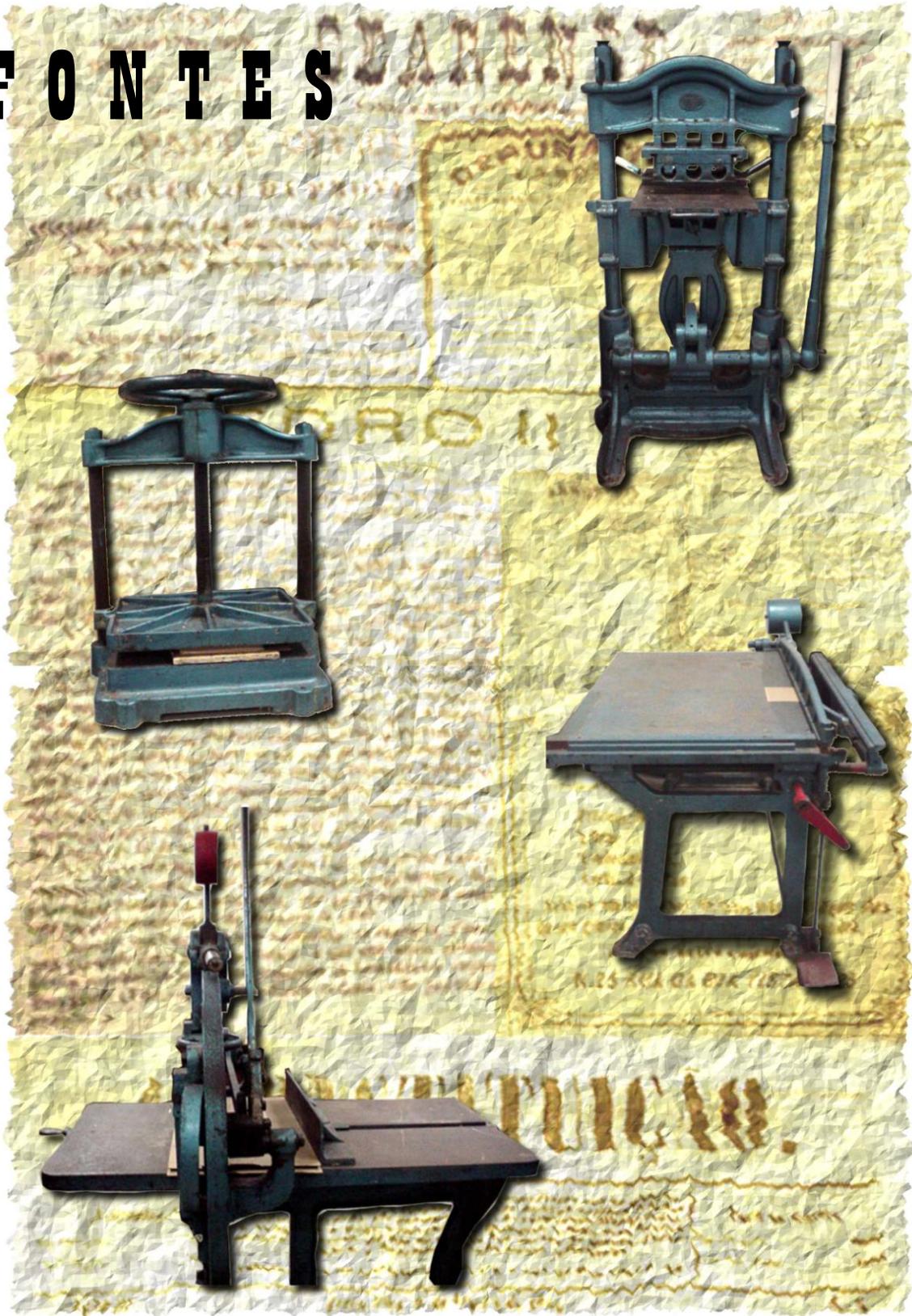
- HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981
- HUDEC, Vladimír. *O que é o jornalismo? Essência, características, funções sociais e princípios do seu desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Caminho, 1980, p. 26-30.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LE GOFF, Jaques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LIMA, Raimundo Antonio da Rocha. *Crítica e Literatura*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1968.
- LINS, Álvaro. *Jornal de Crítica. 1º série*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941, p.224-232.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência . 1821-1823*. São Paulo: Cia.das Letras, 2000.
- MANGUEL, Alberto. *Uma História da Leitura*. São Paulo: Cia das letras, 1997.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Ler e Escrever para Contar. Documentação, Historiografia e Formação do Historiador*. Rio de Janeiro: Acces, 1998.
- _____. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.
- MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou... (Crônicas Históricas da Fortaleza Antiga)*. Fortaleza: Edésio Editor, 1938.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- MIRANDA, Darcy Arruda. *Comentários à lei de imprensa. Volume I*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1969.
- MIRANDA, Ubatuba de e GIRÃO, Raimundo. *Retrato de Fortaleza*. Fortaleza: Ed. Inst. do Ceará, 1954.
- MONTENEGRO, Abelardo F. *Os Partido Políticos do Ceará*. Fortaleza: Ed. UFC, 1980.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *A Historiografia Liberal de Tristão de Alencar Araripe*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

- MCLUHAN, Marshall. *A Galácia de Gutenberg. A Formação do Homem Tipográfico*. São Paulo: Nacional/USP, 1972.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo Antigo e Moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- NICOLAU, Jairo Marconi. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- NOBRE, Geraldo. *Introdução à História do Jornalismo Cearense*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.
- OLIVEIRA, Almir Leal. *Saber e Poder. O Pensamento Social Cearense no Final do Século XIX*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- _____. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará-Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. São Paulo: Tese de Doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.
- PAIM, Antonio. *História do Liberalismo no Brasil*. São Paulo: Mandarim, 1998.
- PEDRO, Joana Maria. *Nas Tramas entre o Público e o Privado. A Imprensa do Desterro do Século XIX*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.
- PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *Urbanidade e Cultura Política. A Cidade de Fortaleza e o Liberalismo Cearense no Século XIX*. Fortaleza: Ed. UFC, 1998.
- PINTO, José Machado. *Quando a Imprensa é Notícia*. Rio de Janeiro: Ed. Temário, 1978.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque. Reformas Urbanas e Controle Social. 1860-1930*. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 1993.
- _____. *A Cidade Remodelada (1889-1930)*. In: *CEARÁ, Universidade Federal do. Departamento de História. Núcleo de Documentação Cultural. Fortaleza: a Gestão da Cidade (uma história político-administrativa)*. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1995.
- RAMOS, Xisley Araújo. *“Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime”: O Recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875)*.

- Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Universidade Federal do Ceará, 2003.
- RÉMOND, René. *O Século XIX. 1815-1914*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1974.
- _____.(org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.
- ROCHA, Demócrito. A Imprensa do Ceará. In: GIRÃO, Raimundo e FILHO, Martins. *O Ceará*. Fortaleza: Ed. Instituto de Ceará, 1966.
- RODRIGUES, José Honório. Evolução da Pesquisa Pública Histórica Brasileira. In: *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 4º ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Propaganda e História: Antigos Problemas, Novas Questões. *Revista Projeto História*. Nº 14. São Paulo, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVA, Jeovah Lucas da. *As Bênçãos de Deus: A Seca como Elemento Educador para o Trabalho (1877-1879)*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Universidade Federal do Ceará, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUSA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (orgs.) *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- SOUZA, Eusébio de. *A Imprensa do Ceará dos Primeiros Dias aos Atuais*. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1933.
- SOUZA, Francisco Belisário Soares de (1839-1889). *O Sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- STUDART, Guilherme. *Para a História do Jornalismo Cearense, 1824-1924*. Fortaleza: Typographia Moderna, 1924.
- _____. *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Fortaleza: Tipo-litografia à vapor, 1910 (vol.1), 1913 (vol.2), 1915 (vol.3).

- SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras. Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP/Cambridge, 1999.
- VEYNE, Paul. O Império Romano. In: ARIES, Philippe. DUBY, George. *História da Vida Privada. Do Império Romano ao ano Mil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha e KHOURY, Yara Maria Aun. *A Pesquisa em História*. 3ª edição. São Paulo: Ed. Ática, 1995.
- ZICMAN, Reneé Barata. História através da Imprensa- Algumas Considerações Metodológicas. *Revista Projeto História*. Nº 4. São Paulo, 1981, p.89-102.
- WEYNE, Walda. *Imprensa e Ideologia: o papel político dos jornais cearenses na Transição Monarquia/República*. Fortaleza: UFC/NUDOC, 1990.
- _____. *Imagens e Representações: Anúncios de Negros na Imprensa Cearense- Século XIX*. Fortaleza: UFC/NUDOC, s/d.

FONTES



FONTES

1) FONTES IMPRESSAS

REVISTAS

-Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

STUDART, Guilherme. Estado do Ceará. Jornaes, revistas e outras publicações periódicas de 1824-1908. *Revista do IHGB*. Parte I, II e V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo consagrado á exposição commemorativa do primeiro centenario da imprensa periódica do Brazil promovida pelo mesmo instituto. Parte I, II e V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

-Revistas do Instituto do Ceará

ARAUJO, J. Oswaldo. Imprensa do Passado. 1868-1918; 1869-1919; 1870-1920, 1871-1921, 1873-1923 e 1874-1924. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Studart, Tomos 82, 83, 84, 85, 87 e 88; ano 1968, 1969, 1970, 1971, 1974 e 1983, respectivamente.

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. A Imprensa no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typographia Studart, Tomo.11 (61-77, 129-141 e 187-203), 12 (229-254), 14 (65-96 e 249-258), 21 (12-32 e 353-383). Ano. 1897, 1898, 1900, 1907, respectivamente.

_____. Catálogo dos jornais, revistas e outras publicações periódicas do Ceará. 1824-1904. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Guarany, Tomo 19, 1905.

STUDART, Guilherme. Catálogos dos jornais de pequeno e grande formato publicados em Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Studart, Tomo 10, 1896.

_____. Catálogos dos jornais de pequeno e grande formato publicados em Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Studart, Tomo 12, 1898.

_____. Catálogos dos jornais de pequeno e grande formato publicados em Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Studart, Tomo 18, 1904.

_____. Os jornaes do Ceará nos primeiros 40 annos 1824-1864. *Tomo Especial da Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typographia Studart, Tomo Especial, p. 48-118, 1924.

_____. Jornaes cearenses no quadriênio 1908 – 1911, Tomo 26, 1912; Jornaes publicados em Ceará no ano de 1914, Tomo 29, 1915; Jornaes publicados no Ceará no ano de 1915, Tomo 31, 1916; Jornaes publicados no Ceará em 1919 e 1920, Tomo 35, 1921. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Studart.

- Revistas da Academia Cearense de Letras

QUEIROZ, Pedro (1854-?). Fragmentos. *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Typographia Minerva, Tomo 19, 1914, p. 62 e 63.

ALMANAQUES

Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Provincia do Ceará. Fortaleza: Typ. Odorico Colás, 1870 e 1873.

Almanaque do Ceará. 1899.

Obs. Ambos pertencem ao acervo da Academia Cearense de Letras, e tem grande periodicidade.

JORNAIS

-Setor de Periódicos e Microfilmagem da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Ce (BPMP/Ce)

Jornal Cearense (Fortaleza-Ce, 1846-1891): pesquisados 1846-1848, 1869 e 1871-1890.

Jornal Constituição (Fortaleza-Ce, 1863-1889): pesquisados 1865, 1866, 1867, 1870, 1872, 1874-1876, 1882 e 1889 (não foram encontradas as edições de 1863, 1864, 1868, 1869, 1873, 1877-1881 e 1883-1888).

Jornal Pedro II (Fortaleza-Ce, 1840-1889): pesquisados 1867-1870, 1872, 1881 e 1887-1889 (não foram encontradas as edições de 1840- 1866 e 1882-1886).

Jornal Libertador (Fortaleza- Ce, 1881-1892): pesquisados 1881, 1883, 1884, 1886 e 1887

Jornal O Araripe (Crato- Ce, 1855-1864): pesquisado 1855

Jornal Gazeta do Norte (Fortaleza-Ce, 1880-1892): pesquisado 1881 e 1882

Jornal da Fortaleza (Fortaleza-Ce, 1868-1870): pesquisado 1870

Jornal O Colossal (Fortaleza-Ce, 1878-1879): pesquisadas as edições de 05/09/1878 e 15/06/1879. Não consta no acervo da BPMP/Ce outros exemplares desse jornal.

2) FONTES MANUSCRITAS

DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC)

- Arrolamento da População da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio e de São José da cidade de Fortaleza, Capital do Ceará, 1887. Ala 19, Estante 413, Livros nº 355, 382, 383, 384 e 444.

- Ministro dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas do presidente da província do Ceará. Avisos. 1881-1882. Ala 19, Estante 407, nº 32.

- Secretaria de polícia do Ceará, ao presidente desta província. Ofícios. 1881-1883. Ala 19, Estante 414, nº 210.

- Ministro dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas ao presidente do Ceará. Avisos. 1886-1888. Ala 19, Estante 407, nº 35.

- 133-B. Registro de ofícios da presidência da província do Ceará, contendo nomeações, abertura de créditos extraordinários, demissão de coletores das rendas provinciais. Estatutos da Associação Tipográfica Cearense. Presidente Sr. Caetano Estelita Pessoa. 1877. Neste maço consta documentação sobre a Biblioteca Pública Provincial, que não esta no índice do APEC

- Fundo: Interior e Justiça; Série: Arquivo Público, Biblioteca Pública e Museu Histórico do Ceará:

Ala 20, Estante 444, nº 314, data/limite 1878-1887. Biblioteca Pública do Estado do Ceará, Livro de Leitores.

Ala 20, Estante 444, nº 324, data/limite 1894-1896. Biblioteca Pública do Estado do Ceará, Livro de Leitores.

-320-B Minutas de Ofícios da Secretaria do Governo da Província do Ceará ao Inspetor geral da Instrução pública e da Biblioteca Pública de 20.01.1886 a 07.08.1889. 1886 a 1889.

A N E X O S

ANEXO 1- Dados estatísticos acerca da população de Fortaleza em 1887, assinado pelo secretário de polícia Olympio Vital:

Parochias	Nº de Habitantes	Nacionalidade		Sexo	
		Brazileiros	Estrangeiros	Masculino	Feminino
S. José	14709	14539	170	6371	8338
N.S. do Patrocínio	12234	12085	149	5223	7011
Somma	26943	26624	319	11594	15349

Parochias	Estado		
	Solteiros	Casados	Viuvos
S. José	9999	3662	1048
N.S. do Patrocínio	8556	2818	860
Somma	18555	6480	1908

Parochias	Idade										
	Até 10 anos	De 11 anos a 20	De 21 anos a 30	De 31 anos a 40	De 41 anos a 50	De 51 anos a 60	De 61 anos a 70	De 71 anos a 80	De 81 anos a 90	De 91 anos a 100	De 101 anos a 110
S. José	3974	3686	3101	1808	1213	540	239	109	32	6	1
N.S. do Patrocínio	3194	3042	2682	1467	1009	498	232	83	21	6	0
Somma	7168	6728	5783	3275	2222	1038	471	192	53	12	1

Parochias	Profissão		Instrução		Habitação			Edifícios Públicos
	Com	Sem	Sabem Ler	Não Sabem Ler	Sobrados	Casas	Choupanas	
S. José	5158	9551	4941	9768	44	2582	770	23
N.S. do Patrocínio	4687	7547	4715	7519	28	1865	508	13
Somma	9845	17098	9656	17287	72	4447	1278	36

Observações: Não foram arrolados os oficiais e as praças do 11º batalhão d'infantaria e corpo de policia que se achavam no centro da provincia. Nos edificios publicos estão compreendidas 10 igrejas, sendo 6 na parochia S. José e 4 na de N.S. do Patrocínio, inclusive n'esta o cemiterio.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). **Fundo:** Secretaria de Polícia. **Série:** Inscrição do Arrolamento da População da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio e de São José, Capital da Província do Ceará, 1887, Ala 19, Estante 413, Livros nº 355, 382, 383, 384 e 444.

ANEXO 2- Índice dos jornais cearenses, dos anos de 1824 a 1904, organizados por Guilherme Studart em 1898 e 1904.

Catálogo de 1898:

Jornaes segundo a Letra Alphabetica

A 24; B 31; C 69; D 15; E 36; F 15; G 26; H 1; I 19; J 21; L 25; M 26; N 6; O 20; P 57; Q 2; R 36; S 23; T 25; U 3; V 21; X 1; Z 5.

Jornaes segundo as Localidades

<i>Fortaleza</i>	384
<i>Baturité</i>	47
<i>Aracaty</i>	21
<i>Sobral</i>	19
<i>Crato</i>	12
<i>Maranguape</i>	7
<i>Granja</i>	6
<i>Sant'Anna</i>	5
<i>Iço</i>	2
<i>Viçosa</i>	2
<i>Ipú</i>	1
<i>Paracurú</i>	1
<i>Total</i>	507

Jornaes segundo o Anno do Aparecimento

1824	1	1869	7
1825	1	1870	2
1829	2	1871	7
1830	1	1872	12
1831	2	1873	5
1834	2	1874	7
1836	1	1875	57
1838	2	1876	6
1839	1	1877	2
1840	6	1878	8
1844	2	1879	2
1845	1	1880	24
1846	3	1881	23
1847	3	1882	1
1848	7	1883	0
1850	3	1884	14
1851	1	1885	8
1852	2	1886	3
1853	1	1887	17
1855	1	1888	17
1856	1	1889	7
1857	2	1890	15
1859	5	1891	26
1860	8	1892	19
1861	7	1893	10
1862	10	1894	11
1863	15	1895	13

1864	9	1896	16
1865	2	1897	31
1866	3	1898	10
1867	13	Anno Ignorado	39
1868	6	Total	507

Fonte: STUDART, Guilherme. Catálogos dos Jornais de Grande e Pequeno Formato publicados em Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo 12, 1898, p. 210-211.

Catálogo de 1904

Jornaes segundo a Lettra Alphabetica

A 42; B 54; C 108; D 32; E 47; F 26; G 45; H 2; I 28; J 30; L 49; M 47; N 18; O 23; P 87; Q 2; R 50; S 45; T 47; U 7; V 42; Y 1; Z 7.

Jornaes segundo as Localidades

Fortaleza		582
Baturité		77
Sobral		43
Crato		32
Aracaty		30
Maranguape		22
Granja		11
Quixadá		5
Sant'Anna		4
Viçosa		3
Paracurú		3
Camocim		3
Mulungú		2
Coité		2
Iço		2
Ipú		2
Cascavel		1
Jardim		1
S. Benedicto		1
Guaramiranga		1
Redempção		1
S. Quitéria		1
Jacaré, Serra da Ibiapaba		1
Sant'Anna do Brejo Grande		1
Massapé		1
Pernambuquinho		1
Barbalha		1
	Total	834

Jornaes segundo o Anno do Aparecimento

1824	1	1870	2
1825	1	1871	5
1829	3	1872	10
1830	1	1873	6
1831	2	1874	8
1834	3	1875	8
1835	1	1876	9

1836	1	1877	8
1838	3	1878	4
1839	1	1879	7
1840	6	1880	4
1844	3	1881	35
1845	1	1882	25
1846	3	1883	13
1847	2	1884	23
1848	4	1885	12
1849	5	1886	7
1850	4	1887	22
1851	1	1888	21
1852	4	1889	14
1853	2	1890	16
1855	1	1891	33
1856	1	1892	22
1857	1	1893	14
1858	1	1894	17
1859	5	1895	17
1860	14	1896	31
1861	9	1897	39
1862	11	1898	31
1863	18	1899	26
1864	17	1900	21
1865	1	1901	21
1866	6	1902	42
1867	16	1903	27
1868	10	1904	40
1869	7	Anno Ignorado	22
<i>Total</i>			834

Fonte: STUDART, Guilherme. Catálogos dos Jornais de Grande e Pequeno Formato publicados em Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo 18, 1904, p. 287-289.

ANEXO 3- Visualização dos endereços das tipografias dos jornais *Cearense*, *Pedro II*, *Constituição*, *Gazeta do Norte*, *Libertador* em 1887 e do *O Colossal* em 1879, com base no mapa do Centro de Fortaleza de 2003.



Senador Pompeu (antes de 1887 denominou-se Rua d'Amélia e Rua 2)- endereço da Tipografia do *Gazeta do Norte*/1887

Barão do Rio Branco (em 1887 denominou-se Rua Formosa)- endereço da Tipografia do *Cearense*/1887

Major Facundo (antes de 1887 denominou-se Rua da Palma, Rua do Fogo, Ruas 1 e 3)- endereço das Tipografias do *Libertador*, *Pedro II*, *Constituição*/1887 e *O Colossal*/1879

Fontes: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Inscrição do Arrolamento da População da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio e de São José, Capital da Província do Ceará, 1887, Ala 19, Estante 413, Livros nº 355, 382, 383, 384 e 444; e *Jornal O Colossal*, 15/06/1879 e MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou... (Crônicas Históricas da Fortaleza Antiga)*. Fortaleza: Edésio Editor, 1938, p. 156- 158.

ANEXO 4- Resumo da apuração dos votos na eleição para deputado da província cearense, segundo noticiário do jornal *Cearense* de 08 de fevereiro de 1880.

NOTICIÁRIO								
Eleição provincial.—O resultado da eleição dos collegios abaixo foi o seguinte:								
	Quixeramobim (*)	Boa-Viagem	S. João do Príncipe	Ipi (*)	Sant'Anna	Maria Pereira	S. Bernardo de Russas	Limoeiro
Dr. José Pompeu	12	11	62	48	20	30	23	11
Dr. José Lourenço	12	11	62	48	20	30	23	11
Dr. Justa	12	11	31	31	20	30	23	11
Dr. Paula Pessoa	25	11	62	60	20	30	22	11
Dr. Helvecio	12	11	36	48	20	29	22	11
Dr. Fulgencio	12	11	31	31	20	29	22	11
Dr. A. Pompeu	12	11	31	48	20	29	22	11
Dr. Montesuma	12	11	31	31	20	29	22	11
Dr. Sampaio	12	11	31	31	20	29	22	11
Padre João Vicente	12	11	24	31	20	29	35	11
Padre João Antonio	12	10	62	48	25	42	22	7
Padre Vicente Jorge	12	10	35	48	29	29	22	11
Padre Antero	12	10	45	31	29	29	22	11
Padre Miceno	12	10	31	31	20	29	22	11
Padre Antonino	12	10	62	31	20	29	22	11
Theodorico	12	10	62	31	20	30	22	11
Paiva	12	10	62	31	20	29	22	6
Adherbal	12	10	31	31	20	29	22	11
Epifanio	12	10	62	31	20	29	22	11
Feijó	12	10	31	31	20	29	22	11
João Lopes	12	10	32	48	20	29	22	11
Catunda	12	10	32	60	20	29	22	6
Julio Cezar	11	10	32	48	20	29	22	6
Lourenço Alves	11	10	62	48	20	29	22	11
Moura	11	10	32	31	20	29	22	11
Luiz Carlos	11	10	32	48	20	29	22	6
Innocencio Braga	11	10	32	31	20	29	22	11
João Sampaio	11	10	30	48	20	29	22	6
J. Guilhermino	11	10	62	48	30	29	22	11
Miguel Soares	11	10	32	60	20	29	22	11
Fenelon	11	10	32	31	20	29	22	11
Roseo Jamacarú	11	10	32	31	20	29	22	11
Pedro Alves	13							
Dr. Cartaxo			32					
Padre Angelim				60				
Padre João Paulo							14	9
Conego Antunes							4	9
André Avelino							11	
Padre Anastacio	13							
Padre Salviano	13							

(*) Os eleitores conservadores votaram na sua chapa.

(*) Obtiveram mais votos Joaquim Costa 10, José Candido do Amaral 5, Urbano 6.

Resumo dos collegios já publicados e mais Quixeramobim, Boa-Viagem, S. João do Príncipe, Ipi, Maria Pereira, Sant'Anna, S. Bernardo e Limoeiro.

1	Dr. Francisco B. de Paula Pessoa	682	votos
2	Dr. José Pompeu d'Albuquerque Cavalcanti	667	«
3	Dr. Antonio Pompeu de Souza Brazil	665	«
4	Dr. José Lourenço de Castro e Silva	648	«
5	Padre Antonino Pereira de Alencar	639	«
6	João Francisco Sampaio	631	«
7	Padre João Antonio de N. Sá	626	«
8	Joaquim Guilhermino Maria da Costa Cysus	626	«
9	Dr. Helvecio da Silva Monte	623	«
10	Coronel Antonio Theodorico da Costa	620	«
11	Tenente-coronel André Epifanio Ferreira Lima	619	«
12	Padre Vicente Jorge de Souza	619	«

13	Tenente Lourenço A. Feitosa e Castro	619	«
14	Capitão Innocencio Francisco Braga	617	«
15	Joaquim de Oliveira Catunda	609	«
16	Tenente-coronel Antonio P. de Brito Paiva	608	«
17	Padre Antero José de Lima	604	«
18	Capitão Miguel Soares e Silva	604	«
19	João Lopes Ferreira Filho	600	«
20	Fenelon Romilcar da Cunha	587	«
21	Dr. José Antonio da Justa	587	«
22	Julio Cezar da Fouseca Filho	580	«
23	Joaquim Feijó de Mello	580	«
24	José Antonio de Moura Cavalcante	580	«
25	Padre Miceno C. Linhares	577	«
26	Dr. Francisco Ribeiro Delfino Montezuma	574	«
27	Capitão Luiz Carlos da Silva Peixoto	573	«
28	Dr. Manoel de Sá Barreto Sampaio	573	«
29	Dr. Fulgencio Peres da Motta	568	«
30	Roseo A. de Oliveira Jamacarú	568	«
31	Tenente-coronel Adherbal T. Castro Silva	552	«
32	Padre João Vicente Ferreira Lima	555	«
	Padre João Paulo Barbosa	145	«
	Conego Joaquim Antunes de Oliveira	88	«
	Padre Anastacio A. Braga	78	«

E outros menos votados.

ANEXO 5- Decreto nº 7.981 de 20 de Janeiro de 1881. Instruções acerca do alistamento de eleitores e do processo eleitoral, em virtude da lei nº 3.029 de 9 de Janeiro de 1881 que implementou as eleições diretas. SOUZA, Francisco Belisário Soares de (1839-1889). *O Sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979, p. 370-391.

DECRETO Nº 7.981 — DE 20 DE JANEIRO DE 1881

Manda observar as instruções para o primeiro alistamento dos eleitores a que se tem de proceder em virtude da Lei nº 3.029, de 9 de Janeiro do corrente ano.

Tendo ouvido a Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, hei por bem que, para o primeiro alistamento dos eleitores a que se tem de proceder em virtude da Lei nº 3.029, de 9 de Janeiro do corrente ano, se observem as instruções que com este baixam, assinadas pelo Barão Homem de Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em 29 de Janeiro de 1881, 60º da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador.

Barão Homem de Mello.

INSTRUÇÕES PARA O PRIMEIRO ALISTAMENTO DE ELEITORES A QUE SE TEM DE PROCEDER EM VIRTUDE DA LEI Nº 3.029, DE 9 DE JANEIRO DE 1881, E AS QUAIS SE REFERE O DECRETO DESTA DATA.

Das Autoridades Encarregadas do Alistamento dos Eleitores

Art. 1º Os trabalhos do primeiro alistamento dos eleitores começarão no dia que for marcado pelo Ministro do Império na Corte e pelos Presidentes nas províncias.

Art. 2º O alistamento dos eleitores, nas comarcas onde houver um só juiz de direito, será preparado em cada termo pelo respectivo juiz municipal, e definitivamente organizado pelo juiz de direito da comarca.

Art. 3º Quando houver mais de um termo sob a jurisdição de um só juiz municipal formado, a este compete o preparo do alistamento nos termos de sua jurisdição.

370

mais vizinhos, a fim de estabelecer-se a ordem das substituições, conforme prescrevem o art. 6º nºs 2º e 3º e o art. 7º nº 3º.

Dos Eleitores

Art. 10. São eleitores todos os cidadãos brasileiros, que se acharem no gozo dos direitos políticos, e provarem as condições exigidas para o exercício do direito de votar.

Art. 11. São cidadãos brasileiros:

I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço da sua nação.

II. Os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império.

III. Os filhos de pai brasileiro, que estivesse em país estrangeiro em serviço do Império, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brasil.

IV. Todos os nascidos em Portugal e suas possessões, que, sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência nas províncias onde habitavam, aderiram a esta expressa ou tacitamente pela continuação da sua residência.

V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião.

Art. 12. Perde o direito de Cidadão Brasileiro:

I. O que se naturalizar em país estrangeiro.
II. O que, sem licença do Imperador, aceitar emprego, pensão ou condecoração de qualquer governo estrangeiro.

III. O que for banido por sentença.

Art. 13. Suspende-se o exercício dos direitos políticos:

I. Por incapacidade física ou moral, legalmente verificada.
II. Por sentença condenatória a prisão ou degredo, enquanto durarem os seus efeitos.

Art. 14. São requisitos legais para o exercício do direito de voto, além do gozo dos direitos políticos:

I. Ter o cidadão vinte e cinco anos ou mais de idade, salvo os casados e oficiais militares que forem maiores de vinte e um anos, os bacharéis formados e clérigos de ordens sacras.

372

No termo onde não residir o juiz municipal formado, o respectivo suplente limitar-se-á a receber os requerimentos e documentos que lhe forem apresentados por aqueles que não preferirem fazer a entrega ao dito juiz municipal, e a enviá-los a este dentro de três dias, passado recibo dos requerimentos e documentos que perceber.

Art. 4º Nas comarcas especiais de mais de um juiz de direito, a estes compete o preparo e a organização do alistamento, cada um no respectivo distrito criminal.

Nas comarcas especiais de um só termo, ao respectivo juiz de direito compete igualmente o preparo e a organização do alistamento.

Art. 5º Os juizes municipais serão substituídos em suas faltas ou impedimentos pelos respectivos suplentes.

Art. 6º Nas comarcas que tiverem um só juiz de direito, será este substituído:

1º Pelo juiz municipal efetivo da sede da comarca.

2º Pelos juizes municipais efetivos dos outros termos da mesma comarca, preferindo nesta substituição os dos termos mais vizinhos aos dos mais remotos.

3º Pelo juiz de direito da comarca mais vizinha, isto é aquela cuja sede for mais próxima da do juiz impedido.

Art. 7º Nas comarcas de mais de um juiz de direito, se substituirão:

1º Uns pelos outros, conforme a regra geral de sua substituição.

2º Pelos juizes substitutos formados, de conformidade com a mesma regra.

3º Pelo juiz de direito da comarca mais vizinha, no caso de falta ou impedimento de todos os juizes de direito e substitutos formados.

Parágrafo único. Estas regras de substituição serão observadas de modo que os juizes de direito nunca sejam substituídos pelos suplentes dos juizes municipais, ou dos juizes substitutos.

Art. 8º O serviço do alistamento dos eleitores, que a lei incumba às autoridades judiciárias, prefere a qualquer outro.

Art. 9º O Governo na Corte, e os Presidentes nas províncias, em atos especiais, declararão quais os termos e comarcas

371

II. Ter renda líquida anual não inferior a 200\$000 por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego.

Art. 15. São excluídos do direito de votar:

I. Os filhos-famílias que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem ofícios públicos.

II. Os criados de servir, em cuja classe não entram os guardalivros e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Imperial que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais e fábricas.

III. Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral.

IV. As praças de pré do exército, da armada e dos corpos policiais. Na designação de corpos policiais se compreendem todos os indivíduos alistados para o serviço de polícia, qualquer que seja a sua denominação.

V. Os serventes das repartições e estabelecimentos públicos.

Do Processo do Alistamento dos Eleitores

Art. 16. No dia marcado para começarem os trabalhos do primeiro alistamento dos eleitores, os juizes municipais e os juizes de direito, encarregados de seu preparo, expedirão editais convidando os cidadãos, que pretendam ser inscritos no registro eleitoral, a requerê-lo no prazo improrrogável de trinta dias.

Art. 17. Os editais mencionarão os dias, hora e lugar para a apresentação dos requerimentos e serão afixados em lugares públicos, e publicados pela imprensa, onde a houver.

Dos protocolos das audiências constará o dia da expedição dos editais.

Art. 18. Nenhum cidadão será incluído no alistamento dos eleitores, sem que o requeira singularmente, por si ou por procuração, sendo o requerimento assinado pelo próprio indivíduo, quando souber ler e escrever, ou pelo procurador; e quando não souber ler e escrever, por um indivíduo a seu gozo.

Os juizes de direito e municipais serão *ex officio* incluídos no alistamento da paróquia do seu domicílio.

Art. 19. Cada cidadão no requerimento que apresentar declarará a paróquia, o distrito de paz e o quarteirão de seu do-

373

micílio, provando com documentos as condições indispensáveis para que possa ser inscrito no respectivo registro eleitoral.

Parágrafo único. As certidão e outros documentos exigidos para o alistamento dos eleitores são isentos de selo e de quaisquer outros direitos.

Art. 20. A posse não contestada dos direitos políticos, não havendo prova em contrário, é suficiente para que o cidadão, se tiver os demais requisitos para eleitor, seja compreendido no alistamento.

Entende-se provada a dita posse pelo exercício anterior dos direitos políticos e de quaisquer cargos públicos.

Art. 21. A idade será provada por meio de certidão de batismo ou por qualquer outro documento autêntico que legalmente a substitua.

Será dispensada esta prova quando o cidadão se achar compreendido em alguma das classes a que se refere o art. 14 n.º 1 e o art. 56 destas instruções.

Art. 22. Os juizes municipais e os juizes de direito são obrigados a passar recibo dos requerimentos e dos documentos que os acompanham, podendo o recibo ser impresso para somente ser assinado pelo juiz.

Art. 23. Os despachos para apresentação de documentos serão proferidos em prazo nunca maior de dez dias, contados da data da entrega do requerimento.

Estes despachos serão lançados nos próprios requerimentos e publicados por edital.

Art. 24. Para apresentação dos documentos será marcada no despacho do requerimento e no edital a que se refere o artigo antecedente o prazo de vinte dias.

Art. 25. Findo este último prazo, juizes municipais, dentro de vinte dias, enviarão aos juizes de direito todos os requerimentos acompanhados de duas relações, organizadas por municípios, paróquias, distritos de paz e quarteirões, com os nomes dos indivíduos que requereram, colocados por ordem alfabética nos quarteirões de seus domicílios.

Art. 26. Dessas duas relações, uma conterà os nomes dos cidadãos que exibirem os documentos legais na devida forma, e outra os nomes dos que não instruíram devidamente os seus requerimentos, por não terem juntado os documentos legais,

374

Art. 33. Além das cópias do artigo antecedente, se extrairão cópias dos alistamentos relativos a cada um dos municípios que não forem o da cabeça da comarca, a fim de serem enviadas aos juizes municipais, para que as façam publicar por edital em cada um dos municípios e registrar por tabelião ou quem suas vezes fizer.

No município da sede da comarca o edital do respectivo alistamento será publicado pelo juiz de direito.

Art. 34. Além das precedentes serão extraídas tantas cópias parciais do alistamento quantas forem as paróquias, distritos de paz, secções de paróquias e de distritos de paz, onde de conformidade com a Lei n.º 3.029, de 9 de janeiro do corrente ano se tiverem de constituir mesas de assembleias eleitorais. Estas cópias serão oportunamente remetidas aos juizes de paz mais votados, que entregarão aos presidentes das mesas eleitorais nas secções de paróquia e de distrito de paz aquelas que forem relativas ao alistamento dos eleitores destas secções.

O juiz de direito na sede da comarca e os juizes municipais efetivos nos outros termos, designarão dentre os escrivães e tabeliães quem deva fazer este serviço, ficando a seu cargo mandá-lo executar por dois, três ou por todos estes serventuários.

Art. 35. Todas as cópias de que tratam os três artigos precedentes, serão assinadas pelo juiz de direito e pelo mesmo rubricadas em cada uma das folhas.

Art. 36. Nas comarcas onde, segundo o disposto no art. 4º destas instruções e art. 6º § 2º da Lei n.º 3.029, de 9 de janeiro do corrente ano, os juizes de direito tiverem a seu cargo o preparo e a definitiva organização do alistamento, logo que se houver terminado o prazo a que se refere o art. 24, os juizes de direito marcarão aos interessados o prazo de dez dias destinado à corroboração de provas e juntada de documentos, segundo dispõe o art. 27, e dentro de quarenta e cinco dias, nos quais se computarão aqueles dez, darão os despachos definitivos, a que se refere o art. 29.

Art. 37. Proferidos os despachos definitivos relativamente ao alistamento dos eleitores de cada um dos distritos, onde os juizes de direito exercem jurisdição criminal, serão extraídas as cópias respectivas, a fim de serem remetidas ao juiz de direito do primeiro desses distritos, o qual ordenará o registro nos termos do art. 33.

O edital do alistamento em cada distrito criminal será publicado pelo respectivo juiz de direito.

376

ou por tê-los juntado defeituosos, declarando-se quais as faltas e defeitos.

Em ambas as relações farão os juizes municipais as observações que julgarem convenientes para esclarecimento dos juizes de direito.

Art. 27. Os juizes de direito no mesmo dia em que receberem os requerimentos preparados pelos juizes municipais, ou no imediato, publicarão editais convidando os cidadãos a que no prazo de dez dias, requeiram para juntar a seus requerimentos, vindos do juízo municipal, os documentos exigidos naquele juízo, ou outros que melhor provem o seu direito, quando não o tenham podido fazer em tempo próprio.

Estes requerimentos não poderão ser admitidos sem que venham informados pelos juizes municipais, o que estes farão no prazo de três dias, contados da data do recebimento dos mesmos.

Art. 28. Dentro do mesmo prazo não somente os juizes municipais, mas quaisquer outras autoridades, empregados e repartições públicas são obrigados a prestar aos juizes de direito as informações e esclarecimentos, e a fornecer os documentos que lhes forem requisitados.

Art. 29. Passados os dez dias a que se refere o art. 27, e dentro de quarenta e cinco, contados da data do edital de que trata o mesmo artigo, os juizes de direito, por despachos fundamentados, proferidos nos próprios requerimentos, julgarão provado ou não o direito de cada cidadão de ser reconhecido eleitor.

Art. 30. Nenhum cidadão poderá ser alistado eleitor em mais de uma paróquia, e só poderá sê-lo naquela em que tiver o seu domicílio.

Art. 31. A paróquia do domicílio é aquela em que o cidadão reside habitualmente.

Na palavra domicílio não se compreendem os escritórios para exercício da advocacia, da medicina ou de qualquer outra profissão.

Art. 32. Depois do julgamento definitivo de que trata o art. 29, haverá um prazo de vinte dias, dentro do qual serão extraídas cópias do alistamento geral da comarca, sendo uma para ser remetida na Corte ao Ministro do Império, e nas províncias aos Presidentes, e tantas outras quantas forem os tabeliães da sede da comarca encarregados do registro dos eleitores.

375

Art. 38. Os requerimentos ficarão arquivados no respectivo cartório, depois do despacho definitivo, e às partes se entregarão somente os documentos originais que forem requeridos, ficando traslado.

Art. 39. As decisões dos juizes de direito sobre a inclusão dos cidadãos no alistamento dos eleitores, ou a sua exclusão destes, serão definitivas.

Delas, porém, terão recurso para a Relação do distrito, sem efeito suspensivo: 1º os cidadãos não incluídos e os excluídos, requerendo cada um de per si; 2º qualquer eleitor da comarca, no caso de inclusão indevida de outro, referindo-se cada recurso a um só indivíduo.

Estes recursos serão interpostos no prazo de 30 dias, quanto às inclusões ou não inclusões, e em todo o tempo, quanto às exclusões.

Da Prova da Renda

Art. 40. Na prova da renda exigida para ser eleitor serão estritamente observadas as prescrições da Lei n.º 3.029, de 9 de janeiro do corrente ano.

Art. 41. Se a renda provier de bens de raiz, examinar-se-á se estão eles ou não sujeitos ao imposto predial ou décima urbana.

Art. 42. No caso do imóvel ser urbano, e estar sujeito a este imposto, a renda será provada por algum dos seguintes modos:

1º Certidão da competente repartição fiscal de estar o imóvel averbado com valor locativo anual não inferior a 200\$000.

2º Recibo de pagamento daquele imposto sobre a base do mesmo valor locativo não inferior a 200\$000.

Art. 43. Quando o imóvel não se achar na demarcação do imposto predial ou décima urbana, ou não estiver sujeito a este imposto, se consistir em terrenos de lavoura ou de criação ou em quaisquer outros estabelecimentos agrícolas ou rurais, se examinará se é ou não ocupado pelo próprio dono.

§ 1º Quando for ocupado pelo próprio dono, o rendimento será computado na razão de 6% sobre o valor do imóvel, verificado por título legítimo de propriedade ou posse, ou por sentença judicial que as reconheça.

§ 2º Quando o imóvel não for ocupado pelo próprio dono, seu rendimento será também calculado na razão de 6% sobre o

377

valor, sendo este verificado pelo modo estabelecido neste artigo ou à vista do preço do aluguel ou arrendamento.

§ 3º O preço do aluguel ou arrendamento será provado pela exibição do respectivo contrato, lançado em livro de notas, pelo menos quatro meses antes do dia marcado para começo do primeiro alistamento.

§ 4º Para que os contratos constituam prova da renda do imóvel é necessário que expressamente declarem o preço do aluguel ou arrendamento.

Art. 44. A renda proveniente de indústria ou profissão será provada pelos seguintes modos:

I. Certidão de estar o cidadão matriculado como negociante, pelo menos desde quatro meses antes do dia marcado para começo do primeiro alistamento.

II. Certidão de estar o cidadão desde o mesmo tempo inscrito no registro do comércio em alguma das seguintes classes:

- 1º Corretor;
- 2º Agente de leilões;
- 3º Administrador de trapiche;
- 4º Capitão de navio;
- 5º Piloto de carta;
- 6º Guarda-livros ou 1º caixeiro de casa comercial;
- 7º Administrador de fábrica industrial.

Art. 45. Para que os guarda-livros, ou 1º caixeiros de casa comercial e administradores de fábrica industrial sejam alistados, é necessário provarem que a casa comercial ou fábrica industrial tem o fundo capital realizado ou efetivo não inferior a 6:800\$000.

Art. 46. O fundo capital será provado pelos seguintes modos:

1º Se o estabelecimento pertencer a companhia ou sociedade mercantil — com certidão do registro do comércio, que prove se achar inscrito o contrato da sociedade ou estatutos da companhia, pelo menos quatro meses antes do dia do começo do primeiro alistamento.

2º Se o estabelecimento não pertencer a companhia ou sociedade mercantil — com certidão que demonstre o quantum

378

IV. Certidão de lotação dos officios de justiça, pela qual se prove que o respectivo serventuário tem rendimento anual não inferior a 200\$000.

Art. 49. O direito à aposentação se provará à vista das leis gerais ou provinciais que tenham determinado as respectivas condições, organizado os serviços ou criado os empregos.

Art. 50. Serão alistados eleitores, embora sem direito expresso à aposentação, os empregados das secretarias do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembléas Legislativas Provinciais, contanto que exhibam título de nomeação efetiva, e certidão de que têm vencimentos não inferiores a 200\$ por ano.

Art. 51. Também é renda legalmente reconhecida, como condição do direito de voto, a proveniente: 1º — de títulos da dívida pública, geral ou provincial; 2º — de ações de bancos e de companhias legalmente autorizadas; 3º — de depósito nas caixas econômicas do Governo.

Art. 52. Provar-se a renda proveniente de títulos da dívida pública geral ou provincial — com certidão autêntica de possuir o cidadão, desde quatro meses antes do dia do começo do primeiro alistamento, em seu nome ou no da mulher, se for casado, títulos desta espécie, cujos juros produzam anualmente renda não inferior a 200\$000.

Art. 53. É prova da renda proveniente de ações de bancos ou companhias — certidão autêntica de possuilas o cidadão, pelo menos desde quatro meses antes do dia do começo do primeiro alistamento, em seu nome ou no da mulher, se for casado, em número e valor tal que no último dividendo tenham produzido juros correspondentes a uma renda anual não inferior a 200\$000.

Art. 54. Somente se considerarão títulos de renda, para conferir o direito de votar, as ações de bancos e companhias que, sendo nacionais, estejam legalmente constituídos, e estrangeiros, competentemente autorizados a funcionar no Império.

Art. 55. A renda proveniente dos depósitos em caixas econômicas do Governo se provará por meio dos respectivos conhecimentos, ou de certidões autênticas que mostrem que o depósito se efetuou em nome do cidadão ou no da mulher, se for casado, pelo menos desde quatro meses antes do dia do começo do primeiro alistamento, e que produza anualmente rendimento não inferior a 200\$000.

Art. 56. São considerados como tendo a renda legal, a fim de serem alistados, independentemente de prova, os cidadãos compreendidos em qualquer das seguintes classes:

do fundo capital, passada por official público, à vista do último balanço da casa comercial ou fábrica, extraído do respectivo livro, o qual deverá ser exhibido ao official público que tiver de passar a certidão.

Art. 47. Constitui também prova legal da renda proveniente de indústria ou profissão:

I. Certidão extraída de qualquer repartição fiscal, geral ou provincial, de haver o cidadão pago, pelo menos quatro meses antes do dia do começo do primeiro alistamento, o imposto de indústria ou profissão, ou outro fundado no valor locativo do imóvel urbano ou rural, sendo qualquer destes impostos não inferior: a 24\$000 anuais, no município da Corte; a 12\$000, nas outras cidades; e a 6\$000, nos demais lugares do Império.

II. Certidão da repartição fiscal competente, de possuir o cidadão fábrica ou outro estabelecimento industrial ou rural, cujo fundo capital seja, pelo menos de 3:400\$000.

A prova da existência do fundo capital será a mesma estabelecida no artigo antecedente.

III. Certidão da respectiva repartição fiscal, de possuir o cidadão estabelecimento comercial, de fundo capital não inferior a 3:400\$000, e de ter pago, pelo menos quatro meses antes, o imposto de indústria e profissão.

É aplicável a este caso o que já está determinado para provar-se em casos semelhantes o fundo capital.

Art. 48. É prova legal da renda proveniente de emprego público:

I. Certidão do Tesouro Nacional e das Tesourarias de Fazenda gerais e provinciais, pela qual se mostre que o cidadão percebe anualmente vencimento não inferior a 200\$000, por emprego que dê direito à aposentação.

II. Certidão das Câmaras Municipais, quanto aos que nelas exercem empregos, provando que o empregado auferi vencimento anual não inferior a 200\$000, e que tem direito à aposentação.

III. Certidão das mesmas repartições, quanto aos empregados gerais, provinciais e municipais, e officiais do exército, da armada, dos corpos policiaes, e honorários, que percebam dos cofres gerais, provinciais ou municipais, por aposentação, jubilação, reforma ou pensão, vencimentos anuais não inferiores a 200\$000.

379

I. Ministros e Conselheiros de Estado; Bispos; Presidentes de província e respectivos secretários.

II. Senadores, Deputados à Assembléa Geral e membros das Assembléas Legislativas Provinciais.

III. Magistrados perpétuos ou temporários; secretários do Supremo Tribunal de Justiça e secretários das Relações; promotores públicos; curadores gerais de órfãos; chefes de polícia e seus secretários; delegados e subdelegados de polícia.

IV. Clérigos de ordens sacras.

V. Diretores do Tesouro Nacional e inspetores das Tesourarias de Fazenda gerais e provinciais; procuradores fiscaes e os dos Feitos da Fazenda; inspetores das Alfândegas e chefes de outras repartições de arrecadação.

VI. Diretores das Secretarias de Estado; inspetor das terras públicas e colonização; diretor geral e administradores dos Correios; diretor geral e vice-diretor dos telégrafos; inspetores ou diretores das obras públicas gerais ou provinciais; diretores das estradas de ferro pertencentes ao Estado, e chefes de quaisquer outras repartições ou estabelecimentos públicos.

VII. Empregados do corpo diplomático ou consular, que estiverem no Império.

VIII. Officiaes do exército, da armada e dos corpos policiaes.

IX. Diretores, lentes e professores das faculdades, academias e escolas de instrução superior; inspetores gerais ou diretores da instrução pública na Corte e nas provincias; diretores ou reitores de institutos, colégios ou outros estabelecimentos públicos de instrução, e respectivos professores; professores públicos de instrução primária por título de nomeação efetiva ou vitalícia.

X. Os habilitados com diplomas científicos ou literários de qualquer faculdade, academia, escola ou instituto nacional ou estrangeiro, legalmente reconhecidos.

XI. Os que, desde mais de quatro meses antes do primeiro alistamento, dirigirem casas de educação ou ensino, frequentadas por 20 ou mais alumnos, ou lecionarem nas mesmas casas.

XII. Os juizes de paz e vereadores efetivos do quadriênio de 1877 — 1881 e do seguinte; e os cidadãos qualificados jurados na revisão feita no ano de 1879.

Art. 57. Os cidadãos a que se refere o artigo antecedente, desde que o requererem, serão alistados, uma vez que estejam

380

381

compreendidos em algumas das classes nele enumeradas, salvas as disposições dos arts. 58, 59, 60 e 61.

Art. 58. Os delegados e subdelegados a que se refere o nº III do art. 56, são unicamente os efetivos que tenham solicitado seus títulos, prestado juramento e exercido os cargos.

Art. 59. Servirá de prova aos cidadãos compreendidos no nº XI do art. 56, certidão passada pelo inspetor ou diretor da instrução pública ou por quem suas vezes fizer, na Corte e nas províncias.

Art. 60. Os juizes de paz e vereadores a que se refere o nº XII do art. 56 serão alistados à vista de certidão de que foram eleitos, prestaram juramento, entraram em exercício e a respectiva eleição não foi posteriormente anulada.

Art. 61. A prova de estar compreendido na lista dos jurados pela revisão de 1879 será dada mediante certidão do escrivão do Júri.

Art. 62. O cidadão que não puder provar a renda por algum dos meios determinados nos artigos antecedentes, será admitido a fazê-lo em processo singular e sumário requerido ao juiz de direito da comarca e, quando esta tiver mais de um, a qualquer deles.

Mediante este processo singular e sumário, será declarado que tem a renda legal o cidadão que provar que desde quatro meses pelo menos antes do dia do começo do primeiro alistamento, reside, com economia própria, em prédio cujo valor locativo anual, por ele pago, seja:

I. De 400\$000 na cidade do Rio de Janeiro.

II. De 300\$000 nas cidades de Belém do Pará, S. Luís do Maranhão, Recife, Bahia, Niterói, S. Paulo e Porto Alegre.

III. De 200\$000 nas demais cidades.

IV. De 100\$000 nas vilas e outras povoações.

Art. 63. Será igualmente declarado que tem a renda legal o cidadão que provar que, desde quatro meses pelo menos antes do dia do começo do primeiro alistamento na respectiva província, tomou por arrendamento terrenos de lavoura ou de criação, ou quaisquer outros estabelecimentos agrícolas ou rurais, cujo valor locativo anual, por ele pago, seja de 200\$000 pelo menos.

Art. 64. Na petição inicial o requerente declarará o lugar de sua morada, especificando o município, paróquia, distrito, quar-

382

prazo de quinze dias, contado do em que houver sido apresentada em juízo a petição.

Nenhum processo compreenderá mais de um cidadão e nele não terá lugar pagamento de selo nem de custas, exceto as dos escrivães que serão cobradas pela metade.

Art. 70. No caso de falta ou impedimento no julgamento destes processos será o juiz de direito substituído:

I. Nas comarcas de um só juiz de direito: 1º pelo juiz municipal efetivo da sede da comarca; 2º pelos juizes municipais efetivos dos outros termos da mesma comarca, que forem mais vizinhos.

II. Nas comarcas de mais de um juiz de direito: 1º pelos outros juizes de direito conforme a regra geral de sua substituição; 2º pelos juizes substitutos formados, de conformidade com a mesma regra.

Parágrafo único. Se todos eles faltarem ou se acharem impedidos, o processo será feito perante o juiz de direito da comarca mais vizinha.

Art. 71. Da sentença de que trata o art. 69 haverá recurso voluntário, com efeito devolutivo, interposto para a Relação do distrito, dentro de dez dias de sua publicação:

I. Pelo próprio interessado ou seu procurador, quando não for admitida a prova da renda.

II. Por qualquer eleitor da paróquia ou distrito de paz, no caso de admissão.

Dos Recursos

Art. 72. Os recursos de que tratam os arts. 39 e 71 serão interpostos por meio de requerimento ao juiz de direito, que os mandará tomar por termo.

Interpondo estes recursos, os recorrentes alegarão as razões e juntarão os documentos que entenderem ser a bem de seu direito.

No prazo de 10 dias, contados do recebimento dos recursos, os juizes de direito reformarão ou confirmarão as suas decisões e, no último caso, o recorrente fará seguir o processo para a Relação, sem acrescentar razões nem juntar novos documentos.

Art. 73. A certidão da sentença de admissão determinará a inclusão no alistamento do indivíduo que a tiver obtido, se o alistamento não estiver encerrado.

384

teirão, rua, número do prédio, setor urbano, tempo de residência no prédio e, se ocupa por contrato de aluguel ou arrendamento, o nome do proprietário.

Art. 65. A petição virá acompanhada dos documentos legais comprobatórios do valor locativo do prédio, os quais são os seguintes:

I. Sendo o prédio sujeito a imposto predial ou décima urbana, certidão de repartição fiscal, de que conste sua averbação com o referido valor locativo.

II. Não sendo o prédio sujeito ao dito imposto, contrato de arrendamento ou aluguel celebrado por escritura pública, com a data de quatro meses antes do dia do primeiro alistamento, ou por escrito particular, lançado com igual antecedência em livro de notas, havendo expressa declaração do preço do arrendamento ou aluguel.

III. A falta dos documentos a que se referem os números antecedentes, será suprida por título de domínio ou posse, ou por sentença judicial que os reconheça, provando que o último dono do prédio o adquiriu por preço sobre o qual, computando-se seu rendimento na razão de 6%, se verifique que produz anualmente a importância declarada nos arts. 62 e 63.

IV. Quanto aos terrenos de lavoura ou criação e outros estabelecimentos agrícolas ou rurais, a prova será o contrato de arrendamento por escritura pública, celebrado pelo menos quatro meses antes, havendo expressa declaração do preço.

Art. 66. É substancial neste processo que às provas acima exigidas se adicione o recibo do proprietário do prédio, terreno ou estabelecimento, com data não anterior a um mês, provando estar pago até então do preço do arrendamento ou aluguel.

Art. 67. O juiz de direito, recebendo a petição, examinará se vem acompanhada dos documentos legais, para neste caso dar-lhe andamento, e no outro mandar juntar os documentos.

Art. 68. Instruída a petição, será distribuída e atuada, e o juiz dará imediatamente vista ao promotor público da comarca, que interporá o seu parecer no prazo de cinco dias, requerendo o que julgar conveniente a bem da justiça e esclarecimento da verdade.

Art. 69. Subindo os autos à conclusão, o juiz deferirá ou não o requerimento do promotor, ordenando as diligências de caráter sumário, e julgará afinal, em sentença fundamentada, no

383

Art. 74. Os recursos serão julgados pela Relação no prazo de trinta dias, contados da data do seu recebimento, por todo o Tribunal, não podendo e meço algum o dito prazo ser interrompido por motivo de férias. Se não forem providos dentro do referido prazo ter-se-á por firme e irrevogável à decisão do juiz de direito.

Art. 75. No julgamento destes recursos não será admitida suspeição dos juizes, salvo nas hipóteses expressas no art. 61 do Código do Processo Criminal, com aplicação ao caso, a saber: 1º inimidade capital; 2º amizade íntima; 3º parentesco consanguíneo ou a fim até o 2º grau.

Art. 76. Serão também observadas as disposições do Decreto Legislativo nº 2.675, de 20 de outubro de 1875 e das respectivas Instruções de 12 de janeiro de 1876, sobre os recursos, na parte não alterada pela Lei nº 2.029, de 9 de janeiro do corrente ano.

Do Registro do Alistamento dos Eleitores

Art. 77. O alistamento dos eleitores será registrado em livros próprios a cargo dos tabeliães e, na sua falta, de escrivães de paz, para tal fim designados.

Art. 78. Haverá um registro geral por comarca, e outros especiais por municípios, não compreendendo o da sede da comarca.

Art. 79. O registro geral da comarca ficará a cargo do tabelião ou tabeliães da cidade ou vila, cabeça da comarca.

Art. 80. Quando na cidade ou vila, sede da comarca, houver mais de um tabelião, e o juiz de direito, à vista do número das paróquias, julgar conveniente a divisão do trabalho do registro, o encarregará a dois ou mais tabeliães, distribuindo os alistamentos das paróquias ou distritos de paz e designando os que ficarem a cargo de cada um deles.

Art. 81. O registro dos alistamentos dos municípios que não forem sede de comarca, será ordenado pelos juizes municipais, e ficará a cargo do respectivo tabelião; podendo ser distribuído pelo modo estabelecido no artigo antecedente, quando houver mais de um tabelião, e o juiz municipal julgar conveniente a divisão do trabalho.

Art. 82. Nos municípios onde não houver tabelião, o registro ficará a cargo do escrivão ou escrivães de paz, designados pelo juiz municipal.

385

Art. 83. Os registros, tanto o geral como os parciais, ficarão concluídos dentro de quarenta dias, contados da data do recebimento das cópias dos alistamentos pelos tabeliães ou escrivães de paz, sendo este trabalho feito de preferência a qualquer outro.

Art. 84. Os tabeliães e escrivães de paz, encarregados do registro, são obrigados a acusar imediatamente o recebimento das cópias do alistamento, declarando a data em que as receberam, bem como a devolvê-las aos juizes de direito e municipais, de quem as houverem recebido, com declaração do dia em que ficou terminado o registro.

As cópias dos alistamentos serão recolhidas aos arquivos dos respectivos juizes, ficando a cargo e sob a responsabilidade de um dos seus escrivães.

Art. 85. O registro será feito em livros fornecidos pela respectiva Câmara Municipal, abertos e encerrados pelo juiz de direito na sede da comarca, e pelos juizes municipais nos outros municípios; sendo pelos mesmos juizes numeradas a rubricadas as suas folhas, e escriturados segundo o modelo junto, sob n.º 1.

Art. 86. As Câmaras Municipais fornecerão os livros à requisição dos juizes de direito no município da sede da comarca, e nos outros à requisição dos juizes municipais.

Art. 87. Quando as Câmaras Municipais não puderem fornecer os livros por falta de meios, serão eles fornecidos pelo Governo, providenciando o Ministro do Império na Corte, e os Presidentes nas províncias, de modo que a falta dos ditos livros não embarce os trabalhos do alistamento e registro dos eleitores.

Da Expedição e Entrega dos Títulos de Eleitor

Art. 88. Ao cidadão reconhecido eleitor é garantido o direito de votar, por meio de um título extraído do alistamento geral da comarca e assinado pelo juiz de direito que tiver organizado o mesmo alistamento.

Art. 89. Os títulos de eleitor serão impressos conforme o modelo junto, sob n.º 2, em livros de talão, e conterão, além da indicação da província, comarca, município, paróquia, distrito de paz e quarteirão, o nome, idade, filiação, estado, profissão, domicílio e renda do eleitor, salvas as exceções do art. 56, a circunstância de saber ou não ler e escrever e o número e data do alistamento.

386

buindo à medida que forem solicitados, sendo as assinaturas dos títulos e recibos escritas perante o tabelião ou escrivão.

Art. 98. Quando os juizes encarregados da entrega dos títulos e recusarem ou demorarem por qualquer motivo, o eleitor poderá recorrer:

1º Se o juiz recusante for o municipal, para o juiz de direito.

2º Sendo o recusante o juiz de direito, para o Ministro do Império na Corte, e para os Presidentes nas províncias.

Art. 99. O Ministro do Império, Presidente de província ou juiz de direito, logo que lhe for apresentado algum requerimento de recurso, ordenará que dele e dos documentos se tire cópia, que ficará em seu poder; e dentro de vinte e quatro horas, contadas da apresentação, mandará, por despacho lançado no próprio requerimento, que responda o juiz recorrido, o qual deverá fazê-lo dentro de igual prazo, contado da hora do recebimento do recurso para informar, certificada pelo agente do Correio ou pelo oficial de justiça encarregado da entrega.

Art. 100. Com a resposta do juiz recorrido, ou sem ela, será o recurso decidido no prazo de cinco dias, contados do recebimento da resposta ou da data em que deveria ter sido dada.

Art. 101. Quando a recusa ou demora da entrega do título for cometida pelos tabeliães ou escrivães de paz, haverá recurso, pelo modo estabelecido, para o juiz de direito, se o tabelião for da sede da comarca, e para o juiz municipal nos outros termos.

Nas comarcas de mais de um juiz de direito, poderá o recurso ser interposto para o juiz que houver organizado o alistamento, ou para o que tiver mandado registrá-lo, à escolha do eleitor.

Art. 102. Quando o eleitor perder o seu título, poderá requerer a expedição de novo ao juiz de direito que tiver organizado o alistamento.

Art. 103. Para ser expedido novo título é preciso que o eleitor prove: 1º que é o próprio a quem foi expedido o título perdido; 2º que está alistado como eleitor.

Art. 104. A perda do título e a identidade de pessoa serão provadas por meio de justificação, precedendo audiência do promotor público, produzida perante o juiz de direito, o qual

388

Art. 90. Os juizes de direito, além de assinarem os títulos, rubricarão os talões de onde forem cortados, em cada um dos quais se escreverá o número do título, o nome do cidadão, a paróquia e o distrito de paz a que pertencer.

Este trabalho será feito conjuntamente com o da extração das cópias de que tratam os arts. 32, 33 e 34, ou em ato seguido, de modo que no prazo de trinta dias da terminação do alistamento sejam os mencionados títulos remetidos aos juizes municipais a fim de distribuí-los aos eleitores.

Art. 91. Quarenta e oito horas depois de receber os títulos, o juiz municipal, por meio de edital afixado em lugar público e reproduzido na imprensa, onde a houver, marcará o prazo de quarenta dias, dentro do qual os eleitores compreendidos nos alistamentos do município ou municípios de sua jurisdição pessoalmente irão recebê-los no lugar para este im designado, das dez horas da manhã até às quatro da tarde.

Art. 92. Quando houver mais de um termo sob a jurisdição de um só juiz municipal, este fará a entrega dos títulos no termo de sua residência, e os seus suplentes nos outros termos.

Art. 93. Nas comarcas especiais a entrega dos títulos compete aos juizes de direito que tiverem organizado o alistamento, os quais expedirão os editais a que se refere o art. 91, logo que estejam concluídos os trabalhos de que trata o art. 90.

Art. 94. O lugar designado para a entrega dos títulos será de preferência a sala do edificio público destinada para as audiências dos juizes encarregados da entrega, e somente na falta daquela a casa de sua residência.

Art. 95. Não é permitido ao eleitor fazer-se representar por procurador no recebimento do título, que será entregue à própria pessoa, a qual passará recibo em livro especial, para este fim destinado, com sua assinatura, quando souber e puder escrever, e na hipótese contrária por outrem que ela indicar.

Art. 96. Esgotado o prazo de quarenta dias, destinado à entrega dos títulos, os que não tiverem sido procurados serão remetidos pelo juiz competente aos tabeliães, ou escrivães de paz encarregados do registro dos eleitores a quem pertençam, acompanhados dos livros de recibos.

Art. 97. Estes títulos e livros ficarão sob a guarda e responsabilidade dos ditos tabeliães ou escrivães, que os irão distri-

387

deferirá ou não o pedido de novo título, no prazo de quarenta e oito horas da data da conclusão da justificação.

Art. 105. Do despacho negativo da expedição de novo título haverá recurso para o Ministro do Império na Corte, e para os Presidentes nas províncias.

Art. 106. Este recurso terá o mesmo processo do estabelecido para os casos de recusa ou demora na entrega do título pelos juizes municipais e juizes de direito.

Art. 107. Também se expedirá novo título quando o eleitor o requerer, apresentando o primeiro e provando ter havido erro neste.

Art. 108. No caso de expedição de novo título, tanto por perda como por erro do primeiro, no que de novo for expedido far-se-á a declaração de ser segunda via e do motivo pelo qual foi passado.

Das Penas por Omissões ou Infrações no Processo de Alistamento

Art. 109. Além dos crimes contra o livre gozo e exercício dos direitos políticos do cidadão, mencionados nos arts. 100, 101 e 102 do Código Criminal, serão também considerados crimes os definidos nos parágrafos seguintes e punidos com as penas neles estabelecidas:

1º Deixar a autoridade competente de incluir no alistamento dos eleitores cidadão que, nos termos da Lei n.º 3.029, de 9 de janeiro do corrente ano, tenha provado estar nas condições de eleitor, incluir o que não estiver em tais condições, ou se excluir o que se achar compreendido em algum dos casos do § 5º do art. 8º da mesma lei.

Demorar a extração, expedição e entrega dos títulos ou documentos, de modo que o eleitor não possa votar ou instruir o recurso por ele interposto:

Penas: suspensão do emprego por seis a dezoito meses e multa de 200\$ a 600\$000.

2º Deixar a autoridade competente de preparar e enviar ao juiz de direito, nos termos do § 8º do art. 6º da citada lei, os requerimentos dos cidadãos que pretendem ser alistados e as relações que os devem acompanhar:

Penas: suspensão do emprego por um a três anos e multa de 300\$ a 1.000\$000.

389

Nas mesmas penas incorrerá o empregado que ocultar ou extrair títulos de eleitor e documentos que lhe forem entregues, relativos ao alistamento.

3º Passar certidão, atestado ou documento falsos, que induza a inclusão no alistamento ou a exclusão:

Penas: as do art. 129 § 8º do Código Criminal.

Ao que se servir da certidão, atestado ou documentos falsos para se fazer alistar:

Penas: as do art. 167 do Código Criminal.

Art. 110. No processo e julgamento dos crimes previstos no artigo antecedente, ainda quando cometidos por pessoas que não sejam empregados públicos, se observarão as disposições do art. 25, §§ 1º e 5º da Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841 e respectivos regulamentos.

Art. 111. Aos promotores públicos das respectivas comarcas serão intimadas todas as decisões proferidas pelas autoridades competentes, a fim de promoverem a responsabilidade dos funcionários que nela houverem incorrido, ou requererem o que for de direito.

Art. 112. A omissão ou negligência dos ditos promotores no cumprimento das obrigações que lhes são impostas na Lei nº 3.029, de 9 de janeiro do corrente ano será punida com a suspensão do emprego por um a três anos e multa de 300\$ a 1:000\$000.

Art. 113. Nos processos mencionados no art. 110 observar-se-á o disposto nos arts. 98 e 100 da Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841, quanto ao pagamento de custas e selos, e não serão retardados pela superveniência de férias.

As primeiras certidões serão passadas gratuitamente.

Art. 114. Quando a pena for a de multa, e o condenado, sendo intimado da sentença condenatória que houver passado em julgado não a pagar, será recolhido à prisão até satisfazê-la, na forma do art. 56 do Código Criminal.

Art. 115. Não tendo o condenado meios de pagar a multa, será esta comutada em tanto tempo de prisão com trabalho quando for necessário para ganhar sua importância, na forma do art. 57 do citado Código Criminal, procedendo-se à conversão pelo modo estabelecido nas leis e regulamentos respectivos.

Art. 116. Pelo Ministro do Império na Corte e pelos Presidentes nas províncias será imposta administrativamente a multa de 50\$ a 200\$000 aos funcionários e empregados públicos que deixarem de prestar as informações exigidas para o alistamento dos eleitores, cabendo recurso para o Governo na Corte, quando for imposta pelos Presidentes.

Art. 117. As multas mencionadas nestas instruções farão parte da renda municipal do termo em que residir a pessoa multada, e serão cobradas executivamente.

Palácio do Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1881.

Barão Homem de Mello.